

RICARDO CARVALHO RODRIGUES

**MUSEU PARANAENSE:
CAMINHOS, CONTEXTOS, AÇÕES MUSEOLÓGICAS E
INTERAÇÕES COM A SOCIEDADE**

Orientadora: Professora Doutora Maria Célia Teixeira Moura Santos

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**

**Lisboa
2018**

RICARDO CARVALHO RODRIGUES

**MUSEU PARANAENSE:
CAMINHOS, CONTEXTOS, AÇÕES MUSEOLÓGICAS E
INTERAÇÕES COM A SOCIEDADE**

Tese apresentada para obtenção do Grau de Doutor em Museologia no Curso de Doutoramento em Museologia conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientadora: Professora Doutora Maria Célia
Teixeira Moura Santos

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa
2018

Trago dentro do meu coração,
Como um cofre que se não pode fechar de cheio,
Todos os lugares onde estive,
Todos os portos a que cheguei,
Todas as paisagens que vi através de janelas ou vigias,
Ou de tombadilhos, sonhando,
E tudo isso, que é tanto, é pouco para o que eu quero.

[...]

Viajei por mais terras do que aquelas em que toquei...
Vi mais paisagens do que aquelas em que pus os olhos...
Experimentei mais sensações do que todas as sensações que
senti,
Porque, por mais que sentisse, sempre me faltou que sentir
E a vida sempre me doeu, sempre foi pouco, e eu infeliz.

[...]

Eu quero ser sempre aquilo com quem simpatizo,
Eu torno-me sempre, mais tarde ou mais cedo,
Aquilo com quem simpatizo, seja uma pedra ou uma ânsia,
Seja uma flor ou uma ideia abstrata,
Seja uma multidão ou um modo de compreender Deus.
E eu simpatizo com tudo, vivo de tudo em tudo.
São-me simpáticos os homens superiores porque são
superiores,
E são-me simpáticos os homens inferiores porque são
superiores também.

Passagem das horas

(Álvaro de Campos – Fernando Pessoa)

Às minhas raízes portuguesas, David, Emília, Maria, Maximino, Porto, Penela, Espinho, Miranda do Corvo. Meus portos, minhas fortalezas, minha história, minhas memórias, os encontros portugueses no Brasil.

Aos meus galhos brasileiros, Fernando e Gabriel, que as folhas, as flores, os frutos tragam sombra, alimento e belezas.

Agradecimentos

Esta parte do trabalho talvez seja a mais difícil de organização e redação, devido à preocupação de lembrar todos que colaboraram com o desenvolvimento desta pesquisa e, vale dizer, não foram poucas as pessoas e instituições.

Primeiramente, um agradecimento especial a uma pessoa que, além de orientadora, foi uma parceira durante todo o processo de construção do projeto de pesquisa, levantamento de dados e acompanhamento da produção da tese. Foram poucos encontros presenciais, todos sempre muito intensos, e muitos por mensagens, não menos intensos. Na qualificação, fechei dizendo que o uso da primeira pessoa do plural para nos referir à pesquisa não era figura de retórica, mas necessário para demonstrar a parceria durante esse período. Com muito respeito, agradeço à Profa. Maria Célia.

Sem o apoio de toda a família, também este trajeto não poderia ser percorrido, em tantos momentos que foram necessários compreensão, colaboração e renúncia. Com amor, agradeço à Lucilene, Fernando e Gabriel, assim como aos meus pais, Waldyr e Neyde, que ajudaram com o mais importante neste trabalho, a formação do pesquisador; sem eles, nada seria possível.

Três grandes equipes parceiras precisam fazer parte deste agradecimento: a equipe do Museu Paranaense, que, para além das participações em discussões, entrevistas, mensagens, sugestões, estava sempre disponível para colaborar com livros, artigos e informações. Em especial, e em nome dele agradeço a todos, agradeço ao Renato Carneiro, pelo apoio incondicional a todo o trabalho.

A segunda equipe, não menos importante, foi dos colegas de III CEAM e do doutoramento, sempre disponíveis, solícitos, colaborativos e, acima de tudo, amigos para todos os momentos. Em especial, à Ana Karina, Silmara, Neide, Déborah e Clóvis, que deixo por último por ter ajudado muito, com palavras de apoio, na definição do tema desta pesquisa. Destaco minha parceira de orientadora, sempre presente, Cynthia.

Em terceiro, não menos importante, a equipe da Universidade Lusófona, com seus professores, coordenação, reitoria e atendimento. Em especial, agradeço aos professores Mário Moutinho, Judite Primo, Mário Chagas e Pedro Leite, que contribuíram na finalização deste trabalho.

Tentando me lembrar todos, agradeço o apoio na pesquisa, levantamento de dados, consolo nos momentos mais difíceis: Vinícius Franqueto, Márcia Aparecida Ribeiro de Moraes, Cláudia Juliani, Cláudia Parellada, Tatiana Takatuzi, Ellen Cunha do Nascimento, Marílis Burcowisk e Gerson Buczenko.

Um especial agradecimento aos meus avós, que atravessaram o Atlântico e foram fator central na motivação de construir novas pontes entre Brasil e Portugal: David, Maria, Maximino e Emília.

Resumo

Esta pesquisa aborda as ações museológicas desenvolvidas no Museu Paranaense em três períodos distintos: 1874 a 1902 – gestão de Agostinho Ermelino de Leão –, 1902 a 1928 – gestão de Alfredo Romário Martins – e 2011 a 2017 – gestão de Renato Augusto Carneiro Junior –, com o objetivo de avaliar, nos devidos momentos históricos, as relações dessas ações com a sociedade local da época, suas coleções, edifícios e documentos, além de analisar a importância das gestões no desenvolvimento do museu, bem como as sociedades atendidas, a partir das relações exercidas pelos seus diretores. Foram estudados os motivos da invisibilidade do Museu Paranaense, no contexto museológico brasileiro até a atualidade, apesar de suas ações diferenciadas terem acontecido desde o século XIX. Os dados foram coletados a partir de uma metodologia participativa, com envolvimento da equipe do museu. A pesquisa trouxe como uma de suas conclusões a alteração da data de fundação para 1874, apresentando-se diversas referências para tal. A análise das informações obtidas pretendeu contribuir para uma releitura da historiografia dos museus brasileiros, incluindo o Museu Paranaense no circuito museológico brasileiro do século XIX, como um museu regional que tem em sua trajetória ações inovadoras de interação com parte da sociedade local e que podem colaborar nas reflexões do campo museal brasileiro e internacional. Finaliza-se esta pesquisa com a apresentação de sugestões de estratégias que visam à implementação de melhorias nas ações museológicas desenvolvidas na atualidade, bem como à promoção das relações do museu com a sociedade paranaense e curitibana, considerando sua diversidade social, cultural, política e econômica.

Palavras-chave: Museus brasileiros. História dos museus. Museologia. Função social dos museus. Sociomuseologia.

Abstract

This research deals with the museological actions developed in the Museu Paranaense in three distinct periods: from 1874 to 1902 – under management of Agostinho Ermelino de Leão –, from 1902 to 1928 – under management of Alfredo Romário Martins – and from 2011 to 2017 – under management of Renato Augusto Carneiro Junior –, with the purpose of evaluating, in their historical moments, the relations of these actions with the local society at the time, its collections, buildings and documents, besides analyzing the importance of the management in the development of the museum, as well as the societies served, from the relations exercised by its directors. The reasons for the invisibility of Museu Paranaense in Brazilian museological context up to the present day were studied, although their different actions have taken place since the 19th century. The data were collected from a participatory methodology, with the involvement of the museum team. The research brought as one of its conclusions the alteration of the date of foundation to 1874, being presented several references for that. The analysis of the information obtained sought to contribute to a re - reading of the historiography of Brazilian museums, including the Museu Paranaense in the 19th century Brazilian museum circuit, as a regional museum that has in its trajectory innovative actions of interaction with local society and that can collaborate in the reflections of the Brazilian and international museological field. This research is finished with the presentation of suggestions of strategies which aim the implementation of improvements in the museological actions developed in the present time, as well as the promotion of the relations of the museum with the society of Paraná and Curitiba, considering its social, cultural, political and economic diversity.

Keywords: Brazilian museums. History of museums. Museology. Social function of museums. Sociomuseologia.

Résumé

Cette recherche porte sur les actions muséologiques développées dans le Musée Paranaense en trois périodes distinctes: de 1874 à 1902 – direction de Agostinho Ermelino de Leão –, de 1902 à 1928 – direction de Alfredo Romário Martins – et de 2011 à 2017 – direction de Renato Augusto Carneiro Junior. Le but est d'évaluer, en temps voulu, les relations de ses actions avec la société locale de l'époque, ses collections, ses bâtiments et ses documents, en plus d'analyser l'importance de la gestion dans le développement du musée ainsi que des sociétés desservies, de la relation exercée par ses administrateurs. Les raisons de l'invisibilité du Musée Paranaense dans le contexte muséologique brésilien ont jusqu'à présent été étudiées, bien que leurs actions différentes aient eu lieu depuis le 19^{ème} siècle. Les données ont été recueillies à l'aide d'une méthodologie participative, avec la participation de l'équipe du musée. La recherche a notamment pour conséquence de modifier la date de fondation de 1874, en présentant plusieurs références. L'analyse des informations obtenues visait à contribuer à une relecture de l'historiographie des musées brésiliens, y compris du Museu Paranaense dans le circuit des musées brésiliens du XIX^e siècle, en tant que musée régional qui a dans sa trajectoire des actions novatrices d'interaction avec la société locale et qui peuvent collaborer. Dans les réflexions du champ muséologique brésilien et international. Cette recherche se termine par la présentation de suggestions de stratégies visant à apporter des améliorations aux actions muséologiques développées à l'heure actuelle, ainsi qu'à la promotion des relations du musée avec la société Paraná et Curitiba, compte tenu de sa diversité sociale, culturelle, politique et économique.

Mots clés: Musées brésiliens. Histoire des musées. Muséologie. Fonction sociale des musées. Sociomuseologia.

Abreviaturas, siglas e símbolos

CEAM	Curso de Estudos Avançados em Museologia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GT	Grupo de Trabalho
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Libras	Língua Brasileira de Sinais
PET	Programa de Educação Tutorial
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Samp	Sociedade de Amigos do Museu Paranaense
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TSE-PR	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicritiba	Centro Universitário Curitiba
USP	Universidade de São Paulo

Índice geral

Introdução	17
Capítulo I – Brasil e Paraná no século XIX, políticas culturais e museus.....	42
1.1 Brasil: políticas culturais e contextos histórico, econômico e social	43
1.1.1 História e cultura	43
1.1.2 Economia	47
1.1.3 Sociedade.....	51
1.1.4 Política.....	55
1.2 Paraná: políticas culturais e contextos histórico, econômico e social	60
1.2.1 Relatórios da província do Paraná – 1853 a 1876.....	64
1.3 O Brasil e seus museus	72
1.3.1 Museu Nacional	78
1.3.2 Museu Paraense Emílio Goeldi.....	83
1.3.3 Museu Paranaense	85
1.3.4 Museu Paulista.....	86
1.3.5 Algumas reflexões sobre os museus do século XIX no Brasil.....	91
Capítulo II – Museu Paranaense de 1874 a 1902: um capital político e social.....	96
2.1 De 1853 a 1874: antes do museu	98
2.2 De 1874 a 1902: período de Agostinho Ermelino de Leão	106
2.2.1 Documentos institucionais	106
2.2.2 Edifícios do museu	111
2.2.3 Coleções.....	114
2.2.4 Relações com a sociedade	127
2.2.4.1 Ações de desenvolvimento rural	130
2.2.4.2 Ações em eleições locais	131
2.2.4.3 Ações sociais.....	133
2.2.4.4 Eventos assistenciais e de obtenção de recursos	135
2.2.4.5 Museu como ponto de referência	136
2.2.5 Relações com outros museus e instituições nacionais	137
2.3 Algumas reflexões sobre o período	137
Capítulo III – Museu Paranaense de 1902 a 1928: um capital intelectual e social	142
3.1 De 1902 a 1928: período de Alfredo Romário Martins.....	157
3.1.1 Documentos institucionais	157
3.1.2 Edifícios do museu	159
3.1.3 Coleções.....	162

3.1.4	Relações com a sociedade	169
3.1.4.1	Ações de desenvolvimento rural	169
3.1.4.2	Ações em eleições locais	170
3.1.4.3	Ações sociais e eventos assistenciais e de obtenção de recursos	171
3.1.4.4	Museu como ponto de referência: geográfica, informações e humor	172
3.1.4.5	Educação.....	174
3.1.4.6	Público do museu	176
3.1.5	Relações com outros museus e instituições nacionais	177
3.2	Algumas reflexões sobre o período	179
Capítulo IV – Um salto temporal: as ações museológicas do Museu Paranaense em sua trajetória contemporânea.....		185
4.1	Alguns marcos no intervalo de 1928 e 2011	185
4.2	O Museu Paranaense a partir de 2011	193
4.2.1	As coleções: registro, conservação, organização do acervo, aquisições e pesquisa.....	194
4.2.2	Edifício: situação encontrada e as mudanças ocorridas.....	200
4.2.3	Documentos institucionais	204
4.2.4	Relações com a sociedade	205
4.2.4.1	Ações sociais.....	205
4.2.4.2	Pesquisa científica.....	233
4.2.4.3	Relações com outros museus, outras instituições culturais e universidades.....	235
4.2.4.4	Museu como ponto de referência	236
4.2.4.5	Setor educativo	238
4.2.4.6	O público do museu	241
4.2.5	Algumas reflexões.....	242
Capítulo V – Reflexões rumo aos 150 anos do Museu Paranaense: caminhos, contextos, ações museológicas e interações com a sociedade		245
5.1	O Museu Paranaense no período de 1874 a 1928	245
5.2	O Museu Paranaense no período de 2010 a 2017	248
5.3	O Museu Paranaense e sua trajetória na história dos museus.....	254
5.4	O processo de pesquisa documental e participativa: o papel da equipe do museu nos trabalhos desenvolvidos.....	260
5.5	Museu Paranaense: novas propostas, novas vozes, novos participantes	262
Capítulo VI – Construindo perguntas, encontrando respostas, provocando novas reflexões.....		267

6.1 Arco temporal	267
6.2 Objetivo geral.....	268
6.3 Objetivos específicos.....	268
6.3.1 Pesquisar os contextos histórico e cultural do Brasil no século XIX, os museus criados nesse período e suas relações com o Museu Paranaense	269
6.3.2 Identificar as origens das coleções do Museu Paranaense e suas relações com a sociedade.....	270
6.3.3 Pesquisar os diversos edifícios ocupados pelo Museu Paranaense, a constituição de suas coleções e suas relações com a sociedade.....	271
6.3.4 Identificar e analisar as ações de pesquisa, preservação e comunicação, os programas e os projetos desenvolvidos pelo Museu Paranaense junto à sociedade na atualidade, a partir da interação com sua equipe	271
6.4 Hipóteses	272
Bibliografia	278
Apêndice 1.....	i
Apêndice 2.....	v
Apêndice 3.....	vii
Apêndice 4.....	viii
Anexo 1	xii
Anexo 2.....	xv

Índice de figuras, quadros e tabelas

Figura 1 – Araucária com Capivaras – Coletivo Mãos Urbanas – Acervo Museu Paranaense	18
Figura 2 – Montagem da exposição Coletivo Mãos Urbanas, 2016.....	18
Figura 3 – Exposição Coletivo Mãos Urbanas, 2016.....	18
Figura 4 – Exposição Coletivo Mãos Urbanas, 2016.....	18
Figura 5 – Mapa Brasil em destaque o Estado do Paraná.	61
Figura 6 – O Mosquito (RJ), 1875, ed. 325, p. 1.	93
Figura 7 – O Mosquito (RJ), 1875, ed. 325, p. 3.	94
Figura 8 – Revista do Paraná (PR), 1887, ed. 6, p. 1.....	104
Figura 9 – Sede do Museu Paranaense (1976 – 1900) – Praça Zacarias	105
Figura 10 – Sede do Museu Paranaense, 1900-1913 – Rua Murici.	113
Figura 11 – Sede do Museu Paranaense, 1900-1913 – Rua Murici	113
Figura 12 – Catálogo da Exposição Provincial do Paraná de 1875.....	116
Figura 13 – Catálogo da Exposição Nacional de 1875.....	117
Figura 14 – Diploma de ‘Menção Honrosa ao Museu de Curitiba’, 1875.....	118
Figura 15 – Ofício de Agostinho Ermelino de Leão.....	123
Figura 16 – Exposição Provincial de 1875.	124
Figura 17 – Lista de objetos roubados em 1894.	126
Figura 18 – Exposição do Trigo.	149
Figura 19 – Armas do estado do Paraná.....	152
Figura 20 – Maquete do monumental projeto para o Museu Paranaense.	156
Figura 21 – Orçamento do Museu Paranaense.....	158
Figura 22 – Sede do Museu Paranaense, 1913-1928 – Rua São Francisco (R. Doubek, bico de pena, 1976).....	159
Figura 23 – Sede do Museu Paranaense, 1928-1965 – Rua Buenos Aires.....	161
Figura 24 – Sede do Museu Paranaense, 1928-1965 – Rua Buenos Aires (R. Doubek, bico de pena, 1976).....	162
Figura 25 – Anta do acervo do Museu Paranaense.	167
Figura 26 – Exportação do gado bovino.....	172
Figura 27 – Sede do Museu Paranaense, 1965-1967 – Rua 13 de Maio: fachada (esquerda) e fundos jardins (direita).	186
Figura 28 – Sede do Museu Paranaense, 1965-1967 – Rua 13 de Maio – R. Doubek, Bico de Pena, 1976.	186

Figura 29 – Sede do Museu Paranaense, 1967-2002 – Praça Generoso Marques – R. Doubek, Bico de Pena, 1976.....	187
Figura 30 – Sede do Museu Paranaense, 1967-2002 – Rua 13 de Maio. Fonte: Acervo do Museu Paranaense.....	187
Figura 31 – Sede do Museu Paranaense a partir de 2002 – Palácio São Francisco.	188
Figura 32 – Museu Paranaense cercado pela feira de artesanato que acontece aos domingos em Curitiba.	189
Figura 33 – Reabertura do Museu Paranaense na sede da Rua Buenos Aires, em 1939..	191
Figura 34 – Reabertura do Museu Paranaense na sede da Rua Buenos Aires, em 1939..	191
Figura 35 – Reserva Numistática	195
Figura 36 – Reserva Numismática	195
Figura 37 – Reserva Arqueologia.....	195
Figura 38 – Reserva Metais	195
Figura 39 – Reserva Pinacoteca.....	196
Figura 40 – Reserva Vestuário.....	196
Figura 41 – Reserva Antropologia.....	197
Figura 42 – Reserva Antropologia.....	196
Figura 43 – Painel utilizado nas comemorações dos 140 anos do Museu Paranaense	198
Figura 44 – Fachada do anexo, construído em 2002.	201
Figura 45 – Fachada de vidro vista por dentro do edifício.	201
Figura 46 – Muro e grades de madeira.	203
Figura 47 – Detalhe da grade de madeira.....	204
Figura 48 – Visita dos Kujás Kaingang ao Museu Paranaense – 2017.	207
Figura 49 – A arte Guarani-Mbya de Guaraqueçaba. Daniel Conrade – convite para lançamento do livro – 2016.	208
Figura 50 – A arte de Daniel Conrade: povos indígenas e natureza – foto da inauguração da exposição, presença de povos indígenas – 2017.....	208
Figura 51 – A arte de Daniel Conrade: povos indígenas e natureza – convite para inauguração da exposição – 2017.	208
Figura 52 – Mês da Consciência Negra no Museu Paranaense – apresentação de congada da Lapa – 2016.....	209
Figura 53 – Negros no Paraná – convite da inauguração da exposição – 2016.....	210
Figura 54 – Negros no Paraná – foto da montagem da exposição – 2016.	210
Figura 55 – Negra Curitiba – convite para inauguração da exposição – 2015.....	211
Figura 56 – Grupo de pesquisa Culturas Negras no Paraná: séculos XIX e XX – 2016.	212
Figura 57 – Mestre Maé da Cuíca:	213

Figura 58 – Mestre Maé da Cuíca:.....	213
Figura 59 – Mutirão no Jardim do Museu Paranaense – 2017.....	214
Figura 60 – Mutirão no Jardim do Museu Paranaense – 2017.....	214
Figura 61 – Musicletada – 2017.....	215
Figura 62 – Olhares: mulheres e suas vivências – fotos do evento com participantes debatedores – 2018.....	215
Figura 63 – Narrativas de mulheres e cultura material – convites de diversos momentos do projeto – 2017.....	217
Figura 64 – Mês da Mulher no Museu Paranaense – convites a palestras, debates, exposição – 2018.....	218
Figura 65 – Narrativas de mulheres e cultura material – 2017.....	219
Figura 66 – Trajes típicos regionais portugueses – convite para inauguração da exposição – 2016.....	219
Figura 67 – Lara: recursos de ajuda que salvaram o Japão – um episódio esquecido – convite para inauguração da exposição – 2016.....	220
Figura 68 – O espírito do Budô: a história das artes marciais no Japão – cartaz de divulgação da exposição – 2016.....	220
Figura 69 – Imigração no Paraná – convite para inauguração da exposição – 2017.....	222
Figura 70 – Imigração no Paraná – 2017.....	222
Figura 71 – A história da Itaipu Binacional – 2018.....	223
Figura 72 – Exposição Indústrias Paranaenses – convite para inauguração da exposição – 2015.....	223
Figura 73 – Ney Braga: 100 anos na história do Paraná – painel de abertura da exposição – 2018.....	224
Figura 74 – Ney Braga: 100 anos na história do Paraná – 2017.....	224
Figura 75 – Gufan: o paranaense de dois mil anos – convite para inauguração da exposição – 2017.....	225
Figura 76 – Gufan: o paranaense de dois mil anos – painel da exposição – 2017.....	225
Figura 77 – Diálogos sobre a história e a importância da educação patrimonial de Curitiba – convite para inauguração da exposição – 2016.....	227
Figura 78 – Um olhar em construção: educação patrimonial na pequena infância – convite para inauguração da exposição – 2015.....	227
Figura 79 – Comemorações dos 15 anos da ARCO.it – convite do evento – 2018.....	228
Figura 80 – Comemoração dos 15 anos da ARCO.it – 2018.....	228
Figura 81 – Capacitação em Libras – registro de novos sinais para o circuito permanente do museu – 2018.....	229

Figura 82 – Moedas romanas: coleção do Museu Paranaense – convite para inauguração da exposição – 2015.....	230
Figura 83 – O museu da história do Paraná: os 140 anos do Museu Paranaense – convite para inauguração da exposição – 2016.	230
Figura 84 – Recebimento do Prêmio do Turismo – categoria Turismo Cultural – 2017.....	231
Figura 85 – Programa Memória do Mundo – Brasil – Unesco – MoWBrasil – reconhecimento do acervo de Vladimir Kozák – edital de aprovação e foto entrega da premiação – 2017..	232
Figura 86 – Comemoração dos 141 anos do Museu Paranaense – 2017.....	233
Figura 87 – Lançamento de livros em parceria com a UFPR – convite do lançamento – 2017.	234
Figura 88 – Memória das ruas: retratos dos personagens de Curitiba – equipe na inauguração da exposição – 2016.	236
Figura 89 – Memória das ruas: retratos dos personagens de Curitiba – convite para inauguração da exposição – 2016.	236
Figura 90 – Capa da Revista Regional – 2015.....	237
Figura 91 – Noite no Museu Paranaense – Entre Músicas e Cinema I – convite para a apresentação – 2016.	237
Figura 92 – Concerto didático Canto Gregoriano – convite para a apresentação – 2016...	237
Figura 93 – Noite no Museu Paranaense – Entre Músicas e Cinema I – 2016.....	237
Figura 94 – Noite no Museu Paranaense com a Camerata da UTFPR – Entre Músicas e Cinema II – 2016.....	237
Figura 95 – Noite no Museu Paranaense com a Camerata da UTFPR – Entre Músicas e Cinema II – integrantes como personagens de filmes – 2016.....	237
Figura 96 – Visitas guiadas de instituições de educação básica.....	240
Figura 97 – Visita de instituição do ensino superior.....	240
Quadro 1– Jornais paranaenses de 1850 até 1900.....	24
Tabela 1– Temas da Revista Museu Paulista – 1895 a 1902.....	88
Tabela 2 – Público do Museu Paranaense de 2015 a 2018.	239
Tabela 3 – Público do Museu Paranaense de 2011 a 2018.	241

Introdução

O Universo não é uma ideia minha.
A minha ideia do Universo é que é uma ideia minha.
A noite não anoitece pelos meus olhos,
A minha ideia da noite é que anoitece por meus olhos.
Fora de eu pensar e de haver quaisquer pensamentos
A noite anoitece concretamente
E o fulgor das estrelas existe como se tivesse peso.

Poemas inconjuntos – 1/10/1917

(Alberto Caeiro – Fernando Pessoa)

Em outubro de 2016, foi incorporado ao acervo do Museu Paranaense um objeto com especial importância para a compreensão do papel desse museu na sociedade paranaense, em especial, na sociedade curitibana. O objeto em questão é um trabalho feito em croché pelo Coletivo Mãos Urbanas, representando uma araucária, pinheiro típico e símbolo paranaense, e algumas capivaras, animal também típico da região e presente em alguns parques da cidade – Figura 1.

Esse projeto é fruto do trabalho de estudantes da Pós-Graduação em Design da Universidade Federal do Paraná – UFPR, com a participação de 11 mulheres. O objetivo é tornar a cidade mais ‘aquecida e acolhedora’, cobrindo colunas de concreto, árvores e paredes com os trabalhos manuais. Sua incorporação ocorreu após a exposição Coletivo Mãos Urbanas, ocorrida no Museu Paranaense, em 2016, como parte da comemoração dos então 140 anos do museu – Figuras 2, 3 e 4. A exposição foi montada nos jardins e fachadas do local, como pode ser visto nas fotos.

E qual é a ligação entre essa incorporação ao acervo e este trabalho de pesquisa? Considerando o Museu Paranaense histórico, responsável pela guarda de mais de 450.000 objetos que contam a história do estado do Paraná e do Brasil, qual é o sentido da inclusão de um objeto artesanal, desenvolvido, em 2016, por um grupo de mulheres curitibanas?

Ela traz indicativos que podem ser relacionados ao papel do museu na promoção do desenvolvimento da sociedade curitibana, revelando que há uma preocupação de participar e trazer reflexões a partir do artesanato local, fonte de renda com destaque de turismo da cidade. Esse fato toma especial importância para a apresentação desta pesquisa, pois dá início a uma reflexão sobre o papel do Museu Paranaense na contemporaneidade, considerando seus mais de 140 anos de presença na sociedade curitibana e paranaense.



Figura 1 – Araucária com Capivaras – Coletivo Mãos Urbanas – Acervo Museu Paranaense



Figura 2 – Montagem da exposição Coletivo Mãos Urbanas, 2016



Figura 3 – Exposição Coletivo Mãos Urbanas, 2016



Figura 4 – Exposição Coletivo Mãos Urbanas, 2016

Para encaminhar essas reflexões, importante se faz conhecer a trajetória histórica e de formação deste pesquisador, que pode colaborar na compreensão dos caminhos escolhidos para o desenvolvimento deste trabalho.

“Na verdade, todo pesquisador adota ou inventa um caminho de explicação da realidade que investiga ou da descoberta que realiza, guiado por um modo de conhecer essa realidade e de explorá-la, porque tem ou urde uma concepção do que é a realidade que investiga.” (Chizzotti, 2006, p. 24).

Antônio Chizzotti, professor, filósofo e pesquisador da epistemologia da pesquisa, aponta a importância de conhecer o perfil do pesquisador para entender as escolhas feitas na definição do objeto de pesquisa e das abordagens propostas. Em geral, os caminhos

propostos para o desenvolvimento de uma pesquisa estão diretamente relacionados aos referenciais teórico-metodológicos construídos pelo pesquisador na sua trajetória de vida, “a concepção do que é a realidade que investiga.” (Chizzotti, 2006, p. 24).

Partindo da frase de Leonardo Boff (1998, p. 9): “Todo ponto de vista é a vista de um ponto”, assim, conhecer o ponto a partir do qual será avistado o objeto de pesquisa proposto toma especial importância na apresentação desta pesquisa. Conhecer a trajetória do pesquisador envolvido colabora na compreensão das opções metodológicas adotadas, assim como das reflexões e conclusões obtidas.

A formação em Engenharia Civil, como primeira graduação, e Pedagogia trouxe visões distintas da educação e das ações docentes nos diversos níveis educacionais. Já o Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura possibilitou reflexões que promoveram visões diferenciadas de vida e da atuação profissional. As experiências vividas profissionalmente, atuando há mais de dez anos na gestão educacional, promoveram uma visão sistêmica e pragmática, norteadas também pela visão do engenheiro. O primeiro desafio seria equilibrar essas formas de abordar o mundo, os diversos olhares e pontos de vista envolvidos, especialmente com a docência em História da Arte no curso de Publicidade e a escolha de uma linha de especialização: Museografia e Patrimônio Cultural.

Trazer uma nova proposta interdisciplinar da experiência e formação educacional com a museologia levou à escolha de atuar como voluntário no Museu Paranaense. Conhecer, a partir do setor educativo, esse museu foi tomar contato com um dos mais antigos do Brasil, que conta com um grande número de objetos em seu acervo, em processo de registro e pesquisa em três linhas – Antropologia, Arqueologia e História –, biblioteca e grande estrutura de conservação e reservas.

A atuação como voluntário possibilitou o desenvolvimento em diversas áreas do museu: mediação no setor educativo, digitalização e pesquisa do acervo fotográfico, participação na montagem de exposições e curadorias. Foi nesse contexto que apareceu a possibilidade do doutoramento em Museologia, com a abertura de novos horizontes na trajetória pessoal e profissional.

As reflexões propostas pelo III Curso de Estudos Avançados em Museologia – CEAM, ocorrido na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, levantaram questões que necessitavam de respostas e respondê-las poderia significar contribuições nos estudos dos museus e da museologia. Surgiu, então, a proposta de pesquisar o Museu Paranaense. Estudá-lo toma especial importância para um paulista, santista de nascimento, que adotou Curitiba e o Paraná como sua morada, seu território profissional e pessoal, sua escolha de vida. O Museu Paranaense representa um dos instrumentos utilizados na construção das identidades paranaenses. Conhecer o museu, sua origem, os personagens

envolvidos na sua criação e crescimento é se aproximar dessas identidades, buscando colaborar com a prática contemporânea do local e suas relações com a sociedade local.

No âmbito pessoal, a proposta tem o papel de trazer um olhar externo ao cotidiano paranaense, no intuito de ressignificar o museu e suas relações com a sociedade na qual está incluído. Ainda, traz a possibilidade da construção de uma reflexão sobre as interações entre a educação e a museologia.

Para a formação profissional do pesquisador, este estudo consolida uma trajetória de atuação na educação e cultura, fortalecendo a formação de um educador-museólogo que traz para sua prática docente uma visão amplificada das ações culturais tão importantes e necessárias para o papel do educador. Outrossim, pretende-se construir um trajeto reflexivo para o Museu Paranaense sobre suas práticas e seu papel no desenvolvimento regional, afirmando ou contrapondo sua história como ferramenta cultural paranaense. Tais reflexões poderão contribuir no direcionamento de suas ações e funções sociais.

Para o campo da sociomuseologia, estudá-lo é conhecer mais da história das ações museológicas ali desenvolvidas, mas, acima de tudo, posicionar esse museu, ainda pouco conhecido, no contexto histórico museológico, bem como trazer contribuições no direcionamento de suas ações museológicas contextualizadas no seu tempo, sua comunidade e seu papel social. Destaca-se, ainda, a contribuição que poderá trazer a pesquisa proposta para outros campos do conhecimento, como a educação, o turismo e lazer, as artes e a história.

Partindo dos referenciais propostos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco em seu documento de 2015, percebe-se a importância dada à função social dos museus, em especial, ao “desempenhar um importante papel no desenvolvimento de laços sociais e de coesão social, na construção da cidadania e na reflexão sobre as identidades coletivas.” (Unesco, 2015, parágrafo 17). Esse texto tem especial importância por trazer sustentação às reflexões de uma nova etapa para a museologia, suas práticas e comprometimento com o desenvolvimento de forma igualitária e em respeito aos direitos humanos, como pode ser observado em seu parágrafo 17:

“17. Os museus são espaços públicos vitais que devem abordar o conjunto da sociedade e podem, portanto, desempenhar um importante papel no desenvolvimento de laços sociais e de coesão social, na construção da cidadania e na reflexão sobre as identidades coletivas. Os museus devem ser lugares abertos a todos e comprometidos com o acesso físico e com o acesso à cultura para todos, incluindo grupos vulneráveis. Os museus podem constituir espaços para reflexão e debate de temas históricos, sociais, culturais e científicos. Os museus devem também promover o respeito pelos direitos humanos e pela igualdade de gênero. Os Estados Membros devem encorajar os museus a cumprir todos estes papéis.” (Unesco, 2015, parágrafo 17).

Entender o papel do Museu Paranaense no desenvolvimento de laços sociais e de coesão social na sociedade local foi o que despertou e norteou o interesse desta pesquisa. Conhecendo as ações realizadas por ele no período entre sua criação – século XIX – e o fim da direção de Romário Martins – 1902 a 1928 –, será possível reconstruir sua identidade, buscando referências de suas ações, notadamente ligadas ao desenvolvimento da comunidade local, que colaborem nas reflexões contemporâneas.

À luz dessas colocações, algumas questões apresentam-se:

1. Qual é o lugar do Museu Paranaense no contexto museológico brasileiro do século XIX?
2. O Museu Paranaense pode ser considerado um dos museus referenciados no Brasil como Museus do Século XIX?
3. Qual é o motivo da invisibilidade do Museu Paranaense na historiografia dos museus brasileiros do século XIX? Por que é tão sistematicamente deixado de lado?
4. As ações museológicas desenvolvidas pelo Museu Paranaense no século XIX contribuíram para o desenvolvimento local do Paraná?
5. Qual foi a participação do Museu Paranaense na construção das identidades da província e do estado do Paraná?
6. Qual foi a relação do Museu Paranaense com a sociedade paranaense em seu caminhar histórico?
7. As ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação realizadas no Museu Paranaense na atualidade atendem às funções sociais propostas pela Unesco (2015)?

A partir da busca por respostas às questões propostas, construíram-se as bases desta pesquisa.

Hugues de Varine (1987), em *O tempo social*, caracteriza como resultado de uma ação, entendida nesse contexto a pesquisa proposta, três pontos, em três níveis: a ação – pesquisa – em si, o indivíduo – pesquisador – e a comunidade –museu.

“Ela [a ação, esta pesquisa], deve, explicitamente, visar três resultados:

- Atingir seu próprio objetivo, fixado logo a partir de sua fase inicial;
- Aumentar a experiência, isto é, nível global de conhecimento do indivíduo ou do grupo que tomou esta iniciativa, e assim enriquecer o capital comunitário;
- Constituir uma etapa numa evolução coletiva, notadamente convidando a novas iniciativas.” (Varine, 1987, p. 31).

Assim, a partir do ponto de vista da ação desenvolvida, neste caso, a pesquisa proposta, pretendeu-se encaminhar a busca de seus resultados.

No âmbito acadêmico, outros estudos já foram feitos sobre o Museu Paranaense, em geral pesquisas históricas, sobre períodos específicos ou personagens envolvidos. Cíntia Braga Carneiro (2001), por exemplo, destacou a pessoa de Romário Martins, diretor do museu no início do século XX, e a história do Museu Paranaense, enquanto Maria Regina Furtado (2006), apresentando a trajetória de outro diretor do museu, José Loureiro Fernandes – 1936 a 1943 e 1945 a 1946 –, trouxe contribuições para a montagem da história do museu. Também, diversas publicações comemorativas dos 80, 100 e 130 anos reescreveram essa história. Esta pesquisa, no entanto, pretende trazer um novo enfoque na trajetória do local, estudando-o a partir de suas práticas, das relações com a sociedade local e das contribuições para o desenvolvimento comunitário do Paraná e Curitiba. Mais ainda, objetiva pesquisar as ações museológicas do Museu Paranaense e suas relações com a sociedade paranaense, traçando seu contexto e trajetória no período determinado.

Algumas pesquisas apresentam a história dos museus no Brasil no século XIX, cada qual com abordagens específicas e muitas desconsiderando a presença do Museu Paranaense no cenário da época. Lilia Moritz Schwarcz (1993) desenvolveu uma breve história dos museus do século XIX, a partir das pesquisas etnográficas empreendidas em instituições do período, não citando o referido museu em seu trabalho; já Myrian Sepúlveda dos Santos (2004), com o estudo das políticas culturais e dos museus, apresentou como “os grandes museus brasileiros” o Museu Nacional, o Museu Paraense e o Museu Paulista, também desconsiderando o Museu Paranaense em suas reflexões. Ainda, Maria Margaret Lopes (2009), abordando a pesquisa científica em museus, citou-o na lista de museus do século XIX, mas não desenvolveu seu trabalho sobre ele.

Também nos trabalhos de Ana Maria de Alencar Alves (2001) e Nelson Sanjad (2005), os museus do século XIX foram citados, mas suas pesquisas concentraram-se nos Museus Paulista e Paraense, respectivamente. Por sua vez, Luiz Fernando Rankel (2007) estudou a Exposição Antropológica de 1882, ocorrida no Rio de Janeiro, avaliando a participação do Museu Paranaense no principal evento científico do século XIX no Brasil.

Quanto às referências atuais, destaca-se Andréa Fernandes Considera (2015), com o estudo dos fazeres museais no século XIX, no qual incluiu o Museu Paranaense, fazendo uma pesquisa comparativa entre os quatro museus: Nacional, Paraense, Paranaense e Paulista, em ordem de data de criação. Apesar de não ser o primeiro estudo sobre o Museu Paranaense – vide Carneiro (2001), Furtado (2006) e Rankel (2007) –, a autora pela

primeira vez aprofundou a história dos museus brasileiros no século XIX, incluindo-o na lista, na contramão de estudos anteriores.

Esta pesquisa pretende lançar outro olhar sobre a trajetória histórica do Museu Paranaense, destacando as direções de Agostinho Ermelino de Leão – 1876 a 1886 e 1892 a 1901 – e de Romário Martins como principais criadores, transformadores e consolidadores das ações promovidas por ele, construindo o perfil que será estudado. A partir do referencial histórico do local no período de 1874 até 1928, conhecidos seu perfil e ações nesse período, objetiva-se analisar e promover reflexões sobre as ações museológicas desenvolvidas entre 2010 e 2017 e as contribuições delas no desenvolvimento local do Paraná e de Curitiba.

Paul Ricoeur fala sobre “a carga que o passado faz pesar sobre o futuro” (Ricoeur, 2012, p. 348). Nesse sentido, com o aprofundamento das atividades desenvolvidas pelo Museu Paranaense no período estudado, busca-se trazer referências desse passado para a contemporaneidade, uma vez que “o inacabado do passado pode, por sua vez, alimentar de ricos conteúdos expectativas capazes de relançar a consciência histórica em direção ao futuro.” (Ricoeur, 2012, p. 348). “Constatar que os homens do passado formularam expectativas, previsões, desejos, temores e projetos é fraturar o determinismo histórico, reintroduzindo, retrospectivamente, contingência na história.” (Ricoeur, 2012, p. 347).

É a partir da perspectiva da reconstrução da identidade do Museu Paranaense, trazendo os referenciais museológicos de seus primeiros diretores, que se pretende trazer contribuições para as gestões atuais, trazendo a carga do passado para transformá-la em recurso para a análise das ações museológicas, em consonância com as demandas sociais da comunidade atendida. De fato, Ricoeur (2012) apresenta a carga do passado potencializada como recurso para o presente/futuro, quando entendida a partir das diferenças socialmente construídas no percurso histórico.

“A questão, a meu ver, é a seguinte: o que a noção de dívida acrescenta à de vestígio para uma fenomenologia da memória e da história? Começamos a responder esta questão tentando compreender a carga que o passado faz pesar sobre o futuro. Mas a dívida, mesmo que ela obrigue, e, assim, conecte o futuro, não se esgota na ideia de fardo. A herança é também recurso.” (Ricoeur, 2012, p. 346).

Importa destacar que, no período proposto para estudo, 1874 a 1928, o Museu Paranaense estabeleceu relações com a sociedade local, promovendo ações de promoção do desenvolvimento de setores econômicos específicos, atividades culturais e sociais e mantendo uma participação política na época. Cabe complementar que, após esse período, paulatinamente se afastou desse perfil, buscando novas referências nos modelos dos museus de história natural e, posteriormente, dos museus históricos.

Portanto, o estudo proposto busca conhecer ‘os homens do passado’, identificando os vestígios deixados por suas ‘expectativas, previsões, desejos, temores e projetos’. Essas referências poderão colaborar no reposicionamento do Museu Paranaense no período de sua criação – século XIX –, bem como contribuir nas reflexões de suas atividades na contemporaneidade.

Para a primeira parte da pesquisa, não foram encontrados muitos documentos institucionais, tendo em vista as dificuldades na sua conservação devido a problemas de estrutura física e ao grande número de mudanças de sede ocorridas. Apesar disso, foi possível achar muitos registros das ações do Museu Paranaense nas publicações jornalísticas da época. De forma semelhante ao ocorrido no Império, com a chegada de D. João VI ao Brasil, também no Paraná isso ocorreu, com a criação do Jornal Dezenove de Dezembro, já nos primeiros anos da emancipação da então província, a pedido de seu primeiro presidente, Zacarias Goes.

Em que pese o pequeno número de edições de algumas iniciativas jornalísticas no século XIX no Paraná, é grande o número de publicações registradas na Biblioteca Nacional, o que possibilitou resgatar informações importantes para a orientação desta pesquisa, como mostra o Quadro 1, que traz em destaque as principais publicações, nas quais foi encontrado o maior número de referências ao Museu Paranaense. A lista completa de periódicos encontra-se na bibliografia final.

Quadro 1– Jornais paranaenses de 1850 até 1900.

Mídia	Período				
	1850-1859	1860-1869	1870-1879	1880-1889	1890-1899
Dezenove de Dezembro	X	X	X	X	X
Almanak da Província do Paraná			X	X	X
O Paranaense			X	X	
Província do Paraná			X	X	
Echo do Paraná			X	X	
Revista do Paraná				X	
Diário da Tarde					X
O Olho da Rua					
A Galeria Illustrada				X	
A Jangada				X	
A República					X
Comercial: Publicação Hebdomadaria				X	
Der Pioner				X	
Gazeta Paranaense				X	
Jornal do Comércio				X	
Club Curitibano					X
Diário do Comércio					X
Diário do Paraná					X
Jerusalém					X

Também serviram de referência os relatórios de província da Presidência e das secretarias do Paraná do período estudado, nos quais foram encontrados muitos dos registros de criação, manutenção, direção e documentos institucionais do museu. Outras fontes importantes foram os documentos gerados pelas exposições provinciais, nacionais e internacionais, assim como são diversas as referências sobre a participação do Museu Paranaense em revistas, livros sobre eventos, relatórios e catálogos, que serviram de fontes primárias para a pesquisa. Cabe destacar, para facilitar a compreensão do leitor, que os documentos oficiais dos governos imperial, federal, provinciais e estaduais estudados, quando não explicitados seus autores, são citados pelo nome Brasil, da província ou do estado em questão, seguido do ano de sua publicação.

Ao considerar a sociedade curitibana e paranaense, que se passa a chamar somente sociedade, no espaço temporal estudado, pode-se configurar um campo social, a partir do conceito de Pierre Bourdieu, qual seja:

“O universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.” (Bourdieu, 2004, p. 20).

Quando se fala de sociedade ou comunidade curitibana e paranaense no século XIX, está-se considerando a delimitação territorial ocupada por essa sociedade, o território paranaense com suas diversidades culturais, sociais e econômicas. Entende-se, aqui, território a partir do conceito construído no documento produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2008:

“O território representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos.” (Brasil, 2008, p. 54).

Importa destacar que, mesmo definindo a sociedade na qual está inserido o Museu Paranaense como única, ela é formada por uma grande diversidade de raças, gêneros, etnias, origens sociais e políticas. Com base nessas considerações, pode-se entender esse campo, lembrando sempre que, assim como “todo campo é um campo de forças e um campo de lutas” (Bourdieu, 2004, p. 23), também a sociedade é em si um campo de disputas políticas, sociais, econômicas, intelectuais e tantos outros possíveis campos ou subcampos. Essa disputa forma, conserva ou transforma o campo de forças existentes,

trazendo referências e significados locais que precisam ser considerados quando da análise dessa sociedade (Bourdieu, 2004).

Como coloca Bourdieu, “as oportunidades que um agente singular tem de submeter às forças do campo aos seus desejos são proporcionais à sua força sobre o campo.” (Bourdieu, 2004, p. 25). Em outras palavras, configuram seu capital simbólico, com capacidade de alterar os rumos de um campo de forças. Nesse campo de lutas, as forças movimentam-se a partir dos agentes envolvidos, de acordo com seus capitais políticos, sociais, econômicos e intelectuais. O capital desses agentes dá o suporte para um maior resultado nas ações empreendidas por eles.

Desse conceito de campo, agente e capital desenvolvido por Bourdieu (2004), pode-se também traçar o campo da sociedade paranaense e curitibana no fim do século XIX, período de criação e consolidação do Museu Paranaense. Exemplos são alguns dos seus diretores, que reuniram um grande capital simbólico que teve especial importância na construção da trajetória do museu. Em especial, vale destacar Agostinho Ermelino de Leão, João Cândido da Silva Murici (1874 a 1902), Romário Martins e José Loureiro Fernandes, cada qual com seu capital próprio.

O conceito de capital desenvolvido por Bourdieu (2004), aliás, toma especial importância na compreensão da trajetória histórica do Museu Paranaense, sendo a influência pessoal dos personagens envolvidos no período estudado determinante na participação do museu na sociedade paranaense, inclusive se tornando ferramenta de troca de influências sociais e políticas. Trazer à tona os capitais sociais, políticos, culturais e intelectuais de alguns dos personagens que construíram sua identidade é reconstituir essa identidade como referência para a contemporaneidade, é trazer o “sinal de sangue” do Museu Paranaense (Chagas, 1999). Bourdieu (2004) será retomado mais à frente, quando da apresentação das referências das pessoas envolvidas na direção do Museu Paranaense durante o período de estudo desta pesquisa.

Em virtude dessas considerações, faz-se importante explicitar alguns conceitos que foram utilizados anteriormente e continuarão a ser empregados.

Quando se fala de comunidade ou sociedade, considera-se a proposta de Varine, para quem comunidade é “uma população vivendo sobre um território.” (Varine, 1987, p. 30). Destaca, ainda, que essa população possui a consciência “das afinidades e diferenças que caracterizam seus elementos” (Varine, 1987, p. 30), assim como das relações existentes entre esses elementos e o meio ambiente. Finaliza com a importância de terem “um futuro, ao menos parcialmente, em comum.” (Varine, 1987, p. 30). A partir do alinhamento desse conceito, configura-se a comunidade tratada neste trabalho. Ao mencionar à comunidade ou sociedade paranaense ou curitibana, está-se referindo à população que habita o território

compreendido pela província do Paraná, seja toda ela, seja especificamente a capital, Curitiba.

Retomando o conceito de campo de Bourdieu (2004), considera-se a comunidade ou sociedade paranaense e curitibana um campo simbólico ou um campo social e, como tal, um espaço de conflitos e lutas, em que se destacam as lutas de classe, representadas, por um lado, pela elite rural paranaense, em especial, as elites ervateira e madeireira da província. Essa elite, tendo em vista identificar uma cultura própria, tem grande importância no reconhecimento das ações promovidas pelo museu no período estudado.

Cabe também a explicitação do conceito de cultura, para o qual também se recorre a Varine, para quem corresponde ao “conjunto de soluções encontradas por um homem e pelo grupo, aos problemas que lhes são colocados por seu meio ambiente natural e social.” (Varine, 1987, p. 30). A partir dele, é possível reconhecer as soluções propostas pela elite citada, das quais muitas se concretizaram nas ações promovidas pelo museu.

Retomando Bourdieu (2004), quando destaca os significados e referências locais como características de um campo simbólico, conhecê-los é de central importância para o reconhecimento das ações que nortearam as soluções encontradas pela sociedade em questão. Nesse sentido, é possível avançar, qualificando o próprio Museu Paranaense como uma solução encontrada por um grupo social que compõe um campo social, sendo ele expressão de significados e referências locais dessa comunidade, especificamente, de parte de uma comunidade maior que compõe os conflitos sociais desse campo social.

Com base em Varine, também se faz o entendimento do conceito de ações como “linguagem privilegiada da cultura, pois é o meio de exprimir, frequentemente, melhor que por palavras, as relações que se tem como o meio ambiente e com os outros.” (Varine, 1987, p. 31).

Para além desses significados e referências ou soluções encontradas pela comunidade, é importante refletir sobre todos os processos e conflitos, tendo significação somente quando pensados no sentido de um desenvolvimento comunitário, outro conceito entendido aqui como ‘conceitos, atos e esforços’, sejam eles coletivos ou individuais, visando ao ‘avanço social, cultural, econômico e humano’ da comunidade em questão.

“É o conjunto de conceitos, atos e esforços, visando favorecer o avanço social, cultural, econômico e, em geral, humano de uma certa comunidade, por iniciativa de seus membros tratados, às vezes, individualmente, às vezes, coletivamente.” (Varine, 1987, p. 29). O conceito de desenvolvimento comunitário proposto por Varine (1987) está ligado diretamente à dimensão política e, segundo o autor, ao desenvolvimento da ‘vida cultural’, vista a partir de um processo holístico, mesmo que considerado a partir de uma dinâmica individual ou coletiva. O conceito será trabalhado em outros momentos, a partir dos

documentos estudados, incluindo então as questões relativas ao desenvolvimento e ao patrimônio.

A partir dessas primeiras reflexões, configuram-se, a seguir, os objetivos geral e específicos, bem como hipóteses que pretendem ser validadas, ou não, durante o desenvolvimento deste trabalho.

Objetivo geral

Pesquisar o percurso histórico do Museu Paranaense, situando-o nos contextos museológico e museográfico brasileiros, construindo indicadores que possam contribuir para a melhoria de sua gestão e o aprimoramento de suas relações com a sociedade local.

Objetivos específicos

1. Pesquisar os contextos histórico e cultural do Brasil no século XIX, os museus criados nesse período e suas relações com o Museu Paranaense.
2. Identificar as origens das coleções do Museu Paranaense e suas relações com a sociedade.
3. Pesquisar os diversos edifícios ocupados pelo Museu Paranaense, a constituição de suas coleções e suas relações com a sociedade.
4. Identificar e analisar as ações de pesquisa, preservação e comunicação, os programas e os projetos desenvolvidos pelo Museu Paranaense junto à sociedade na atualidade, a partir da interação com sua equipe.

Hipóteses

1. O Museu Paranaense faz parte do grupo de museus denominados museus brasileiros do século XIX.
2. A invisibilidade do Museu Paranaense na historiografia dos museus brasileiros do século XIX dá-se pelo não alinhamento ao modelo de museus então existentes, bem como por não fazer parte dos eixos econômico, político e cultural brasileiros no período.
3. A criação do Museu Paranaense deve ser considerada em 1874, sendo sua primeira sede a Tesouraria Provincial e a primeira ação de comunicação de seu acervo a Exposição Provincial de 1875.

4. As ações museológicas desenvolvidas no Museu Paranaense, dentro de seu contexto e realidade temporal, contribuíram para o estreitamento das relações com a sociedade local, para o desenvolvimento comunitário da província e do estado do Paraná.
5. Em que pese o desenvolvimento da sociedade paranaense, as ações museológicas desenvolvidas pelo museu atenderam à demanda de uma elite agrícola, em especial, a burguesia ervateira e campeira da província e do estado do Paraná.
6. As ações museológicas contemporâneas do Museu Paranaense continuam a atender à demanda de uma elite paranaense, em especial, a elite intelectual, acadêmica e econômica de Curitiba.
7. A metodologia adotada possibilitou a interação entre o pesquisador e a equipe do Museu Paranaense, contribuindo para o processo de avaliação da instituição e a elaboração de novas estratégias, com o objetivo de aprimorar sua gestão e incrementar suas relações com a sociedade local.

Para discutir as questões de partida apresentadas, cumpre conhecer os caminhos e contextos do Museu Paranaense, buscando referências que colaborem na reconstrução de sua identidade, trazendo reflexões das ações museológicas desenvolvidas por ele na contemporaneidade.

Confirmar ou negar as hipóteses propostas possibilitará reflexões que promovam uma visão crítica das ações do Museu Paranaense, trazendo para suas práticas a comunidade curitibana e paranaense, com sua diversidade social, econômica e cultural, de forma participativa e colaborativa. Para tanto, importa conhecer a trajetória da constituição das suas coleções, suas origens, suas organizações e classificações e as relações dessas coleções com as relações do museu com a sociedade atendida, bem como rever os espaços ocupados pelo museu, seus edifícios, as origens desses locais, as ações desenvolvidas e as relações promovidas por essas ações e sua comunidade.

Arco temporal

Para o desenvolvimento dos objetivos propostos, como recorte temporal, optou-se por estudar o Museu Paranaense em dois períodos distintos: primeiramente, de sua criação até 1928, período que compreende, em especial, as gestões de Agostinho Ermelino de Leão e Romário Martins, diretores que consolidaram o papel do museu na construção da

identidade e história da província e estado do Paraná; em um segundo momento, o período contemporâneo de 2011 a 2017, sob a direção atual de Renato Carneiro Junior.

No intuito de justificar a definição do arco temporal, retomam-se as recomendações da Unesco para os museus:

“16. Os Estados Membros são encorajados a apoiar a função social dos museus, destacada pela Declaração de Santiago do Chile, de 1972. Os museus são cada vez mais vistos, em todos os países, como tendo um papel chave na sociedade e como fator de promoção à integração e coesão social. Neste sentido, podem ajudar as comunidades a enfrentar mudanças profundas na sociedade, incluindo aquelas que levam ao crescimento da desigualdade e à quebra de laços sociais.” (Unesco, 2015, parágrafo 16).

São esse ‘papel chave na sociedade’ e a ‘promoção à integração e coesão social’ que trazem referenciais para a definição do arco temporal, buscando fontes históricas na forma de atuação do Museu Paranaense na sociedade do século XIX, bem como indicadores para a análise da atuação do museu na contemporaneidade.

Retornando ainda mais, 40 anos antes da publicação das recomendações da Unesco, em 1975, aconteceu o I Encontro de Dirigentes de Museus, realizado pela Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, marco brasileiro das novas propostas para os museus surgidas nas discussões da Mesa de Santiago do Chile, em 1972. Em seus sete Grupos de Trabalho – GTs, foram discutidas questões centrais sobre os novos rumos dos museus no Brasil, inclusive já organizando as linhas gerais da Política Nacional de Museus de 2007, sua estrutura e recomendações. O encontro contou com grande número de representantes dos museus brasileiros e a participação e apresentação em sessão de comunicação do Museu Guido Viaro, de Curitiba, representado por seu diretor, professor Vicente Jair Mendes.

Os resultados apresentados no relatório desse encontro sugerem questões que devem ser respondidas para o alinhamento das ações promovidas pelos museus com as suas novas demandas:

“Neste mundo em gestação, o museu ainda tem profundas razões de ser, e não, obviamente, como resquício do passado ou organismo retrógrado e anacrônico. Para tanto, porém, é indispensável buscar a resposta a certas questões preliminares, muitas das quais podem ser resumidas em três grupos:

- Que funções (novas) o museu, como instituição, deve ter a serviço da comunidade?
- A quem serve o Museu?
- Quais os principais problemas relativos à integração do museu com a comunidade?” (Brasil, 1976, p. 8).

As questões propostas pelo GT-07 no encontro de 1975 são centrais para entender o papel social dos museus, em especial, no Brasil, foco desta pesquisa. ‘A quem serve o museu’ e os ‘problemas relativos à integração do museu com sua comunidade’ são perguntas que precisam ser respondidas, inclusive buscando referências históricas que contribuam para a reconstrução da identidade dos museus, trazendo novos pontos de vista sobre eles, suas comunidades, suas relações e conflitos, sua participação na construção de novos paradigmas de cidadania e participação social.

Mas, se o que se quer é avaliar as ações desenvolvidas no Museu Paranaense em sua gestão contemporânea, como justificar a necessidade de retornar aos primeiros anos da sua criação? O que esse retorno ao passado trará como referência para sua identidade?

Jacques Le Goff traz em sua reflexão a importância de conhecer e reconhecer o passado para trazer à tona a formação da identidade do objeto desejado, neste caso, o Museu Paranaense. Segundo ele, “a ausência de um passado conhecido e reconhecido, pode também ser fonte de grandes problemas de mentalidade ou identidade coletivas” (Le Goff, 1990, p. 204). Assim, busca-se reconhecer uma das dimensões do presente propostas por Santo Agostinho em *Confissões XI*, Capítulo XX: “o presente do passado”, definida como “o presente do passado é a memória.” (Agostinho, 2004, p. 273).

O salto temporal proposto entre os períodos pesquisados – 1874 a 1928 e 2011 a 2017 – tem especial importância para poder reconhecer e registrar o perfil das ações desenvolvidas pelo Museu Paranaense no primeiro deles, bem como reconhecer como se davam as relações do museu com a sociedade da época. Busca-se, então, conhecer o passado, não como modelo para o presente, mas como experiência vivida que poderia trazer novos referenciais para o presente, possibilidade de inovação e de mudança. Le Goff apresenta o estudo do passado como a busca de “fendas através das quais se insinuam a inovação e a mudança.” (Le Goff, 1990, p. 213).

Em que pesem as inovações e mudanças ocorridas na trajetória do Museu Paranaense, buscaram-se referências de seu processo socialmente construído, da reconstrução de sua identidade, a partir de um período não estudado ou pouco documentado – 1874 a 1928. Com isso, objetiva-se entender o passado como um ‘processo de tornar-se presente’, destacando a função social da história como análise do sentido do passado na sociedade, desvelando e analisando também as mudanças e transformações que impactaram no presente estudado, buscando referências que legitimem esse presente, como destaca Eric J. Hobsbawm, historiador britânico:

“O que agora legitima o presente e o explica não é o passado como um conjunto de pontos de referência (por exemplo, a Magna Carta), ou mesmo como duração

(por exemplo: a era das instituições parlamentares), mas o passado como um processo de tornar-se presente.” (Hobsbawm, 1998, p. 30).

O autor reforça a importância da genealogia, como enfoque histórico, em relação ao uso social da história, destacando que, mesmo que o estudo histórico tenha serventia para legitimar inovações e melhorias no presente, a história cumpre seu papel social (Hobsbawm, 1998). Considera-se, aqui, a genealogia um enfoque da história que entende o presente como um contínuo do passado, com especial importância para os que buscam fendas para a promoção de inovações e mudanças no presente: “O sentido do passado como uma continuidade coletiva de experiência mantém-se surpreendentemente importante, mesmo para aqueles mais concentrados na inovação e na crença de que novidade é igual a melhoria.” (Hobsbawm, 1998, p. 32). Assim, pretende-se reconhecer a função social do Museu Paranaense em seus primeiros anos, colaborando na reconstrução de sua identidade, de forma a promover reflexões sobre seu papel social na contemporaneidade.

Delimitou-se, então, o primeiro período estudado com base em pesquisas iniciais nas quais as ações desenvolvidas pelo Museu Paranaense tiveram perfis diferenciados dos museus do século XIX, eminentemente museus de história natural ou científicos, a partir do modelo proposto pelo Museu Nacional, em 1818. A percepção de um modelo de museu diferenciado está pautada nas relações existentes entre o museu e a sociedade paranaense, apresentadas mediante a constituição de suas coleções e promoção de ações sociais demonstradas nos capítulos II e III e que fazem parte das hipóteses previstas nesta pesquisa.

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses descreve o perfil dos museus no século XIX, destacando que “o paradigma é o museu de História Natural, que representa o casamento mais íntimo entre conhecimento e museu.” (Meneses, 2002, p. 29). A partir dessas reflexões, apresenta o perfil dos museus brasileiros, inclusive citando os quatro museus que fazem parte desse período: Nacional, Goeldi, Paranaense e Paulista. Considerando esse perfil, percebe-se que o modelo seguido pelo Museu Paranaense não coaduna com a descrição feita pelo autor, tampouco com o perfil de museus brasileiros no período. Tal percepção surge a partir de registros históricos que fazem estudar as relações do Museu Paranaense no período de sua criação, bem como trazem informações sobre a sociedade paranaense. Meneses ainda afirma sobre os museus brasileiros: “Nenhum deles trouxe contribuição seminal para o conhecimento da sociedade brasileira.” (Meneses, 2002, p. 32).

A partir das considerações de Meneses (2002) e considerando as pesquisas atuais sobre os museus do século XIX, pode-se apontar um perfil diferenciado do Museu Paranaense, inclusive com ações focadas nas demandas da sociedade da época, mesmo que direcionadas para alguns setores desta.

Utilizar a história para entender as características sociais e o envolvimento do Museu Paranaense no século XIX tem como objetivo marcar as semelhanças e as diferenças desse museu nos períodos estudados, buscando referências para a reconstrução de sua identidade como ferramenta cultural de desenvolvimento social. Nesse sentido, destacam-se as reflexões sobre a história feitas por Meneses:

“Com o tempo, percebi que o grande papel da história antiga na formação do historiador se relacionava com a ideia de que a história é a disciplina das diferenças. **Isto é, se o que se tenta entender não é tanto o passado, mas, pelo passado, a dinâmica da sociedade, isso significa que a diferença é o que conta para você percorrer esse caminho.** No caso das sociedades antigas, ainda com uma vantagem: elas parecem muito próximas, principalmente a Grécia - quando você pensa em instituições políticas, arte – mas se a gente for examinar de perto, não são. **Então, eu diria que a história antiga cria a oportunidade de se entender o que são as sociedades em seu funcionamento e transformação, de entender a própria historicidade.**” (Meneses, 2011, p. 414, grifo nosso).

Nesta pesquisa, empregam-se as diretrizes de Meneses (2011) não na história antiga, mas na história do Paraná e do Museu Paranaense no século XIX, buscando entender as relações do museu com a sociedade paranaense, suas trocas, suas ações de desenvolvimento e sua influência social, política e econômica. A partir desses dados, as reflexões partem para o museu na contemporaneidade, as mudanças ocorridas em seu perfil e suas relações com a sociedade, buscando ‘entender a própria historicidade’ do Museu Paranaense.

Retomam-se, aqui, as colocações de Ricoeur quanto ao papel desenvolvido pelos dirigentes do Museu Paranaense entre 1874 e 1928, “suas expectativas, previsões, desejos, temores e projetos.” (Ricoeur, 2012, p. 346). Assim, quais são as rupturas existentes, as concepções museológicas adotadas e, em suma, os perfis do museu nos dois períodos? Quais foram as dívidas deixadas pelo Museu Paranaense do século XIX? Como essa herança pode ser transformada em recursos para novos desafios? O arco temporal proposto pretende trazer respostas a essas indagações e indicadores que colaborem na melhoria das ações desenvolvidas pelo museu na contemporaneidade, justificando-se, assim, sua definição.

Finalizam-se as justificativas da definição do arco temporal com colocações feitas por integrantes da Banca de Júri Prévio desta pesquisa, na qual foi declarado desconhecimento quanto a museus que, durante o século XIX, tiveram a construção de suas coleções pautada por doações da comunidade, fato que encontra ocorrências semelhantes em experiências de museus comunitários a partir do século XX. Importa afirmar que não há dados que possibilitem essa afirmação, mas esse registro ajuda a justificar o salto temporal entre os períodos que compõem o estudo.

Metodologia

Quanto às questões metodológicas, as quais serão descritas a seguir, merece destaque a proposta de trazer a voz dos técnicos envolvidos no cotidiano do museu para contribuir nas reflexões apresentadas, revelando um novo olhar para a instituição. O objetivo é oportunizar uma perspectiva diferenciada que, para além das contribuições na pesquisa, possibilite a construção de um processo participativo no seu desenvolvimento, permitindo o crescimento mútuo do pesquisador e do corpo técnico do museu.

Para o desenvolvimento da pesquisa ora apresentada, a abordagem metodológica utilizada foi a qualitativa, com a escolha de pesquisa documental e bibliográfica. Considerando a diversidade da documentação empregada e a proposta de análise de conteúdos por categorias, a interpretação dos documentos estudados passou pelo crivo do pesquisador, sujeito da pesquisa, ponto que não pode ser excluído da análise científica do processo. Assim, os modos de o pesquisador perceber, compreender e analisar os documentos estudados possibilitaram um determinado ponto de vista, a partir de sua historicidade, que deve ser levada em consideração. Recordar-se que, na abordagem qualitativa, se considera um sujeito ativo no processo de pesquisa, que interfere nos fatos, o que deve ser considerado.

Em suas reflexões sobre a pesquisa qualitativa, Chizzotti apresenta Kant, que faz uma crítica ao empirismo quando indica a possibilidade de conhecimentos que não partem somente de experiências, sendo necessária “uma apreensão sensível de objetos” (Chizzotti, 2006, p. 41), ou seja, Kant coloca algumas categorias de conhecimento das quais o pesquisador já tem noções, um *a priori* que condiciona sua maneira de ver o objeto de pesquisa. Esse pesquisador, com suas categorias *a priori*, vai em busca de conhecer o objeto. O mundo do sujeito é determinante, sendo o inverso do processo empirista, no qual o objeto sensibiliza o sujeito que irá analisar sua percepção. Em contraposição ao empirismo, que pretendia explicar os fatos, o idealismo surge como uma forma de compreendê-los, levando em consideração fatores históricos, sociais e individuais.

A adoção de uma abordagem qualitativa não significa uma pesquisa com menor rigor científico, visto que a longa tradição histórica e o embasamento teórico desse tipo de pesquisa não pressupõem ingenuidade nessa abordagem. O objeto de estudo não surge do nada, mas tem uma história que deve ser levada em consideração, assim como o sujeito pesquisador, que tem relações com as pessoas e outros objetos, escolhas, história e relações de valores com as coisas envolvidas, privilegiando algumas e desconsiderando outras. Cada sujeito pode dar significados próprios para suas pesquisas, criando uma

relação dinâmica entre ele e o objeto; desse modo, o mesmo objeto pode ser encarado de diferentes maneiras, com significados distintos, em tempos diversos, por diferentes sujeitos. O objeto está em uma relação histórica e não é o mesmo no transcorrer do tempo.

A validade dessa abordagem baseia-se no reconhecimento da realidade do pesquisador. Suas experiências, história e referências são apresentadas e consideradas. Não seria adequada uma visão ingênua de não interferência do sujeito da pesquisa no objeto pesquisado, como citado anteriormente. Ainda, a partir da posição adotada referente à historicidade do pesquisador, propõe-se a estratégia de pesquisa participativa, de forma a questionar e contrapor as posições adotadas na seleção e análise dos dados durante o processo de pesquisa, trazendo outras vozes durante seu desenvolvimento.

Essa proposta pretendeu abrir espaço para participação e colaboração da equipe técnica do Museu Paranaense, com reuniões periódicas de apresentação dos trabalhos executados e espaços de discussão, sugestões e contribuições no encaminhamento dos trabalhos desenvolvidos. Especificamente, para a pesquisa do período atual do museu, foram feitas entrevistas direcionadas e gravadas com a direção do museu em separado e com as equipes em grupos, para o melhor levantamento de dados. Dessa forma, de acordo com Joel L. Kincheloe e Peter McLaren (2006), registram-se vozes contestadoras das posições definidas na pesquisa, característica de uma proposta crítica e ética no que tange às questões científicas adotadas. Além disso, essa proposta estratégica avança no processo de disseminação do conhecimento construído durante a trajetória da pesquisa, possibilitando o desenvolvimento da equipe que participa desse processo. Nesse sentido, Chizzotti destaca: “A disseminação do conhecimento é parte relevante da pesquisa participativa.” (Chizzotti, 2006, p. 97).

Considerando a opção pela pesquisa documental e bibliográfica, já explicitada, cumpre destacar a importância do documento, muitas vezes o único registro de atividades passadas (Cellard, 2012). Buscaram-se, assim, documentos diversos que apresentassem informações sobre o objeto de estudo proposto, bem como suas relações com os diversos personagens de época. Já no tocante à pesquisa bibliográfica, objetivou trazer as vozes de outros pesquisadores que registraram seus olhares sobre o objeto de pesquisa e seus contextos no período pesquisado.

Em resumo, com a pesquisa documental e bibliográfica, buscou-se trabalhar de forma crítica, cruzando as fontes, a fim de trazer dados suficientes para uma análise aprofundada dos objetivos aqui propostos. Foi utilizada uma diversidade de documentos, que permitiu uma visão histórica diversificada do Museu Paranaense, a partir de jornais locais e nacionais da época ligados ao governo e de outras vertentes, relatórios produzidos pelo museu e pelos governos locais, livros da época e atuais e legislações. Essas visões

diversas levaram a uma análise mais acurada do museu, suas ações e dos papéis de seus dirigentes.

Para o tratamento e análise dos dados, optou-se pela análise de conteúdo, que, segundo Chizzotti (2006), é uma técnica de análise de materiais documentais, sejam eles em quaisquer formas de comunicação: escrita, oral, visual, gestual. No caso, foram utilizados diversos tipos de documento físico e digital, criando-se categorias de classificação de conteúdos para análise posterior.

Quanto ao perfil das fontes pesquisadas, cumpre apresentar algumas características das fontes jornalísticas utilizadas nesta pesquisa, em especial, as publicações de jornais e revistas, bem como as estratégias adotadas. Para que fosse possível abarcar um maior número de publicações regionais e nacionais, no largo período pesquisado, foram empregadas ferramentas de pesquisa nos jornais digitalizados e disponíveis na Biblioteca Nacional. Essas ferramentas, muitas vezes, não dão conta de buscar todas as ocorrências existentes do termo pesquisado, visto a qualidade do material não possibilitar devido a problemas na digitalização, defeitos de impressão, deterioração do material etc. Assim, foram encontradas citações não identificadas pela ferramenta de pesquisa, quando da leitura linear dos materiais pesquisados.

Vale lembrar, ainda, a falta de padronização dos jornais e revistas da época, tendo sido encontrados problemas de gramática e ortografia, que também dificultaram a pesquisa. Um exemplo disso é a palavra 'museu', encontrada em diversas grafias: museu, museo, muzeu, muzeo. Para além da língua portuguesa, no caso específico do Museu Paranaense, são diversas as formas de sua referência: Museu Paranaense, Museu do Ermelino, Museu de Curitiba, Museu da Capital, Museu da Província, Museu do Estado do Paraná, Museu, Parque do Museu, Museu do Romário, todos os termos encontrados somente no período pesquisado.

Também quando da pesquisa de personagens envolvidos, o problema repetiu-se: Agostinho Ermelino de Leão, Ermelino, Ermelino de Leão, Agostinho Leão, Alfredo Romário Martins, Romário Martins, Martins, Romário, sem contar com os enganos ocorridos nas fontes que citam o primeiro diretor, Agostinho Ermelino de Leão, desembargador, confundindo-o com Ermelino Agostinho de Leão – seu filho, historiador –, Agostinho Ermelino de Leão Junior – seu filho e neto, empresário – e Agostinho Ermelino de Leão – seu pai, comendador.

Na seleção dos materiais para análise, foi igualmente considerada a repetição dos temas tratados dentro da mesma referência. Um exemplo disso diz respeito às publicações das chamadas para participação na Exposição Nacional de 1908, havendo uma série de

chamadas em edições seguidas dos jornais, tendo sido selecionada somente uma para análise.

Destaca-se que conhecer melhor o cenário das fontes pesquisadas tem especial importância, pois permite perceber que o número de citações do Museu Paranaense nas mais diversas formas de escrita e jornais é muito grande, o que demonstra a forte participação do museu no cotidiano jornalístico da época.

Antes de apresentar a estrutura dos capítulos que compõem o relatório desta pesquisa, cumpre fazer algumas reflexões sobre as contribuições da pesquisa para o campo da museologia, para o Museu Paranaense e para a comunidade local, pensadas em curto prazo.

Para o campo da museologia, esta pesquisa pretende atualizar o caminhar histórico do Museu Paranaense, a partir de um olhar museológico, caracterizando suas ações museológicas. Segundo Maria Célia Teixeira de Moura Santos, considerando o perfil humanístico da nova museologia, assim como da museologia social e da sociomuseologia, todas buscam suas referências a partir do estudo das histórias socialmente construídas dos museus, não podendo se dissociar suas ações das “experiências passadas e embrionárias.” (Santos, M. C., 2002, p. 95).

Já para o Museu Paranaense, pesquisar os caminhos, contextos, ações museológicas e interações com a sociedade procura promover um processo de reflexão e avaliação sobre a instituição, envolvendo os diferentes segmentos internos e da comunidade, buscando a transformação de suas práticas.

Segundo M. C. Santos, processos pautados na ação-reflexão possibilitam o avanço na construção de novos conhecimentos, condição mínima para melhorias na organização e na gestão de museus: “O constante processo de ação e reflexão realizado, ao longo do caminhar, tem nos permitido avançar bastante em relação à organização e gestão de museus, e em relação à construção do conhecimento, nas áreas da museologia e da educação.” (Santos, M. C., 2002, p. 108).

Nesse sentido, esta pesquisa objetiva, ainda, desenvolver condições que permitirão a construção de um processo de planejamento museológico participativo, envolvendo a equipe do museu, seus visitantes e a comunidade local. Em síntese, a pesquisa visa a contribuir para que a comunidade local possa se apropriar do Museu Paranaense, como seu patrimônio, “nutrindo-se deste patrimônio e produzindo patrimônio.” (Varine, 2013, p. 20).

Estrutura da tese

O relatório desta pesquisa conta com seis capítulos, além desta introdução, organizados da seguinte forma:

1. Capítulo I – Brasil e Paraná no século XIX, políticas culturais e museus

Neste capítulo, são apresentados os contextos histórico, econômico e social brasileiros e paranaenses no século XIX, os quais servem de cenário para as políticas culturais que são base para a criação dos museus brasileiros do período: Museu Nacional, Museu Paraense, Museu Paranaense e Museu Paulista.

É feito um paralelo dos processos históricos nacionais e provinciais, destacando pontos comuns e diferenças, em especial no que tange às políticas culturais. No fim, retoma-se a história dos museus citados, algumas características próprias, aproximações e distanciamentos do Museu Paranaense.

2. Capítulo II – Museu Paranaense de 1874 a 1902: um capital político e social

A partir de documentos pesquisados, são traçadas as primeiras características e análises do Museu Paranaense entre sua criação, em 1874, e 1902, período no qual foi dirigido por Agostinho Ermelino de Leão, na maior parte.

São estudados os documentos de criação e consolidação do Museu Paranaense, a formação de suas coleções, seus edifícios no período, suas relações com a sociedade local e suas ações museológicas. Busca-se também, a partir das pesquisas documentais realizadas, discutir as referências existentes do museu, confirmando ou contrapondo a história adotada até o momento, bem como apresentar o papel de Agostinho Ermelino de Leão e seu grande capital político e social, como personagem central na formação identitária do Museu Paranaense.

3. Capítulo III – Museu Paranaense de 1902 a 1928: um capital intelectual

De forma semelhante, agora no período de 1902 a 1928, a partir da estrutura construída no capítulo II, a pesquisa traça as características e análises do período do Museu Paranaense quando dirigido por Romário Martins, seu capital intelectual, suas relações com a sociedade local, as ações museológicas do museu e suas trajetórias.

4. Capítulo IV – Um salto temporal: Museu Paranaense e as ações museológicas contemporâneas

Com vistas à possibilidade de análise das ações contemporâneas do Museu Paranaense, de forma semelhante aos capítulos anteriores, é feito o levantamento das suas ações museológicas e relações com a sociedade, agora no tempo atual, considerando a direção de Renato Carneiro Junior.

Para não perder as referências históricas entre os períodos adotados para esta pesquisa, a trajetória compreendida entre 1928 e 2011 é trazida como pano de fundo para a exploração do período proposto: 2011 a 2017.

5. Capítulo V – Reflexões rumo aos 150 anos do Museu Paranaense: caminhos, contextos, ações museológicas e interações com a sociedade

A partir das referências museológicas do período estudado – 1874 a 1928 – e das ações promovidas atualmente, exploradas nos capítulos anteriores, são apresentadas análises sobre as ações do Museu Paranaense em sua gestão atual, bem como propostas de ação de trabalhos participativos com a comunidade local e sua diversidade, além de propostas de reflexão e construção de linhas de ação para o museu rumo aos seus 150 anos.

6. Capítulo VI – Construindo perguntas, encontrando respostas, provocando novas reflexões

Este capítulo traz como conclusão a avaliação das propostas iniciais da pesquisa, as hipóteses, suas confirmações ou negações. Assim, são discutidos os resultados obtidos, as possibilidades de evolução da equipe do museu e de suas ações, as contribuições da pesquisa para a historiografia dos museus brasileiros no século XIX, entre outros temas que surgiram no processo da pesquisa.

Encerra-se, então, com os componentes necessários de bibliografias, anexos e apêndices.

De forma metafórica, a estrutura desta tese foi pensada como uma exposição futurista para os 150 anos do Museu Paranaense, pautada nas reflexões teóricas, na análise dos dados coletados, nas narrativas e sugestões dos sujeitos envolvidos na pesquisa, bem como nas recomendações da Unesco (2015).

Essa exposição organiza-se em um roteiro de seis espaços, a partir da entrada, em um ambiente que retrata os contextos histórico, social e político do Brasil e do Paraná, construídos a partir do contexto cultural, com destaque aos museus no século XIX. Na

sequência, há duas salas com dois momentos históricos do Museu Paranaense, nos quais se percebem ações no sentido de atendimento das necessidades da comunidade local quanto ao seu desenvolvimento, lembrando sempre qual comunidade específica está sendo atendida. Esses dois espaços propõem indicadores, a partir dos quais são construídas as propostas para a exposição dos 150 anos.

Segue a exposição com mais um ambiente, em que são reveladas as ações contemporâneas do museu e o envolvimento da comunidade com essas atividades, percebidas com base nos indicadores socialmente construídos, apresentados nas duas salas anteriores.

A exposição tem seu final em outras duas salas. Na primeira, a partir de propostas de ações para o futuro, são indicados projetos para as comemorações dos 150 anos do museu. Na segunda e última sala, são trazidas reflexões e provocações para o visitante quanto ao papel do Museu Paranaense como ferramenta propulsora de desenvolvimento comunitário, à sua representação e à sua apropriação por essa comunidade.

Nos corredores que ligam as salas, são apresentadas informações complementares aos temas tratados nelas, que possibilitam ao visitante a construção de novas referências, novos conhecimentos. Nesses caminhos, também é mostrada a equipe técnica do museu, com suas participações na proposta e na montagem da exposição.

Completando o roteiro de visita, o visitante tem à sua disposição um espaço de estudos com as fontes utilizadas para o desenvolvimento da exposição: livros, periódicos, relatórios, imagens, objetos.

Ficaria, então, o roteiro da visita estruturado da forma que segue:

Sala I – Brasil e Paraná no século XIX, políticas culturais e museus

Sala II – Museu Paranaense de 1874 a 1902: um capital social

Sala III – Museu Paranaense de 1902 a 1928: um capital intelectual

Sala IV – Um salto temporal: Museu Paranaense e as ações museológicas contemporâneas

Sala V – 150 anos do Museu Paranaense: iniciativa, ação e desenvolvimento comunitários

Sala VI – Construindo perguntas, provocando novas reflexões

Corredores – Documentos, notícias, objetos

Biblioteca – Livros, periódicos, iconografias

Com esse roteiro, não se pretende o afastamento do caráter acadêmico e científico da pesquisa, mas, a partir desses critérios, contribuir para a construção de novos

patrimônios de forma participativa, tendo como objetivo principal a promoção de um sentimento de pertencimento ao Museu Paranaense pela sua comunidade. Seja bem-vindo a essa exposição!

Capítulo I – Brasil e Paraná no século XIX, políticas culturais e museus

Se a gente lembra só por lembrar
O amor que a gente um dia perdeu
Saudade inté que assim é bom
Pro cabra se convencer
Que é feliz sem saber
Pois não sofreu

Porém se a gente vive a sonhar
Com alguém que se deseja rever
Saudade, entonce, aí é ruim
Eu tiro isso por mim
Que vivo doído a sofrer

Que nem jiló

(Luiz Gonzaga / Humberto Teixeira)

Neste capítulo, é abordado o tema da política cultural, buscando analisar os contextos histórico e cultural do Brasil e do Paraná no século XIX, período de criação do Museu Paranaense. Nesse sentido, é estudado o surgimento dos museus clássicos no período, conhecendo sua gênese e relações com o Museu Paranaense, com o objetivo de trazer reflexões sobre o momento histórico da criação deste e seu envolvimento com a sociedade local, buscando indícios sobre seu papel no desenvolvimento social, político e econômico na época. Para tanto, parte-se do conceito de política cultural, que, segundo Antônio Albino Canelas Rubim, foi poucas vezes explorado na bibliografia nacional: “Raros são os textos preocupados, por exemplo, com a teorização e a definição de políticas culturais.” (Barbalho & Rubim, 2007, p. 142).

Teixeira Coelho assim conceitua política cultural:

“A política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável.” (Coelho, 1997, p. 293).

Rubim complementa essa definição caracterizando-a como um “conjunto articulado, continuado e sistemático de formulações e intervenções.” (Rubim, 2015, p. 12).

Considerando que o período de interesse desta pesquisa é a segunda metade do século XIX e, em especial, o contexto paranaense, cumpre destacar que este está diretamente relacionado com o brasileiro. Assim, passa a ser importante expandir a análise ao início do século XIX, mais especificamente, a 1808, época da vinda da corte portuguesa ao Brasil. Cumpre, ainda, esclarecer que as políticas culturais em questão dizem respeito a uma elite letrada, erudita, ligada a um conceito de cultura vigente no período. A produção cultural da população nativa não era considerada.

1.1 Brasil: políticas culturais e contextos histórico, econômico e social

1.1.1 História e cultura

Em termos de políticas culturais e de formação, a colonização portuguesa não é exemplo que pode ser seguido. Alexandre Barbalho descreve a situação do campo cultural brasileiro no período que antecedeu a vinda da corte para o Rio de Janeiro: “Não só nunca investiu na formação de um campo cultural minimamente estruturado, como impediu a sua configuração a partir da iniciativa privada.” (Barbalho & Rubim, 2017, p. 2).

Na mesma linha, José Bonifácio de Andrade e Silva, ainda no século XIX, desenvolveu suas reflexões afirmando o interesse da construção de um povo sem nacionalidade, facilitando a dominação portuguesa na colônia: “Se o antigo despotismo foi insensível a tudo, assim lhe convinha ser por utilidade própria: queria que fôssemos um povo mesclado e heterogêneo, sem nacionalidade, e sem irmandade, para melhor nos escravizar.” (Silva, 2000, p. 100).

Justifica, então, o autor o interesse do não desenvolvimento cultural da colônia, fortalecendo questões ligadas à exploração econômica, sem interesse na constituição de uma nação ou de um povo com identidade própria (Silva, 2000).

Para ilustrar essa situação, comparando-a com as experiências de colonização espanhola na América do Sul, vê-se a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fundada em 1920, já no ano seguinte recebeu convite para participar das comemorações dos 100 anos de fundação da Universidade de Buenos Aires, na capital argentina. Em registro, o reitor, Ramiz Galvão, citou a visita do Conselho Superior da universidade em relatório à Presidência do Brasil, em 1921: “Em comissão da Universidade [do Brasil], partiram, a 6 de agosto do ano próximo findo [1921], para Buenos Aires, afim de

a representar na comemoração do Centenário da fundação da Universidade da capital argentina” (Brasil, 1921, p. 114).

Nesse exemplo, observa-se uma defasagem de 100 anos entre a fundação das Universidades de Buenos Aires e do Brasil, tendo sido esta a primeira fundada no país. Tal defasagem afetou diretamente a formação profissional do Brasil.

Sérgio Buarque de Holanda (1995) aborda, como referência de diferenciação das colonizações portuguesa e espanhola nas Américas, a criação das primeiras universidades; ainda no século XVI – em 1538 –, surgiu a Universidade de São Domingos, seguida de muitas outras espalhadas nos diversos futuros países que se formariam. O historiador estima que, até o fim do século XVIII, aproximadamente 150.000 estudantes foram diplomados pelas universidades criadas na América espanhola, enquanto, na colônia portuguesa, a primeira universidade oficial, reconhecida pelo então governo federal, seria fundada somente em 1920 – século XX.

Essa análise é anteriormente feita por Silva, que diz:

“No Brasil as ciências e boas letras estão por terra, tudo o que interessa é [ilegível] vender açúcar, café, algodão, arroz e tabaco. Que diferença a este respeito entre as cidades do Brasil e a do México, Havana, Lima, Santa Fé, Quito, Popayan e Caracas. Só a cidade do México tem a Escola de Minas, a Academia das nobres artes, o Jardim das Plantas, a Universidade, uma gazeta de literatura.” (Silva, 2000, p. 100).

Mesmo não havendo referências quanto à data, o período em que foi escrita já era deveras adiantado para uma análise como tal. Somente aproximadamente 100 anos após o comentário é que o Brasil teria sua universidade, entre outras instituições de formação e culturais.

Não há como desconhecer os interesses de Portugal por suas colônias, em especial, o Brasil, objeto desta reflexão. Holanda compara o modelo de colonização português no Brasil aos modelos de colonização de exploração praticados no período dos fenícios e gregos, ou seja, 2 a 3 mil anos a.C.:

“Comparado ao dos castelhanos em suas conquistas, o esforço dos portugueses distingue-se principalmente pela predominância de seu caráter de exploração comercial, repetindo assim o exemplo da colonização na Antiguidade, sobretudo da fenícia e grega; os castelhanos, ao contrário, querem fazer do país ocupado um prolongamento orgânico do seu.” (Holanda, 1995, p. 98).

Não cabe aqui avaliar se as políticas de colonização espanholas mantiveram-se nesse rumo, tampouco afirmá-las ou negá-las, mas antes compará-las com os períodos de semelhante desenvolvimento no Brasil e os métodos empregados aqui por Portugal.

Essa visão de exploração da colonização portuguesa no Brasil reflete-se também nos processos de urbanização da colônia. Enquanto, nos países de colonização espanhola, o desenvolvimento urbano aconteceu em privilégio da ocupação do território, no Brasil, o desenvolvimento urbano concentrou-se no seu litoral, próximo dos caminhos comerciais e de fácil circulação. Holanda destaca que “a colônia é simples lugar de passagem, para o governo como para os súditos.” (Holanda, 1995, p. 99). Comparativamente ainda, os espanhóis buscavam localizações para implantação de suas cidades em altitudes que oferecessem clima semelhante ao que estavam habituados, demonstrando o interesse por preparar a colônia para receber os europeus. Em contrapartida, os portugueses muitas vezes dificultavam as ‘entradas terra adentro’, preocupados em não terem população suficiente para habitar as cidades litorâneas, responsáveis pelo atendimento ao comércio (Holanda, 1995).

Esse contexto passou por uma grande mudança quando da transferência da corte de Portugal para a colônia, Brasil. José Hermano Saraiva, historiador português, assim retrata esse momento:

“Com a mudança dos órgãos da administração central, para o Brasil, o Rio de Janeiro tornou-se efetivamente a capital portuguesa. A política seguida para como Brasil passou a ser completamente outra. A velha teoria do ‘pacto colonial’, que vinha desde a época pombalina (e segundo a qual o país colonizador tinha direito ao monopólio da exploração econômica do país colonizado como compensação da proteção que lhe dispensava), foi abandonada.” (Saraiva, 1988, p. 273).

Chegada a corte ao Brasil, seguiram-se diversos atos de descolonização, alguns já pactuados em resposta ao apoio inglês à transferência da família real e toda a corte que a acompanhava – segundo Schwarcz (2002), aproximadamente dez mil pessoas embarcaram na frota real que traria a corte ao país. Laurentino Gomes, jornalista e escritor, estima a população brasileira no início do século XIX em três milhões de habitantes, sendo um milhão de escravos e 800 mil indígenas. Desse total, Rio de Janeiro contava com aproximadamente 500 mil habitantes, número pequeno para uma cidade que receberia mais de dez mil pessoas (Gomes, 2007). As demandas eram grandes: habitação, infraestrutura sanitária, produtos básicos, enfim, estrutura mínima, principalmente para o público que vinha de uma realidade bastante diferente da encontrada então no país.

Com a chegada do governo português ao Brasil, novas políticas foram implantadas, visando à construção de uma ‘nova Lisboa’, e um plano civilizatório passou a ter início. Foram diversas as ações implementadas, principalmente para fazer a máquina do governo português, agora no Brasil, funcionar. No momento, interessa conhecer algumas que traçaram, se não uma política cultural, pelo menos ações culturais pela primeira vez no país (Schwarcz, 2011).

“D. João mudou isso ao criar uma escola superior de Medicina, outra de técnicas agrícolas, um laboratório de estudos e análises químicas e a Academia Real Militar, [...]. Mais tarde seriam criadas a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, o Jardim Botânico e o Real Teatro de São João.” (Gomes, 2007, p. 217).

No que tange às formas das políticas culturais, segundo Coelho, não são encontrados registros de normas jurídicas de sua criação e institucionalização no período em estudo, mas é possível apontar “intervenções diretas de ação cultural” (Coelho, 1997, p. 293), exemplificadas pela criação da Imprensa Régia, da Biblioteca, do Real Horto e do Museu Real.

Mesmo sem poder afirmar a existência de uma política cultural clara e explícita, até mesmo em documentos formais, será considerado, para efeitos didáticos, que as ações implementadas fizeram parte de uma política cultural, para que assim seja possível avaliá-las e refletir sobre seus efeitos. Essas ações foram pensadas não só para preparar a colônia como uma sede provisória da corte portuguesa, mas propunham a constituição de um “centro produtor e reprodutor de sua cultura e memória.” (Schwarcz, 1993, p. 32).

Em que pesem a inexistência sistemática e a constância de uma política cultural no período iniciado com a chegada da família real ao Brasil – século XIX –, as ações culturais apresentaram-se a partir de uma lógica de oferta, a qual se concretizou na institucionalização de ferramentas culturais: imprensa, biblioteca, museu, jardim. Inicialmente, a proposta era de criação de instrumentos culturais que propiciassem para a corte transferida para o Brasil condições culturais semelhantes às existentes em Lisboa. Da mesma forma, em uma análise quanto às orientações e características das ações culturais implementadas pelo governo português no período em estudo, percebem-se ações de caráter monista, no sentido do desenvolvimento da província e da criação de uma identidade local. As ações buscavam fortalecer o Estado, criando condições de construção de uma nova identidade nacional. Santos, M. C. cita os novos símbolos para caracterizar o Império dos Trópicos:

“No Império, a simbologia da nação apelou para a exuberância dos trópicos; as cores da bandeira lembravam o ouro e as florestas, e o índio – a despeito do seu sistemático extermínio, além de ser entendido como um elemento da natureza e não do gênero humano – foi eleito como uma espécie de emblema desta nova nação que, ao sul do Equador, copiava as alegorias das ‘nações civilizadas’ e adentrava na era do progresso.” (Santos, 1995, p. 30).

Na mesma linha, Carlos Guilherme Mota descreve o início da formação histórico-cultural brasileira, trabalhada em conjunto com a construção da identidade nacional e do conceito de brasilidade:

“Ideia fundadora ligada à de nacionalidade que remanesce no discurso historiográfico-cultural nascente, e persiste em temáticas e visões ora exóticas e pitorescas, ora rebrotando em análises que consideram tal formação ‘tardia’ e desatualizada, ora alimentando projetos político-econômicos em que ‘nossa cultura’ surge como notavelmente promissora, e assim por diante.” (Mota, 2000, p. 204).

Em meio a processos de descolonização internacionais, ondas revolucionárias das décadas de 1820, 1830 e 1848 promoveram uma revisão no cenário das relações internacionais, sentida no Brasil por meio do processo de descolonização e da Revolução da Independência. Na primeira metade do século XIX, as ideias de nação brasileira tomaram forma nesse contexto internacional e, segundo Mota (2000), teve início a história do Brasil, na qual foram desenhadas as várias ideias de Brasil que configurariam as diversas formas de pensamento, denominadas ‘nação’.

Foi nesse momento histórico que o país promoveu sua independência de Portugal, retratado da seguinte forma por um renomado historiador português do século XX:

“Foi no momento em que recebeu notícias idas de Lisboa sobre os decretos das Constituintes que D. Pedro anunciou a ruptura definitiva com Portugal: ‘Independência ou Morte’ é a frase romântica que depois lhe atribuíram (grito do Ipiranga, 7 de setembro de 1822).” (Saraiva, 1988, p. 283).

O relato de uma notícia que se formou a partir de 1808 e das ações tomadas pelo Império para o fortalecimento de uma nação, agora com perfil tropical. E assim se chega ao Brasil, cabendo aqui traçar algumas linhas mestras da situação social, econômica e política, que ajudarão a entender os próximos passos desse novo Império.

1.1.2 Economia

No que tange à economia, o senso comum da produção única ou monocultura – cana-de-açúcar, café, madeira – não cabe para esta análise, tampouco vale pensar na produção somente para exportação. Há estudos que mostram a já complexa economia brasileira no século XIX, com produções regionalizadas e um mercado interno que se desenvolveu, inclusive com regiões focadas em produzir para esse mercado consumidor. Um estudo mais apurado deve conceber períodos específicos para análise da produção, mercado interno e de exportação e mão de obra utilizada, o que seria complexo e demandaria um trabalho à parte.

Para esta pesquisa, neste momento, importa conhecer um pouco da produção regional e focar nos mercados existentes e no perfil dos produtores para atendimento desses mercados, sejam eles internos ou externos.

João Antônio de Paula faz uma síntese da economia brasileira, apresentando sua complexidade, em que pese a centralidade da produção cafeeira da região de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo:

“Ao longo do século XIX certas características estruturais e vocações regionais criaram um mosaico de relações de trabalho, de tecnologias, de produtos, de mercados, de formas de propriedade, o que contraria a imagem, que ainda tem ampla difusão, de uma economia exclusivamente escravista, de monocultura e voltada para a exportação.” (Paula, 2012, p. 182).

Durante o século XIX, a lista de mercadorias produzidas no Brasil passava pelo café, cana-de-açúcar, cacau, erva-mate, fumo, algodão, borracha, couros e peles, sendo os principais produtos voltados para exportação. No entanto, o país já contava com um mercado interno que demandava alimentos, animais de carga e tração e alguns produtos artesanais desenvolvidos em pequenas indústrias familiares. Alguns estados especializaram-se nesse nicho de produção, caso do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e, depois de sua emancipação, em 1853, Paraná. Neles, a “organização produtiva baseou-se no abastecimento da região mineratória” (Paula, 2012, p. 191), com o fornecimento de alimentos – arroz, milho, carne, trigo – e animais.

No Norte brasileiro, nesse período, em especial na região amazônica, a produção extrativista teve início. Com madeiras, óleos, ervas e produtos da floresta, a região desenvolveu uma produção posteriormente dominada pela borracha, ciclo que continuou até o início do século seguinte. Já a região Nordeste do país não teve sua produção concentrada somente no açúcar, mas apresentou outros produtos, tanto para consumo interno – agricultura e pecuária – quanto para exportação, como fumo, algodão e cacau (Paula, 2012).

Outra produção que merece destaque é a mineração, atividade que se ultrapassou as fronteiras de Minas Gerais, sendo deflagradora de desenvolvimento na região Centro-Oeste. Especificamente em Goiás, a mineração promoveu um rápido desenvolvimento regional, mesmo por curto espaço de tempo, sendo posteriormente substituída pela agropecuária e manufatura têxtil de algodão (Paula, 2012). Ainda, cabe aqui retomar a produção cafeeira na região de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Considerando ser ela a maior do país nesse período, outro ponto que merece destaque é a mão de obra, uma vez que cresceu a demanda de mão de obra livre, com a chegada de imigrantes destinados a trabalhar na lavoura.

Um aspecto que torna importante a produção extensionista no Brasil é a consolidação das fronteiras brasileiras. As produções agropecuárias, a mineração e as grandes plantações ajudaram a fixação da população no interior do país. Como já relatado, o padrão de colonização português privilegiava a urbanização litorânea, dificultando a interiorização da colônia. Com o desenvolvimento da produção, houve um maior desenvolvimento no interior. A esse respeito, Holanda registra o poder dos senhores rurais nas cidades, situação inversa das relações das colônias espanholas, citando que, no Brasil, “os centros urbanos brasileiros nunca deixaram de se ressentir fortemente da ditadura dos domínios rurais” (Holanda, 1995, p. 89), situação que, em algumas regiões, ainda se faz sentir nos tempos presentes.

Na Exposição Nacional Brasileira, no Rio de Janeiro, em 1875, quando da visita de D. Pedro II, foi apresentado o livro produzido para a Exposição Universal da Filadélfia de 1876, no qual foi feita uma vasta demonstração da produção agrícola do Brasil e de sua indústria. Os dados apresentados juntam-se aos estudos desenvolvidos por diversos pesquisadores, trazendo em si uma informação importante, que diz respeito, como já levantado, à preocupação de mostrar uma nação forte na produção agrícola. No texto, destaca-se a grandiosidade das terras brasileiras, sua grande produtividade, próximo ao “em se plantando tudo dá”, escrito por Pero Vaz de Caminha quando da chegada ao Brasil.

Ainda se encontram, nessas descrições, produtos não citados anteriormente, como a mandioca e seus derivados, a produção vinícola, inclusive com castas europeias ainda em adaptação no país. Cumpre registrar o grande destaque dado à produção paranaense, especificamente em vegetais, carnes e animais. É importante também perceber o pequeno destaque dado à erva-mate, apesar de constar entre as grandes produções para exportação do Brasil no período.

“Na província do Paraná conhecem-se mais de 36 variedades de milho. O feijão, de que, na mesma província, contam-se 124 espécies, entre as quase 51 silvestres, e 6 de ervilha, e favas, produz, ali, em geral, na razão de 80:1, sendo que nos campos de Guarapuava dá de 200:1. O arroz chega a dar 1.000; e, quando, nos Estados Unidos Norte Americanos, em 36,3 aros, colhem-se 925,6 kilogr. de algodão limpo, no Brasil as terras pobres rendem 1.469; as regulares 4.407, e as superiores 8.814 kilogr.” (Brasil, 1878, p. 289).

O livro destaca a grande variedade da produção agrícola do Paraná, todos produtos voltados para produção interna. Vale ressaltar o que não foi dito: a produção de erva-mate, apesar de, em termos de produção e venda, estar entre os principais itens da produção do Império.

“Os imigrantes situados na vizinhança da cidade de Curitiba, cultivam, a anos, com grande lucro, trigo de diversas espécies; centeio; cevada e aveia, competindo todos esses cereais como melhor do mundo. O linho produz, na província do Paraná, melhor que na Europa, pela altura a que atinge.” (Brasil, 1878, p. 290).

O texto compara, inclusive, a qualidade da produção brasileira com a europeia, destacando em diversos momentos a qualidade de nossas terras e a grande produção conseguida.

“Mais de 1.400 variedades de vitis vinifera de diversos países estão aclimadas, na província de São Paulo. Contam-se, entre elas, das americanas; a Izabella; a Catoba; a Concord; a Diana; a União-Village; a Lenoir; a Scupernang, e a Delaware, e das europeias o Verdelo; a Tinta; o Alvarilhão; e a Alicante, todas de Portugal;” (Brasil, 1878, p. 295).

Importa atentar a esse trecho do livro, pois apresenta a preocupação em trazer novos produtos para aclimação e produção no Brasil, em destaque a produção vinícola, importante na cultura europeia. Além de produtos trazidos do exterior, o texto também traz novos produtos locais, como é o caso da mandioca: “Outro ramo de produção nacional, de que podem resultar lucros superiores aos do consumo, no Império, é a mandioca, já conhecida, e apreciada, na Europa.” (Brasil, 1878, p. 296).

A obra continua citando uma série de produtos brasileiros com ‘vasta produção’ em terrenos de ‘grande qualidade’, que podem ser produzidos em ‘grande parte do Império’. Em que pese a apresentação da produção do Império, o texto destaca a construção de um ideário de Brasil: a criação de uma nação brasileira com grande produção e terras férteis. Cabe aqui lembrar que esse relato faria parte de uma exposição com visibilidade internacional.

O material produzido relata, ainda, informações sobre a indústria brasileira, incluindo questões do apoio do governo brasileiro à implantação de indústrias no país que não acarretem problemas de segurança e saúde. Quanto ao que é produzido, a lista é muito grande, indo de produtos de origem agrícola – farinhas, cachaça, bebidas – até a indústria de grande porte – vagões para trens, ferro, bronze, materiais de construção. Também merece destaque a produção têxtil (Brasil, 1878).

Assim, o livro apresenta um país com uma produção econômica para além da agricultura e pecuária, indo até a produção industrial, questão já em estado avançado nos países europeus.

1.1.3 Sociedade

Para traçar o contexto da sociedade no século XIX, retoma-se Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro*, em que discute a construção da identidade do brasileiro, não como afirmação de uma nacionalidade, mas negação das matrizes étnicas brasileiras – indígena, africana e portuguesa/europeia:

“Isso se dá quando milhões de pessoas passam a se ver não como oriundas dos índios de certa tribo, nem africano tribais ou genéricos, porque daquilo haviam saído, e muito menos como portugueses metropolitanos ou crioulos, e a se sentir soltas e desafiadas a construir-se, a partir das rejeições que sofriam, com nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros.

[...]

O surgimento de uma etnia brasileira, inclusiva, que possa envolver e acolher a gente variada que aqui se juntou, passa tanto pela anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus, como pela indiferenciação entre as várias formas de mestiçagem, como os mulatos (negros com branco), caboclos (brancos com índios) ou curibocas (negros com índios).” (Ribeiro, 2006, p. 119).

A reflexão do autor traz a base da construção da etnia brasileira na negação e não na afirmação, o que levou a novas transformações com a introdução de novas etnias na constituição da população brasileira, no século XIX, devido à chegada de europeus ao país. Em que pese a busca de uma identidade brasileira, o próprio Ribeiro analisa diversos Brasis: o Brasil crioulo, o Brasil caboclo, o Brasil sertanejo, o Brasil caipira, o Brasil sulino, entre tantas outras características do brasileiro, que traz a diversidade, mesmo ainda naquele século (Ribeiro, 2006).

Segundo Schwartz, “de alguma forma, sempre houve uma variedade de Brasis que se disputavam, projetos diferentes para o que o Brasil deveria ser ou representar” (Mota, 2000, p. 105). Importa destacar que as diversas etnias que constituem a sociedade brasileira são oriundas de projetos de “aumento da força de trabalho”, em geral sem interesse na formação de uma sociedade com direitos mínimos e possibilidades de participação. De acordo com Ribeiro, a composição dada pela mão de obra sem suas referências culturais foi “plasmada a [à] etnia brasileira e promovendo [promoveu], simultaneamente, sua integração, na forma de um Estado-Nação”. Foi esse Estado-nação, já maduro no século XIX, que absorveu as culturas que passaram a chegar ao Brasil, formando uma nova força de trabalho (Ribeiro, 2006, p. 405).

Holanda discute, em *Raízes do Brasil*, a inversão da sociedade brasileira, comparativamente com as regras sociais: o domínio da sociedade rural sobre a urbana. O que no geral aconteceu no crescimento dos meios urbanos financiado pela produção agrícola, no país deu-se de forma diferente, ficando o desenvolvimento urbano em função e

comando das elites rurais: “As funções mais elevadas cabiam nelas [cidades], em realidade, aos senhores de terras.” (Holanda, 1995, p. 89). Nesse sentido, consoante Alberto da Costa e Silva, estima-se que, em 1823, menos de 9% da população vivia nas capitais das províncias, ou seja, quase o restante da população vivia nas áreas rurais, visto existirem poucas cidades além das capitais (Costa e Silva, 2011). Essa força da elite rural é demonstrada na descrição da economia brasileira no século XIX, explícita no livro encaminhado para a Exposição Universal da Filadélfia de 1876, citado anteriormente. São diversas páginas com a descrição das estruturas rurais, suas produções e diversidades e pouco a ser dito das indústrias, em especial, das pequenas indústrias artesanais e de serviços, típicas de regiões urbanas.

Essa era a realidade quando da chegada da família real ao Brasil. As cidades não possuíam dados estatísticos, não havia números da população e existiam poucas iniciativas públicas na saúde, educação, saneamento básico e outras políticas públicas. A partir de 1808, o governo começou a buscar as informações necessárias para a implantação de políticas mínimas para a antiga colônia portuguesa. Após 1822, ano da independência brasileira, os problemas aprofundaram-se com a constituição de um novo governo, ainda sem estrutura para as ações necessárias.

Alguns dados apontam que, na primeira metade do século XIX, entre 30% e 50% da população era formada por africanos e seus mestiços, o que trazia para a sociedade local características africanas, como podia ser percebido nas capitais. Esse panorama foi alterado a partir de 1850, com as primeiras ações de proibição do tráfico negreiro. Ademais, depois de 1808, as fronteiras para estrangeiros foram abertas, possibilitando a chegada de imigrantes de outros países europeus, além do grande fluxo de portugueses continentais, açorianos e madeirenses que chegaram a diferentes partes do Brasil. Como cita Costa e Silva, “as primeiras colônias de imigrantes foram Santa Leopoldina, na Bahia, em 1818, e Nova Friburgo, em 1820, ambas com suíços, predominantemente católicos e de fala francesa” (Costa e Silva, 2011, p. 41). O autor também destaca que, desses imigrantes, parte era carpinteiro, sapateiro, tecelão, formando um primeiro grupo de profissionais artesãos imigrantes, que vieram não somente para o trabalho agrícola. Assim, iniciou-se a vinda de grandes grupos de imigrantes de diversos países europeus, calculando-se, entre 1811 e 1830, quase sete mil alemães (Schwarcz, 2011).

Somente em 1872 foi possível levantar dados da população para direcionar as ações necessárias; mesmo assim, os resultados só seriam obtidos em 1877. Até o momento, as políticas de libertação gradual dos escravos não tinham dados suficientes para avaliação da perda dos direitos de propriedade dos senhores de terra. Com esse primeiro

censo, tiveram início os estudos para implementação de políticas, como apresenta Sidney Chalhoub (2012).

Um resultado desse censo teve especial importância para os rumos do país: a diminuição substancial na proporção de escravos. Segundo Chalhoub, a porcentagem de mais de 30% de escravos na primeira metade do século XIX passou, em 1872, a aproximadamente 15%, o que se deveu, em parte, às primeiras ações de liberação dos cativos, bem como à mortalidade causada por uma grande epidemia de cólera, em especial, na população escrava. Também como resultado do censo, obteve-se uma amostra da composição racial no Brasil na segunda metade do século XIX, sendo aproximadamente 38% de brancos, 58% de negros e pardos, ficando somente com 4% a população indígena. Outro dado importante foi a porcentagem de pessoas livres que sabiam ler: somente 19% (Chalhoub, 2012).

Ainda assim, a cultura escravagista era dominante na sociedade da época. Não só grandes senhores de terra ou a aristocracia urbana possuíam escravos. Costa e Silva relata que até mesmo profissionais de diversos níveis econômicos e sociais compravam escravos para uso doméstico. Em diversos casos, foram encontrados escravos libertos que adquiriram outros para desenvolver seus trabalhos (Costa e Silva, 2011). Essa característica criou divisões na sociedade brasileira: os homens livres e os escravos, independentemente da origem do negro – escravo, nascido livre ou liberto, como negro, em princípio era escravo. Tal fato levou a alguns conflitos no Brasil no século XIX, o mesmo ocorrendo com o mulato. O ‘branqueamento’ necessário para ser livre trouxe uma reprodução por parte do negro livre ou liberto das ações dos brancos, inclusive na compra de seus próprios escravos.

Para além das questões étnicas, Costa e Silva relata a ascendência da ‘nobreza da terra’ para com os mercadores, salvo raras exceções, não oriundos da aristocracia (Costa e Silva, 2011), aspecto que afirma as colocações de Holanda (1995) quanto ao predomínio da nobreza da terra sobre a vida urbana, citado anteriormente.

Esse quadro foi encontrado até a proclamação da independência do Brasil, quando houve o surgimento de conflitos sociais contra os portugueses e, em consequência, suas propriedades no Brasil independente. Criou-se, então, uma nova classe, a aristocracia brasileira, que passou a rivalizar com a nobreza da terra, os profissionais liberais e outras classes que se consolidaram com as ações de D. Pedro I nos primeiros anos pós-independência.

Em relação à religião, também certa diversidade passou a fazer parte da sociedade brasileira. Em que pese ser a religião católica dominante, a chegada de imigrantes protestantes, os negros com suas religiões africanas, mesmo que adaptadas, bem como os

negros islâmicos, fizeram um novo caldo religioso que, considerando o caráter hospitaleiro que possibilitava a interação de diversas religiões, deu origem a sincretismos e até novas religiões e seitas. Institucionalmente, a religião católica ainda era “um braço do poder secular, em um departamento da administração leiga” (Holanda, 1995, p. 118). Cumprindo a responsabilidade do governo na manutenção da Igreja nas colônias portuguesas, o patronato deu respaldo a ele na gestão desta no Brasil. Essa influência perdurou até o início da República, avançando ainda na tentativa da manutenção do domínio da Igreja, agora pelo governo republicano.

A grande extensão brasileira, a dispersão populacional e o pequeno número de religiosos atuando no país fizeram com que, em diversas regiões, surgisse um catolicismo popular, no qual as interações entre as diversas religiões, em especial, o catolicismo e as religiões africanas, criaram pequenas crenças mestiças. A esse respeito, Costa e Silva cita o uso de símbolos africanos no catolicismo, bem como o sincretismo africano, que possibilitou a manutenção velada das religiões trazidas pelos negros (Costa e Silva, 2011).

O desenvolvimento da sociedade no século XIX está distante de ser chamado calmo. As mudanças ocorridas nas mentalidades quanto ao escravagismo não foram lineares ou sem altos e baixos. As políticas de substituição de mão de obra escrava pela de imigrantes não significaram que os libertos passaram a ter acesso à sociedade e possibilidades de condições mínimas de qualidade de vida oferecidas à época. Com as diversas etapas do processo de libertação, os então libertos foram jogados para a sociedade, que, principalmente por questão de cor, ainda via o negro como escravo. São diversos os nomes que se destacaram apesar de negros ou pardos, mas ainda muito pouco pela grande maioria que passou a viver à margem da sociedade.

Encerra-se o contexto da sociedade no referido século com algumas citações apresentadas no livro da Exposição Universal de Filadélfia de 1876, já com dados levantados no censo de 1872, que apresentaram a visão da composição da sociedade da época e das relações sociais:

“Acredita-se, com muito bom fundamento, que, na apuração final do censo, a população do Brasil excederá a 12.000.000 almas.

[...]

Os escravos são tratados com humanidade, habitando, em geral, em bons alojamentos, e sendo bem alimentados. Possuem até, na maior parte das fazendas, lavouras próprias, de cujo produto dispõem livremente.

O trabalho é moderado, e, de ordinário, só durante o dia, destinando-se as noites ao descanso, e, em parte, a práticas religiosas, ou a divertimentos.

[...]

O elemento servil imposto ao Brasil pela força das circunstâncias, desde os primeiros estabelecimentos coloniais, tem de desaparecer, dentro em poucos anos.

Em virtude da lei de 1871, ninguém mais nasce escravo no Brasil.” (Brasil, 1878, p. 100).

Assim, é possível perceber a preocupação com a justificativa do trabalho escravo e a minimização da exploração da mão de obra, dando uma aparência regular à atividade. É importante lembrar, ainda, que esse relato tinha como objetivo apresentar o Brasil no exterior para os visitantes da exposição, como empresários, políticos e elites americana e europeia.

1.1.4 Política

Para conhecer o contexto político no qual se desenvolveram as políticas culturais no século XIX, é importante considerar as reflexões de Holanda sobre a situação política brasileira. Segundo ele, “existe um elo secreto estabelecido entre esses dois acontecimentos [data da abolição e proclamação da República] e numerosos outros uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional.” (Holanda, 1995, p. 171).

O autor considera a mudança da mão de obra nacional deflagradora de mudanças profundas nos meios de produção, na economia e no padrão de forças políticas no Brasil, bem como descreve um ‘processo demorado’ e não pontual, com duração de aproximadamente ‘três quartos do século’. Sugere essas mudanças como promotoras de mudanças nas matrizes portuguesa e europeia, com o surgimento do conceito de nação brasileira, apoiado no crescimento do poder dos setores urbanos, em detrimento do poder rural (Holanda, 1995).

É difícil separar os efeitos econômicos dos políticos. A mudança da matriz açucareira para a cafeeira, a paulatina extinção da mão de obra escrava durante o século XIX e o fortalecimento da sociedade urbana oportunizaram um processo de construção de novas relações políticas, visando à mudança da política brasileira, já no último quarto do século em questão.

Na linha da construção processual da revolução proposta por Holanda (1995), Lúcia Bastos Pereira das Neves pontua a abdicação do imperador D. Pedro I, com o início do Segundo Império, como sendo mais importante que a própria chegada da família real, 1808, o retorno de D. João VI a Portugal, 1821, e a independência, 1822, argumentando também que os dois primeiros movimentos políticos importantes no século XIX não promoveram verdadeira mudança quanto ao regime colonial no país (Neves, 2011). Ainda assim, foram importantes as mudanças feitas por D. João VI após sua chegada e durante sua estada no

Brasil: abertura dos portos para comércio com as nações amigas e criação de diversas instituições político-administrativas, o que consolidou o fim da condição colonial brasileira.

A despeito disso, o período foi marcado pela manutenção da corte nas lideranças das instituições do Império, sendo os súditos locais, vindos anteriormente e nascidos no Brasil – talvez já podendo ser chamados brasileiros –, utilizados como funcionários para os diversos níveis governamentais. “Os cargos mais importantes, ligados às secretarias de Estado, permaneceram nas mãos das pessoas tituladas que acompanharam a família real”, relata Neves (Neves, 2011, p. 79).

Ainda em consonância com a proposta de Holanda (1995), na segunda metade de 1820, a revolução liberal no Porto, Portugal, propôs a retomada do Império português, com o reposicionamento de Portugal e de seu papel central no Império, apresentando como pontos centrais a criação de uma constituição pelas cortes, o retorno da família real a Portugal e o restabelecimento de Portugal como centro do Império (Neves, 2011). Em que pese tal revolução acompanhar tendências políticas europeias da época, também possuía um ideal maior de “regenerar a nação” portuguesa, colocando-a na “antiga ordem das coisas”, no que tange às questões políticas, econômicas e sociais. Neves reflete ainda sobre “a falta de uma ideologia de nação” nos debates das cortes portuguesas e elites brasileiras, questão que fortalecia o poder da Igreja, bem como colocava de forma central a doutrina cristã como maneira de consolidação do poder do Império (Neves, 2011, p. 90).

Com o retorno de D. João VI, este deixou no Brasil D. Pedro I como responsável, com amplos poderes. No curto espaço de tempo até a proclamação da independência brasileira, em 1822, o país viveu um grande debate de ideias, com as províncias do Norte e Nordeste em apoio direto às cortes portuguesas e, em posição contrária, as províncias do Sul fortalecendo o ideário do poder do Império no Brasil. É importante destacar que ambas as posições não deram apoio irrestrito a D. Pedro I, bem como se negaram a repassar impostos e taxas para o poder imperial.

As disputas promovidas por ações e palavras das cortes portuguesas, no sentido da superioridade de Portugal, bem como a união das elites brasileiras que apoiaram a permanência de um governo central no Brasil, criaram um clima de conflitos que fortaleceu um ambiente de preparação para a independência. Consoante Neves, a expectativa da separação era maior no Brasil que nas ações de Portugal: “Em agosto, a Gazeta de Portugal já mostrava o Brasil a caminhar para a independência, enquanto Portugal dormia.” (Neves, 2011, p. 96).

Com a independência, o país passou a construir sua nova realidade. Muito havia a ser feito – Constituição, políticas das mais diversas áreas: educação, saúde, orçamentária –, mas, sobretudo, começou a construção de um novo conceito de nação. Neves apresenta

bem o momento histórico vivido pelo país recém-independente: “Logo, a partir do final de 1822, a palavra nação começava a despertar um sentimento de separação, de distinção de um povo em relação ao outro, despontando a noção de nacional como oposto de estrangeiro.” (Neves, 2011, p. 99).

No que é possível considerar o término do processo de Independência, de autonomia nacional, deve-se entender, entretanto, o início de um grande processo de consolidação da autonomia, com grandes preocupações com a manutenção da unidade nacional e a busca por equalizar o diverso ideário brasileiro no tocante ao apoio à independência ou à permanência do Brasil no Império português. Esse momento não foi feito somente de discussões, negociações ou debates; algumas ações, até mesmo violentas, foram tomadas para afirmar a centralidade do Rio de Janeiro e da figura do imperador D. Pedro I.

Passou-se, assim, por um período de negociações nacionais e internacionais de apoio ao surgimento da nova nação. Em 1825, D. João VI reconheceu a independência brasileira, mas diversas questões ainda foram discutidas referente a uma possível união entre Brasil e Portugal, em caso de morte de D. Pedro I.

Após constantes disputas entre o imperador, províncias, assembleias e ministério, também o povo posicionou-se contrário a ações tomadas por D. Pedro I na troca de seu ministério. Assim, “com fama de soberano intransigente, autoritário e absolutista”, ele abdicou em nome de seu filho, posteriormente D. Pedro II, nascido e educado no Brasil, dando início ao período de Regência e posterior Segundo Reinado (Neves, 2011, p. 111).

Iniciou-se uma nova etapa na situação política brasileira durante o Império, com uma série de momentos que necessitam ser registrados para compreensão do contexto político brasileiro. José Murilo de Carvalho faz uma boa síntese desse período:

“Entre 1831 e 1889, o Brasil consolidou sua independência, garantiu a unidade da antiga colônia portuguesa, definiu suas relações com os países vizinhos no rio da Prata, fundou uma monarquia constitucional representativa, manteve a liberdade de imprensa e a competição partidária, deu os primeiros passos na industrialização e, embora muito lentamente, livrou-se do trabalho escravo, compensando-o com a imigração de trabalhadores europeus.” (Carvalho, 2012, p. 83)

Em que pese a simplificação da síntese apresentada, o largo período compreendido traz uma grande complexidade de momentos: do período de Regência, antes da coroação de D. Pedro II, sua coroação com 14 anos de idade, o apogeu da monarquia e seu declínio, até a intervenção militar, que implantou a República. Durante todo ele, um ponto tomou especial importância, com efeitos políticos, econômicos e sociais: o lento processo de substituição da mão de obra escrava por remunerada, que começou com a proibição do

tráfico de escravos, em 1831, com pouco efeito efetivo, seguindo-se diversos momentos até a ação final de 1888.

O que pode parecer um período calmo não foi a realidade. Foram diversas as revoltas ocorridas, principalmente de 1831 a 1850, com rebeliões e guerras pontuais por todo o país, nas regiões rurais e urbanas, lideradas pelas elites, classes trabalhadoras e grupos de brancos, negros e índios, com o objetivo de reformar e retornar a situações anteriores. Tudo isso exigiu do governo imperial muita articulação para a manutenção da unidade nacional. Nesse momento, o Brasil era formado por 14 províncias e aproximadamente 5,3 milhões de habitantes espalhados por oito milhões de quilômetros quadrados, representando os escravos 30% da população (Carvalho, 2012).

A partir de 1850, grandes mudanças políticas inauguraram uma fase de estabilização e crescimento do poder da monarquia. Diversas ações deram início efetivo à proibição do tráfico de escravos, à consolidação da posição brasileira na região do Prata e à criação de legislações específicas de terras e do Código Comercial, que colaborou para o fortalecimento das então criadas empresas. Outro ponto de grande importância foi a consolidação do poder centralizado, ocupado pelo poder moderador do imperador: “O ministro da Justiça tinha em suas mãos o aparato policial e judiciário e a Guarda Nacional, o do Império nomeava os presidentes de província, os bispos e párocos e os professores das escolas superiores.” (Carvalho, 2012, p. 102). Também era responsabilidade do poder moderador a nomeação de ministros. Essa composição de poder promovia uma direta interferência nas eleições provinciais, com consequentes influências na formação das bancadas legislativas das províncias com apoio ao poder centralizado brasileiro.

Já na segunda metade do século XIX, um primeiro grande movimento nacional tomou lugar na história brasileira: a guerra do Paraguai. Ações hostis contra o Brasil por parte do Paraguai, tendo como presidente Francisco Solano López, promoveram a aliança entre a Argentina, o Uruguai e o Brasil. O que inicialmente parecia uma guerra de curta duração foi, em especial para o Brasil, uma grande movimentação política e militar, com duração de cinco anos.

Para esta reflexão, o que se apresenta de mais importante na guerra do Paraguai é a primeira investida militar nacional na história brasileira. Nem mesmo os movimentos da independência ou as rebeliões regionais tiveram importância na criação de mitos militares e lideranças brasileiras. Segundo Carvalho, “a guerra constituiu poderoso fator de formação da identidade nacional brasileira”, marcando um contraponto nas várias revoltas regionais ocorridas após 1822 até o momento, em geral contra aspectos específicos, com sentimentos em oposição aos lusitanos e ingleses (Carvalho, 2012, p. 108).

Mesmo tendo ocorrido na região Sul, essa guerra criou uma grande interação entre os brasileiros das diversas regiões, todas envolvidas na defesa dos direitos de cidadãos que sofreram violências por parte de paraguaios. A duração e o número de soldados que vieram de distintas partes do país fizeram da guerra um movimento de pertença, colaborando na construção da identidade nacional. Outro resultado obtido foi o fortalecimento dos ideais republicanos, com a publicação do considerado manifesto fundador do movimento republicano, no jornal *A República*, em dezembro de 1870. De acordo com Hebe Mattos, o documento dava destaque às ideias de democracia e federalismo, citando expressões como “soberania do povo, liberdade individual e voto do povo”, tendo sido criado, no mesmo ano, término da guerra do Paraguai, o Partido Republicano no Rio de Janeiro (Mattos, 2012, p. 85). As primeiras demandas desse partido diziam respeito à federalização do país, com a descentralização do poder e a convocação de uma Assembleia Constituinte que promovesse as mudanças necessárias. O crescimento do partido e a disseminação das ideias foram lentos e, aos poucos, foram fundados novos partidos republicanos em outras províncias brasileiras.

Um ponto importante vale ser lembrado: nas demandas propostas pelo Partido Republicano, mesmo tendo sido criado um ano antes da Lei do Ventre Livre, o tema da escravidão não era discutido. Essa questão deve-se ao não consenso quanto ao assunto, visto o partido ser formado por abolicionistas e fazendeiros (Mattos, 2012).

Em 1871, teve início um grande movimento reformista, encabeçado pelo Visconde do Rio Branco, que, com seu ministério, promoveu diversas mudanças, as quais, a despeito de terem sido consideradas “o ponto alto do governo de Pedro II”, também abriram caminho para a queda do Império:

“Pode ser considerado o ponto alto do governo de Pedro II. Ao mesmo tempo, nele também germinaram algumas das principais causas da queda do Império, o ataque à escravidão, alienando os proprietários, o conflito com os bispos, alienando a Igreja, e o surgimento do Partido Republicano, que fornecia uma alternativa à monarquia.” (Mattos, 2012, p. 116).

Fecha-se o século XIX com dois grandes momentos, um deles central para as mudanças que viriam pela frente: a abolição dos escravos; a outra mudou o sistema de governo, de forma mais lenta e processual, com alterações sociais e econômicas que se estenderam muitos anos à frente.

O que em geral é dito como natural, por meio de uma legislação conhecida como Lei Áurea, a abolição dos escravos tomou forma a partir de 1880, com movimentos nacionais, muitas vezes violentos. Nas províncias com número reduzido de escravos, os movimentos foram pontuais, evitando o tráfico interno e forçando fazendeiros a liberar seus

cativos – exemplos foram as províncias do Ceará e Amazonas, declaradas livres de escravos em 1884. Nas províncias do Sul, com maior número de escravos, o movimento chegou a atear fogo nas plantações de cana, retirando os escravos para redirecioná-los para outros trabalhos, agora remunerados (Mattos, 2012).

As consequências políticas foram profundas, visto a libertação ter causado a oposição dos proprietários rurais ao Império, muitos migrando seu apoio aos movimentos republicanos, o que colaborou com as mudanças vindas 18 meses depois, com a proclamação da República, em 1889. Carvalho destaca a importância de todo o movimento abolicionista a partir de 1880, como sendo o “primeiro movimento de opinião pública no Brasil”. Segundo o autor, o movimento reuniu sob os mesmos ideais o Império, na figura da regente Isabel, políticos dos três partidos, intelectuais, profissionais liberais, libertos e escravos (Carvalho, 2012, p. 122).

Encerrou-se um momento histórico que ainda causaria – e continua causando – muitas interferências no Brasil – sociais, econômicas e morais. Cumpre citar trecho de documento de José Bonifácio de Andrade e Silva à Assembleia Geral Constituinte do Império em 1823, 65 anos antes:

“É tempo pois, e mais que tempo, que acabemos com um tráfico tão bárbaro e carniceiro; é tempo também que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes.” (Silva, 2000, p. 24).

Traçado o cenário no qual se desenvolveram as ações centrais deste relato de pesquisa, passa-se ao conhecimento dos contextos histórico, econômico, social e político da província do Paraná, em que surgiu o objeto de pesquisa, o Museu Paranaense.

1.2 Paraná: políticas culturais e contextos histórico, econômico e social

Nesta etapa, serão feitas algumas explorações e reflexões sobre as políticas culturais no Paraná, para que exista um cenário que propicie um melhor entendimento da realidade das sociedades paranaense e curitibana no período proposto como arco temporal desta pesquisa. Para localizarmos geograficamente o Estado do Paraná, sul do Brasil, a figura 5 apresenta em destaque o estado.

Em que pese a história do estado não negar em nada as reflexões feitas anteriormente sobre o Brasil, é importante entender o contexto no qual a província foi emancipada e o processo de construção de sua identidade e referências históricas,

econômicas e sociais. Destaca-se que a província do Paraná experimentou outro momento de autonomia no século XVIII, posteriormente perdida para a província de São Paulo, mas o foco será o século XIX, mais especificamente, sua emancipação ocorrida em 1853.



Figura 5 – Mapa Brasil em destaque o Estado do Paraná.

Nesse período, a produção de erva-mate tomou especial importância para o fortalecimento da então Quinta Comarca da província de São Paulo. Ruy Christovam Wachowicz (2006) afirma que, em 1813, Francia, ditador do Paraguai, por motivos políticos, proibiu a exportação de erva-mate para Buenos Aires e Montevideú. Com esse movimento político paraguaio, os mercados da Argentina e Uruguai voltaram-se para a ainda pequena produção brasileira, mais especificamente da futura província do Paraná. Passou-se, então, ao desenvolvimento dessa produção, contando também com a participação de especialistas da região do Prata. Com isso, a produção de erva-mate desenvolveu-se, com a implantação

de novas tecnologias e processos produtivos, chegando a alcançar, na década de 30 do século XIX, 0,3% das exportações brasileiras. Percebe-se na figura acima as fronteiras do Paraná com os países da América do Sul: Paraguai e Argentina, e os demais países atendidos pela produção do Paraná.

Considerando que os mercados consumidores da erva-mate eram a Argentina e o Uruguai, posteriormente também o Chile, a ainda Quinta Comarca voltou-se para eles, distanciando-se dos “centros de decisões econômicos e políticos da nação”, o que custou algumas dificuldades no posicionamento da elite ervateira, que no momento se consolidava, juntamente das elites campeira e madeireira, já em desenvolvimento na região (Wachowicz, 2006).

Nesse contexto econômico de fortalecimento das elites paranaenses, revoltas no Rio Grande do Sul e São Paulo tornaram a província do Paraná estratégica para a manutenção do Império brasileiro, uma vez que a união das revoltas gaúcha e paulista tomou força para a derrubada deste e a futura província estava entre elas. A articulação política do Império e a província de São Paulo ofereceram às elites paranaenses autonomia em troca do seu apoio político, o que evitaria a união entre os revoltosos gaúchos e paulistas. De acordo com Jorge Narozniak (2010), com isso bloqueou-se a força das revoltas no início da década de 40 do século XIX.

Somente dez anos depois, em 1853, retomaram-se as discussões sobre a emancipação, agora com interesse das elites brasileiras em enfraquecer o poder da província de São Paulo. Assim, o encaminhamento para a emancipação da província do Paraná deu-se no âmbito político do Império, sem a participação das elites ou da população local. Narozniak (2010) relata a demora na comunicação da emancipação para os paranaenses, que souberam depois de alguns dias do fato ocorrido.

“Acontece que não houve luta propriamente dita pela autonomia da Quinta Comarca. As isoladas e omissas elites regionais não se organizaram para tanto. A emancipação não funcionou historicamente como um desafio a ser superado pela sociedade da Quinta Comarca.” (Wachowicz, 2006, p. 30).

É importante entender a realidade da emancipação da província do Paraná, nome dado devido ao grande rio existente na região – Rio Paraná –, de forma semelhante ao ocorrido na província do Amazonas, emancipada no mesmo período. Não houve um movimento regional para a conquista da emancipação, não havia uma elite organizada em prol do desenvolvimento regional. A população ainda tinha no espaço rural sua principal morada, destacando-se somente Paranaguá como uma região urbana mais bem estruturada. Somente com a chegada do primeiro presidente da província, houve uma movimentação mais consistente de mudanças nesse cenário.

Retomando o conceito de política cultural, Barbalho assim disserta:

“Por política cultural entende-se aqui a intervenção do poder público no sistema (produção, circulação e fruição/consumo) simbólico por meio de instituições, agentes e ações voltadas exclusivamente para esse fim. Com isso, demarca-se um campo específico da cultura como um todo que se desenvolveu no Brasil desde o início da colonização (já que nos interessa o processo civilizacional inaugurado com a vinda dos portugueses e não a riquíssima e complexa produção simbólica dos habitantes primeiros das terras americanas), pois, como diz Bosi (2006), o colonizador não é apenas um agente econômico, mas também simbólico, de modo que se estabelece uma dialética colonial entre cultivo, culto e cultura.” (Barbalho & Rubim, 2017, p. 1).

Era notória a falta de interesse da colonização portuguesa no desenvolvimento cultural do Brasil de 1500 até 1808, data de chegada da corte vinda em fuga da Europa. Até esse momento, o interesse exploratório econômico era a política adotada, sem a possibilidade de desenvolvimento cultural, mesmo que privado. Com a chegada de D. João VI ao país, viram-se ações pontuais que buscavam desenvolver culturalmente o Brasil, com a criação de instituições artísticas, culturais, científicas, políticas e sociais:

“Surgiram ainda no período de permanência da Corte portuguesa: a Escola de Marinha (1808); um observatório astronômico (1809); a Academia Militar (1811); a Imprensa e a Biblioteca Reais (1808 e 1811, respectivamente); o Real Jardim Botânico (1819); a Capela Real; o Museu Real; o Teatro Real de São Carlos; o Real Colégio de São Joaquim (futuro Pedro II). Em menos de uma década, como avalia João Costa (2003), criaram-se todos os instrumentos intelectuais que foram negados durante três séculos. Além da criação de instituições e equipamentos, deve-se ressaltar a proteção, materializada em apoio financeiro e distinções honoríficas, que D. João dispensou a artistas e intelectuais.” (Barbalho & Rubim, 2017, p. 4).

Aproximando-se do período de interesse inicial, da emancipação da província do Paraná, 1853, até a criação do Museu Paranaense, 1876, percebem-se ações ainda pontuais, mas que promoveram o desenvolvimento cultural brasileiro, tomadas por D. Pedro II, no Segundo Reinado, que não se verificaram no Primeiro Reinado, tampouco na Primeira República.

“Por certo, com base nas premissas teórico-conceituais que assumem as políticas culturais como conjunto articulado, continuado e sistemático de formulações e intervenções, não se pode pensar a inauguração das políticas culturais nacionais no Brasil Colônia, nem no Segundo Império, ou mesmo na chamada República Velha (1889-1930). Tais exigências interditam o surgimento das políticas culturais no tempo colonial, período caracterizado mais por políticas anticulturais que por políticas em prol da cultura.” (Rubim, 2015, p. 12).

Se, no âmbito nacional, não se pode falar de políticas culturais no Brasil, também não se pode afirmar a existência de políticas culturais na província do Paraná. Recém-

criadas, as ações públicas implementadas visavam a promover a segurança pública, a comunicação do governo com a sociedade ou o desenvolvimento econômico. Segundo Cecília Maria Westphalen, pouco se fez no desenvolvimento da educação, em que pese a preocupação com a criação de polos de desenvolvimento econômico e agropecuário e da logística local, notadamente deficitários no que tange à formação de profissionais para atuar nessas áreas:

“Quando da criação e instalação da Província, o Paraná ainda se encontrava distante do processo de cultura, caracterizado pela disseminação da instrução, pela ausência de quaisquer formação científica [sic], sem produção artística, enfim, uma Província paralisada, possuindo apenas e com poucos clientes, duas escolas de nível médio, os liceus de Paranaguá e de Curitiba. Deste modo, também no terreno da instrução pública e do incentivo da produção cultural era necessário tudo fazer e organizar.” (Westphalen, 2005, p. 25).

Assim, com a emancipação da Quinta Comarca e a criação da província do Paraná, é possível perceber os primeiros movimentos políticos de construção de uma nova província brasileira. É a partir desse momento histórico que se dá sequência à pesquisa. As explorações foram empreendidas em relatórios da província, que retratam os atos do governo local, registrados pelo próprio, fato que traz um viés de leitura que precisa ser considerado.

“Art. 8 – O presidente da província assistirá à instalação da Assembléia Provincial, que se fará, à exceção da primeira vez, no dia que ele marcar; terá assento igual ao do presidente dela e à sua direita; e aí dirigirá à mesma Assembléia a sua fala, instruindo-a do estado dos negócios públicos e das providências que mais precisar a província para seu melhoramento.” (Brasil, 1866).

Esses relatórios cumpriam a obrigação dos presidentes das províncias de apresentação da situação de seu governo e das demandas locais, conforme art. 8º do Ato Adicional de 1834 à Constituição do Império de 1824, citado anteriormente. Importa considerar que são registros dos presidentes do Paraná no século XIX e, em geral, contêm o desenvolvimento das elites políticas locais. Assim, foram buscadas referências em registros documentais, jornalísticos e de pesquisas para colaborar no entendimento do momento histórico em estudo.

1.2.1 Relatórios da província do Paraná – 1853 a 1876

Os relatórios de governo fazem descrições gerais da província do Paraná, sua população, estradas, infraestrutura, condições e problemas de segurança, educação e

saúde e diversos dados orçamentários, financeiros e censitários. É dado grande destaque à produção local, servindo quase como um grande material de divulgação dos produtos da região, sua produção e das diversas culturas agrícolas locais.

Um primeiro momento destaca-se em 1854, quando, a convite do então presidente de província, Zacarias de Gois, chegou ao Paraná Cândido Martins Lopes, trazendo uma tipografia. Foi então criado o primeiro jornal da província, no qual foi possível registrar muito da sua história, bem como dar “publicidades aos atos do seu governo e assembleia legislativa.” (Paraná, 1854, p. 45).

Relatam-se, no mesmo ano, a “inospitalidade e guerra da gente da terra para com a de fora, a quem apelida de colonos”, apresentando a dificuldade da recepção do povo curitibano para com os estrangeiros que vinham formar a população da província (Paraná, 1854, p. 13). O relatório questiona, ainda, o desejo dos curitibanos de não manter a capital na cidade:

“Este lugar efetivamente nada promete, estéril e sem cultura, nem se quer tem comércio, exceto o pequeno mercado ora feito com os empregados civis e militares, e com as necessidades públicas, de que alguns tem tirado partido com que nunca haviam sonhado.” (Paraná, 1854, p. 13).

Neste ponto, o relatório apresenta, se não propostas de políticas culturais da época, um pouco do perfil da população curitibana, relatado pelo vice-presidente, Ribeiro de Resende. Cabe lembrar que a província era recém-emancipada e em processo de construção de sua cultura local.

Se não são encontrados traços formais ou subliminares de políticas culturais nos relatórios da província do Paraná, verifica-se uma política constante de 1853 até o início da década de 1870, que pode ser entendida como política cultural: a questão religiosa.

Nos relatórios iniciais, percebe-se a cultura abordada como cultura religiosa, com grande destaque para a construção e manutenção dos templos religiosos católicos e as relações dos padres com suas comunidades. Quando se trata de questões religiosas, em geral, com os títulos ‘Matrizes da província’ ou ‘Culto público’, caracteriza-se a religião católica como cultura pública e geral, como expressão do Estado na sociedade local:

“Felizmente vão aparecendo no coração do povo o sentimento religioso, que começa a revelar-se por ofertas espontâneas para a edificação dos templos. Se esse sintoma de religiosidade for convenientemente aproveitado, como creio, é de esperar que, com o correr dos anos, termine o longo eclipse, porque está passando na província a religião de nossos pais.” (Paraná, 1857, p. 22).

Essa relação era reflexo das relações entre Estado e Igreja no período do Império no Brasil, o padroado. Segundo Boris Fausto, “o padroado consistiu em uma ampla

concessão da Igreja de Roma ao Estado português, em troca de garantia de que a Coroa promoveria e asseguraria os direitos e a organização da Igreja em todas as terras descobertas.” (Fausto, 1995, p. 60). Ainda a esse respeito, os relatórios apresentam a construção e manutenção de edifícios religiosos como responsabilidade do governo, demonstrando a ligação entre o público e o religioso (Paraná, 1856). De fato, percebe-se, em diversos relatos, a preocupação com a manutenção de edifícios religiosos, inclusive com previsão orçamentária para construção de novos e preservação dos existentes – preservação de patrimônios públicos religiosos.

“As freguesias de Iguazu, Porto de Cima, Guaraquesava e Jaguariaiva ainda não foram providos de párcos; também estão sem eles a de Palmeira, a do Rio Negro e a de Palmas; o da 2ª foi removido para Guarapuava e o da 3ª mudou-se para o Rio Grande do Sul. No impedimento por moléstia do da capital tem funcionado, e bem, o reverendo Gabriel Anunciado de Oliveira.” (Paraná, 1858, p. 19).

O trecho revela a relação do governo da província com as questões religiosas, constando nos relatórios a situação de diversas igrejas e a influência de seus párcos, inclusive citando informações estatísticas de mortes, casamentos e nascimentos a partir de dados das paróquias, por não haver no período outras fontes de informações locais, de modo que tais dados eram estratégicos para a gestão. Nos processos eleitorais, também o padroado tinha sua importância. As atuais zonas eleitorais eram organizadas por paróquias, considerando as influências das matrizes e igrejas distribuídas pela província, e as informações de eleitores e candidatos, assim como os resultados, eram lançadas por paróquias. Mesmo após a criação do Museu Paranaense, quando de sua utilização como zona eleitoral, o termo utilizado ainda era paróquia:

“E outrossim convoco os eleitores alistados na primeira segunda e terceira secções da paroquia para comparecerem no referido dia 31 de agosto, as nove horas da manhã, os da primeira secção no corpo da igreja de Nossa Senhora do Rosário, o da segunda no edifício do Museu Provincial e os da terceira no edifício da Câmara Municipal.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1889, ed. 78, p. 4).

Entendendo as “políticas culturais como conjunto articulado, continuado e sistemático de formulações e intervenções” (Rubim, 2015, p. 12), é possível considerar esse movimento como tal, visto ser um registro de ações articuladas e contínuas a partir de 1853, com financiamentos e investimentos sistemáticos na construção e manutenção de edifícios religiosos, bem como previsão orçamentária para apoio a párcos de diversos municípios e freguesias da província:

“O presidente da província, autorizado pelo artigo 1º parágrafo 6º do Ato Adicional apresenta a Assembleia Legislativa Provincial a seguinte proposta de orçamento da receita de despesa da província para o exercício de 1869 – 1870.

[...]

Despesas

Artigo 1º O presidente da província despenderá no ano financeiro do exercício 1869 – 1870 a quantia de Rs. 240:109\$113.

[...]

5º - Culto público

Ordenado aos coadjutores, guizamentos e gratificação a párocos – 3:020\$000

[..]

Receitas Ordinárias

Artigo 2º O governo fará arrecadar em conformidade das leis e regulamentos respectivos os impostos cujas verbas seguem, orçadas em Rs. 240:109\$113

[...]

1º Dízimos – 50:770\$000

2º Líquidos espirituosos – 6:027\$000.” (Paraná, 1869, p. 63).

A citação apresenta a proposta orçamentária para 1870 da Presidência da província do Paraná para aprovação da Assembleia Legislativa. É possível perceber, nas despesas previstas, o item ‘culto público’, com aproximadamente 1,5% das despesas gerais do ano. Também quanto às receitas de origem religiosa, estas são quase dez vezes o valor previsto nas despesas de mesma origem, representando mais de 10% do total das receitas previstas. Assim, verifica-se a importância dos valores financeiros movimentados a partir de ações religiosas, especialmente centradas na religião dominante – católica.

Se as questões religiosas, inclusive consideradas políticas de domínio do Império na província do Paraná, não eram entendidas diretamente como políticas culturais, eram ações importantes na formação cultural da sociedade local, fortalecendo o poder da Igreja, mas também, e talvez mais importante, o poder do estado na região.

Na mesma linha, é constante o tema ‘catequese e civilização dos índios’, com algumas variações. Mantidas por congregações religiosas, essas atividades contavam com investimento público, visando a civilizar os índios, com objetivos claros de criação de mão de obra industrial e agrícola:

“CATEQUESE E CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS - Este mal que não é fácil remover, terá por muito tempo que neutralizar as benéficas vistas do governo, no empenho de utilizar essas forças imensas, que se perdem no meio das selvas, ao passo que o país, para encher a vastidão de seu território, e acudir aos reclamos da indústria, tem de ir, com extraordinário sacrifício, procurar no estrangeiro outros, que mal a substituirão.” (Paraná, 1863, p. 98).

Importa destacar que essas ações também possuíam sua característica de continuidade, visto constarem dos relatórios desde 1853, sem que seu objetivo primeiro tenha sido alterado. Em 1873, consta que o governo da província do Paraná possuía três aldeamentos com investimentos em infraestrutura, inclusive de acesso e plantação, e em

recursos humanos para a gestão da comunidade. Considerando esses investimentos, a visão e objetivos não mudaram nesse intervalo de dez anos:

“CATEQUESE

[...]

Aos exíguos recursos rolados pelo governo, ajunta-se a falta de missionários aos quais deve ser encarregada a sublime missão de levar as nossas densas florestas o germe da civilização e ali difundi-la por esses milhares de infelizes que, jazendo no mais completo embrutecimento, seriam, graças ao benefício influxo da catequese, outros tantos valiosos a nossa indústria e lavoura.” (Paraná, 1873, p. 23).

Do período da emancipação até 1873, podem ser apontadas diversas ações pontuais que poderiam ser consideradas parte de uma política cultural, considerando algumas serem contínuas, sistemáticas e financiadas pelo governo da província, a saber: o Arquivo Público Paranaense, em 1857; a Banda de Música da Companhia de Força Policial, em 1857; e a Biblioteca Pública, em 1859. Destacam-se também a participação na primeira exposição nacional, em 1866, e teatros na província, em 1862.

O Arquivo Público Paranaense foi criado em 1857, com somente um funcionário e sem destaque orçamentário para sua manutenção. Nos relatórios, é citado o ano de sua criação, sem maiores referências posteriores: “É aqui ocasião de informar-vos que o Arquivo Público Paranaense, criado pela lei de 7 de abril do ano passado, o qual foi dado regulamento a 11 de julho do mesmo ano, não tem tido por ora realização alguma.” (Paraná, 1857, p. 82). Já a Banda de Música da Companhia da Força Policial da Província do Paraná foi centro de especial polêmica durante vários relatórios, não sendo unanimidade. Algumas referências relatam sua importância nas atividades oficiais, embora outras destaquem que “não compensa o sacrifício da despesa” (Paraná, 1858, p. 11).

“A conservação da banda é imprescindível por ser a única, e que faz o serviço das solenidades públicas, tornando-se necessário este meio de aparato próprio da civilização do século; sem falar do modo porque atua sobre a civilização, adoçando o coração humano esta parte sublime das belas artes.” (Paraná, 1864, p. 9).

É destacada a importância da Banda de Música da Província do Paraná, tanto pelo seu papel oficial em eventos públicos quanto por ser o único grupo musical na época, também fortalecida pelo seu papel ‘sobre a civilização’, atuando no coração humano:

“A companhia de polícia, que deve estar sempre distribuída pelos diferentes termos da província, não necessita de música; se outro foi o fim desta criação ouse dizer-vos, que qualquer que fosse, não compensa o sacrifício da despesa.

Para introduzir na província o gosto pela música, é mui caro o meio, em relação aos seus recursos.” (Paraná, 1858, p. 10).

A despeito das opiniões divididas, a banda teve longa duração, sendo citada nos relatórios da província com solicitação de verbas para compra de novos instrumentos, fardamento e manutenção do grupo de músicos. Em 1880, quando da visita de D. Pedro II ao Paraná, este citou a apresentação da banda no baile realizado no Museu Paranaense, inclusive elogiando sua apresentação: “Seguiu-se baile onde houve menos animação que no de Paranaguá. Tudo foi no salão do Museu em que arranjaram um coreto para a banda do Corpo Policial 038, que é boa.” (Brasil, 1959, p. 47)

Em 1857, foi criada a Biblioteca Pública, com orçamento próprio e compra de livros para compor seu acervo. Foi mantida provisoriamente no Liceu Paranaense, mais à frente foi unida ao Museu Paranaense e, somente em 1903, ganhou sua sede própria, durante o cinquentenário da emancipação do Paraná.

“BIBLIOTECA PÚBLICA – Foi publicado em 23 de abril do ano passado o regulamento da biblioteca pública, que a lei de 7 de março de 1857 mandou criar, anexa do Liceu, para o que foi consignada no orçamento vigente a quantia de 2:000\$000. [...] Breve chegarão os livros encomendados, e será instalada a biblioteca pública, para cujo argumento convém, que anualmente se vote alguma quantia, ainda que módica.” (Paraná, 1859, p. 17).

Registra-se que, apenas em 1873, a Biblioteca Pública do Paraná teve seu local destinado no edifício do Liceu. Durante o período de 1859 a 1873, esteve localizada no edifício do Tesouro Provincial, com dificuldade de acesso até mesmo para manutenção do acervo (Paraná, 1873).

“BIBLIOTECA – A Biblioteca Pública ainda está situada em uma sala do prédio em que funciona a Tesouraria Provincial e não tem sido possível fazer a contagem, nem organizar o catálogo dos livros e mais obras existentes, afim de franquear o uso público.” (Paraná, 1873, p. 62).

Ainda em 1873, houve a criação do Club Literário de Paranaguá, primeira iniciativa de muitas que viriam nos próximos anos.

Em 1862, surgiu a ‘ideia civilizatória’ de um teatro em Curitiba, capital da província do Paraná. Destaca-se, nesse relatório, a importância dada à criação do primeiro teatro da cidade, abordagem diferente da criação da banda musical, arquivo e Biblioteca Pública: “A ideia civilizatória da construção de um teatro, importando uma das necessidades cuja satisfação não podia a capital da província espaçar por mais tempo, era geralmente partilhada” (Paraná, 1862, p. 43). Cumpre lembrar que tal registro parte dos relatórios de província. Ao buscar os registros do Jornal Dezenove de Dezembro, é possível encontrar

divulgações de apresentações de artistas nacionais e internacionais em teatros na capital e em outras regiões, principalmente Paranaguá e Morretes, de forma pontual e em edifícios privados ou públicos municipais, sem que fossem relatadas pelo governo da província ações nessa linha. Ademais, nos orçamentos, quando apresentados de forma completa, constam verbas específicas para despesas com teatros, mas esse ponto não é abordado nos relatórios. Apenas nos relatórios de 1876, foi citada a construção de teatros em diversos municípios da província:

“Nas cidades de Paranaguá, Antonina, Lapa, Morretes e Ponta Grossa, estão em construção por iniciativa particular, os respectivos teatros. Os da Lapa e Ponta Grossa, posto que ainda não concluídos, já se prestam a espetáculos, e tem solidez, elegância e acomodações precisas.” (Paraná, 1876, p. 121).

No mesmo ano, registrou-se a construção do Teatro S. Teodoro em Curitiba, capital da província do Paraná:

“TEATRO S. TEODORO

Organizou-se nesta capital uma sociedade com a denominação de Sociedade Teatral Beneficente - União Curitibana, como louvável intuito de levar a efeito a construção de um teatro. [...] Acho que deveis assessorar a realização de tão generoso pensamento, que tem por fim dotar esta capital de um melhoramento civilizador, auxiliando a sociedade com os fundos necessários para tornar em breve uma realidade o Teatro S. Teodoro.” (Paraná, 1876, p. 121).

Entre o fim da década de 1860 e o início da década de 1870, começou-se a valorar ferramentas culturais, como o teatro, a recriação da banda de música, a designação de equipe para a Biblioteca Pública e, na sequência, a participação nas exposições nacionais e internacionais. Em 1866, assumiu a Vice-Presidência da província do Paraná o então juiz de direito Agostinho Ermelino de Leão, que viria a ser o responsável pela fundação do Museu Paranaense, em 1876, questão que abordaremos no próximo capítulo.

Retomando reflexões anteriores, nas quais foram destacadas as interferências do governo imperial no desenvolvimento de instrumentos culturais, bem como instituições políticas que possibilitassem a consolidação da corte no Brasil, cabe aqui lembrar algumas instituições criadas com a vinda da família real para o Brasil: Imprensa Régia, Jardim Botânico, Museu Real, Biblioteca Nacional e Teatro Real. Na mesma perspectiva, com a emancipação do Paraná, seu processo de consolidação deu-se mediante algumas ações promovidas pelos então presidentes de província, entre elas: Imprensa Paranaense – Jornal Dezenove de Dezembro –, Arquivo Público do Paraná, Biblioteca Pública do Paraná, Companhia de Força Policial e sua banda de música, Jardim da Aclimação, Museu Paranaense e Teatro S. Teodoro. Assim, em que pese que a Presidência da província ser

um cargo de indicação direta do governo imperial e a pessoa escolhida, em geral, seguir orientações centrais, percebe-se o alinhamento das ações implementadas no âmbito nacional desde 1808, ano da vinda da família real ao Brasil, e no âmbito provincial desde 1853, ano da emancipação da província do Paraná.

Com algumas variações de ordem, foram implantadas no Paraná diversas ferramentas culturais, de forma semelhante às empreendidas pelo governo imperial, com diferença de 30 ou 40 anos. Refletindo sobre os motivos, além de possíveis orientações imperiais, cabia à nova província consolidar-se no cenário social, econômico e político do país, construindo uma identidade paranaense, considerando aqui a representatividade da elite rural. Assim, buscava-se constituir instituições que desenvolvessem um ideário regional, com o objetivo principal de fortalecer a identidade paranaense e, não menos importante, contrapor à identidade paulista que deu origem à província.

Ao traçar um paralelo entre as realidades provincial e imperial, é possível enxergar dois movimentos semelhantes ocorrendo em instâncias diferentes: a contraposição ao lusitano e a contraposição ao paulista; a construção de uma identidade nacional e a construção de uma identidade regional paranaense; a construção de uma história brasileira e a construção de uma história paranaense; a produção centralizada na cana e no café e a produção centralizada na erva-mate. Outros exemplos poderiam ser citados, mas o intuito aqui é marcar o paralelo das histórias da ‘emancipação’ brasileira do Império português e a ‘emancipação’ paranaense do Império brasileiro e provincial paulista. Em ambos os casos, são sinais de formação de uma cultura local, que tem em seu cerne a oposição a uma cultura de origem.

Essa visão de contraposição a uma cultura imperial, nacional, brasileira, transparece em muitos momentos na história paranaense, seja no objeto de estudo desta pesquisa, o Museu Paranaense, seja na criação da mais antiga universidade brasileira, a atual UFPR, assim como na promoção de uma produção agrícola diferente do padrão nacional, buscando novos mercados, voltados não para a Europa, mas para os países do Prata.

A participação nas exposições nacionais e internacionais fez-se com grande articulação político-econômica, mas com quais objetivos, para além do desenvolvimento econômico da província?

“A província do Paraná, que tão esquecida se deixava, bela estrela que, a tão poucos anos fulgura na esfera brasileira, veio a suntuosa festa ornada de primores que em mais de um ponto eclipsaram as outras províncias: na secção agrícola foi a primeira em exposição de cereais e legumes.” (Macedo, 1875, p. 19).

Ou ainda:

“Mas doe e todavia convém dizer-lo: a província do Paraná que produz com tanta abundância tantos cereais, e a batata chamada inglesa com pasmoso resultado, carece de população para ser exportadora, do que tão fácil e copiosamente lhe dá a terra. Por ora tais produções são em quase sua totalidade consumidas na província.” (Macedo, 1875, p. 19).

Continuando:

“O mate da província do Paraná, que é emulo do Paraguai não teve competidor; o chá transplantado da China, adotou por nova pátria o Brasil em zonas de escolha e só espera maior perfeição nos preparos para emparelhar-se com o chamado pérola – que as senhoras de Inglaterra sublimam.” (Macedo, 1875, p. 22).

Encerrando: “Dos dois diplomas de honra, um foi conferido ao Império do Brasil pela exposição coletiva de seus cafés, e o outro a Companhia Florestal Paranaense pela exibição das excelentes madeiras.” (Macedo, 1875, p. 28).

Os comentários feitos pelo secretário geral do júri da Exposição Brasileira de 1873 são os louros que complementam uma política de afirmação de uma nova província brasileira, que pretendia, muitas vezes com propostas que não se alinhavam com as nacionais, marcar seu espaço no cenário nacional. Importa aqui esclarecer que o sucesso, que se repetiu nas exposições seguintes, teve início com um grupo que foi o embrião da formação do Museu Paranaense. É nesse contexto que esta pesquisa pretende compreender o papel desse local.

1.3 O Brasil e seus museus

Após as reflexões sobre os contextos brasileiro e paranaense, em que foram estudados os caminhos das políticas culturais desenvolvidas, passa-se a dar foco à criação e desenvolvimento dos museus no Brasil e no Paraná.

Cabe traçar aqui um breve caminho dos museus no mundo e, em especial, em Portugal. Antunes (2015), filósofo, administrador e cientista político, descreve o colecionismo no contexto do Renascimento europeu, no qual, com as explorações e descobrimentos, surgiu uma grande quantidade de objetos estranhos às culturas europeias. Assim, foram formadas grandes coleções de objetos dos reinos animal, vegetal e mineral, bem como produzidos pelo homem, as quais deram origem aos chamados gabinetes de curiosidades, nos quais eram apresentados objetos desses descobrimentos e de épocas passadas. Esses gabinetes foram os antecessores dos museus, que somente a partir dos séculos XVII e XVIII passaram a ser constituídos. Exemplo disso percebe-se em Portugal, com a criação de seus

primeiros museus em 1772, influenciados pela reforma pombalina: o Real Museu da Ajuda e o Museu da Universidade de Coimbra, ambos formados por um museu de história natural, um jardim botânico e um museu de física.

A partir de colocações feitas no Estatuto da Universidade de Coimbra de 1772, quanto ao espaço de seu museu, descrevem-se as grandes coleções particulares que, com a morte de seus criadores, eram deixadas como herança. Essas coleções herdadas muitas vezes eram vendidas, dispersadas ou, até mesmo, destruídas por seus herdeiros. Ainda de acordo com esse documento, um dos objetivos da criação do Museu da Universidade foi abrir espaço para doações dessas coleções para que pudessem ser preservadas e utilizadas como recursos para a ‘instrução da mocidade’:

“Título VI - Dos Estabelecimentos pertencentes a Faculdade de Filosofia
Capítulo I - Do Gabinete de História Natural

[...]

3. E porque muitas pessoas particulares por gosto, e curiosidade tem ajuntado muitas coleções deste gênero, que fechadas nos seus gabinetes privados não produzem utilidade alguma na instrução pública; e ficam pela maior parte na mão de herdeiros destituídos do mesmo gosto; os quais não somente as não fazem conservar; mas também as dissipam, e destroem; poderão os ditos primeiros possuidores deixar as referidas coleções ao Gabinete da Universidade, que deve ser o Tesouro Público da História Natural, para instrução da mocidade, que de todas as partes dos meus reinos, e senhorios a ela concorrem. E aos que assim o fizerem lho havei por serviço para lhes fazer mercê.

4. Para recolher os produtos naturais, que por qualquer via adquirir a Universidade, haverá uma sala com a capacidade, que requer um Museu, ou gabinete digno da mesma Universidade. E estará dividida em três repartiamentos, cada um deles destinados aos produtos de um dos reinos da natureza; procurando-se quando for possível, que os mesmos produtos se ordenem metodicamente pelas suas classes, gêneros e espécies.” (Universidade de Coimbra, 1772, p. 265).

Ainda em Portugal, em Beja, em 1791, foi criado o Museu Sisenando-Cenáculo-Pacense, cuja coleção deu origem ao atual Museu Rainha Dona Leonor ou Museu Regional de Beja. Segundo Maria Helena Roque Duarte Tadeia (2013), o atual Museu de Beja é considerado o primeiro português, tendo seu primeiro núcleo de formação datado de 1755, no convento no qual frei Manuel do Cenáculo foi provincial. Posteriormente, frei Manuel foi designado para a diocese de Beja, onde constituiu com seu acervo um museu na cidade, o já citado Museu Sisenando-Cenáculo-Pacense. O acervo do que seria o primeiro museu português era formado por quatro coleções: “medalhas, espécimes arqueológicos, naturália e pinacoteca.” (Tadeia, 2013, p. 21).

Foi no século XIX que os museus passaram a ser espaços de comemoração, símbolos das nações e espaços de memória das coletividades. “O museu clássico do século XIX, na Europa, é o símbolo de uma nação ou de uma coletividade” (Poulot, 2013, p. 63) ou, ainda, “uma nova sedução da memória, uma explosão do espírito comemorativo” (Schwarcz,

1993, p. 88). De acordo com Dominique Poulot, historiador francês, a conservação e a construção da memória das nações, agora com caráter científico, passou a ser um dos objetivos perseguidos pelos museus nesse período, com “a regeneração da memória cultural para as tarefas que se impõem na época” (Poulot, 2013, p. 63).

Essa memória foi construída por meio do colecionismo, buscando recolher e organizar tudo que fosse possível, com vistas a representar a verdade. Importa destacar que essa verdade apresentava-se mediante objetos da natureza, como já foi esclarecido, em coleções que traziam referências locais de todos os tipos, inclusive produtos ‘monstruosos’:

“1. Sendo manifesto, que nenhuma coisa pode contribuir mais para o adiantamento da História Natural, do que a vista contínua de objetos, que ela compreende; a qual produz ideias cheias de mais força, e verdade, do que todas as descrições as mais exatas, e as figuras mais perfeitas: é necessário para fixar dignamente o estudo da natureza no centro da Universidade, que se faça uma coleção dos produtos, que pertencem aos três reinos da mesma natureza.
2. Por esta razão ei por bem, e sou servido ordenar, que o Reitor, tanto por si, como junto com a congregação da Faculdade, e com a Congregação Geral das Ciências, tenha o cuidado de procurar fazer a dita coleção do modo mais completo, que for possível; e de a enriquecer cada vez mais com os novos produtos da natureza, que se acharem, tanto nas suas operações regulares, como nas monstruosas.” (Universidade de Coimbra, 1772, p. 264).

Nesse período, como apresentado no Estatuto da Universidade de Coimbra, as coleções particulares passaram a ser incorporadas pelos museus, com a possibilidade de instrução e preservação da memória. Como instituições públicas, abriam-se para visitação, em que pese que “os verdadeiros usuários dos museus continuam sendo os estudiosos e os artistas, que se beneficiam sempre de condições privilegiadas.” (Poulot, 2013, p. 63).

Françoise Choay, historiadora francesa, em *A alegoria do patrimônio*, descreve a evolução do conceito de patrimônio, chegando aos museus, configurando-o como a institucionalização da “conservação material das pinturas, esculturas e objetos de arte antigo[s]”. Tratando dos séculos XVIII e XIX, apresenta a filosofia iluminista e seu objetivo de democratização do saber, estando com os museus a responsabilidade de receber acervos privados para sua preservação e apresentação pública, ou seja, era a democratização dos gabinetes de curiosidades, agora institucionalizada nos museus (Choay, 2002, p. 89).

Em linhas gerais, foi nesse contexto, relativo à história dos museus portugueses, que viveu a família real antes de sua partida para o Brasil. Foram essas referências culturais, referentes a instituições museológicas, que D. João VI trouxe em 1808, com destaque para os gabinetes de curiosidades, o colecionismo, a apropriação de coleções particulares e a construção da memória da nação.

Retomando as reflexões, as ações culturais anteriores à vinda da família real podem ser desconsideradas, sendo que, somente a partir de 1808, houve registro de ações, mesmo que não sistemáticas, mas que podem ser consideradas parte de políticas culturais. Nesse sentido, no século XIX, com a vinda da corte para o Brasil, surgiu a necessidade do desenvolvimento de políticas culturais e de formação. A princípio, esse movimento visava à reconstituição do ambiente da corte portuguesa no Brasil, interesse que posteriormente deu início à construção de um projeto de nação.

Considerando os objetivos desta pesquisa de estudar os museus do século XIX no Brasil, faz-se necessário definir quais museus serão considerados, bem como conhecer melhor seus perfis. Referenciando em ordem cronológica, mas não hierarquizando as referências, Schwarcz trabalha com museus “dedicados à pesquisa etnográfica e ao estudo das assim chamadas ciências naturais”, chamando-os “museus nacionais”, desenvolvendo suas reflexões com o Museu Nacional, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Paulista (Schwarcz, 1993, p. 87). Na mesma linha, Myrian Sepúlveda dos Santos (2002) apresenta, além do Museu Nacional, o Museu do Pará, com coleções de plantas, animais e objetos da cultura local, e o Museu Paulista, com objetos da elite local. Cita, de forma complementar:

“Além dos museus Paulista e Paraense, podemos nos lembrar de inúmeros outros museus criados no início do século: o Museu Mineiro, os Museus Anchieta e Júlio de Castilhos, do Rio Grande do Sul, o Museu do Instituto Butantan e o Museu de Zoologia, de São Paulo, ou o Museu de Ciências da Terra, do Rio de Janeiro. O acervo voltava-se sempre ou para um ramo especializado das ciências naturais ou para especificidades regionais.” (Santos, M. S., 2002, p. 108).

Destaca-se que, na lista apresentada pela autora, não consta o Museu Paranaense. Da mesma forma, em outro trabalho, ressalta a existência de “aproximadamente dez museus” no Brasil no fim do século XIX, citando como os “grandes museus brasileiros”: Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi e Museu Paulista (Santos, 2004, p. 3).

Por sua vez, Considera (2015) desenvolve sua tese com base em quatro museus principais, criados no século XIX e que são o ponto de partida para sua discussão: *Uma história dos fazeres museais no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX*. Ela trabalha com: Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paranaense e Museu Paulista. É importante destacar que essa escolha deu-se após a qualificação de sua pesquisa, estando anteriormente o Museu Paranaense excluído do grupo, fato relatado na introdução de seu trabalho.

Ainda, Lopes cita o Museu Nacional como “uma das poucas e a principal instituição brasileira dedicada primordialmente à História Natural”, dando ênfase a outros dois museus: “Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém do Pará, e para o Museu Paulista, conhecido como Museu do Ipiranga, em São Paulo” (Lopes, 2009, p. 11). O que chama atenção em

seu trabalho é que, quando de seu desenvolvimento, são informados o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Museu Paranaense e o Museu Botânico do Amazonas como sendo o início do movimento dos museus no Brasil.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi adotado o grupo de museus utilizado na proposta de Considera (2015), ou seja, os quatro museus principais do século XIX: Museu Nacional, Museu Paraense, Museu Paranaense e Museu Paulista. Para alinhar as informações destes, são aqui denominados ‘museus do século XIX’. O Apêndice 1 apresenta as principais informações de cada um deles, sempre em ordem cronológica de sua criação: Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paranaense e Museu Paulista.

Depois da criação do Museu Nacional (1818), no decorrer do século XIX, outras iniciativas nesse sentido aconteceram em todo o país. Assim, apresenta-se uma breve história dos suprarreferidos museus, considerados os museus do século XIX na história da museologia brasileira. Não é de interesse, aqui, descrever detalhadamente sua história, trabalho já tão bem desenvolvido por outros autores, mas, a partir dela e das ações museológicas, buscar referências para análise do Museu Paranaense que ajudem nas reflexões sobre suas ações museológicas.

Antes de avançar nesse histórico, cumpre saber o perfil dos museus nesse período. Em linhas gerais, o Paraense e o Paulista seguiam o perfil científico proposto pelo Museu Nacional, em especial a partir do fim da década de 1840, com seu realinhamento. Essas orientações também se explicam por alguns dos seus diretores, que tinham histórias profissionais ligadas a este.

Em 1907, na Revista do Museu Paulista, Ihering, então diretor do local, relata suas visitas a museus europeus, modelos também seguidos pelas mudanças propostas pelo Museu Nacional. Sua descrição sintetiza o perfil desejado para os museus brasileiros na segunda metade do século XIX:

“É certo que desde muito tempo todos os Museus de História Natural mais importantes devem preencher o duplo fim de servir de meio de instrução pública e de contribuir ao progresso da ciência. Entretanto é só nos últimos decênios que se veio a compreender a necessidade de exprimir, também na organização material dos Museus, esta diversidade de tarefas.” (Museu Paulista, 1907, p. 431).

Ihering trata de questões relativas à organização do acervo e das exposições, criando coleções para exposições e coleções para estudo, sem o acesso a visitantes. Também define algumas questões quanto à exposição de mais de um exemplar de determinada espécie, de diversas duplicatas, assim como analisa, a partir de uma grande visita a museus europeus de história natural, as coleções, expografia e a pesquisa

desenvolvida. Caracteriza, então, o foco dado ao desenvolvimento de um museu de história natural centrado na pesquisa (Museu Paulista, 1907). Schwarcz reforça a proposta de cópia dos modelos europeus de museus científicos e, a partir da década de 1870, a implantação de práticas museológicas focadas nas histórias naturais, tomando “impulso diferentes centros de pesquisa e ensino, desse processo beneficiando-se também os museus nacionais” (Schwarcz, 1993, p. 91).

Antes de começar a descrever algumas características dos museus aqui relacionados, cumpre fazer uma breve explanação quanto a uma experiência museológica anterior à criação do Museu Nacional, a Casa dos Pássaros.

Considerada a primeira experiência museal brasileira, segundo Lopes, ela foi criada em 1784 e, durante sua existência, “coleccionou, armazenou e preparou produtos naturais e adornos indígenas para enviar a Lisboa.” (Lopes, 2009, p. 25). Era dirigida por Francisco Xavier Cardoso Caldeira, que organizou o museu nos moldes dos “gabinetes europeus de história natural” (Chagas, 2003, p. 71). Em 1810, depois do falecimento de Caldeira, foi nomeado como inspetor da Casa de História Natural Luís Antônio da Costa Barradas (Lopes, 2009). Posteriormente, por decisão do conde de Aguiar, foi publicada a Decisão nº 20, de 22 de junho de 1813, com a extinção de todos os cargos ligados ao “denominado – Museu”:

“Decisão n. 20. – Brasil - Em 22 de Junho de 1813

Manda que se hajam por extintos os diferentes empregos do Museu desta Corte.

Constando na real presença de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor a pouca utilidade que se tira da despesa feita com os empregados no denominado - Museu; foi o mesmo Senhor servido ordenar, que se hajam por extintos os diferentes empregos de semelhante repartição, cessando os ordenados e vencimentos das pessoas a ela adidas, e sendo-lhes pago o que se lhes estiver devendo. Outrossim, foi o mesmo Senhor servido ordenar, que sejam entregues à Academia Real Militar, todos os produtos naturais, que ali se acharem e tudo quanto pertencer à Real Fazenda, expedindo-se as ordens a esse fim necessárias. Deus guarde a V. S.- Rio de Janeiro 22 de Junho de 1813. - Conde de Aguiar. - Sr. Tesoureiro - Mór do Erário Régio.” (Brasil, 1813, p. 30).

Ainda durante a pesquisa no acervo do Museu Paranaense, foram encontrados dois documentos manuscritos referentes à incorporação do Museu Nacional em setembro de 1966, sem outro registro de origem. O primeiro apresenta o Decreto de 6 de junho de 1818 (Acervo Museu Paranaense, MP.664), que trata da criação do museu por D. João VI, enquanto o segundo traz a Provisão de 2 de dezembro de 1811 (Acervo Museu Paranaense, MP.663), assinada pelo conde de Aguiar, então do conselho do estado, solicitando apoio de “João Prestes Barreto da Fontoura, Provedor da Real Fazenda da Ilha de Santa Catharina”, para as atividades de Matheus Cardoso Caldeira no preparo de objetos

– animais e insetos – que seriam remetidos ao “Real Museu desta Corte”, como transcrito na íntegra a seguir:

“Provisão de 2 de dezembro

O Conde de Aguiar, do Conselho de Estado, etc. Faço saber a vós João Prestes Barreto da Fontoura, Provedor da Real Fazenda da Ilha de Santa Catharina, que havendo representado por este Real Erário, Luiz Antônio da Costa Barradas, Diretor do Real Museu desta Côrte, a necessidade de se suprir por essa Provedoria os gêneros precisos para o preparativo dos animais e insetos que devem ser remetidos ao dito Museu: se nos ordena que façais o suprimento que for necessário aos trabalhos de que aqui se acha encarregado Matheus Cardoso Caldeira, dando de tudo parte pela Mesa do Real Erário, e tendo o maior cuidado de evitar despesas supérfluas, e quaisquer abusos que possam ter lugar por esta comissão. O que assim tereis entendido, e suprireis sem dúvida alguma Joaquim Pedro de Souza Rosa o fez no Rio de Janeiro, aos 2 de dezembro de 1811. Antônio Mariano de Azevedo o fez escrever – Conde de Aguiar.” (Acervo Museu Paranaense, MP.663).

Assim, mesmo após a morte de Caldeira, o documento registra que a busca por novos objetos continuava, agora citando como “Diretor do Museu Real desta Corte” Luiz Antônio da Costa Barradas, lembrando que o nome Museu Real só seria utilizado em 1818. É importante destacar que as datas, nomes e funções descritos nesse documento confirmam-se historicamente, mas ele não foi localizado nos registros das coleções de leis, decisões e documentos do período. Esse registro tem especial importância, considerando que as informações disponíveis dão conta do encerramento da Casa dos Pássaros com a morte de Caldeira, bem como do deslocamento de seu acervo para outras instituições, sendo posteriormente incorporado ao Museu Nacional.

Assim, segue-se com informações sobre as linhas de atuação dos museus, o local da pesquisa e do ensino em suas ações, suas coleções, suas publicações, as mudanças ocorridas a partir de suas direções e outras características que ajudem a entender o contexto dos museus brasileiros na segunda metade do século XIX, bem como trazer referências que auxiliem a reconhecer o papel do Museu Paranaense nesse contexto.

1.3.1 Museu Nacional

Fundado em 1818, o Museu Nacional, inicialmente chamado Museu Real, ganhou uma incumbência comemorativa: arquivo de coleções de curiosidades, expostas sem qualquer classificação. Ainda, segundo Schwarcz (1993), guardava grande distância dos padrões científicos promovidos pelos museus europeus da época.

“Decreto de 6 de junho de 1818

Querendo propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais do Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes que muito desejo favorecer, como grandes mananciais de riqueza: Hei por bem que nesta Corte se estabeleça um Museu Real.” (Brasil, 1818).

A composição do seu acervo deu-se com a agregação de muitos objetos pertencentes às coleções da família real brasileira, como relatou L. de Castro Faria em conferência sobre as exposições antropológicas e arqueológicas do museu:

“Por essa época o Imperador D. Pedro I oferece ao Museu a valiosíssima coleção egíptológica, que ainda hoje figura nas nossas salas. Com exceção de um único sarcófago, que foi de D. Pedro II, e de mais algumas peças, tudo mais foi arrematado em hasta pública no porto do Rio de Janeiro em 1824 e permanece o mesmo até os dias atuais.” (Faria, 1949, p. 5).

Em 1828, com a nomeação para a direção do frei Custódio Alves Serrão, 1828-1847, foi apresentado o primeiro inventário feito no museu. De acordo com relato datado de 1949, as coleções inventariadas na década de 30 do século XIX foram as mesmas, com poucas novas inclusões no acervo nessa data (Faria, 1949).

Importa destacar as relações do Museu Nacional com a sociedade científica nacional inicialmente, mas, no decorrer de sua história, vê-se o fortalecimento dessas relações internacionalmente, pela troca de informações, publicações e pesquisadores. Lopes cita essas relações com instituições nacionais:

“Ao longo desses primeiros anos o museu manteve vínculos de diferentes ordens com o Jardim Botânico, a Biblioteca Nacional, a Academia de Belas-Artes, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a Sociedade de Instrução Elementar, a Sociedade de Medicina da Corte, abrigou os sócios da Academia Real de Ciências de Lisboa, do IHGB.” (Lopes, 2009, p. 74).

Em 1842, o museu ganhou seu primeiro regulamento, constando as bases encontradas já no século XIX. Esse regulamento estruturou o museu em quatro áreas: numismática, artes liberais, arqueologia e usos e costumes das nações antigas e modernas, assim como as equipes de trabalho das áreas, funções e salários (Faria, 1949). Também se destaca a descrição das funções dos diretores das seções: “Aprontar os produtos que se tenham de dar em troco de outros recebidos dos museus, e naturalistas estrangeiros, acompanhando-os dos esclarecimentos necessários” (art. 8º, § 3º), demonstrando a importância das relações do Museu Nacional com outras instituições e pesquisadores interessados na história natural do Brasil (Brasil, 1865).

Ainda no regulamento de 1842, afirma-se o papel de apoio à educação do Museu Nacional, em especial, a educação não formal, com a responsabilidade dos diretores das

seções de, anualmente, dar um curso da ciência referente à seção de sua responsabilidade. Assim, os conhecimentos pesquisados e trocados com outras instituições passaram a contribuir na formação científica da época (Brasil, 1865). Esse papel educativo do museu é, aliás, apresentado por Lopes (2009), quando aborda as atividades desenvolvidas em apoio à formação acadêmica no início das atividades do local. Além de empréstimos de objetos do museu, laboratórios eram utilizados na formação, em especial com as “escolas de Engenharia e de Medicina da Corte” (Lopes, 2009, p. 75).

Em relatório para o Império, na década de 40 do século XIX, o diretor do Museu Nacional, frei Custódio, relatou: “A utilidade do nosso museu ainda não está perfeitamente sentida no seio da Representação Nacional, nem grande parte de nossos administradores tem reconhecido a benéfica influência de semelhante estabelecimento.” (Faria, 1949, p. 7).

Sob a direção de Burlamaqui, 1847-1866, em 1847, foram vistos os primeiros movimentos do Museu Nacional no sentido de montar sua própria coleção, com investimento em pesquisas de campo nas suas diversas áreas de atuação. Também sob essa direção, foi criada a biblioteca.

Em 1874, o relatório da direção apresenta a importância do Museu Nacional como referência a pesquisadores nacionais e internacionais:

“Cada país do globo, cada Museu ou sociedade científica e industrial, cada indivíduo em particular que necessita de ter informações ou amostras dos produtos do Brasil, a primeira coisa que faz é dirigir-se imediatamente ao diretor deste Museu; a ninguém mais recorre, de mais ninguém parece que se lembra. As cartas nos chovem.” (Netto, 1874, p. 7).

Em 1875, segundo relatório apresentado pela direção, o Museu Nacional era formado por quatro seções: zoologia, anatomia e fisiologia comparada; botânica e agricultura; geologia e mineralogia; e arqueologia e numismática. De acordo com Faria (1949), no ano seguinte, com a publicação de um novo regulamento, o então diretor, Ladislau Netto, 1874-1893, estruturou o museu em três seções apenas: antropologia, zoologia geral e aplicada, anatomia comparada e paleontologia animal; botânica geral e aplicada e paleontologia vegetal; e ciências físicas, mineralogia, geologia e paleontologia geral. Em separado, como seção anexa, ficou arqueologia, etnografia e numismática, sob responsabilidade direta da direção.

Também em 1876, foi criada uma revista trimestral, os Arquivos do Museu Nacional. Destaca Schwarcz a linha de relacionamentos do museu, explícito em sua publicação: “Das 44 personalidades arroladas, apenas três eram brasileiras”, fortalecendo suas ligações com o desenvolvimento científico internacional (Schwarcz, 1993, p. 92).

No primeiro número, foi publicado um inventário das coleções zoológicas do museu, com mais de 30 páginas de listas de objetos, demonstrando a mudança na gestão de Ladislau Netto, responsável pela implantação de um novo modelo, tendo como base o precedente europeu. Indicou-se, ainda, no fim dessa edição, que o “computo geral das coleções zoológicas do Museu” teria continuidade nos próximos números da revista (Museu Nacional, 1876, p. 52).

Dos artigos publicados no primeiro número dos Arquivos do Museu Nacional, destacam-se dois, com estudos de sambaquis. O primeiro, escrito por Carlos Wiener, apresentava os resultados de pesquisa realizada na região Sul do Brasil pelo Museu Nacional e o segundo, de Domingos S. Ferreira Penna, então diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, era sobre os sambaquis do Pará. Ambos revelam o perfil científico dos Museus Nacional e Paraense, com trabalhos que foram trocados em outros números da revista (Museu Nacional, 1876). Cumpre também lembrar que o ano de lançamento dos Arquivos do Museu Nacional foi o mesmo de criação do Museu Paranaense, quando da comemoração de quase 60 anos do Museu Nacional.

Ainda sob direção de Ladislau Neto, foi promovida a primeira Exposição Antropológica Brasileira, em 1882. Segundo Faria (1949), foi um evento de grande importância, tendo em vista a recente organização dos museus etnográficos no mundo. “O movimento de fato se amplia a partir do século XIX, com a criação de uma série de museus e sociedades”, entre 1837 e 1866 (Schwarcz, 1993, p. 89).

Para essa exposição, foram solicitados objetos de outros museus brasileiros, com o objetivo de juntar as coleções ora disponíveis no país. Emílio Goeldi cita, em seu relatório, parte do primeiro Boletim do Museu Paraense, de 1894, o enriquecimento das coleções do Museu Nacional, a partir da coleção do Museu Paraense encaminhada para a mostra, nunca devolvida:

“O Museu Nacional, do Rio de Janeiro, enriqueceu-se, ainda não há muitos anos, às expensas incontestáveis do Museu Paraense, com avultados objetos preciosos, oriundos de Marajá e de outros pontos da Amazônia. [...] Ficaremos decididamente só com aquele ‘recibo’ na mão com o valor de uma ‘ação á fond perdu’?” (Museu Paraense, 1896, p. 16).

Cabe completar as observações feitas ao Museu Nacional pelo Museu Paraense com informações de Ladislau Netto sobre a Exposição Antropológica: “A seção de cerâmica avultava pelo grande número de amostras vindas de Marajó, mais ou menos bem coordenadas.” (Faria, 1949, p. 11); e sobre a destinação desse acervo em exposição posterior, em 1888, em Berlim: “Em 1888 iria ele [Ladislau Netto] representar o Brasil e o Museu Nacional no Congresso de Americanistas, que se reuniu em Berlim, levando material

cerâmico de Marajó, provavelmente daquele mesmo que pessoalmente coletara para a Exposição Antropológica.” (Faria, 1949, p. 11). É fundamental esse destaque para conhecer algumas das estratégias utilizadas para a constituição das coleções do Museu Nacional, fato ocorrido também com o acervo encaminhado pelo Museu Paranaense, sem registro de retorno de parte dos objetos.

Finalizando o período em questão, o Museu Nacional encerrou o século XIX sob direção de João Batista de Lacerda, 1895-1915, responsável pela adequação do local à mudança na administração pública do Império para a República e ao novo edifício, Quinta da Boa Vista, cuja transferência ocorreu em 1892.

Cabe aqui uma breve análise da atuação do Museu Nacional no que se refere à abertura ao público, bem como suas relações com a sociedade local. Ainda antes da independência do Brasil, foi dada ordem para abertura do museu para o público às quintas-feiras, em que pese a restrição dos visitantes: “[visitantes] que se fizerem dignas pelos seus conhecimentos e qualidades”. Em 1848, Burlamaqui resolveu transferir o dia de abertura para o domingo, facilitando a visitação pública (Faria, 1949, p. 4).

Com informações obtidas nos arquivos do museu, fica claro o direcionamento dado pela gestão no sentido de fortalecer as relações com outros museus e instituições congêneres, por meio de pesquisadores, em sua grande maioria, estrangeiros. Em alguns momentos desse período, percebe-se o investimento em expedições e pesquisas com cientistas estrangeiros, sempre com o objetivo principal de crescimento das coleções do museu e de desenvolvimento científico.

Da constituição de suas coleções, vale o destaque de que o Museu Nacional, como já citado, contou inicialmente com coleções particulares doadas pelo Império. Também se sobressai a coleção mineralógica de Werner, por “muito tempo provavelmente a única coleção cientificamente organizada”, adquirida inicialmente para o ensino na Academia Militar (Faria, 1949, p. 3).

Com as exposições internacionais a partir da década de 1850, o Museu Nacional centralizou a participação brasileira, buscando, em seu acervo e de outros museus, instituições e províncias, mais materiais para tais exposições. De acordo com as críticas apresentadas pelo Museu Paranaense Emílio Goeldi, muitos objetos encaminhados para exposições nacionais no Museu Nacional não retornaram para seus museus de origem, como já citado anteriormente.

Segundo Considera, depois da Exposição Antropológica de 1882, o Museu Nacional cresceu “em importância trazendo elementos inovadores no campo da pesquisa científica, das técnicas expositivas e de novos conceitos pedagógicos” (Considera, 2015, p. 55). As exposições nacionais, em geral preparatórias para as internacionais, trouxeram para

o museu grande importância no cenário brasileiro da segunda metade do século XIX. Além da promoção desse grande evento nacional, as comissões envolvidas foram responsáveis pela seleção de objetos enviados posteriormente para representar o país em exposições internacionais. Tais objetos apresentavam, em geral, a produção nacional: agrícola, industrial e científica.

Também é importante destacar o papel do Museu Nacional, não só trazendo referenciais para os demais museus da época, como também na formação de pesquisadores e gestores responsáveis por outros museus espalhados pelo país. Isso pode ser fortemente percebido nas suas relações com outros museus, seja por troca de publicações e objetos, seja pelo intercâmbio de pesquisadores e trabalhos desenvolvidos e financiados pelo Museu Nacional em áreas já atendidas por outros museus. Exemplos envolvem os trabalhos desenvolvidos por Domingos Penna como pesquisador no Museu Nacional, cujas coletas de objetos foram, algumas vezes, compartilhadas com o Museu Paraense Emílio Goeldi; ainda no mesmo museu, a direção de Emílio Goeldi, após sua passagem pela direção de seção no Museu Nacional, o mesmo ocorrendo no Museu Paulista com Ihering, primeiro diretor deste.

1.3.2 Museu Paraense Emílio Goeldi

Criado em 1866, a partir de uma sociedade científica formada por intelectuais da província do Pará, a Associação Filomática do Pará, o Museu Paraense teve sua inauguração somente em 1871. De sua criação até 1872, foi dirigido por Domingos Soares Ferreira Pena, que imprimiu em suas ações um movimento de criação de uma instituição de ensino superior, promovendo os estudos das ciências da natureza. Segundo Lopes (2009), o museu promovia atividades educativas a partir das pesquisas desenvolvidas no local.

Sua história no século XIX pode ser dividida em dois períodos: pré-científico e científico. No primeiro, o diretor foi Domingos Pena, 1866-1872, seguido por uma mudança na estrutura, com a criação de um Conselho Administrativo, cujos componentes revezaram-se na direção durante o período de 1873 a 1890, no qual o museu foi quase extinto (Museu Paraense, 1986). Sob a direção de Domingos Pena, o museu compôs suas coleções com doações de diversos pesquisadores que promoveram expedições na região Norte do país, bem como doações do Museu Nacional e permutas com diversos museus internacionais (Lopes, 2009).

Em 1882, o Museu Paraense participou da organização da Exposição Antropológica Brasileira, promovida pelo Museu Nacional, no Rio de Janeiro, tendo enviado um grande número de objetos de seu acervo, fato facilmente percebido no guia da exposição, publicado

em 1882, com grande lista de objetos atribuídos a ele. Como já citado, Emílio Goeldi relata a perda de parte desse acervo quando do empréstimo; para ele, o empréstimo foi feito a fundo perdido: “Nada voltou, nada foi dado em troca [...] Ficaremos decididamente só com aquele recibo na mão com o valor de uma ‘acção á fond perdu?’” (Museu Paraense, 1896, p. 16).

No período seguinte, entre 1883 e 1890, o museu foi praticamente abandonado, funcionando em uma sala do Liceu Paraense e subordinado à Diretoria de Educação do estado. Em 1891, foi reinaugurado, baseado no crescimento econômico propiciado pelo ciclo da borracha, mas também no projeto de transformação da cidade de Belém em uma grande cidade. Em 1894, o museu foi reaberto, agora sob direção de Emílio Augusto Goeldi, 1894-1907, que promoveu uma grande reestruturação, com a criação da biblioteca, jardins zoológico e botânico e Boletim do Museu Paraense, além de ter trazido pesquisadores europeus, buscando modelos europeus de museus da época para aplicação (Schwarcz, 1993).

Ainda em 1894, foi publicado o primeiro regimento do Museu Paraense, ficando assim definida sua função:

“Artigo 1º - O Museu Paraense terá por fim o estudo, o desenvolvimento e a vulgarização da História Natural e Etnográfica do Estado do Pará e da Amazônia em particular e do Brasil, da América do Sul e do continente americano em geral; esforçando-se para consegui-lo: [...]” (Museu Paraense, 1896, p. 22).

Ainda nesse regulamento, determinou-se a organização do museu em quatro seções: zoologia e ciências anexas; botânica e ramos anexas; geologia, paleontologia e mineralogia; e etnologia, arqueologia e antropologia, além da estrutura de equipes de trabalho e competências de cada grupo. O regulamento fortaleceu o perfil científico do Museu Paraense, detalhando os papéis de pesquisa, critérios científicos e publicações, visando ao desenvolvimento da região atendida. Destacava ainda, nas competências da direção do museu, a importância das relações com outras instituições, como “museus, institutos, corporações científicas nacionais e estrangeiras” (Museu Paraense, 1896, p. 24).

Nesse documento, não havia explicitamente uma proposta educativa do museu, fosse por relações com instituições educativas, fosse pela promoção de cursos de caráter formal ou não formal. Poderia haver conferências sobre os assuntos pesquisados pelo museu, sendo este um dos melhores meios de contato com o público, bem como havia a previsão de abertura do museu ao público no período da manhã às quintas-feiras e domingos (Museu Paraense, 1896).

Em 1900, Goeldi propôs a publicação das Memórias do Museu Paraense de História Natural e Etnográfica ou Memórias do Museu Goeldi, com o formato de livros

seriados com temas específicos. Durante esta pesquisa, foram encontradas quatro edições, três com textos de Goeldi – 1902 e duas de 1905 –, em português, e uma com texto de Huber e Kraatz-Koschlau (1900), em alemão.

O Museu Paraense Emílio Goeldi tem especial importância no desenvolvimento de pesquisas na região em que atua, seja documentando as populações indígenas, seja em pesquisas arqueológicas e antropológicas da região. Desde sua criação, muitos foram os interesses na região da Amazônia, tendo sido para lá enviados diversos pesquisadores internacionais em busca de novas descobertas. Assim, ele cumpre fortemente, até o presente, seu papel científico, inclusive com grande produção científica e intercâmbio com outros centros de pesquisa espalhados pelo mundo.

1.3.3 Museu Paranaense

Considerando que, a partir do próximo capítulo, serão aprofundadas questões relativas ao Museu Paranaense, optou-se pelo registro de informações gerais sobre o museu ainda neste capítulo. Como citado pelo professor Mário Chagas durante a apresentação ao Júri Prévio desta pesquisa, busca-se aqui afirmar a presença do Museu Paranaense durante o século XIX, fazendo parte do momento histórico da criação dos museus brasileiros.

O primeiro registro dele foi feito em 1874, tendo sido adotada como data de criação 1876, considerando ser o ano de abertura da sede localizada na atual Praça Zacarias para o público. No capítulo II, será questionada essa data, levando em conta os registros existentes do museu como participante de exposições, havendo, inclusive, referência à primeira sede no edifício da Tesouraria Provincial do Paraná.

O Museu Paranaense teve início como uma instituição privada, em que pese ter suas primeiras sedes todas em edifícios públicos, com investimento em reformas e adaptações para seu funcionamento. Constam também nos registros provinciais verbas periódicas de manutenção e aquisição de móveis e acervo. Somente em 1883, foi transformado em instituição pública, sendo mantida a direção anterior.

Em dezembro de 1882, foi publicado seu primeiro regulamento, no qual foram apresentadas as seções para as quais o museu seria organizado:

“Artigo 2º Dividir-se-a em quatro seções:
1º De antropologia, zoologia e paleontologia animal
2º De botânica em geral e paleontologia vegetal
3º De mineralogia e geologia
4º De arqueologia, etnografia e numismática.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1883, ed. 69, p. 1)

A adoção de uma estrutura a partir do modelo proposto pelo Museu Nacional e seguido pelo Museu Paraense não determinou que o Museu Paranaense seguisse tal perfil. Tendo foco no desenvolvimento local, a partir de ações e serviços que serão apresentados nos capítulos II e III, construiu uma trajetória própria, motivo provável de sua exclusão da história dos museus brasileiros do século XIX, não constando, inclusive, em muitas das bibliografias sobre o tema.

Um ponto que toma especial importância é o papel desempenhado por alguns de seus diretores, no fim do século XIX e início do século XX. Na figura de Agostinho Ermelino de Leão e de Romário Martins, o museu alcançou grande destaque no cenário da província e do estado do Paraná, uma vez que esses diretores possuíam grande capital político e cultural, respectivamente, que abriu caminhos para o crescimento de suas ações e serviços no período estudado – 1874 a 1928. Por outro lado, não há registro de publicações científicas sobre o acervo do Museu Paranaense durante o século XIX, fato referenciado até por D. Pedro II quando de sua visita em 1880. Existem somente registros de materiais desenvolvidos para a Exposição Antropológica de 1882, com citações em publicações do Museu Paulista, que se apresenta adiante.

Ainda no período estudado, consta que o Museu Paranaense ocupou quatro sedes diferentes, todas ligadas a edifícios públicos e localizadas no centro da cidade de Curitiba, o que demonstra seu papel de centralidade na comunidade local. Já quanto à formação de suas coleções, estas tiveram início com objetos coletados por Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido da Silva Murici, criadores do museu, para participação em exposições nacionais e internacionais ocorridas antes de seu surgimento. Após 1874, constam registros em jornais da região de doações de diversos objetos por parte da comunidade.

Nos próximos capítulos, estes e outros pontos serão abordados para melhor compreensão dos caminhos percorridos pelo Museu Paranaense e da construção de sua identidade.

1.3.4 Museu Paulista

Inaugurado em 1895, o Museu Paulista surgiu a partir de uma coleção particular doada inicialmente para o governo do estado de São Paulo pelo conselheiro Mayrink e posteriormente adquirido pelo coronel Sertório, em 1890, fundando o chamado Museu Sertório, que deu origem ao Museu Paulista. Em 1894, esse acervo foi encaminhado para o então Monumento do Ypiranga, criando-se um museu independente, inaugurado oficialmente em 7 de setembro de 1895, sob a direção do Dr. H. von Ihering.

“A 1 hora teve lugar, no salão nobre do monumento a sessão inaugural, que foi presidida pelo Dr. Bernardino de Campos, secretariado pelos Drs. Cerqueira Cesar, Alfredo Pujol e Álvares Rubião.

O Dr. Bernardino proferiu uma breve alocução alusiva ao ato solene e abriu a sessão dando a palavra ao Dr. Ihering.” (Museu Paulista, 1895, p. 17).

Ihering, em seu discurso quando da inauguração do museu, citou ser a história da maior parte dos museus no mundo construída a partir de coleções particulares, que, após crescerem para além das possibilidades de manutenção de seus colecionadores, foram doadas para a responsabilidade de governos, o que se repetiu ali. Destacou, ainda, a distribuição da exposição, citando algumas áreas científicas atendidas pelo acervo desse museu e uma área não atendida: “Uma das coleções que ainda não nos satisfaz e cujo desenvolvimento recomendo especialmente a esta ilustre reunião é a seção histórica.” (Museu Paulista, 1895, p. 20). O comentário tem especial importância, visto o Museu Paulista, posteriormente, no início do século XX, ter se transformado em uma das referências em museus históricos no Brasil, com o Museu Histórico Nacional.

Considera (2015) destaca a importância do edifício do museu na definição de sua linha de atuação. Em que pese ter ele seguido as linhas do Museu Nacional, visto ter seu diretor origem profissional neste, o Monumento do Ipiranga foi determinante na orientação do Museu Paulista, em especial no século XX, como um museu histórico.

“A história deste museu poderia seguir o mesmo caminho dos museus Paraense e Paranaense, se não fosse por um fato: recebeu Ihering o então monumento do Ipiranga, também conhecido como palácio Bezzi, para ali instalar aquele museu. Construído às margens do riacho Ipiranga para rememorar a independência do Brasil, o local e o edifício tinham forte apelo histórico e político. Mas a orientação – e desejo – recebida por Ihering era para estabelecer ali um museu de História Natural.” (Considera, 2015, p. 56).

Nas bibliografias recebidas de outras instituições, a primeira Revista do Museu Paulista de 1895 cita o Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnográfica, volume I, de 1894, demonstrando parte das ações de divulgação das pesquisas desenvolvidas no Museu Paraense. Essa informação toma especial relevância por trazer referências ao Museu Paulista quanto à forma de atuação do Museu Paraense, colaborando nas suas ações. Com isso, passou a publicar sua revista com informações de desenvolvimento de suas pesquisas:

“É com um interesse bem especial que estamos observando o desenvolvimento do Museu do Pará, em tão boa hora confiado a direção competente do nosso distinto colega Dr. Goeldi. Oxalá seguissem também outros Estados do Brasil os exemplos dados pelos Estados do Pará e de São Paulo, organizando os seus Museus sobre bases sérias e com pessoal científico e competente, pessoal que

não podemos achar no mesmo Brasil até que este tenha criado uma universidade, que esteja à altura das da Europa.” (Museu Paulista, 1895, p. 245).

Por meio dos discursos apresentados nas Revistas do Museu Paulista, é possível perceber o direcionamento dado ao museu, a partir da constituição de seu acervo. Ihering, na abertura do volume II da Revista do Museu Paulista de 1897, relata uma excursão ao Rio da Prata, “esperando que tanto em conchas recentes como em outras petrificadas há de trazer boas coleções.” (Museu Paulista, 1897, p. 5). Este, entre tantos outros relatos, apresenta o viés de pesquisa dado ao museu, fato também refletido nos Museus Nacional e Paraense: a construção de acervos com foco no registro da botânica, zoologia e mineralogia do Brasil.

Ainda, Ihering cita a necessidade de criação de acervos de pesquisa, diferentes de acervos de exposição, inclusive com espaços de reserva diferenciados, guardando o acervo de pesquisa “em laboratórios não acessíveis ao público”. Essa reflexão demonstra a preocupação de um museu cujo foco estava no acervo, nos objetos e nas ações de pesquisa, e não no seu público e na sociedade atendida. Em que pese a visão cientificista do museu, Ihering cita Brown-Goode: “Um Museu finido é um Museu morto, e um Museu morto é sem valor”. Isso demonstra também a preocupação com a construção de um museu dinâmico e ágil no desenvolvimento de suas ações de pesquisa e constituição de acervo representativo em suas áreas de atuação. (Museu Paulista, 1897, p. 6)

Analisando somente o índice dos volumes I ao V, de 1895 a 1902, respectivamente, pelo nome dos artigos apresentados, percebe-se a ocorrência de mais de 50% deles tratando de assuntos ligados ao Brasil, outras províncias e outros países, e 24% de assuntos com citação específica da província de São Paulo e seus municípios – Tabela 1.

Tabela 1– Temas da Revista Museu Paulista – 1895 a 1902.

Citação no título	Ano/volume					Total	%
	1895/I	1897/II	1898/III	1900/IV	1902/V		
América do Sul		1				1	2
Argentina	1					1	2
Biografia				1		1	2
Brasil	1	5	2	4	5	17	33
Flórida	1					1	2
Paraná				1		1	2
Patagônia		1				1	2
Rio de Janeiro				1		1	2
Rio Grande do Sul		1		1		2	4
Santa Catarina			1			1	2
São Paulo e municípios		2	5	1	3	11	21
Sem referência de local	4	1	4	4	1	14	27
Total						52	

Esses dados reforçam a orientação do Museu Paulista para o desenvolvimento científico, sem a preocupação específica com esse desenvolvimento em sua província de origem ou até o atendimento de sua sociedade local. Tal direcionamento reflete o objetivo do museu expresso em seu regulamento de 1894: “Estudar a história natural América do Sul e em particular do Brasil”, apresentando uma linha de trabalho focada no desenvolvimento científico. Ihering relata a falta de espaço no museu para exposição, devido ao aumento das coleções expostas, e afirma: “Sendo o carácter do Museu o de um museu brasileiro, é bem natural que, se faltar espaço, os tipos dos outros continentes sejam retirados dos armários para dar lugar a representantes da fauna indígena.” (Museu Paulista, 1898, p. 9).

Na introdução do volume II da Revista do Museu Paranaense, ele apresenta seu interesse por artigo publicado no Instituto Histórico referente a pesquisas desenvolvidas no Paraná, por Alfredo d’Escragnolle Taunay, sobre os índios caingangues:

“Não pude obter o Catálogo de objetos da Exposição [Antropológica] de 1882 redigido pelo Dr. A. Ermelindo de Leão, mas estudei com grande interesse o artigo do Sr. Taunay intitulado: Alfredo d’Escragnolle Taunay ‘os índios caingangs’ (Coroados de Guarapuava) Revista do Instituto Histórico, vol. 51, 1888 suplem. p. 251 – 311.” (Museu Paulista, 1897, p. 9).

Ihering cita texto de visconde de Taunay, referenciado no Instituto Histórico e publicado em livro em 1900, no qual este explana diversas experiências e visitas suas aos índios paranaenses, durante e após o período em que foi presidente da província. Nesse texto, Taunay relata sua preocupação com o uso do nome ‘coroados’, buscando sua origem na classificação desse grupo indígena. Descreve, então, seu contato com o Museu Paranaense e com Agostinho Ermelino de Leão, que o apresenta a materiais produzidos pelo frei Luiz de Cemitille e Telemaco Borba, pesquisadores dos indígenas paranaenses e responsáveis por obras e objetos que foram encaminhados para a Exposição Antropológica do Brasil:

“Daí me provei uma ufania – poder reintegrar na grande família Tupy esse ramo dos Coroados, dando-lhes a legítima e verdadeira apelidação indígena. Esta ilusão, porém, desfez-se em Curitiba, quando, e volta da longa e aprazível viagem aos Campos Gerais, sertão e cidade de Guarapuava, tive ocasião de manusear o Catálogo dos Objetos do Museu Paranaense remetidos à Exposição Antropológica do Rio de Janeiro, que me foi oferecido pelo incançável criador e conservador daquele curioso e instrutivo estabelecimento provincial, o simpático e popular Desembargador Agostinho Ermelino de Leão. Este Catálogo, impresso por ordem do presidente Carlos Augusto de Carvalho, traz a data de 1882 e contém, como apêndices, valiosas memórias sobre os índios Caingangs e Camés (corôado), escrita pelo missionário capuchinho Frei Luiz de Cemitille e Vocabulário desses dialetos reunidos pelo Sr. Telemaco Morosini Borba, impertérrito sertanejo, e homem de onga data atirado a ousadas empresas e contínuas exploração nos vastos campos e compactas florestas de pinheiros do oeste da província do Paraná.” (Taunay, 1900, p. 86).

Os textos relatados por Alfredo d'Escagnolle Taunay constam da Revista Paranaense, editada em 1881 e sem referência de responsável pela organização, editora ou gráfica. Segundo consta no catálogo impresso para a Exposição Antropológica de 1882, esses materiais foram enviados pelo Museu Paranaense para a exposição. Também constam dessa revista diversos outros artigos com referências aos nomes utilizados nas cidades, rios e regiões paranaenses, assim como referências paranaense, questões ligadas à abolição e questões jurídicas da província. Os artigos são assinados por figuras proeminentes da província, como Rocha Pombo, Macedo Soares, Telemaco Borba e frei Luiz de Cemitille.

Nas primeiras revistas produzidas pelo Museu Paulista, no fim do século XIX, até 1904, as introduções apresentavam a linha adotada pelo museu. No relato das doações recebidas, são apresentados itens recebidos de zoologia, antropologia e botânica, todos utilizados para pesquisa e publicação de artigos sobre o assunto. Os relatos indicam uma rede de pesquisadores espalhada pelo Brasil, responsável pelo envio de objetos. Também são demonstradas as relações entre museus internacionais, com trocas de acervos.

Outro indicativo da linha de atuação desse museu é a relação de periódicos recebidos. A lista de periódicos internacionais é muito maior que de instituições nacionais. Destaca-se, no volume VI, de 1904, o registro do recebimento do Boletim do Museu Paranaense – Curitiba, primeira publicação deste, promovida pelo então diretor, Romário Martins. Nesse sentido, artigos resultantes de pesquisas promovidas pelo Museu Paulista trazem algumas relações deste museu com o Museu Paranaense e o Paraná. Por exemplo, no volume IV da Revista do Museu Paulista, de 1900, é apresentado um artigo de E. Kayser: *Alguns fósseis paleozoicos do Estado do Paraná*. Dos objetos coletados, segundo o autor, alguns foram doados pelo pesquisador Telemaco Borba e encaminhados para o Museu Paulista:

“Esses Spiríferos foram colecionados pelo Sr. Telemaco Borba em Tibagi, Estado do Paraná, que fez deles presente ao Museu Paulista.

[...]

Sendo dedicada a espécie ao Sr. Telemaco Borba em Tibagi que colecionou esses materiais.” (Museu Paulista, 1900, p. 308).

Ainda no volume VI, de 1904, o próprio Telemaco Borba publica um artigo intitulado *Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná*, em que cita ter tido contato com a artigo do volume I da Revista do Museu Paulista e argumenta sobre diversas pesquisas dos grupos indígenas do Paraná. Ele foi o pesquisador responsável pela seleção e envio de

diversos objetos que participaram da Exposição Antropológica de 1882, representando o Museu Paranaense.

Encerra-se este relato sobre o Museu Paulista com um parágrafo escrito por Ihering, no volume V da Revista do Museu Paulista: “Nunca pensei dar a este Estabelecimento o carácter de um grande museu, mas, sim de um pequeno museu local dedicado exclusivamente aos interesses do Brasil.” (Museu Paulista, 1902, p. 11).

Em termos de ações museológicas, percebe-se nesse museu a preocupação com a pesquisa científica, apresentada por meio dos contatos existentes entre pesquisadores nacionais e internacionais, além de encaminhar objetos de estudo e artigos publicados nas Revistas do Museu Paulista, a primeira delas editada em 1897. Há, também, preocupação com as coleções do museu, no tocante à manutenção dos objetos e substituição dos que não estão em bom estado de conservação, tudo devido ao seu grande recebimento. Ademais, seu então diretor explicita sua preocupação em ser um museu que contribuísse com o desenvolvimento científico brasileiro, na linha da construção de um museu-nação, mas não são explícitas participações em exposições regionais ou nacionais promovidas pelo Império e República na época relatada.

Concluindo, é clara a preocupação com a construção de um museu científico, na mesma linha dos Museus Nacional e Paraense, como já citado.

1.3.5 Algumas reflexões sobre os museus do século XIX no Brasil

Um primeiro ponto importante para refletir é quanto ao perfil dos museus brasileiros no século XIX. Sendo a primeira referência o Museu Nacional, que seguia os padrões propostos pelas instituições europeias, o modelo de museu de história natural, era esse o perfil que se apresentava no período. Em outras palavras, a partir das experiências vividas pelo Museu Nacional, outros foram constituídos no mesmo modelo, a exemplo do Museu Paraense e do Museu Paulista.

Importa aqui destacar que Domingos Soares Ferreira Penna, 1866-1872, e Emílio Augusto Goeldi, 1894-1907, diretores do Museu Paraense, e Hermann von Ihering, 1894-1916, diretor do Museu Paulista, atuaram como pesquisadores no Museu Nacional, antes – Goeldi e Ihering – e durante – Penna – sua atuação na direção dos respectivos museus. Essa formação de pesquisadores realizada dentro da proposta do Museu Nacional imprimia nas ações museológicas desenvolvidas o perfil para os Museus Paraense e Paulista (Schwartzman, 2001). Cabe, ainda, um destaque para a mudança no perfil do Museu Paulista no decorrer de sua história, já no século XX, para um museu histórico.

Podem-se citar algumas características comuns na atuação desses museus, entre elas: o desenvolvimento de pesquisa nas suas áreas de atuação, a organização em seções para organização das pesquisas, acervos e exposições, as publicações promovidas com os resultados das pesquisas e as ações de educação para divulgação de seus acervos, todas caracterizando o perfil científico.

Também o Museu Paranaense tentou, durante o século XIX, se aproximar do modelo apresentado no período, seja com a definição das seções prevista no seu primeiro regulamento, em 1883, seja com a produção de publicações para participação em exposições nacionais, seja promovendo expedições para pesquisas na região. Em que pese tal tentativa, teve seu trajeto mais voltado para sua comunidade, com ações museológicas com oferta de serviços, que serão apresentadas nos capítulos II e III. O fato de não seguir a linha proposta pelo Museu Nacional afastou-o do circuito cultural dos museus brasileiros no período, sendo uma das prováveis justificativas de não constar na sua lista.

Outro ponto relevante diz respeito às relações dos demais museus por meio de seus diretores, que foram pesquisadores no Museu Nacional, o que promoveu maior interação entre esses museus, novamente sendo mais uma das justificativas da exclusão do Museu Paranaense. Lembra-se, ainda, de que o eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Minas Gerais, centro político, econômico e cultural, justifica essa exclusão, tendo sido o museu criado em uma nova província, inclusive originada de uma disputa política para enfraquecimento do poder paulista no período. Pode-se também questionar o Museu Paranaense como um museu fora desse eixo, mas vale lembrar que sua direção foi por muito tempo liderada por pesquisadores atuantes no Museu Nacional – Domingos Penna e Emílio Goeldi –, sendo essas relações centrais para sua promoção.

Quanto à historiografia dos museus brasileiros, em 1979, Schwartzman (2001), em *Um espaço para a ciência*, apresenta o Museu Nacional como referência de instituição científica na época, citando ainda dois outros museus com características semelhantes: Museu Paraense e Museu Paulista. Posteriormente, em 1989, Schwarcz, em *O nascimento dos museus brasileiros*, também restringe os museus brasileiros a partir dos Museus Nacional, Paraense e Paulista.

Vale um destaque, em 1992, na Revista do Museu de Arqueologia e Etnografia. Maria José Elias faz algumas reflexões sobre o texto de Schwarcz de 1989, em que registra o esquecimento do Museu Paranaense na lista de centros tradicionais que integravam o “movimento na direção da institucionalização da pesquisa científica”, bem como cita diversas ações desenvolvidas pelo museu no século XIX e início do século XX que demonstram seu papel nas ciências brasileiras no período (Elias, 1992, p. 140). São diversas as referências sobre a história dos museus brasileiros no século XIX, nas quais, em

geral, são apresentados os mesmos como os principais. Somente em 2015, com as pesquisas de Considera, o Museu Paranaense foi estudado e apresentado como compondo os museus do século XIX.

Ricoeur, em *A memória, a história, o esquecimento*, destaca a narrativa como seletiva e determinante na definição do que será lembrado e do que será esquecido: “O caráter inelutavelmente seletivo da narrativa. Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. [...] A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva.” (Ricoeur, 2007, p. 455). Essa seleção de memórias define também uma seleção de esquecimentos, muitas vezes repetida a partir de uma definição inicial. Da mesma forma, se a reprodução traz a continuidade do esquecimento de rastros, “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela.” (Ricoeur, 2007, p. 455).

Mesmo tendo o Museu Paranaense buscado se colocar nos cenários culturais brasileiros do século XIX, suas referências e sua posição como um museu com trajetória diferenciada dos modelos apresentados nesse período não são narradas. Exemplos podem ser vistos nas exposições nacionais, nas quais sua participação foi destacada e citada em meios de comunicação do Rio de Janeiro, como no jornal *O Mosquito* – Figuras 5 e 6 –, além de outras referências que serão apresentadas nos próximos capítulos.

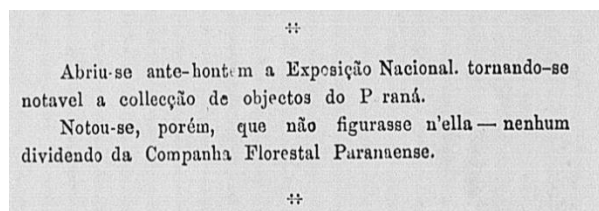


Figura 6 – *O Mosquito* (RJ), 1875, ed. 325, p. 1.

Encerrando o capítulo, foi possível conhecer um pouco dos contextos brasileiro e paranaense do século XIX e do perfil dos museus conhecidos como clássicos, na segunda metade desse século.

Primeiramente, referente às políticas públicas adotadas no Brasil com a vinda da família real, em 1808, e na província do Paraná após sua emancipação, em 1853, é importante perceber os direcionamentos semelhantes tomados pelas duas instâncias, em que pese ser o governo do Paraná escolhido para representação do Império do Brasil na região. Diversas ações culturais tomadas pela província foram reflexo das ações culturais instituídas pelo Império: Jardim Botânico, museu, Biblioteca Pública, teatro. Não cabe aqui avaliar se essas ações também foram implantadas em outras províncias, mas, no Paraná, tiveram sua origem na necessidade da construção da identidade paranaense e de condições

de melhoria das sociedades locais, justificativas semelhantes à consolidação da corte no Brasil.



Figura 7 – O Mosquito (RJ), 1875, ed. 325, p. 3.

Foram muitos os movimentos paranaenses – e paranistas – que se apresentaram como ponto de consolidação da cultura paranaense, principalmente pela forma como se deu a emancipação da província – a qual será abordada no próximo capítulo –, mas cumpre ter a consciência da reprodução pelo governo paranaense das políticas culturais desenvolvidas

no Império. Se, por um lado, ajuda a entender o desenvolvimento cultural no Paraná, por outro, é um contraponto no direcionamento tomado pelo Museu Paranaense. Nesse período, fica claro o direcionamento dos Museus Nacional, Paraense e Paulista, que poderiam ser classificados como científicos, o que não é tão claro no posicionamento do Museu Paranaense, que será explorado adiante. Também vale destacar o redirecionamento do trabalho desenvolvido pelo Museu Paulista a partir da primeira metade do século XX, tornando-se um museu histórico, parte fortemente influenciada pelo seu edifício.

Conclui-se, então, com o destaque da importância dessas ações culturais no Paraná para criação de um diferencial da cultura paulista, como forma de afirmação de uma cultura paranista, ações fortalecidas com as reflexões propostas por Romário Martins a partir do século XX.

Capítulo II – Museu Paranaense de 1874 a 1902: um capital político e social

[...]

O que não daria eu pela memória
De ter sido um ouvinte daquele Sócrates
Que, na tarde da cicuta,
Examinou serenamente o problema
Da imortalidade
Alternando os mitos e as razões
Enquanto a morte azul ia subindo
Dos seus pés já tão frios
[...]

Elegia da lembrança impossível

(Jorge Luiz Borges, in *Moeda de ferro*)

Depois de discutir o contexto brasileiro na segunda metade do século XIX, o que se pode chamar políticas culturais da época, a emancipação do Paraná, os museus brasileiros criados no período e suas relações com o Museu Paranaense, é necessário aprofundar a história deste, seu envolvimento com a sociedade local, suas práticas museológicas, sua história e seus caminhos.

Alves (2001), em seu trabalho sobre o Museu Paulista, faz uma reflexão sobre as pesquisas realizadas até aquele momento sobre os museus de história natural. Segundo a autora, essas pesquisas são em blocos, não havendo estudos aprofundados acerca de cada um dos museus. Também afirma que são, em geral, a partir de uma temática específica, perdendo-se a história do museu como um todo. Finaliza afirmando que as pesquisas, em geral, destacam as fragilidades das relações dos museus com o ‘ambiente brasileiro’.

Sanjad, em sua pesquisa sobre o Museu Paranaense, também faz reflexões nesse sentido, dissertando que as pesquisas comparativas entre museus destacam o que há em comum, deixando “em segundo plano a inserção dessas instituições em cada localidade.” (Sanjad, 2005, p. 25).

Nas referências utilizadas neste estudo, algumas se encaixam nessa descrição, caso de: Schwarcz (1993), que aborda museus que desenvolvem pesquisas etnográficas; Santos (2004), com o estudo das políticas culturais e dos museus; Considera (2015), com o estudo dos fazeres museais no século XIX; e Lopes (2009), com o estudo da pesquisa científica em museus. Nas quatro referências, o trabalho de pesquisa desenvolvido parte de uma temática específica e faz uma análise comparativa entre os museus. Destaca-se, ainda,

que, pela temática abordada, muitas vezes a escolha dos museus pesquisados é parcial, tendo em vista o desconhecimento das práticas adotadas por outros museus não considerados.

De forma diferente, Alves (2001) e Sanjad (2005) desenvolvem suas pesquisas das histórias e referências dos Museus Paulista e Paraense, respectivamente. Ainda outras referências têm essa abordagem no Museu Paranaense, como Carneiro (2001) e Furtado (2006), que descrevem parte da história do museu, mas cabe destacar que ambas as pesquisas constroem-se a partir dos referenciais de dois dos diretores do museu, nem sempre aprofundando questões inerentes a este, sua história e relações com seu ambiente local e sua sociedade.

A partir dessas reflexões, vale retomar o objetivo central deste trabalho: pesquisar o percurso histórico do Museu Paranaense, situando-o nos contextos museológico e museográfico brasileiros, construindo indicadores que possam contribuir para a melhoria de sua gestão e para o aprimoramento de suas relações com a sociedade local. Importa também destacar o arco temporal proposto, que precisou ser alterado, como resultado da própria pesquisa: 1874 a 1928. Em que pese, em 2016, o Museu Paranaense ter comemorado 140 anos, considerando sua criação em 1876, dados fazem afirmar que se deve ter 1874 como a data de seu surgimento, questão que será discutida à frente. Ainda compõe o arco temporal a contemporaneidade do Museu Paranaense, fazendo parte do trabalho também o período da direção em que foi desenvolvida esta pesquisa: 2011 a 2017.

Na necessidade de uma organização metodológica e didática, passa-se a dispor esse período em quatro partes, a saber:

1. De 1853 a 1876: da emancipação do Paraná à inauguração da considerada primeira sede do Museu Paranaense, as primeiras referências de museus no Paraná, as bases para a criação do Museu Paranaense, sua institucionalização e sua inauguração.
2. De 1874 a 1902: direção de Agostinho Ermelino de Leão, as exposições regionais, nacionais e internacionais do período e as primeiras sedes.
3. De 1902 a 1928: direção de Romário Martins, os primeiros registros e publicações.
4. De 2011 a 2017: gestão contemporânea do Museu Paranaense, a reorganização dos acervos, a implantação de recursos tecnológicos e as relações com a sociedade.

Essas fases não foram definidas *a priori*, mas durante o processo de pesquisa e discussões com a equipe do museu, como um dos resultados das reuniões sobre a proposta metodológica participativa.

Antes de continuar, cabe lembrar alguns objetivos propostos, para os quais serão procuradas respostas nesta etapa da pesquisa:

- Identificar as origens das coleções do Museu Paranaense e suas relações com a sociedade.
- Pesquisar os diversos edifícios ocupados pelo Museu Paranaense, suas relações com o acervo, as propostas expográficas e a sociedade.
- Identificar e analisar as ações de pesquisa, preservação e comunicação, os programas e projetos desenvolvidos pelo Museu Paranaense junto à sociedade.

2.1 De 1853 a 1874: antes do museu

A partir da emancipação da província do Paraná, em 1853, com a vinda do primeiro presidente de província, conselheiro Zacarias de Gois e Vasconcellos, diversas ações culturais foram implementadas no sentido da construção de uma identidade regional, como citado no capítulo anterior. Cumpre recordar as principais: Arquivo Público Paranaense, 1857; Banda de Música da Companhia de Força Policial, 1857; Biblioteca Pública, 1859; participação na primeira exposição nacional, 1866; e teatros na província, 1862.

No Paraná, em que pese o Museu Paranaense ter sido proposto pelos Drs. Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido da Silva Muricy, conforme relatório do presidente de província, Dr. Araújo Abranches, em 1874, em outro momento, anterior a essa proposta, ligada à Biblioteca Pública do Paraná, a ideia de constituir um museu na capital já havia sido dada pelo então presidente de província, Dr. Afonso de Carvalho:

“É de bom aviso ir sem grandes despesas ajuntando alguns objetos para um museu, que pouco a pouco se pode formar aproveitando certas amostras de minerais, pedras, pássaros e muitos outros objetos raros e curiosos, que por esta falta se perdem com prejuízo de nossa reputação.

Aí na biblioteca pode-se dispor um pequeno gabinete para em simples prateleiras ir dispondo e arrumando com ordem e zelo tantas amostras de Química, Física, Botânica, Zoologia e Mineralogia.” (Paraná, 1870, p. 15).

Vê-se já uma proposta colecionista de diversos objetos, com a definição de algumas áreas de pesquisa específicas. Infelizmente, os relatórios da província não

registram o possível sucesso dessa demanda, nem mesmo é de conhecimento essa proposta nos registros históricos do Museu Paranaense ou da Biblioteca Pública do Paraná. Caso alguma ação tenha sido tomada a partir do relato da Presidência da província, esta pode ter sido apagada devido ao período em que a Biblioteca Pública do Paraná esteve sob a gestão da mesma diretoria e compartilhando o mesmo espaço físico – 1886-1893.

Anteriormente a essa proposta, em 1866, assumiu a Vice-Presidência da província do Paraná o juiz de direito e bacharel Agostinho Ermelino de Leão, que viria a ser o responsável pela criação do Museu Paranaense, em 1874. Nesse ano, em seu relatório de 5 de novembro de 1866, apresentou pela primeira vez e de forma detalhada a Exposição Provincial. Responsável por coordenar por diversas vezes a participação da província em exposições provinciais, nacionais e internacionais, fez a seguinte descrição:

“EXPOSIÇÃO PROVINCIAL

De conformidade com o ato do governo imperial de 14 de outubro do ano findo, teve lugar no dia 29 de julho do corrente ano a inauguração da Exposição de produtos agrícolas, industriais e de obras de arte da província, encerrando-se no dia 4 de agosto.

A ilustração dos membros que compunham a comissão nomeada para reunir esses produtos, e os esforços por eles empregados e sobre todos os do Dr. José Cândido da Silva Murici, deram um resultado satisfatório, bem que tivessem de lutar com a escassez do tempo. Me ufano em dizer a V. Ex. que a província do Paraná não obstante ser a vez primaria que concorre para a grande festa da Exposição Nacional, não ficará aquém das demais províncias, atento os motivos apresentados.” (Paraná, 1866, p. 1).

Como resultado dessa primeira Exposição Provincial, diversos produtos participaram da Exposição Nacional de 1867 e foram premiados com medalhas e menções honrosas:

“EXPOSIÇÃO PROVINCIAL

Dos jornais, que se publicam na Corte, consta que na Exposição [Nacional], que ali teve lugar, foram bem aceitos os produtos enviados por esta província, havendo sido alguns expositores distinguidos com medalhas de prata e cobre, e menções honrosas.” (Paraná, 1867, p. 46).

Começou, então, uma sequência de exposições das quais a província participou e recebeu diversas premiações. Na organização dessas participações, encontravam-se os “Srs. Drs. Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido da Silva Murici”. As discussões para organização de acervos para exposições provinciais, nacionais e internacionais podem ter despertado a necessidade de uma instituição com a responsabilidade de guarda da produção e identidade da província, ideia que foi lançada à Presidência e prontamente apoiada pelo presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches (Paraná, 1874, p. 45).

Lançada a ideia, tiveram início as articulações do museu, bem como outra exposição apresentou-se, abrindo a estruturação das Exposições Provincial, Nacional e Internacional de 1875, na Filadélfia:

“EXPOSIÇÃO

Já foram nomeadas as comissões encarregadas de agenciar produtos da lavoura e de outras indústrias para a exposição universal, que deve ser inaugurada em Filadélfia, por ocasião do centenário da independência dos Estados Unidos. Até o presente os nomeados nutrem os melhores desejos de concorrer para que esta província seja dignamente representada naquela grande festa da civilização. Designei o dia 25 de abril do corrente ano para a exposição provincial. Por ato de 11 de janeiro nomeei o bacharel Agostinho Ermelino de Leão para representar a província na exposição nacional que terá lugar na corte no dia 7 de setembro próximo futuro.” (Paraná, 1875, p. 8).

Nos relatórios de 1876, indica-se o grande sucesso das Exposições Provincial e Nacional, com a participação do Paraná com destaque:

“Na exposição nacional, coube ao Paraná honrosa distinção, e a multidão que enchia os salões onde se orientavam os produtos paranaenses, ouviu estas palavras de S.M. o Imperador: - O Paraná marcha sempre na vanguarda do progresso. [...] Nomeei o Dr. Agostinho Ermelino de Leão para representar a província na exposição nacional, e sua atividade e dedicação muito concorreram para o esplêndido resultado ali obtido.” (Paraná, 1876, p. 105).

Saindo um pouco dos pareceres refletidos nos relatórios da província, outros registros revelam a participação do Paraná na Exposição Nacional realizada no Rio de Janeiro. O professor da Escola Politécnica e membro da Comissão Diretora da Exposição Nacional, João de Saldanha da Gama, no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, descreveu essa participação:

“A província do Paraná destaca-se neste empenho de civilização e, de trabalho pela imagem da atividade, da inteligência e do patriotismo. Nenhuma das suas irmãs soube compreender tão alto o pensamento desta festa de indústria e de labores, nem reunir tão grande cópia de elementos e produtos, que por si só definem a grandeza desta província, os esforços da respectiva comissão provincial, a dedicação do seu representante e a parte que lhe está reservada na história futura do Império do Brasil.” (Gama, 1876, p. 23).

Da mesma forma, Zaluar, jornalista do Jornal O Globo – Rio de Janeiro, relatou as competências museográficas do Dr. Agostinho Ermelino de Leão:

“Vendo a ordem, método e disposição agradável que presidiu ao agrupamento dos produtos e sua distribuição artística, somos levados a reconhecer o zelo, dedicação, inteligência e boa vontade com que o ilustrado comissário provincial, o Sr. Dr. Agostinho Ermelino de Leão, trabalhou infatigavelmente para dar vivo

realce aos louváveis esforços industriais de sua província natal.” (Zaluar, 1875, p. 30).

Cabe destacar que, enquanto em cada sala eram apresentados produtos de duas ou três províncias, o Paraná ocupava duas salas somente com seus produtos, o que chamava a atenção dos visitantes.

Essa descrição não tem fim em si mesma, mas serve para apresentação do trabalho executado por Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido da Silva Muricy. Foi a articulação feita por eles com a elite produtora paranaense, buscando diferenciais que apresentassem o desenvolvimento local, e com o governo da província, financiador da participação nas exposições, que fez desses personagens cidadãos importantes na formação da identidade da província do Paraná.

Em conjunto com a proposta do Museu Paranaense, apresentou-se a criação do Jardim da Aclimação, instituição destinada à promoção e melhoria da produção agrícola do Paraná. O jardim instalou-se em 1874, funcionando inicialmente na Tesouraria Provincial, e ocupou o mesmo edifício do Museu Paranaense. Mesmo antes de seu surgimento, há registros de ações demonstrando a preocupação de Agostinho Ermelino de Leão com o desenvolvimento agrícola do Paraná. Após sua criação, outras atividades foram empreendidas com a mesma preocupação. Exemplos podem ser encontrados no anexo digital, clicando no menu: Museu Paranaense > Jardim da Aclimação, que traz materiais pesquisados, imagens, transcrições e referências. Esses registros demonstram a preocupação com a melhoria das condições de produção agrícola da província do Paraná, atuações que se juntaram às promovidas pelo Museu Paranaense, inclusive trazendo produtos que foram coletados para a montagem das futuras exposições regionais, nacionais e internacionais, representando o Paraná.

A partir dessas articulações, Agostinho Ermelino de Leão participou da fundação de diversas instituições que trabalharam nesse sentido, como o Jardim da Aclimação Paranaense e o Museu Paranaense, bem como apoiou e organizou eventos e associações – Exposições Internacionais de Paris, Viena e Filadélfia, Associação Literária de Curitiba etc. Juiz e vice-presidente da província, exerceu forte papel de liderança nas elites política e cultural da sua época, buscando sempre ações que promovessem a sociedade paranaense e seu desenvolvimento.

Cabe aqui localizar essa sociedade paranaense mediante registros, nos relatórios da província, de Lamenha Lins, então presidente: “Em uma província essencialmente agrícola e criadora como esta, é desnecessário demonstrar a utilidade de uma associação cujo fim concorre poderosamente para o desenvolvimento da agricultura, melhoramento das raças e animação a lucrativa indústria.” (Paraná, 1876, p. 106).

Nesse contexto, retoma-se o conceito de campo e capital de Bourdieu, apresentado na introdução: “Todo campo é um campo de forças e um campo de lutas.” (Bourdieu, 2004, p. 23).

Quando se buscam referências sobre Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido da Silva Muricy, é possível notar a grande influência destes na construção da sociedade local. Sua participação não está somente no Museu Paranaense, mas na sua atuação como juiz, médico, políticos, intelectuais, responsáveis públicos por ações de divulgação da produção paranaense, dentre tantas outras atividades e empreendimentos. Como ilustração, em 1886, Agostinho Ermelino de Leão foi homenageado em vida com o nome da avenida oeste do Passeio Público, inaugurado em fevereiro de 1886 (Paraná, 1886, p. 69). As referências a esses personagens configuram um grande capital simbólico dos criadores do Museu Paranaense, que os coloca em posições determinantes nas análises desenvolvidas sobre as relações do Museu Paranaense com a sociedade local.

Avançando para Romário Martins, que será explorado no próximo capítulo, já no século XX, vê-se um personagem com grande influência social e intelectual, criador do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Escola de Agronomia do Paraná, Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba, deputado, historiador e escritor de diversas obras que colaboraram com a construção da história do Paraná. São somente alguns exemplos que cobrem a história do Museu Paranaense de sua criação, em 1874, até 1928; outros tantos podem ser levantados, com agentes que tinham no museu uma forma de materialização de seu capital político, intelectual ou social. Pautado nesses capitais simbólicos é que se pretende reconstruir os caminhos, contextos e ações museológicas que configuraram o Museu Paranaense, buscando analisar as relações deste com a sociedade.

Nos anos que antecederam os encaminhamentos para a criação do Museu Paranaense, era possível perceber a recorrente participação de Agostinho Ermelino de Leão na sociedade paranaense, seja em seu papel como juiz de direito, seja na sua atuação como vice-presidente da província, seja na sua participação na Sociedade Teatral União Curitibana ou em tantas outras ações que demonstram seu envolvimento no que tange ao desenvolvimento social, econômico, político e cultural local. Seguem alguns recortes de matérias publicadas no jornal Dezenove de Dezembro (PR), no período de 1866 a 1874:

“Noticiário

Batismo – No dia 1º do corrente, depois da missa conventual, o ver. Vigário Collado Agostinho Machado Lima ministrou o Sacramento do Batismo a quatorze índios Guaranys e Cayuás do aldeamento de Santo Ignácio do Paranapanema, que vieram a esta capital com o seu diretor o Sr. Joscelyn Augusto Morocines Boraba.

Uma luzido concurso das mais gradas pessoas assistiu a este sagrado ato [...] Dr. Juiz de Direito Agostinho Ermelino de Leão.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1866, ed. 653, p. 4).

“Extrato do Expediente da Vice-Presidência.

Dia 17

Ato, designando o juiz de direito da comarca da capital, bacharel Agostinho Ermelino de Leão, para servir o cargo de chefe de polícia da província. Fizeram-se as comunicações.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1867, ed. 820, p. 2).

“Condecorações – Por decreto de 9 do corrente foram condecorados, por serviços prestados a integridade do império, os Srs.:

Ordem da Rosa

Oficiais [...]

Dr. Agostinho Ermelino de Leão

Dr. José Candido da Silva Murici.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1867, ed. 773, p. 2).

“Semente - O nosso amigo, o Exm. Sr. Dr. Agostinho Ermelino de Leão, acaba de distribuir gratuitamente pelos lavradores residentes nesta capital e seus subúrbios mais de 18 alqueires de sementes de trigo e cevada de produção desta província, com o louvável intento de conseguir a reabilitação deste gênero de cultura que, tendo outrora tido grande desenvolvimento ao ponto de ser exportado em larga escala, achava-se, entretanto, em abandono.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1873, ed. 1422, p. 3).

“Club Literário Curitibaano – Tendo se procedido a eleição para a diretoria efetiva desta sociedade, deu ele o seguinte resultado:

Presidente: Dr. Agostinho Ermelino de Leão.

Vice-presidente: Dr. João José Pedrosa.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1874, ed. 1559, p. 3).

Percebe-se a participação de Agostinho Ermelino de Leão em atividades religiosas, policiais, políticas e culturais, recebimento de honrarias, participação em atividades de desenvolvimento da sociedade rural, com distribuição de sementes, e até em processos de capacitação e melhoria da produção rural paranaense. Esses e outros exemplos podem ser encontrados no anexo digital, clicando no menu: Personalidades > Agostinho Ermelino de Leão.

É importante reconhecer o papel ocupado por ele na sociedade paranaense da segunda metade do século XIX, considerando-o também um representante da elite de sua época.

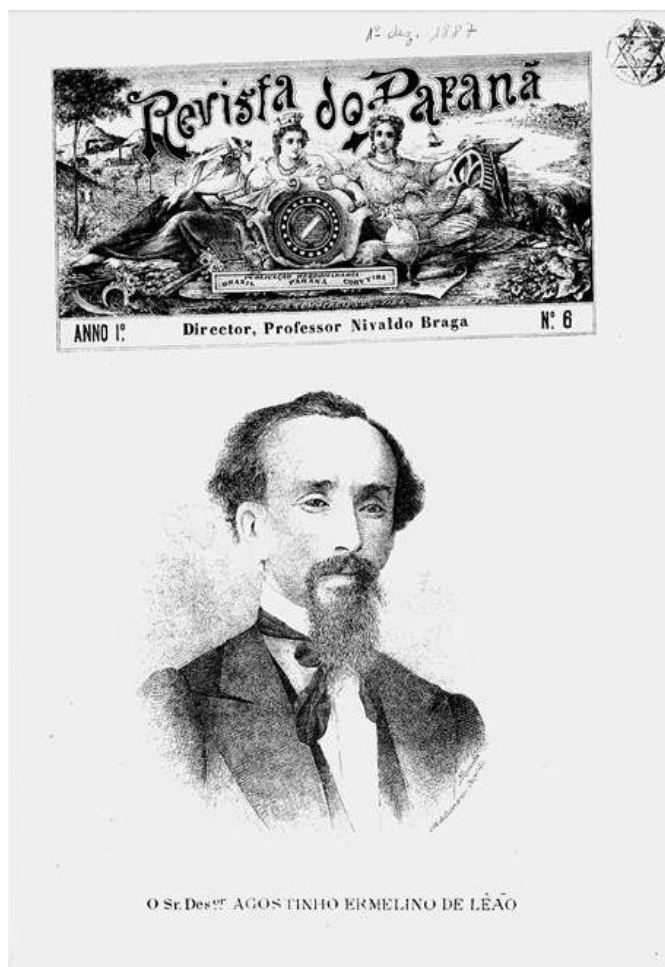


Figura 8 – Revista do Paraná (PR), 1887, ed. 6, p. 1.

O mesmo ocorre com José Cândido da Silva Muricy, apesar de ter morrido cedo, somente três anos após a criação do Museu Paranaense, 1879. Teve grande atuação na área da saúde na província do Paraná, sendo citado constantemente como responsável pelo sistema de vacinas, fundador da Santa Casa de Misericórdia do Paraná e organizador das coleções referentes às áreas de saúde e botânica que participaram de diversas exposições regionais, nacionais e internacionais. Mais referências sobre esse personagem serão trazidas nos estudos quanto às constituições das primeiras coleções do museu.

Outro ponto importante a ser abordado é a sede ocupada pelo Museu Paranaense em 1876, que não foi construída especificamente para abrigá-lo, nem mesmo foi adquirida para esse fim.

Segundo dados do Museu da Polícia Militar do Paraná, a Companhia de Força Policial da Província do Paraná foi criada em 1854, tendo como seu primeiro quartel uma casa alugada no Largo da Ponte, posteriormente Praça Zacarias. Somente na década de 60 do século XIX, há registros de aquisição dessa casa para instalação provisória do Mercado Municipal, que posteriormente foi para uma nova construção para esse fim.

“No ano seguinte (1855), a Companhia mudou-se para uma casa de propriedade do cidadão Mariano Torres de Almeida, à rua do Comércio (Marechal Deodoro), construída no Largo da Ponte do Rio Ivo (Praça Zacarias), no mesmo imóvel que serviu de Mercado de Curitiba, depois ao Templo Maçônico ‘Fraternidade Paranaense’ e hoje ocupado pelo edifício ‘Acácia.’” (Correio de Notícias (PR), 1987, ed. 1812, p. 11).

“PRAÇA DO MERCADO

Atendendo a necessidade urgente de uma praça de mercado nesta capital, e a impossibilidade de ser levada de pronto a efeito a obra da começada em vastas proporções, resolvi comprar, pelo baixo preço de 3:500\$000, com a condição de ser esta importância paga no prazo de dois anos, ficando a província obrigada ao pagamento de dez por cento ao ano, uma casa pertencente a Mariano de Almeida Torres, sita no Largo da Ponte, a qual cedi provisoriamente para este mister a câmara municipal da capital.

Dei esse passo convicto que acertava, porque quando se possa concluir a obra da praça do mercado ficará aquele próprio provincial destinado para o quartel da companhia policial, ou para acomodação de alguma repartição pública.” (Paraná, 1863, p. 101).

O relatório previa o uso do edifício para o quartel da Companhia de Força Policial, mas este já estava instalado no edifício, tendo saído em 1861, para que fossem possíveis a reforma e instalação do mercado. Com a mudança, o antigo Largo da Ponte passou a ser conhecido como Largo do Mercado e, posteriormente, Largo do Chafariz.

Importa o destaque do uso do que seria a sede do Museu Paranaense, pois não foi adquirida para tanto, nem mesmo foi adaptado para ser um museu, sendo a proposta inicial o compartilhamento do edifício com outras repartições públicas. Ainda, cabe ressaltar que não foi encontrado registro fotográfico do edifício ocupado pela Companhia da Força Policial, Mercado Municipal e Museu Paranaense, somente registro previsto do que seria a fachada da primeira sede do museu – Figura 8.



Figura 9 – Sede do Museu Paranaense (1976 – 1900) – Praça Zacarias
Museu Paranaense (s/d) - R. Doubek, Bico de Pena, 1976

2.2 De 1874 a 1902: período de Agostinho Ermelino de Leão

Reconstruir a história do Museu Paranaense de sua criação até 1902, cuja direção foi ocupada quase exclusivamente por Agostinho Ermelino de Leão, não é tarefa simples, considerando haver muito poucos registros históricos ou pesquisas detalhadas sobre o período. Inclui-se nessa falta de registros também a falta de publicações do museu.

Registra-se aqui que, no período de 1886 a 1892, a direção do museu foi ocupada por Manoel Ricardo Carneiro, em substituição a Agostinho Ermelino de Leão, transferido para atuar como desembargador na Bahia. Em 1892, Agostinho Ermelino de Leão retornou ao cargo.

Para traçar a trajetória do museu nesse período, buscaram-se registros jornalísticos, políticos e sociais que trouxessem o perfil adotado para a consolidação dessa instituição. Parte-se, então, para algumas temáticas, a fim de apresentar essa trajetória: documentos institucionais, edifícios do museu, coleções e relações com a sociedade, outros museus e instituições nacionais.

2.2.1 Documentos institucionais

Não há documentos oficiais que marquem a data de criação do Museu Paranaense, apenas registro nos relatórios da província, já citados, o qual será retomado.

De acordo com a bibliografia atual, bem como as comemorações de aniversário feitas anualmente, com 140 anos completados em 2016, existem alguns questionamentos. Segundo Considera: “Seguindo o modelo de seus congêneres, o Museu Paranaense, inaugurado em 1876 e ocupando um edifício adquirido e reformado pelo governo na Praça Zacarias, no centro de Curitiba [...]” (Considera, 2015, p. 54). Já Carneiro (2001) cita 1874 como a data da proposta feita por Agostinho Ermelino de Leão e José Candido da Silva Muricy para a criação do museu. Afirma, ainda, que em 1875 não foi dado andamento à ideia, devido à organização das Exposições Provincial e Nacional de 1875; somente nesse ano foi nomeada a comissão que daria andamento ao projeto e inauguração do museu. Também Lopes (2009) destaca a inauguração do Museu Paranaense em 1876, no dia 25 de setembro, listando, igualmente, a inauguração da Sociedade de Aclimação no mesmo dia.

Em uma publicação do próprio Museu Paranaense, *Trajetórias das sedes do Museu Paranaense*, cita-se sua inauguração: “A inauguração do Museu de Curitiba se deu em 25 de setembro de 1876, nas dependências do antigo Mercado Municipal, no Largo da Ponte (Praça Zacarias).” (Museu Paranaense, s/d). Afirma-se, ainda, ser esse endereço a primeira

sede. De modo similar, Antonelli (2016, p. 197) afirma o Museu Paranaense estar em sua sétima sede em 2016, tendo sido inaugurado em 1876, com sede localizada na Praça Zacarias.

O primeiro registro documental refere-se à ideia proposta por Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido da Silva Muricy, abarcada pelo então presidente da província do Paraná, Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, conforme relatório de 1874:

“Museu e Jardim da Aclimação

Em data de 14 do mês findo recebi um ofício dos Drs. Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido da Silva Muricy participando-me pretenderem fundar nesta capital um museu e jardim de aclimação e solicitando para essa ideia o auxílio da presidência.

Aplaudindo tão patriótico e louvável cometimento, assegurei aqueles distintos cidadãos toda proteção e nesse intuito recomendei as municipalidades e diretores das colônias e aldeamentos que fizessem a aquisição de produtos apropriados, tendo anteriormente cedido para esse fim uma das salas do prédio em que funcionava a Tesouraria Provincial e o terreno que lhe é adjacente. É de crer que em breve vejamos agrupados em variadas coleções os riquíssimos e inesgotáveis produtos que a natureza, as mãos pródigas, dispensou a esta província.” (Paraná, 1874, p. 45).

Entre esse primeiro registro e a abertura ao público, em setembro de 1876, a equipe responsável pela articulação do museu desenvolveu todas as ações necessárias para seu lançamento. Relata o então presidente da província, Adolpho Lamemha Lins:

“Museu

Para levar a efeito a criação deste utilíssimo estabelecimento nomeei uma comissão composta dos Srs. Drs. Agostinho Ermelino de Leão, José Candido da Silva Muricy e André Braz Chalree Junior, que empregam todos os esforços para inaugurá-lo no dia 14 de março próximo vindouro.

A comissão já tem adquirido interessantes objetos que devem figurar no Museu Paranaense.

Mandei reedificar a casa do antigo mercado ao largo Zacarias, despendendo nas obras feitas a quantia de 1:259\$000.

Além de ficar este prédio com acomodações para o museu, oferece também espaço para o escritório do engenheiro da província, depósito de materiais de obras públicas, etc.

Julguei mais vantajoso despender no prédio essa pequena quantia, o que tornou-se elegante e espaçoso, do que vendê-lo no estado em que estava por insignificante preço.

Com mais algumas obras necessárias na parte posterior do edifício, fica ele um excelente prédio e pode ali funcionar mais uma repartição pública.” (Paraná, 1876, p. 121).

Outro registro documental considera datas que diferem da bibliografia atual para a criação do Museu Paranaense. Segundo o *Guia do Museu Paranaense*, escrito por Agostinho Ermelino de Leão em 1900, a criação deu-se em 1874, data que se confirma na publicação dos relatórios da província de 1874, citados anteriormente:

“Guia do Museu Paranaense
Notícias Históricas

O Museu Paranaense teve origem em 1874.

O Dr. José Candido da Silva Muricy, de saudosíssima memória, e o autor desta Guia, a 14 de janeiro daquele ano participaram a presidência da então Província, o projeto que tinham de fundar nesta capital um museu e um jardim de aclimação.” (Leão, 1900, p. 3).

Assim, cabe fazer as devidas correções quanto ao ano de sua criação, de 1876 para 1874. Há aqui uma confusão quanto aos anos, sendo 1876 a inauguração da considerada primeira sede, ponto que também se coloca em questionamento. Novamente, segundo Leão:

“O governo provincial, aplaudindo o cometimento, cedeu para esse fim, uma das salas e terrenos do edifício em que funcionava a Tesouraria Provincial, hoje Tesouro do Estado.

Desde logo a simpatia e o interesse do público pelo estabelecimento, se manifestaram, traduzindo-se em numerosas dádivas de objetos interessantes e raros que vinham enriquecer seus mostruários, ao mesmo tempo, que tornavam acanhadas as proporções do compartimento que lhe era reservado.

Atendendo a estas circunstâncias, o governo resolveu reformar o edifício do antigo mercado, que possuía no largo Conselheiro Zacarias, comprado pela quantia de 3.500\$000 de acordo com o ofício n. 189 de 27 de maio de 1862, e nele estabelecer o museu.

No dia 25 de setembro de 1876 foi inaugurado o estabelecimento no edifício citado, que então somente tinha um dos lances concluídos.” (Leão, 1900, p. 3).

Assim, Leão esclarece que, em 25 de setembro de 1876, “foi inaugurado o estabelecimento no edifício citado”, não sendo essa a data da criação do museu, mas a inauguração do que seria sua segunda sede, “uma das salas e terrenos do edifício” localizado na Tesouraria da província. Esclarece, ainda, ser esse espaço acanhado, devido ao grande número de doações recebidas (Leão, 1900, p. 3).

Esse relato confirma o relatório da província, considerando ser a primeira sede do museu as “salas do prédio em que funcionava a Tesouraria Provincial e o terreno que lhe é adjacente”, espaço definido para o funcionamento do Museu Paranaense e do Jardim da Aclimação (Paraná, 1874, p. 45).

Assim, entende-se ser necessário fazer algumas correções na historiografia do Museu Paranaense:

1. Data de criação: 14 de janeiro de 1874.
2. Primeira sede: Tesouraria Provincial.
3. Segunda sede: Praça Zacarias, inaugurada em 25 de setembro de 1876.

Em que pese o fato de não haver registros da abertura da sala da Tesouraria Provincial ao público, esse espaço tinha a configuração da primeira sede do Museu Paranaense, considerando o início de sua coleção e os registros de participação deste em exposições já em seu nome.

Outro registro que corrobora essa revisão cronológica da data de criação da instituição é de José Loureiro Fernandes e Marília Duarte Nunes, ambos da seção de antropologia do Museu Paranaense, na *Edição comemorativa ao 80º aniversário de fundação do Museu Paranaense*, em 1856. Considerando que as comemorações dos 80 anos ocorreram em 1856, o documento afirma: “Fundado em Curitiba em 1874 e só inaugurado em 1876.” (Fernandes & Nunes, 1956, p. 3).

Ainda outro registro vale sua citação, a saber, o próprio título do trabalho desenvolvido para as comemorações do centenário do museu, comemorado em 1976: “A gênese do Museu Paranaense (1874-1882)”, como referência ao período em que o local foi uma instituição privada, passando em 1883 para o governo do estado (Trevisan, 1976, p. 1). Também confirmando seu funcionamento anteriormente à data da inauguração da sede da Praça Zacarias, bem como o registro do funcionamento da sede da Tesouraria Provincial, traz-se a citação feita, por ordem da Comissão Organizadora da Exposição Nacional, no “Catálogo dos diversos produtos da Exposição Provincial do Paraná”, em 1875, que será visto adiante, apresentando-se novos dados que corroboram a data de criação do Museu Paranaense.

De 1874, sua fundação, até o fim de 1882, o museu desenvolveu-se como uma instituição particular, tendo seus custos cobertos com auxílio oficial, bem como ajuda da sociedade (Leão, 1900). São diversos os registros de financiamento por parte do governo da província do Paraná para reformas, aquisição de mobiliário e objetos que integrariam as coleções, bem como a cessão do edifício que serviu de sede, como segue:

“A tesouraria provincial, mandando entregar a comissão diretora do museu que tem de ser criado nesta capital a quantia de 1:296\$130 em que foram orçados os concertos de que precisa o próprio provincial situado no largo do Conselheiro Zacarias, o qual nesta data é posto a disposição daquela comissão para ser destinado ao estabelecimento do referido museu. Comunicou-se.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1875, ed. 1616, p. 1).

Esse e outros exemplos podem ser encontrados no anexo digital, clicando no menu: Museu Paranaense > Edifícios > Praça Zacarias.

Somente em dezembro de 1882, o Decreto nº 393 declarou o término do período particular da instituição, fazendo, a partir de 1883, a entrega oficial do Museu Paranaense para a província do Paraná (Leão, 1900).

“Permaneceu o museu no caráter de instituição particular até 30 de dezembro de 1882, data em que foi regulamentado, sendo eu nomeado diretor. A 1º de janeiro de 1883 fiz entrega do estabelecimento ao governo da ex-Província, e continuei a frente do mesmo, no exercício do cargo para que fora nomeado na véspera.” (Leão, 1900, p. 4).

Também em janeiro de 1883, foi publicado seu primeiro regimento, que deu forma oficial e alterou a estrutura de funcionamento do museu, definindo sua equipe de trabalho e confirmando na sua direção Agostinho Ermelino de Leão. A íntegra do regulamento está no anexo digital, clicando no menu: Museu Paranaense > Documentos Institucionais, com a devida transcrição.

Alguns destaques são importantes, pois podem ajudar na melhor compreensão do perfil traçado para esse museu. Primeiramente, o objetivo previsto no regulamento explicita a coleta e conservação de produtos que “mostrem as riquezas da província”, marcando seu papel como demarcador e promotor de uma identidade paranaense:

“Governo Provincial
Ato n. 393
Regulamento do Museu Paranaense
Capítulo I
Do museu, seu fim organização e administração
Artigo 1º O Museu Paranaense, estabelecido nesta capital em edifício próprio provincial, é destinado a coletar e conservar sob a sua guarda, devidamente classificados, os produtos naturais e industriais que interessem ao estudo da história natural ou que mostrem as riquezas da província e quaisquer curiosidades em geral.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1883, ed. 69, p. 1).

Ainda no art. 1º do regulamento, a expressão ‘quaisquer curiosidades em geral’ abre a possibilidade de o museu receber objetos dos mais diversos tipos, o que contribuiu para sua constituição com perfil além do científico marcado pelos museus do século XIX, seguindo a linha dos museus europeus e do Museu Nacional. Também vale uma reflexão quanto ao número de pessoas integrantes da sua equipe: um diretor, um secretário e um porteiro. Essa escolha já definia a impossibilidade de desenvolvimento de pesquisa e outras ações específicas do papel dos museus, pelo menos com a equipe interna.

Em contrapartida, o item 7 do art. 5º possibilitava ao diretor indicar pessoas de diversas localidades que pudessem contribuir para o museu, sem a previsão de pagamento ou inclusão na equipe. Esses casos podem ser exemplificados com a grande participação de Telêmaco Borba com suas pesquisas, produções e acervo doados para o Museu Paranaense, além de frei Luís de Cemitille e Antônio R. Lustosa de Andrade, responsáveis por parte das pesquisas e produções enviadas para a Exposição Antropológica de 1882, representando o Museu Paranaense e a província do Paraná.

Outro ponto que merece destaque é o artigo 13, no qual se registra a questão das doações e dos devidos agradecimentos e registro dessas doações.

“No fundo, do mesmo modo que essas dádivas não são livres, elas não são realmente desinteressadas. São já, em sua maior parte, contraprestações, feitas em vista não apenas de pagar serviços e coisas, mas também de manter uma aliança proveitosa e que não pode sequer ser recusada, como, por exemplo, a aliança entre tribos de pescadores e tribos de agricultores ou de oleiros.” (Mauss, 2013, p. 124).

Poderia ser adicionado ainda a essa fala: “entre sociedades rurais, ervateiras e campeiras da província do Paraná”. Essa questão será retomada quando das reflexões sobre as doações que foram responsáveis pela constituição das coleções do Museu Paranaense, em seguida.

2.2.2 Edifícios do museu

Como já apresentado, diferentemente do senso atual, aqui se considerada a primeira sede do Museu Paranaense a instalada no edifício da Tesouraria Provincial, como explicitado pelos relatórios da província e confirmado por Leão (1900). Infelizmente, não há registros desse edifício como museu.

Em 1876, o Museu Paranaense passou a ocupar a sede na atual Praça Zacarias, então Largo do Mercado ou Largo do Chafariz. Cumpre ainda reforçar que o edifício não foi adquirido para ser a sede do museu, mas foram feitas reformas e adaptações do primeiro Quartel da Força Policial da Província e do antigo Mercado Municipal, inclusive tendo sido prevista a instalação de outras repartições públicas no local, não tendo sido construído, nem mesmo reformado, para uso exclusivo do museu.

O museu contou inicialmente com uma única sala para suas exposições e atividades. Posteriormente, com a ajuda da comunidade e do governo da província, outra sala foi reformada e preparada para seu uso. Também é importante o registro de que o primeiro diretor, Agostinho Ermelino de Leão, além de fazer parte da elite paranaense, integrava o grupo político que governava a província à época. Assim, sua influência foi grande na definição do local de implantação do museu, constando também diversos pareceres seus quanto à saída do Mercado Municipal do edifício que viria a ser sede:

“Mandei reedificar a casa do antigo mercado no Largo Zacarias, despendendo nas obras feitas a quantia de 1:259\$000. Além de ficar este prédio com acomodações para o museu, oferece também espaço para o escritório do engenheiro da província, depósito de materiais de obras públicas, etc.” (Paraná, 1876, p. 121).

Esse foi somente o primeiro valor investido pelo governo da província do Paraná no Museu Paranaense. No entanto, mesmo com os investimentos feitos pelo governo e a participação da sociedade com doações para melhorias no local, as condições oferecidas pelo edifício eram prejudiciais para o acervo, conforme relato de Leão:

“O edifício do largo Conselheiro Zacarias, sujeito as frequentes inundações do rio Ivo, não oferecia as precisas condições para um estabelecimento desta natureza, deteriorando, pela excessiva humidade, várias coleções e expondo-o aos riscos das enchentes.

Depois de reorganizado requisitei do governo um prédio que, pelo menos, não tivesse os defeitos do que ocupava, até que em 1896, consegui do Exmo. Sr. Dr. José Pereira dos Santos Andrade, o edifício atual que havia sido desocupado pelo Regimento de Segurança do Estado, e que anteriormente servira de paço da Assembleia Provincial.” (Leão, 1900, p. 4).

Assim, o Museu Paranaense passou a funcionar na sua terceira sede, na atual Alameda Dr. Muricy, em edifício que posteriormente deu lugar à construção da Biblioteca Pública, anteriormente Assembleia Provincial. Ainda no período de 1883 a 1886, o edifício foi ocupado pelo Corpo Policial, denominação da antiga Companhia de Força Pública, que também ocupou o edifício da Praça Zacarias. Considera assim descreve o edifício:

“Pela gravura de que dispomos – uma vez que a edificação já foi demolida para a construção da atual Biblioteca Pública do Paraná –, era uma construção antiga, no estilo das casas bandeiristas características do interior de São Paulo no século XVIII.” (Considera, 2015, p. 157).

Tal descrição está baseada na gravura criada, em 1976, para representar as sedes ocupadas pelo Museu Paranaense nos seus cem anos e se mostra incorreta, ao se observar a fotografia que integra o acervo do museu – Figuras 9 e 10.



Figura 10 – Sede do Museu Paranaense, 1900-1913 – Rua Murici.
Fonte: Acervo do Museu Paranaense, MP.1163.

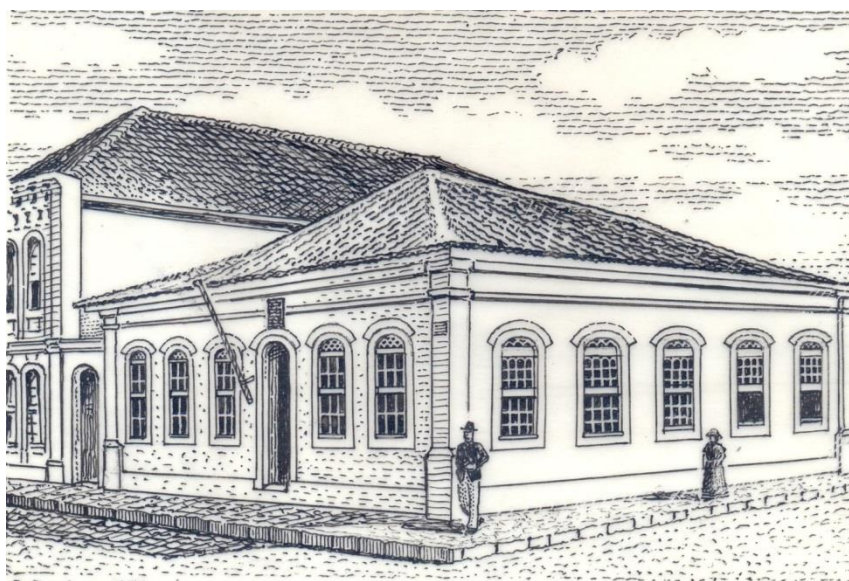


Figura 11 – Sede do Museu Paranaense, 1900-1913 – Rua Murici
Museu Paranaense (s/d) - R. Doubek, Bico de Pena, 1976.

Com esse edifício, o Museu Paranaense passou a contar com uma melhor estrutura para suas exposições. Eram cinco salas, corredores e um espaço para zoológico que contava com 36 animais, conforme registro do primeiro guia de visita do museu, escrito pelo seu diretor. Vale lembrar que a sede ficava a duas quadras da anterior, ainda no centro da cidade (Leão, 1900).

2.2.3 Coleções

A constituição das coleções do Museu Paranaense, durante o período estudado, ocorreu de diversas formas: objetos das exposições provinciais, nacionais e internacionais, doação da sociedade, aquisições feitas pela província e pelo Império. A participação do Paraná nas exposições ocorridas nas décadas de 60 e 70 do século XIX deu início ao recebimento, preparo, pesquisa e exposição de objetos que, quando retornaram, passaram a fazer parte de coleções particulares, em especial, de José Cândido da Silva Muricy, um dos fundadores do museu. Essas coleções foram a base do início do seu acervo.

Exemplo disso foi a Exposição Provincial de 1866, que selecionou produtos para envio à Exposição Nacional do mesmo ano. Muricy foi o responsável pelo recebimento e organização da exposição:

“Aos meus amigos e a todos que me coadjuvaram agradeço sinceramente o seu auxílio, e, oferecendo-lhes os meus serviços, rogo-lhes ainda o obséquio de remeterem-me alguns produtos, que porventura queiram mandar a Exposição Nacional, até meados do mês que vem. Curitiba, 24 de agosto de 1866. José Candido da Silva Muricy.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1866, ed. 713, p. 4).

Foram mais de 500 produtos enviados e catalogados por ele para a Exposição Nacional, catálogo publicado no jornal Dezenove de Dezembro (PR) em partes até março do ano seguinte. Muitos desses produtos fizeram parte do acervo particular de Muricy. Um dos resultados foi a condecoração recebida por ele pelo serviço prestado, publicado no referido jornal. Muricy recebeu outras três menções honrosas da comissão julgadora da Exposição Nacional de 1866 pelo envio de produtos de seu acervo particular. Esses e outros exemplos podem ser encontrados no anexo digital, clicando no menu: Personalidades > José Cândido da Silva Muricy.

Segue outro exemplo:

“EXPOSIÇÃO DE CÓRDOBA

A província do Paraná, na figura do Vice-presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão, envia 141 objetos para Exposição de Córdoba na Argentina. O pedido foi feito pelo Império e os expositores emprestaram os materiais para envio. Segundo Leão, devido ao breve espaço de tempo da solicitação, não foi possível solicitar para os ‘ricos municípios da província do Paraná’ objetos para a exposição. As custas do envio dos objetos ficou [sic] por conta do orçamento da província.” (Paraná, 1870, p. 17).

Nessa citação, verifica-se que, devido ao curto espaço de tempo, a exposição foi montada com coleções particulares dos envolvidos na montagem, facilitando o envio e os custos, não incluindo outros atores da sociedade paranaense da época.

Pode-se citar, ainda, a Exposição Provincial de 1875, preparatória para as Exposições Nacional do Rio de Janeiro e Internacional da Filadélfia, de 1875. O catálogo citado anteriormente, impresso por ordem da Comissão Organizadora da Exposição Nacional e chamado *Catálogo dos diversos produtos da exposição provincial do Paraná*, traz objetos que foram encaminhados já em nome do Museu Paranaense, bem como objetos e produtos selecionados para a Exposição Provincial do Paraná de 1875. Na Figura 11, é possível conhecer alguns deles.

<p>14. SULPHURETO DE CHUMBO — extrahido da Colonia do Assunguy. Expositor : o Sr. Dr. <i>Agostinho Ermelino de Leão</i>, do Museu da capital.</p> <p>15. GALENA—da Colonia do Assunguy. Pertence ao Muzêo de Curityba.</p> <p style="text-align: right;">(p. 15)</p>	<p>14. Sulfureto de chumbo – extraído da Colônia do Assunguy. Expositor: o Sr. Dr. Agostinho Ermelino de Leão, do Museu da capital.</p> <p>15. Galena – da Colônia do Assunguy. Pertence ao Museu de Curitiba.</p>
<p>22. QUARTZ — (<i>crystal de rocha, amethysta</i>), do mesmo municipio. Expositor : o Sr. Dr. <i>José Candido da Silva Muricy</i>.</p> <p>23. IDEM, IDEM — do Jatahy. Pertence ao Musêo de Curityba.</p> <p>24. IDEM — de Palmas. Expositor : o Sr. Dr. <i>José Candido da Silva Muricy</i>. Do Musêo de Curityba.</p> <p>25. IDEM BICOLOR — da mesma procedencia. Pertence ao Musêo de Curityba</p> <p>26. CRYSTAL — (<i>de rocha</i>), do Assunguy. Expositor : o Sr. Dr. <i>Agostinho Ermelino de Leão</i>.</p> <p style="text-align: right;">(p. 16)</p>	<p>22. Quartz – (cristal de rocha, ametista), do mesmo município. Expositor: o Sr. Dr. José Candido da Silva Muricy.</p> <p>23. Idem, idem – do Jatahy. Pertence ao Museu de Curitiba.</p> <p>24. Idem – de Palmas Expositor: o Sr. Dr. José Candido da Silva Muricy. Do Museu de Curitiba.</p> <p>25. Idem bicolor – da mesma procedência. Pertence ao Museu de Curitiba.</p> <p>26. Cristal (de rocha) – do Assunguy. Expositor: o Sr. Dr. Agostinho Ermelino de Leão.</p>
<p>42. UM QUADRO DE DITA — da mesma localidade. Pertence ao Musêo da capital.</p> <p style="text-align: right;">(p. 18)</p>	<p>42. Um quadro de dita – da mesma localidade. Pertence ao Museu da Capital.</p>
<p style="text-align: center;">SECÇÃO SEXTA</p> <p style="text-align: center;">MOTORES E MEIOS DE TRANSPORTE</p> <p style="text-align: center;">GRUPO SEXAGESIMO SEXTO</p> <p style="text-align: center;">Barcos e navios</p> <p style="text-align: center;">CLASSE SEXCENTESIMA SEXAGESIMA</p> <p>1016. MODELO DE UM BRIGUE,— de marinha mercante. Expositor : o <i>Museu de Curityba</i>.</p> <p style="text-align: right;">(p. 191)</p>	<p>Seção sexta Motores e meios de transporte</p> <p>Grupo sexagésimo sexto Barcos e navios</p> <p>Classe sexcentésima sexagésima</p> <p>1016. Modelo de um brigue – de marinha mercante. Expositor: o Museu de Curitiba.</p>
<p>1032. COLLECÇÃO DE OBJECTOS DIVERSOS,—feitos pelos indios Coroados, Botucudos e Caijuáz, composta de diademas, turbantes, collares, braceletes, cintos, enfeites para pernas, sceptros de pennas mui lindas, enfeites para pescoço, orelhas, braços e pernas, de uma especie de missanga feita por elles; chocalhos que substituem a campainha em suas orações; cruzes enfeitadas de pennas, cherimbetás (um artefacto feito pelos indios, da resina de uma arvore chamada <i>Guassatunga</i>, que dependurão no labio inferior, onde fazem um furo para esse fim). Esta resina assemelha-se ao ambar. Diversos enfeites de casca de cipó imbé e de diferentes fibras, machados de pedra com cabo e sem elle, mãos de pilão de pedra. Diversos vasos pequenos de barro. Gaitas, anzóis, etc. Pertencentes ao Museu de Curityba. Expositor: o <i>mesmo museu</i>.</p> <p style="text-align: right;">(p. 208)</p>	<p>1032. Coleção de objetos diversos – feitos pelos índios Coroados, Botucudos e Caijuáz, composta de diademas, turbantes, colares, braceletes, cintos, [...] Diversos enfeites de casca de cipó imbé e de diferentes fibras, machados de pedra com cabo e sem ele, mãos de pilão de pedra. Diversos vasos pequenos de barro. Gaitas, anzóis etc. Pertencentes ao Museu de Curitiba. Expositor: o mesmo museu.</p>

Figura 12 – Catálogo da Exposição Provincial do Paraná de 1875.

Fonte: Leão et al. (1875).

Nessa lista de objetos, dá-se destaque para o último, em que consta: “Pertencentes ao Museu de Curitiba”. Importa lembrar que o Museu Paranaense, durante o século XIX, era muitas vezes chamado Museu da Capital, Museu de Curitiba, Museu do Ermelino. Da mesma forma, pesquisando no Catálogo da Exposição Nacional de 1875, no Rio de Janeiro, encontram-se diversos objetos expostos com referência ao Museu da Capital e Museu de Curitiba – Figura 12.

<p>81. Sulfureto de chumbo, da colonia Assungui. <i>Expositor</i> — Dr. Agostinho Ermelino de Leão. Do muséu da capital. Galena granular, de grã fina, o que indica geralmente existencia de prata.</p> <p>(p. 13)</p>	<p>81. Sulfureto de chumbo, da colônia Assungui. Expositor – Dr. Agostinho Ermelino de Leão, do Museu da Capital. Galena granular, de grã fina, o que indica geralmente existência de prata.</p>
<p>82. <i>Idem</i>. — Da mesma procedencia. Pertence ao muséu de Curitiba.</p> <p>(p. 14)</p>	<p>82. <i>Idem</i> – Da mesma procedência. Pertence ao Museu de Curitiba.</p>
<p>90. <i>Idem</i>, amarellado, do Jatahi. Pertence ao muséu de Curitiba. 91. <i>Idem</i> incolor, de Palmas. <i>Expositor</i> — Dr. José Candido da Silva Muricy. Do muséu de Curitiba. 92. <i>Idem</i> violaceo, da mesma procedencia. Pertence ao muséu de Curitiba. 93. Crystal de rocha, com revestimento de uma substancia amarellada, do Assungui. <i>Expositor</i> — Dr. Agostinho Ermelino de Leão.</p> <p>(p. 15)</p>	<p>90. <i>Idem</i> amarelado, do Jatahi. Pertence ao Museu de Curitiba. 91. <i>Idem</i> incolor, de Palmas. Expositor – Dr. José Candido da Silva Muricy, do Museu de Curitiba. 92. <i>Idem</i> violáceo, da mesma procedência. Pertence ao Museu de Curitiba. 93. Cristal de rocha, com revestimento de uma substância amarelada, do Assungui. Expositor – Dr. Agostinho Ermelino de Leão.</p>
<p>2790. Planta do Jardim de Aclimação Paranaense. <i>Exp.</i> — A Associação Paranaense de Aclimação</p> <p>(p. 602)</p>	<p>2790. Planta do Jardim da Aclimação Paranaense. Expositor – Associação Paranaense de Aclimação.</p>
<p>208. Ardósia azulada, do Assungui. <i>Expositor</i>. — Tenente-coronel Joaquim Severo Correia. 200. Um quadro de dicta, da mesma localidade. Pertence ao Museu da capital.</p> <p>(p. 50)</p>	<p>208. Ardósia azulada, do Assungui. Expositor – Tenente-coronel Joaquim Severo Correia. 200. Um quadro de dita, da mesma localidade. Pertence ao Museu da Capital.</p>

Figura 13 – Catálogo da Exposição Nacional de 1875.

Fonte: Galvão (1875).

Também um grande número de objetos foi referenciado como exposto pela Comissão Diretora, o que não deixa clara a participação do museu, mas dos envolvidos na organização da representação paranaense no Rio de Janeiro.

Realizada em dezembro de 1875, em março do ano seguinte, a comissão organizadora da Exposição Nacional apresentou um diploma que conferia menção honrosa ao museu de Curitiba por sua participação, o que corrobora a movimentação do Museu Paranaense no ano, inclusive recebendo homenagens nesse sentido – Figura 13.



Figura 14 – Diploma de 'Menção Honrosa ao Museu de Curitiba', 1875.
Fonte: Acervo do Museu Paranaense, MP.956.

Importa destacar que muitos objetos listados nos catálogos em questão tinham como expositores Agostinho Ermelino de Leão, José Candido da Silva Muricy ou ambos, demonstrando que grande parte do acervo encaminhado à exposição estava sob responsabilidade dos que seriam os principais responsáveis pelos primeiros anos do Museu Paranaense. A partir dessa apuração, torna-se possível afirmar que parte do acervo inicial também teve origem na montagem das exposições provinciais, nacionais e internacionais do século XIX.

Posteriormente à sua criação, outras exposições colaboraram na formação dos acervos do museu. Um exemplo importante foi a participação na Exposição Antropológica de 1882, no Museu Nacional, cujo catálogo foi publicado e enviado a diversas instituições brasileiras – museus, arquivos, institutos – e serviram de referência para a Revista do Museu Paulista, como citado anteriormente.

Outro caminho na constituição das coleções do Museu Paranaense inclui as doações da sociedade. Já na primeira citação da proposta de criação, a sociedade foi convocada a contribuir com a montagem de seu acervo:

“Os Drs. Agostinho Ermelino de Leão e José Candido da Silva Murici pretendem levar a efeito nessa cidade a criação de um museu e jardim de aclimação, [...] e pretendem dirigir convites a todas as pessoas que podem enriquecer aqueles estabelecimentos dos artigos de que carecem.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1874, ed. 1471, p. 2).

A partir da inauguração da sede da Praça Zacarias, em 1876, os registros nos jornais da província foram inúmeros, mostrando as doações ao museu, sendo uma forma de promoção dos doadores como parte da elite paranaense. Muitas das doações retomaram a concepção do Gabinete de Curiosidades, provocando o interesse do público em sua visita.

As citações foram publicadas como notícias isoladas ou listas semanais de doações. Destaca-se o período de 1879, no qual as publicações das doações eram quinzenais e até semanais, mas ainda antes de sua inauguração são encontrados registros de doações, inclusive citadas por Leão (1900) na introdução do *Guia do Museu Paranaense*. Diferentemente do relato de Considera (2015) referente a doações a partir da inauguração da sede da Praça Zacarias, em 1876, já naquela data era grande a quantidade de objetos doados (Leão, 1900). As publicações têm especial importância para o Museu Paranaense, visto serem as únicas referências de doações, possibilitando, em muitos casos, a localização da origem de diversos objetos ainda nos tempos atuais.

Cumpram também destacar a grande ocorrência de objetos afetos ao museu de história natural, com poucas ocorrências de peças que caracterizariam um museu histórico, lembrando ainda serem esses dados referentes ao período pesquisado. Também vale o destaque para o grande número de animais vivos, doados para montagem do zoológico anexo ao Museu Paranaense.

Seguem exemplos de publicações:

“Museu – O Sr. Antonio Martins Francisco, negociante desta praça, acaba de concorrer para que o museu desta capital possua um objeto digno de grande admiração. Ofertou um raríssimo fenômeno, já noticiado, vindo de Guarapuava, de uma criança do tempo, bem proporcionada, tendo, porém, duas caras no mesmo crânio. Temos notícia que esse fenômeno veio vivo ao mundo.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1877, ed. 1835, p. 4).

“Museu Provincial – Objetos oferecidos na semana finda a este museu: Pelo Sr. Dr. Emygdio Westphalen: uma pedra (cálculo urinário). Pelo Sr. Bernardo Ribeiro Viana: uma cadeira feita na exposição de Paris (artefato

de muitas pessoas); uma litografia de ponte sobre o rio Douro, com os retratos dos engenheiros construtores.

Pelo Sr. Luiz Coelho: 1000 etiquetas douradas.

Pelo Sr. Tenente Benedicto da Silva Carrão: uma moeda de prata (saxe).

Pelo Sr. Tenente José Ferreira Campos Junior: 1 casco de lagosta.

Pelo Sr. Antônio Pospissil: uma medida linear alemã, uma nota alemã (papel moeda) representando 200 réis.

Pelo Sr. Capitão Ignácio de Sá Sotto Maior: uma cobra coral.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1879, ed. 1971, p. 3).

“Museu provincial: Acaba de receber o interessante já algum tanto rico museu desta capital um belo e importantíssimo quadro de elegante moldura, oferecido pelo Revmo. Vigário Agostinho Machado de Lima, contendo o retrato à óleo do finado senador Diogo Antônio Feijó, um dos mais célebres e veneráveis vultos de nossa história pátria.

Esse insigne estadista, cujo progenitor consta ser natural d’esta província, nasceu em 1784 e faleceu em 1843.

O quadro vem acompanhado de algumas notícias extraídas dos jornais contemporâneos desse ilustre vulto brasileiro, quer em relação a seu caráter político e religioso, quer em relação do importantíssimo papel que representou no estrangeiro e no império.” (Província do Paraná (PR), 1879, ed. 181, p. 3).

“Museu Paranaense

Graças ao interesse que o povo tem tomado por este nosso estabelecimento continua ele a enriquecer as suas coleções com objetos que continuamente lhe são oferecidos.

Abaixo publicamos a relação dos enviados ultimamente e o nome dos ofertantes e estando reunida a Assembleia Provincial lembramos-lhe a necessidade de ser consignada na lei do orçamento uma verba destinada senão a aquisição de novos objetos ao menos a conservação dos existentes. [...]

Dr. Emygdio Westphalen: guiso de cobra cascavel, amostras de pedra de amolar, de ágatas e ferro. [...]

Tenente Coronel Antônio Ricardo Lustosa de Andrade: uma nota de 50\$000, série 4ª e carvão encontrado nas ruínas de Vila Rica.

Comendador Ildefonso Pereira Correia: uma amostra de cristal de rocha da Província de Goiás e uma outra de ardósia com incrustações de prata da Província de Minas Gerais. [...]

Telemaco M. Borba: uma massa de pedra dos aborígenes desta província, um pedaço de mão de pilão de pedra dos mesmos aborígenes e ricas amostras de conglomerado de pedras e conchas fósseis com consistência rocha encontradas no interior da província no município de Tibagy.

Dr. Leocádio José Correia: a interessante obra publicada em Portugal no princípio do século passado: Atalaia da vida contra as hostilidades da morte por João Curvo Semedo, médio da casa real, oferecido a Christo Jesu crucificado e três fotografias representando Maria Antonieta no Trianon, quando subiu ao Tribunal Revolucionário e quando ouviu a sua sentença de morte.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1884, ed. 220, p. 2).

No último registro das publicações escolhidas, encontram-se doações de personagens conhecidos da história do Paraná, com destaque às realizadas por Telemaco Borba, que serão comentadas mais à frente. Esses e outros exemplos podem ser encontrados no anexo digital, clicando no menu: Museu Paranaense > Coleções.

Além do acervo obtido a partir das exposições e doações, foram feitas aquisições por parte do governo da província do Paraná, mesmo que em pequena quantidade.

Também há registro de doações e trocas por parte do Império, de D. Pedro II e da princesa Isabel:

“Ao Dr. Agostinho Ermelino de Leão, encarregado do museu – Remeto a V. S. um exemplar do quadro ‘Primeira missa celebrada no Brasil’ e de que a província fez aquisição para ser colocado no museu sob sua direção.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1880, ed. 2054, p. 1).

“Por S. A. a Sra. Princesa Imperial foram oferecidas ao museu desta província importantes coleções de minerais, fósseis, cristais e outros objetos de diversos pontos do império, que muito enriquecem este nosso estabelecimento.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1885, ed. 0241, p. 1).

“Adquirido por compra uma jaguatirica viva, um gato do mato vivo, uma cobra viva, um macaco vivo, uma rica medalha de prata de ‘Pio IX’.” (Diário da Tarde (PR), 1901, ed. 548, p. 1).

Ademais, destacam-se objetos obtidos por meio de pesquisas realizadas por Agostinho Ermelino de Leão, como a coleção de machados extraídos de sambaquis na região de Antonina:

“Importante aquisição: O Museu Paranaense acaba de ser enriquecido com uma importante coleção de machados de pedra de diversos formatos, polidos e lascados. Estes objetos foram extraídos no dia 14 do corrente de diversos morros de sambaquis do município de Antonina, pelo diretor do museu que, para este fim se dirigia àquele município.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1882, ed. 0005, p. 3).

Merecem citação, ainda, os resultados de pesquisas desenvolvidas por Telêmaco Borba, colaborador do Museu Paranaense:

“Viajante ilustre: Acha-se entre nós o Exm. Sr. Barão de Capanema que se dirige a Guarapuava afim de inaugurar a linha telegráfica daquela localidade e fazer os estudos até Palmas. S. Ex. visitou o nosso museu e observou as rochas fósseis que ultimamente foram oferecidas pelo Sr. Telemaco Borba, que as extraiu do município de Castro e achou-as importantes. O Exm. Barão encarregou-se de classificar a brilhante coleção de crustáceos e moluscos existentes naquele estabelecimento. É mais um importante serviço que presta S. Ex. a esta província.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1883, ed. 0069, p. 3).

“Museu Paranaense: Pelo Sr. Telemaco Borba foram remetidas umas Iguaçabas e pelo Sr. José Mathias Miller um machado de bugre com destino ao Museu Paranaense.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1883, ed. 0081, p. 3).

Vale lembrar que a participação do Museu Paranaense na Exposição Antropológica de 1882 teve grande contribuição de Telêmaco Borba e dos resultados de suas pesquisas,

fato documentado, inclusive, pelo Museu Paulista, como referido anteriormente. Nesse sentido, convém lembrar o § 7º do art. 5º do regulamento do Museu Paranaense, que estabelece que compete ao diretor “nomear agentes em qualquer localidade para aquisição de produtos que possam figurar no museu”. Isso possibilitou o desenvolvimento de pesquisa por meio de agentes ligados ao museu, sendo esse o caso de Telêmaco Borba, entre outros.

Em tempo de retomar as questões das doações, uma reflexão faz-se necessária. Como já foi apresentado, o art. 13 do regulamento do Museu Paranaense de 1893 previa o registro das doações “em um quadro colocado em local especial do edifício”. Esse registro de agradecimento, que também constava nas publicações do jornal Dezenove de Dezembro (PR), era uma retribuição e reconhecimento dos doadores, com grande repercussão na sociedade da época.

“Mas o motivo dessas dádivas e desses consumos exagerados, dessas perdas e destruições loucas de riquezas, não é de modo algum, sobretudo nas sociedades com *potlatch*, desinteressados. Entre chefes e vassallos, entre vassallos e servidores, é a hierarquia que se estabelece por essas dádivas. Dar é manifestar superioridade, é ser mais, mais elevado, magister; aceitar sem retribuir, ou sem retribuir mais, é subordinar-se, tornar-se cliente e servidor, ser pequeno, ficar mais abaixo (*minister*).” (Mauss, 2013, p. 126).

Assim, a questão que surge é: as doações eram dádivas ou agradecimentos? Consistiam em participações na construção de um espaço social e cultural de memória, como registro da superioridade ou como agradecimento e registro de pequenez?

O papel de Agostinho Ermelino de Leão, vice-presidente, juiz, diretor do museu, diretor do jardim, diretor da biblioteca, deveras representativo socialmente, era passível da necessidade de manifestação de clientelismo ou servidão. No *Guia do Museu Paranaense*, Leão relata essas doações: “O interesse do público pelo estabelecimento, se manifestaram, traduzindo-se em numerosas dádivas de objetos interessantes e raros.” (Leão, 1900, p. 3). Igualmente, cita a contribuição dada pela comunidade para a conclusão da sede da Praça Zacarias, com “festas populares e os donativos de particulares forneceram os recursos para a construção.” (Leão, 1900, p. 4). Assim, para além dos registros nos jornais da época, registra, em seu escrito, as contribuições dadas para as melhorias do edifício e a construção de nova sala para organização do grande acervo que vinha sendo recebido pelo museu.

Neste ponto, o objetivo não é encontrar respostas, mas registrar a reflexão: as doações eram feitas como forma de recebimento de registro social ou eram respostas a outras dádivas recebidas ou que poderiam ser necessárias futuramente aos doadores? As doações eram todas espontâneas ou havia nelas alguma forma de cobrança?

“Mas como, por outro lado, eles servem já de signos monetários, há interesses em dá-los para poder possuir outros novamente, transformando-os em mercadorias ou em serviços que, por sua vez, voltarão a se transformar em moeda. [...] à maneira do capitalista que sabe desfazer-se de seu dinheiro em tempo útil, para reconstituir em seguida um capital móvel. Interesse e desprendimento explicam igualmente essa forma de circulação das riquezas e a da circulação arcaica dos signos de riqueza que as acompanham.” (Mauss, 2013, p. 125).

Importa mencionar, ainda, ofícios nos quais Agostinho Ermelino de Leão solicita doações para diversos paranaenses em Curitiba, Ponta Grossa e Tibagi – Figura 14.

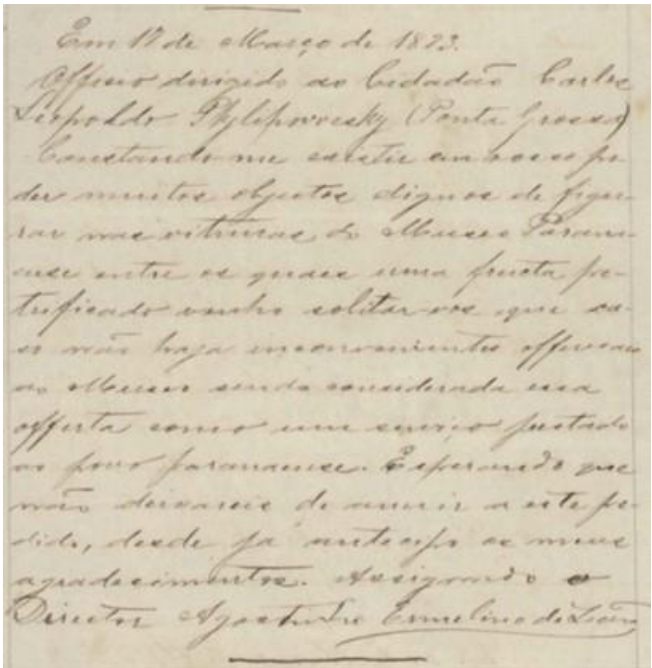
	<p>Em 17 de março de 1893 Ofício dirigido ao cidadão Carlos Leopoldo Phylipouvesky (Ponta Grossa) Constando-me existir em vosso poder muitos objetos dignos de figurar nas vitrines do Museu Paranaense, entre os quais uma fruta petrificada, venho solicitar-vos que caso não haja inconvenientes oferte-o ao museu sendo considerada essa oferta como um serviço prestado ao povo paranaense. Esperando que não deixasse de anuir a este pedido, desde já antecipo meus agradecimentos. Assinado Diretor Agostinho Ermelino de Leão.</p>
--	---

Figura 15 – Ofício de Agostinho Ermelino de Leão.
Fonte: Acervo do Museu Paranaense, MP.654 (p. 9).

Vale uma leitura atenta da transcrição desse ofício, dentre outros, para perceber uma possibilidade de cobrança quanto à doação: “Esperando que não deixasse de anuir a este pedido”. São poucos os ofícios com pedidos de objetos, todos de 1893, mas é possível reconhecer certa cobrança nesse caso. Mais uma vez, cumpre lembrar o capital político de Agostinho Ermelino de Leão.

Também a título de registro, sem desenvolver maiores reflexões, não sendo esse o tema central desta pesquisa, cabe tratar das doações e participações nas exposições por parte da sociedade paranaense. Constam, no catálogo público dos objetos incluídos na Exposição Provincial de 1875, 20 objetos expostos provenientes da “Comissão de Votuverava”, conforme Figura 15.

<p>CLASSE TRICENTESIMA QUADRAGESIMA QUINTA</p> <p>1006. UM ARADO,—fabricado no paiz por um colono. Expositora: a <i>Comissão Directora</i>.</p> <p>1007. UM MONJOLO—(modelo). Expositora: a <i>Comissão de Votuverava</i>.</p> <p>Figura 16 – Exposição Provincial de 1875. Fonte: Leão et al. (1875, p. 208).</p>	<p>Classe tricentésima quadragésima quinta 1006. Um arado – fabricado no país por um colono. Expositora: a Comissão Diretora. 1007. Um monjolo (modelo). Expositora: a Comissão de Votuverava.</p>
---	--

Na edição 44 de 1876 do jornal *Província do Paraná*, órgão da imprensa que em seu título apresentava o subtítulo “Órgão democrático, dedicado aos interesses da província”, foi publicada uma notícia sobre a anulação de eleições para vereadores e juizes de paz da cidade por parte de Agostinho Ermelino de Leão, então juiz de direito da capital. O artigo alega interferência política na decisão, com interesses próprios e familiares:

“O juiz de direito da capital [...] É chegada a ocasião de expormos a apreciação do público a sentença do Sr. Ermelino de Leão anulando a eleição de vereadores e juizes de paz de Votuverava. Nosso fim não é ofender, é convencer. [...] A lei que transferiu do governo para a magistratura a atribuição de conhecer da validade das eleições de câmaras municipais e juizes de paz, teve em vista rodear das garantias de independência e imparcialidade do poder judiciário o direito que a Constituição conferiu aos cidadãos de elegerem aqueles funcionários. É manifesto que em tudo isto o juiz revelou-se parte, porque não devendo ele proceder no caso senão em virtude de requerimento de interessado [...] Não para aqui a parcialidade manifestada pelo juiz de direito. [...] Se, porém, o magistrado, envolvendo-se na pequena política de sua localidade, constitui-se instrumento de um partido, e mais ainda, de interesses políticos próprios ou de sua família, então esfacelados os nobres intuitos do legislador, velada a estátua da lei e mal toma proporções assustadoras, a garantia se transformar em horrível flagelo a si dos direitos do cidadão. Na verdade, se há para uma sociedade maior mal do que o juiz transformado em arma de partido, digam-nos – qual é ele? [...] Vejamos, procurando a fonte onde foi inspirada a decisão das eleições de Votuverava. [...] O Sr. Dr. Agostinho Ermelino de Leão acha-se por tal modo envolvido, nas questões políticas de sua comarca, que os seus jurisdicionados não podem contar com garantia de apreciações justas e julgamentos legais. S. S. é cunhado do conselheiro Manoel Francisco Corrêa e sobrinho do Dr. Manoel Eufrásio Corrêa, aquele candidato a vaga de senador e ambos a deputação geral por esta província, por isso, o juiz de direito da capital se tem constituído o principal paladino das candidaturas destes seus parentes.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1875, ed. 1669, p. 3).

Essa discussão teve continuidade nos jornais da época, mas não cabe aqui aprofundá-la, somente deixar a possibilidade de novas reflexões. Para leitura da íntegra da matéria, vide anexo digital, clicando no menu: Personalidades > Agostinho Ermelino de Leão.

Algumas incorreções precisam ser retomadas no fim deste relato das coleções do Museu Paranaense no primeiro período considerado. Primeiramente, quanto à efetividade na organização do acervo pelo seu diretor Agostinho Ermelino de Leão, citada por Considera:

“Mas Agostinho Ermelino Leão havia dirigido o museu por quase um quarto de século, tempo suficiente para ‘metodizar as coleções’ e foi isso que ele efetivamente fez, apesar de não parecer. Era ele um empresário do ramo da erva-mate, portanto, acostumado com situações de gestão político-econômica e voltado para as questões da modernidade, incompatíveis com o sonho de criar um gabinete de curiosidades, o que efetivamente não era o Museu Paranaense.” (Considera, 2015, p. 113).

De fato, há evidências jornalísticas de graves problemas na classificação das coleções do museu, em que pese existirem também inventários básicos, o que possibilitou o registro dos objetos enviados a diversas exposições, bem como a listagem de peças roubadas em 1894 – Figura 16. Vale também lembrar que a justificativa relatada por Considera (2015) é de que Agostinho Ermelino de Leão era um industrial da erva-mate, questão que não se confirma, tendo sido seu filho Agostinho Ermelino de Leão Junior, o fundador da indústria Mate Leão Junior.

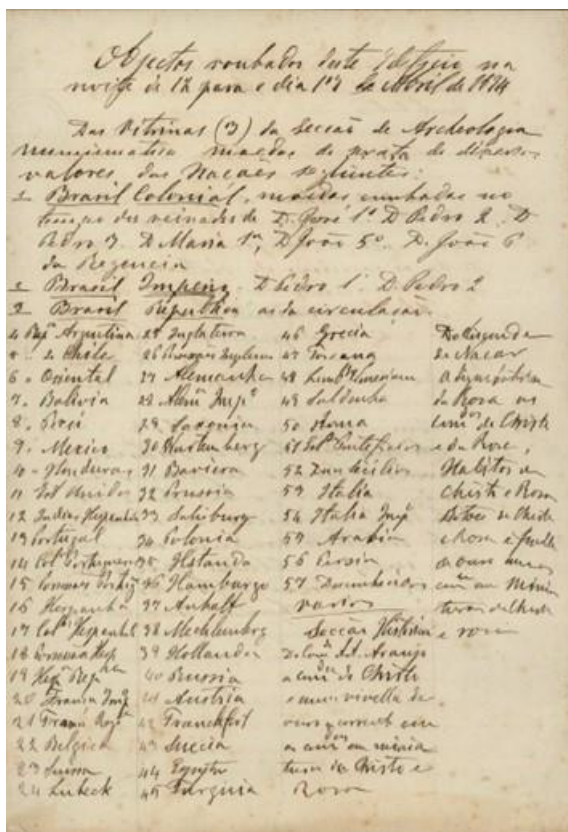


Figura 17 – Lista de objetos roubados em 1894.

Fonte: Acervo do Museu Paranaense, MP.654 (p. 7)

Objetos roubados deste edifício na noite do dia 12 para o dia 13 de abril de 1894.

As vitrinas da seção de Arqueologia e Numismática, moedas de prata de diversos valores das nações seguintes:

1. Brasil Colonial: moeda cunhada no tempo do reinado de D. José 1º, D. Pedro II, D. Pedro I, D. Maria 1ª, D. João 5º, D. João 6º da regência.
 2. Brasil Império: D. Pedro I e D. Pedro II.
 3. Brasil República: em circulação
 4. República Argentina
 5. República do Chile
 6. República Oriental
- [...]

Outro exemplo importante do registro dos objetos do Museu Paranaense refere-se aos catálogos criados por Agostinho Ermelino de Leão para as exposições provinciais e a Exposição Antropológica de 1882, esta referenciada por diversos artigos, em especial, na Revista do Museu Paulista, como citado anteriormente.

Também é possível encontrar diversas críticas à gestão do acervo do Museu Paranaense, tendo como referência o modelo de museu científico do século XIX. No exemplo que segue, o jornalista do Diário da Tarde (PR) destaca a importância da organização do acervo e a necessidade de investimento por parte do governo da província para pesquisas:

“Museu Paranaense

Não se pode contestar que o museu desta cidade tenha-se aumentado com os inúmeros donativos de todo gênero, que lhe são feitos amiúde.

Mas, a verdadeira riqueza em tal estabelecimento deve consistir no valor científico dos objetos expostos, não sendo dignos de conservar-se ali senão os que possam concorrer para a instrução do visitante.

Com esse intuito, parece-nos que a organização do Museu Paranaense podia melhorar muito, se houvesse mais seleção nas suas aquisições, se existisse uma

classificação regular dos objetos e, finalmente, se possuísse uma seção para as antiguidades indígenas. [...]

Classificar metodicamente as rochas, por exemplo, não oferece só um interesse científico, em relação ao Estado do Paraná, como também industrial, a vista da necessidade, que temos, de atrair para nosso território grandemente inexplorado, a colonização e os capitais, ainda que seja com a perspectiva do trabalho de mineração. [...]

Empenhe-se nisso o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, decida-se o governo do Estado a conceder uma subvenção mesmo modesta para os trabalhos de escavações, e estamos certos de que apenas com estes recursos locais poderia o museu desta capital prestar um valioso concurso a ciência.” (Diário da Tarde (PR), 1901, ed. 799, p. 1).

Mais à frente serão apresentadas também críticas de Romário Martins à organização do acervo do museu, explicitando os problemas de classificação e registro.

Diante do exposto, as afirmações de Considera (2015) não se fazem verdadeiras, não se confirmando nem a organização das coleções por parte de Agostinho Ermelino de Leão, tampouco sua experiência como grande empresário do mate, visto ter sido seu filho o futuro empresário evocado.

2.2.4 Relações com a sociedade

Para estudar as relações do Museu Paranaense com a sociedade paranaense, em especial, a curitibana, serão expostas inicialmente algumas reflexões feitas no Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, realizado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social, em 1976, em Recife. Das recomendações propostas pelos GTs, destaca-se a do GT 7 – Relação com o Meio: “1. O reconhecimento do princípio de que, em nenhuma hipótese, se possa aceitar seja o museu um corpo estranho dentro da comunidade em que se implanta, voltado total ou principalmente para os visitantes de fora; [...]” (Brasil, 1976, p. 13).

No item 2, propõe o constante estudo do meio, visando a conhecer “as carências e interesses a que o museu pode responder”. Recomenda, ainda, no item 3, a construção de pontes entre museu e comunidade (Brasil, 1976, p. 14)

Trazendo mais referenciais para esta reflexão, avança-se para o Movimento da Nova Museologia e reflexões sobre a sociomuseologia: “Tornar possível a execução de processos museais mais ajustados às necessidades dos cidadãos, em diferentes contextos, por meio da participação, visando ao desenvolvimento social.” (Santos, 2002, p. 94). Ou ainda: “A visão restritiva da museologia como técnica de trabalho orientada para as coleções tem dado lugar a um novo entender e práticas museológicas orientadas para o desenvolvimento da humanidade.” (Moutinho, 2014a, p. 426). É esse olhar voltado para o desenvolvimento social e da humanidade que se pretende levantar nas ações do Museu

Paranaense no período estudado. E qual conceito de desenvolvimento está sendo considerado?

Varine (2013) inicia a construção de um conceito de 'desenvolvimento local' a partir da negação de alguns caminhos de desenvolvimentos históricos, apresentados de forma sintética a seguir:

- Desenvolvimento econômico: pensado a partir de questões econômicas e financeiras, mão de obra, instalação de empresas, investimento.
- Desenvolvimento cultural: age em termos de conservação, restauração, inventário, pesquisa e beleza, orçamento público, subvenções, regulamentação de proteção.
- Desenvolvimento social: pensado a partir de problemas sociais em estado crítico, como habitação, família, saúde, segurança, educação, relações sociais locais.
- Desenvolvimento urbano: sem reconhecimento do patrimônio material e imaterial, está fadado ao fracasso, com o distanciamento dos subúrbios e fortalecimento das distâncias sociais.
- Desenvolvimento rural: pensado a partir da visão urbana, parte de referências intelectuais, cultas e ecológicas, distante das demandas rurais.

Varine finaliza sua reflexão com a seguinte conceituação, dinâmica e em construção:

“O desenvolvimento local é um processo voluntário de domínio da mudança cultural, social e econômica, enraizado no patrimônio vivido, nutrindo-se deste patrimônio e produzindo patrimônio.

O patrimônio (natural e cultural, vivo ou sacralizado) é um recurso local que só encontra sua razão de ser em sua integração nas dinâmicas de desenvolvimento. Ele é herdado, transformado, produzido e transmitido de geração em geração. Ele pertence ao futuro.” (Varine, 2013, p. 20).

O desenvolvimento local é sustentável quando pensado a partir do patrimônio local, com a participação direta dos seus criadores e preocupado em produzir outro patrimônio para o futuro. Este só pode existir com a “participação efetiva, ativa e consciente da comunidade que detém esse patrimônio.” (Varine, 2013, p. 20).

Fazendo uma relação considerando o desenvolvimento pessoal, pensado de forma individual, este se daria pela vivência pessoal, formação formal e não formal, recursos existentes, linguagem apreendida durante a vida, relações pessoais e profissionais. Esses

pontos de partida compõem o patrimônio pessoal em termos culturais, sociais, econômicos, financeiros, comunicacionais e profissionais. Assim, deveria levar em conta tais recursos, os rumos de suas construções históricas e, como ponto central e de partida, a pessoa envolvida. Não se pode pensar em desenvolvimento pessoal sem que o indivíduo envolvido seja o ponto de partida para esse processo.

Importa também pensar o desenvolvimento pessoal não como uma forma de consumo dos recursos existentes, mas a partir destes, na construção de um novo patrimônio cultural, social, econômico, financeiro, comunicacional e profissional, dentre tantos outros enfoques e abordagens.

Da mesma forma é entendido o desenvolvimento local, que inicia com processos críticos de conhecimento e reflexão sobre o patrimônio adquirido e construído historicamente pelo grupo de criadores e usufrutuários desse patrimônio. De forma dialética, ele constrói uma síntese a partir do patrimônio, sua reflexão, sua transformação e construção de novos patrimônios. Metodologicamente, ocorre a começar por um processo de ação-reflexão-síntese, ou seja, um processo dialético de construção de novos patrimônios e novas possibilidades de desenvolvimento.

Assim, a partir do conceito de desenvolvimento local proposto por Varine (2013), é preciso conhecer a sociedade existente no Paraná na segunda metade do século XIX, período em estudo. Vale, então, trazer alguns questionamentos: a serviço de qual grupo social o museu estava servindo de ferramenta de relacionamento e qual sociedade pretendia ser atendida?

Chauí traça um perfil da sociedade brasileira no livro *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. Estendendo-o para a sociedade paranaense do século XIX, referente a questões políticas, a sociedade brasileira tem no liberalismo suas bases, destacando as eleições como uma ferramenta de representação “reservada aos que preenchiam as condições de ser cidadão”, condições vinculadas à situação econômica e de propriedades (Chauí, 2000, p. 43). Tais condições de representatividade política refletem a “matriz senhorial da Colônia” decorrente dos princípios liberais, em que “vigora a ideia de que alguns são mais iguais do que outros.” (Chauí, 2000, p. 90). Destaca, ainda, a história econômica marcada por períodos de crescimento e declínios a partir dos ciclos econômicos, caracterizando o “poderio regional continuamente contrastado com o poder central.” (Chauí, 2000, p. 93).

No Paraná, o século XIX foi marcado pelo poder da sociedade agrícola, na qual se destacam as elites ervateira e madeireira, marcas do ciclo econômico vivido pela província. O crescimento desse poder regional contrapunha-se a ações do governo central no sentido da manutenção da centralização do estado. Esse poder regional marcou o perfil dos partidos

políticos como associações de famílias ou “clubs privês das oligarquias regionais.” (Chauí, 2000, p. 93). Foram essas famílias e oligarquias regionais responsáveis por criar uma relação característica com os eleitores: “Mantêm com os eleitores quatro tipos principais de relações: a de cooptação, a de favor e clientela, a de tutela e a da promessa salvacionista ou messiânica.” (Chauí, 2000, p. 93). Assim, como já discutido no capítulo I, o museu atendia a uma elite de origem rural, em especial, as elites ervateira e madeireira paranaenses durante o século XIX, que já se expressavam a partir de um referencial urbano, afirmação construída mediante pesquisa dos doadores do museu, apresentada na seção ‘Coleções’, anteriormente.

Conhecidas a sociedade atendida pelo museu e a visão de desenvolvimento que se tem como referência, percebe-se como primeira e principal ação de relação com a sociedade a participação nas exposições provinciais, nacionais e internacionais. Em que pese o tema já ter sido explorado, é importante destacar o papel do Museu Paranaense na organização geral, no chamado à participação da sociedade, na seleção dos objetos a ser enviados, na proposta expográfica do evento e até mesmo na promoção dos resultados e premiações recebidas, como mostrado anteriormente.

Para além da participação nas exposições, são vastos os registros de participação direta do museu no cotidiano da sociedade paranaense, seja pelas eleições, seja como ponto de coleta de doações, seja pela promoção de eventos para angariar fundos para outras instituições, seja com eventos sociais, dentre tantos outros que se passa a documentar.

2.2.4.1 Ações de desenvolvimento rural

Nos registros publicados pelo jornal Dezenove de Dezembro (PR), nota-se que o Jardim da Aclimação e o Museu Paranaense tinham um papel importante no desenvolvimento rural da província do Paraná, mesmo antes da inauguração da sede da Praça Zacarias:

“Eucalyptus Globulus Rostrata e Gigante - Pelo Exm. Sr. Comendador Joaquim Antônio de Azevedo, secretário geral da associação brasileira de aclimação na corte, foram remetidas ao Exm. Sr. Dr. Agostinho Ermelino de Leão, sócio correspondente da sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, três invólucros contendo sementes daquelas árvores, afim de serem distribuídas as pessoas que as solicitarem.

Oportunamente serão publicadas as instruções para o plantio, nas quais se declararão as vantagens altamente reconhecidas destes vegetais.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1874, ed. 1517, p. 2).

“Anúncios – Museu

O museu de aclimação faz a última distribuição de sementes de trigo, eucalyptas glóbulos e mudas de oliveira no domingo próximo. Convida-se por isso a todos os agricultores que pretenderem a comparecer na casa respectiva.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1876, ed. 1704, p. 4).

“Dia 23

Ao Dr. Agostinho Ermelino de Leão – Tendo de reunir-se no dia 26 do corrente ao meio dia, uma comissão por mim nomeada a fim de satisfazer uma exigência do ministério da agricultura, solicito de V. S. a necessária autorização para que a referida comissão possa funcionar em uma das salas da casa que serve de museu.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1877, ed. 1773, p. 1).

Vale o registro do envolvimento do Museu Paranaense e do Jardim da Aclimação, no que se refere a seus dirigentes, local e ações promovidas. Posteriormente, as duas instituições passaram a ser integradas, não havendo mais a distinção institucional e de ações (Dezenove de Dezembro (PR), 1876, ed. 1704, p. 4).

Novamente, verifica-se a preocupação de trazer para a província do Paraná ações empreendidas pelo Império, como a criação do Jardim da Aclimação, com suas atividades de desenvolvimento e melhoria da qualidade da agricultura regional (Dezenove de Dezembro (PR), 1873, ed. 1697, p. 2), além da solicitação do governo da província para realização de reunião para comissão demandada pelo Ministério da Agricultura no espaço do museu, o que o configurava como espaço de discussões sobre o tema (Dezenove de Dezembro (PR), 1877, ed. 1773, p. 1).

Também é possível notar a importância do museu no interior da província, como o pedido de sementes por parte da cidade de Guaratuba, publicado em ofício pelo jornal Dezenove de Dezembro (PR). Mais uma vez, as atividades do museu apresentam-se como indutoras do desenvolvimento agrícola no Paraná, agora incluindo demandas de municípios (Dezenove de Dezembro (PR), 1877, ed. 1854, p. 2).

Quanto às ações de promoção do desenvolvimento agrícola, cabe aqui um destaque relativo à direção do museu. Há registros de distribuição de sementes mesmo antes da proposta de criação do museu e do jardim, feita diretamente por Agostinho Ermelino de Leão, mesmo antes do cargo de diretor das instituições. Isso demonstra sua visão desenvolvimentista, levada posteriormente às ações empreendidas pelo museu (Dezenove de Dezembro (PR), 1873, ed. 1422, p. 3). A transcrição desses registros, bem como outros sobre o tema, pode ser encontrada no anexo digital, clicando no menu: Museu Paranaense > Jardim da Aclimação.

2.2.4.2 Ações em eleições locais

Mudando o foco das atividades promovidas no espaço do Museu Paranaense, percebe-se quase uma transferência das ações eleitorais para o museu, com registros entre 1878 e 1889. Importa lembrar que Agostinho Ermelino de Leão era juiz em Curitiba, transferindo algumas de suas atuações para dentro do espaço do museu, que passou a ser ponto de publicação de candidatos, local da eleição e ponto de publicação dos eleitos.

Vale destacar a mudança das eleições das 'paróquias', como eram chamadas as zonas eleitorais por se localizarem nas igrejas da região, para o museu, apesar de o termo continuar a ser utilizado em diversas publicações jornalísticas: "Paróquia de Curitiba – 2ª seção – Museu Paranaense".

"Governo Provincial

O presidente da província atendendo a que atinge a 383 o número de eleitores da paróquia da capital e tendo em vista o que dispõem os art. 15 e 6º da lei a 3029 de 9 de janeiro último e 94. 1ª parte do regulamento que baixou com o decreto 8443 de 13 do corrente mês, resolve dividir a mesma paróquia em duas seções eleitorais com as denominações de 1ª e 2ª seções, compreendendo aquele os quarteirões 1 a 21 que formam o primeiro distrito policial e este os quarteirões que formam 2º e 3º distritos policiais, conforme o alistamento eleitoral organizado pelo Dr. Juiz de Direito da comarca; e determinar que os eleitores da 1ª seção se reúnam na Igreja da Ordem Terceira da Penitência e os da 2ª no edifício do Museu Provincial afim de elegerem um deputado a Assembleia Geral no dia 31 de outubro próximo futuro.

Palácio da presidência do Paraná, 23 de agosto de 1881 – Sancho de Barros Pimentel." (Dezenove de Dezembro (PR), 1881, ed. 2167, p. 1).

"O cidadão Joaquim Ventura de Almeida Torres, juiz de paz mais votado da paróquia de Curitiba. Pelo presente edital convoca, [...]

os eleitores da 2ª seção desta paróquia, constantes das listas afixadas no salão do Museu Provincial, para comparecerem no dia 31 de outubro próximo futuro, às 9 horas da manhã, no salão do mesmo edifício, designado para os seus eleitores, afim de proceder-se a eleição de um deputado a Assembleia Geral Legislativa pelo 1º distrito desta província, devendo cada eleitor apresentar seu título antes de votar e não podendo escrever em cada uma de suas cédulas senão um único nome. Adverte que as cédulas não poder ser assinadas e devem ser escritas em papel branco ou anilado, não devendo este ser transparente nem ter sinal ou numeração. E para que chegue ao conhecimento de todos, mando lavrar o presente edital que será afixado na porta do referido edifício e publicado pela imprensa." (Dezenove de Dezembro (PR), 1881, ed. 2175, p. 3).

"Para a eleição de 11 membros a Assembleia Legislativa Provincial pelo 1º distrito desta província, devendo a mesa ser instalada no dia 29 do corrente, às 9 horas da manhã, no edifício do Museu Provincial, lugar designado para os atos eleitorais daquela seção [...]

E para que chegue ao conhecimento de todos mandou lavrar o presente que será afixado na porta do edifício e publicado pela imprensa." (Dezenove de Dezembro (PR), 1882, ed. 4, p. 4).

"Pelo presente edital convoca [...]

os eleitores alistados na 2ª seção desta paróquia, cujos nomes constam da lista afixada no salão do Museu Provincial, para comparecerem para os atos eleitorais,

no dia 1º de março próximo futuro, às 9 horas da manhã, afim de darem seu voto na eleição o para um deputado a Assembleia Legislativa Provincial, pela vaga deixada pelo falecimento do major Joaquim Antonio dos Santos [...]
E para que chegue ao conhecimento de todos mandou lavrar este edital que será afixado na porta do mesmo edifício e publicado pela imprensa.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1883, ed. 8, p. 4).

Outros meios de comunicação do Paraná também citam eleições no Museu Paranaense até 1909, inclusive em espaços de humor, como será colocado mais à frente. Esses e outros exemplos podem ser encontrados no anexo digital, clicando no menu: Museu Paranaense > Eleições.

2.2.4.3 Ações sociais

A participação do Museu Paranaense no circuito cultural, em festas, bailes, apresentações musicais, encontros e reuniões, foi central na sociedade paranaense no século XIX. Seus salões eram utilizados pela elite para promoção de festas e bailes, comemorativos ou para fins assistenciais, para arrecadação de doações tanto para o próprio museu quanto para outros objetivos, como a população catarinense atingida por grandes inundações.

Pode-se utilizar como exemplo a visita de D. Pedro II ao Paraná em 1880, quando o museu foi ponto de três visitas, a primeira com seu papel de museu tradicional: “22 de maio de 1880 — Saí às 7 e fui ao Museu do Ermelino. Está bem arranjado e é curioso na parte da História Natural, Mineralogia e Sambaquis. Hei de pedir o catálogo.” (Brasil, 1959, p. 43). Já no dia 23 de maio, após uma agenda movimentada de visitas, D. Pedro II retornou ao local para um baile em homenagem à visita da realeza à província: “Seguiu-se baile onde houve menos animação que no de Paranaguá. Tudo foi no salão do Museu em que arranjaram um coreto para a banda do Corpo Policial, que é boa. [...] À meia noite voltei para casa.” (Brasil, 1959, p. 47). Como despedida da capital da província do Paraná a D. Pedro II, outro baile foi promovido também no Museu Paranaense: “A sala de baile também no Museu, cujo salão arranjou-se de modo que parecia maior. Este melhor que o outro. Retirei-me à meia noite e um quarto.” (Brasil, 1959, p. 68).

Também os jornais da época registraram o grande baile em recepção a D. Pedro II, inclusive destacando a grande sala do Museu Paranaense, com serviço de *buffet*, música e dança até às duas horas da madrugada.

“Baile em honra de SS. MM.
Efetuou-se no dia 2 o baile a SS. MM. II. oferecido pela comissão de festejos, em nome da sociedade curitibana.

Não faltaram luzes nem flores para abrilhantar esta festa a que, com realçada delicadeza, concorreu a elite dos salões de Curitiba, em número superior a 200 pessoas.

A grande sala do museu achava-se preparada com esmero e elegância dignos da presença dos Augustos Soberanos, e os seus adornos singelos, porém de bom gosto, davam-lhe o aspecto dos melhores salões de baile.

Sobravam-lhe essas harmonias expressivas, esses toques bem combinados que a arte sabe preparar, e que concordam emprestar aos lugares onde se espalham uma como que alma prazenteira que parece derramar sobre todos os objetos que os cercam a animação e a vida. [...]

O serviço de buffet esteve abundante e delicado, e a esforço algum se poupou a digna comissão de festejos, presidida pelo Exm. Sr. Dr. chefe de polícia, para, preparando essa agradável soirée, demonstrar ainda uma vez o júbilo de que se achava possuída a sociedade curitibana pela honrosa visita de Suas Majestades Imperiais.

A 1 hora retiraram-se Suas Majestades ao som do Hino Nacional.

A dança prolongou-se até 2 horas e meia, hora em que se retiraram os últimos convidados, e durante todo o baile reinou sempre a maior animação.

Foi uma festa digna dos nossos Augustos Soberanos, e dos foros da sociedade curitibana.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1880, ed. 2052, p. 3).

Nos próximos exemplos, é possível perceber a multiplicidade de uso do espaço do Museu Paranaense, seja em seu papel estrito, seja como ponto de encontro da sociedade paranaense, sendo utilizado até como local de velório de personalidades da cidade:

“Baile: realizou-se no dia 8 do corrente, no salão do Museu desta capital, o baile oferecido pela sociedade curitibana ao Exmo. Sr. Dantas Filho.

Foi uma reunião esplendida pela concorrência, arranjo do salão e serviço do chá, para o que as dignas senhoras que dele se incumbiram não pouparam esforço e o desempenharam d’um modo digno de louvores.

As oito horas da noite, a banda de música do corpo policial que se achava postada a porta do edifício, anunciou em harmonioso sons a chegada de S. Exs. com o digno Sr. Dr. chefe de polícia e suas exmas. Famílias.” (Província do Paraná (PR), 1879, ed. 217, p. 2).

“Baile: Hoje deve realizar-se nos salões do museu d’esta capital o baile promovido pela mocidade curitibana, cujos convites já foram distribuídos.” (O Paranaense (PR), 1881, ed. 129, p. 3).

“Club Literário Curitibano

Pede-se o comparecimento de todos os sócios deste club para se reunirem, hoje às 5 horas da tarde nos salões do Museu de Aclimação para tratar-se urgentemente da organização da respectiva associação.” (O Paranaense (PR), 1880, ed. 104, p. 4).

“Associação de Aclimação Paranaense

A diretoria desta associação convida a todos os Srs. Sócios para comparecerem a reunião que terá lugar a 22 do corrente, no salão do Museu, às 7 horas da noite, afim de tratar-se de negócios atinentes a mesma associação.

Curitiba, 16 de Maio de 1879.

O secretário geral, Ignácio Alves Corrêa Carneiro.” (Província do Paraná (PR), 1879, ed. 178, p. 4).

Esses e outros exemplos do papel do Museu Paranaense em ações sociais podem ser encontrados no anexo digital, clicando no menu: Museu Paranaense > Ações Sociais, Assistenciais e Ponto de Referência.

2.2.4.4 Eventos assistenciais e de obtenção de recursos

Outra linha de ação que pode ser percebida na primeira fase do Museu Paranaense é a assistencial. Neste grupo, há doações para instituições carentes e coleta de doações para a população carente, inclusive de outros estados. Percebe-se a utilização do espaço do museu para coleta de doações, local de reunião para distribuição de doações e de promoção de reuniões de associações assistenciais, como apresentado na seção anterior como ações sociais.

“Distribuição de esmolas

A comissão encarregada de distribuir as esmolas deixadas por S. M. o Imperador convida todas as pessoas que dirigiram suas petições ao mesmo Augusto Senhor a se apresentarem no edifício do Museu, amanhã às 11 horas do dia.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1880, ed. 2061, p. 3).

“Lácia Filantrópica: com o fim de socorrer-se as vítimas da inundação de Santa Catarina, apresentou se na última reunião ao museu a ideia de loteria de prendas em benefício daqueles infelizes.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1880, ed. 2086, p. 3).

“Teatro: Hoje terá lugar o espetáculo que a Sociedade Dramática Particular Amadora e o ator Cardoso e sua senhora, oferecem em benefício das obras do Museu Paranaense.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1880, ed. 2098, p. 3).

“Asilo de Órfãos

No domingo, 30 do corrente, as 11 horas da manhã, se fará no Museu Paranaense uma grande quermesse e rifa das valiosas prendas gentilmente oferecidas pela generosa população curitibana em benefício do Asilo de Órfãos. [...]

Para esta festa de caridade convida-se o povo desta capital.” (Diário da Tarde (PR), 1899, ed. 101, p. 2).

“Grande Tombola em benefício do Asilo de Órfãos desta capital. Domingo próximo ao meio dia terá lugar no Museu Paranaense a rua Dr. Muricy, uma grande tombola para a venda das importantes prendas existentes, e que foram oferecidas para as obras do asilo.

Todos os bilhetes serão premiados custando apenas a insignificante quantia de cinco mil réis cada um.

É convidada a população desta capital para auxiliar esta festa de caridade em prol das crianças desvalidas.” (Diário da Tarde (PR), 1899, ed. 162, p. 2).

Também nesse grupo, além dos pedidos de colaborações financeiras por parte do governo da província, encontrou-se ação de obtenção de recursos, ou seja, ação cultural

com o objetivo de angariar recursos financeiros para a manutenção do museu. Uma apresentação teatral com a receita revertida para o Museu Paranaense foi uma das atividades registradas. Esses e outros exemplos podem ser encontrados no anexo digital, clicando no menu: Museu Paranaense > Ações Sociais, Assistenciais e Ponto de Referência.

2.2.4.5 Museu como ponto de referência

Partindo da considerada primeira sede do Museu Paranaense, este estava localizado no Largo da Ponte, depois chamado Largo do Mercado e, com a vinda do museu, Praça do Museu. Essas denominações foram alteradas de acordo com a importância do local e a forma como a população da cidade entendia o ponto como referência.

Com a consolidação do local com a oferta de diversos eventos sociais, assistenciais, eleitorais e educativos, ele passou a ser indicação geográfica na cidade, de modo que se tornou referência também na divulgação de outros pontos. É possível encontrar esse aspecto em divulgações de comércio, demonstrando a importância do museu como referência na sociedade local. Importa destacar que as sedes do museu, que fazem parte do período estudado, eram localizadas no centro da cidade de Curitiba.

“Nova padaria e confeitaria.
Este estabelecimento, ultimamente aberto na travessa do Museu, acha-se habilitado para servir ao público por preços módicos.” (Dezenove de Dezembro (PR), 1884, ed. 176, p. 4).

“Atenção
A Nova Empresa Funerária da Rua da Assembleia, recebeu o mais completo sortimento de fazendas e adornos para caixões. [...] Rua Assembleia 29. Em frente ao Museu.” (Diário da Tarde (PR), 1901, ed. 594, p. 3).

“Leilão
Domingo 10 do corrente ao meio dia a Rua Dr. Muricy n. 20 em frente ao Museu, haverá leilão dos móveis seguintes:
Cama para criança com colchão, cama para casal com colchão, [...]” (Diário da Tarde (PR), 1901, ed. 533, p. 3).

Vale ressaltar que a referência geográfica do museu continuou mesmo após sua mudança de sede, como pode ser percebido nos exemplos apresentados, considerando as datas das publicações referentes à sede na Praça Zacarias – 1876-1900 – e na Rua Dr. Muricy – 1900-1913.

2.2.5 Relações com outros museus e instituições nacionais

Muitos exemplos de ações do Museu Paranaense promotoras de relações com outros museus e instituições nacionais foram apresentados anteriormente, das quais se podem citar: Club Literário de Curitiba, Jardim da Aclimação, Justiça Eleitoral, Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, teatros da província, Força Policial, Biblioteca Pública, entre muitas outras. Algumas dessas instituições ocupavam o mesmo espaço físico, tendo até mesmo direção em comum: Biblioteca Pública e Jardim da Aclimação. Tais relações eram carregadas da influência de sua direção, visto o capital político e social de Agostinho Ermelino de Leão ter oportunizado para o museu centralidade na sociedade local, sempre em conjunto com outras ferramentas culturais da época.

Nacionalmente, há registros da relação do Museu Paranaense com o Museu Nacional, por meio das exposições nacionais e da Exposição Antropológica de 1882, tendo sido esta motivo de promoção de relações com outras instituições nacionais, como o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, que, em sua Revista Trimestral, Tomo XLV de 1882, citou o recebimento de cópia do catálogo de objetos do Museu Paranaense enviados à mostra.

Pelos registros pesquisados, percebe-se que não era dada grande importância às relações com outros museus brasileiros ou internacionais, bem como outras instituições fora do âmbito da província. Pode-se, com isso, inferir a centralidade das relações do museu com as instituições regionais, a comunidade local e a sociedade paranaense, principalmente quando diz respeito à busca de produtos utilizados na participação do Paraná nas exposições da época.

2.3 Algumas reflexões sobre o período

Chagas cita os termos escritos por D. João quando da criação do Museu Nacional:

“Querendo propagar os conhecimentos e estudos das Ciências naturais do Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do Comércio, da Indústria e das Artes, que muito desejo favorecer, como grandes mananciais de riqueza: Hei por bem que nesta Corte se estabeleça um Museu Real, [...]” (Chagas, 1999, p. 29).

Conclui com o relato de Ladislau Netto:

“Ladislau Netto em seu livro Investigações Históricas e Científicas sobre o Museu Imperial e Nacional, publicado em 1870, reconhecia que este decreto de ‘redação grave e solene’ teve uma execução ‘mesquinha e falseada’ denunciando assim, o

fosso existente entre a lei no papel e a lei em ação, entre o aparentemente desejado e o efetivamente realizado.” (Chagas, 1999, p. 31).

Refletindo sobre a afirmação feita sobre o ‘fosso’ descrito por Chagas, poderia o Museu Paranaense ter ocupado um espaço nele? Seria possível dizer que as ações desenvolvidas no museu atendiam à demanda proposta por D. João de recolher “objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do Comércio, da Indústria e das Artes”? (Chagas, 1999, p. 29).

Avaliando a constituição inicial dos acervos do Museu Paranaense, verifica-se a busca pelas produções agrícolas e de indústrias locais de diversos portes, objetos coletados com o objetivo de apresentar a produção paranaense nas exposições provinciais, nacionais e internacionais, muitos retornando ao acervo do museu. Exemplos são as premiações recebidas pelo museu já na Exposição Nacional de 1875.

Diferentemente do apresentado por Chagas – “No último quartel do século XIX foram criados ainda o Museu Paranaense (1876) voltado para a celebração da história do Paraná” –, a proposta inicial do museu não se apresentou como um museu histórico ou comemorativo, com a necessidade de reconstruir uma tradição, visto a adolescência da província do Paraná, período no qual a preocupação maior era a contraposição à província paterna de São Paulo, mas talvez a desconstrução de uma tradição para a construção de novas identidades. É possível afirmar que, em seu surgimento, os “atos de bravura, heroísmo, personalidades ilustres e vultos invulgares” foram substituídos pela apresentação da produção econômica da província, pela prestação de serviços públicos, pela promoção de ações culturais. Tal era a centralidade do museu em sua comunidade que esta passou a doar objetos, doações divulgadas pelos jornais da época e prováveis motivos de destaque entre seus pares. (Chagas, 1999, p. 33)

Chagas ainda destaca a utilização de edifícios públicos por parte de museus que mantiveram estreita ligação com o estado. Essa afirmação coaduna-se com as sedes ocupadas pelo Museu Paranaense nesse período, bem como todas as próximas sedes, mas sua história contradiz-se quanto a não se incomodar com “o não cumprimento de funções sociais.” (Chagas, 1999, p. 22).

O Museu Paranaense escreveu um caminho diferenciado dos museus do século XIX, quando apresentou em suas ações museológicas forte promoção de relações com a sociedade a que atendia. Mantinha íntima ligação com o estado, a província do Paraná, mas trazia para sua prática ações que colaboraram com essa sociedade, tanto institucionais – eleição, distribuição de doações, eventos políticos – quanto culturais – bailes, apresentação musicais, promoções de desenvolvimento rural.

“Trabalhar os museus e a museologia nesta perspectiva [do poder da memória] implica afirmar o poder dos museus como agências capazes de servir e de instrumentalizar indivíduos e grupos de origem social diversificada para o melhor equacionamento de seu acervo de problemas. O museu que abraça esta vereda não está interessado apenas em democratizar o acesso aos bens culturais acumulados, mas, sobretudo, em democratizar a própria produção de bens, serviços e informações culturais. O compromisso, neste caso, não é tanto com o ter e preservar acervos, e sim com o ser espaço de relação e estímulo às novas produções, sem procurar esconder o ‘seu sinal de sangue’.” (Chagas, 1999, p. 22).

Em que pese suas relações com a sociedade, cumpre destacar que o Museu Paranaense também manteve ações descritas por Chagas (1999) como ‘ter’. As doações da sociedade são referências constantemente lembradas quando da historiografia do local, como justificativas para a mudança de sedes, além de muitos autores diferenciarem o Museu Paranaense a partir da recepção desses objetos doados pela sociedade. Essa sociedade regional, rural e oligárquica, destacada por Chauí (2000), configurava o espaço de ação ou campo político e social no qual se baseou o capital simbólico ocupado por Agostinho Ermelino de Leão, juiz de direito, vice-presidente, chefe de polícia e diretor do museu. Percebe-se, nos documentos estudados, o capital da sua figura na busca por doações, nas reformas e transferências de suas sedes e nos serviços prestados pelo Museu Paranaense.

Para além de e a partir do ‘ter’ descrito por Chagas (1999), o museu construiu sua identidade no ‘ser’: ser referência, ser ponto de encontro e desenvolvimento, ser ponto de cultura para a comunidade atendida, ser ponto de referência para a população local, todos desenvolvidos a partir de um capital político e social exercido na figura de seu diretor, a serviço de uma sociedade paranaense com seu perfil, regionalidade e ações bem definidos. Retomando Mauss (2013), as dádivas promovidas pelas relações do Museu Paranaense com a sociedade local passaram a ser formas de promoção dessa sociedade, bem como moeda de troca para outros favores que poderiam surgir.

Conhecida a sociedade na qual o Museu Paranaense surgiu e se desenvolveu, assim como os papéis nela ocupados por Agostinho Ermelino de Leão e seu capital simbólico, além das relações construídas entre o museu e essa sociedade, é possível afirmar que a instituição desenvolveu ações que buscaram atendê-la, ocupando um espaço diferenciado no espectro dos museus do século XIX, notadamente científicos. Entretanto, pode-se também atribuir a ele, no período estudado – 1874-1902 –, uma tipologia de museu comercial, privilegiando a divulgação das produções de um país, tendo como objetivo primeiro a venda. Para além de um entreposto ou um mercado de venda, esses museus apresentavam a cultura do país representado. Tal tipologia surgiu a partir das exposições universais, que, devido à sua grandeza, envolviam grandes custos e logística internacional.

Segundo Borges, de maneira geral, os museus comerciais seguiam um modelo com três seções distintas: “(1) uma exposição geográfica permanente, (2) exposições temporárias e (3) [...] um espaço para informações e troca de experiências entre os expositores.” (Borges, 2011, p. 153). Ficavam assim configuradas cada uma delas: a primeira seção era de exposição permanente, em que eram apresentadas as características físicas, geográficas e culturais do país representado, sua produção, dados estatísticos, informações de raças e culturas locais; a segunda seção continha exposições temporárias no modelo das exposições universais, com “novidades no campo da tecnologia e das artes”, de forma a atrair a curiosidade do público para o país; e, na terceira, eram montadas estruturas para palestras, reuniões, apresentações, tudo para fornecer oportunizar a negociação dos produtos apresentados (Borges, 2011, p. 154).

“Erva-Mate [...]

Particularmente, tenho induzido várias pessoas a fazerem uso do mate, dando-lhes eu pessoalmente o exemplo. O próprio Secretário da Agricultura sei que já o provou. Como acima digo, porém, estas cousas pedem tempo para chegarem ao êxito desejado.

O representante do Brasil no Congresso atualmente reunido pelo Museu Comercial de Filadélfia remeteu-me nova quantidade de produto de sua conhecida casa, com o que fico habilitado a continuar os meus esforços. Em tempo, avisei aos Srs. Norton Megaw & Cia, do Rio, de ter recebido devidamente as seis caixas que por intermédio deles me remeteu a sua casa. [...]

Sempre que tiver alguma coisa de interessante sobre este assunto para lhes comunicar, não deixarei de o fazer.” (Diário da Tarde (PR), 1899, ed. 189, p. 1).

“Propaganda do Mate na Europa [...]

Abaixo publicamos a carta que o Sr. Jayme Balão, dirigiu ao Sr. Duarte Veloso, delegado do Museu Comercial do Rio de Janeiro, e para a qual chamamos a atenção dos interessados: [...]

Lembrei-me do seguinte: encarregar-te de falar com todos os fabricantes de erva-mate para ver se obténs deles para que concorra cada um com duas barricas de mate mensalente para propaganda na Europa. O mate tem obtido sucesso, mas é preciso insistir na propaganda cada vez com mais força e para isso é preciso que eu possa dispor de uma certa quantidade para distribuir gratuitamente nas exposições de higiene e de alimentação, que há todo mês uma ou noutra cidade da Europa e para atender aos pedidos de amostras que me chegam de toda a parte. [...]

O mate deve ser de barbacuá, tipo de chilena ou chilena (este de preferência) e poderá ser remetido a minha ordem para Havre ou para Hamburgo. É melhor para Hamburgo, se vier nos vapores alemães. [...]

Teremos proximamente, além de outras, a exposição de Bruxelas, que durará até novembro. Em todas as exposições tenho feito gastar o mate e distribuí-lo em pacotes e latas, acompanhados de reclames e análises em várias línguas.” (A Notícia (RJ), 1908, ed. 871, p. 1).

No Brasil, há notícias do Museu Comercial do Rio de Janeiro, responsável pela coleta e organização de produtos brasileiros para fornecimento de pontos de venda montados em outros países.

Os registros jornalísticos trazidos apresentam a demanda de erva-mate de um representante brasileiro em Paris para distribuição e promoção do consumo do produto na Europa. Também dos Estados Unidos encontram-se relatos dessas atividades de introdução do consumo da erva-mate. Esses e outros exemplos podem ser encontrados no anexo digital, clicando no menu: Museus > Museus Comerciais.

Analisando as atividades desenvolvidas pelo Museu Paranaense nesse período, percebe-se que a tipologia de museu comercial não se coaduna com o perfil de museu construído. As atividades de participação da comunidade nele – ações sociais, eleições, promoção agrícola – não se aproximam das características do museu comercial. Em contrapartida, as atividades promovidas de apoio e produção das exposições provinciais, nacionais e universais trazem características dela para o Museu Paranaense, as quais, por serem temporárias, não definem seu perfil.

Uma característica da instituição no período estudado é a variedade de serviços ofertados: exposições no museu, participações em exposições provinciais, nacionais e universais, bailes, jogos, doações, eleições, distribuição de sementes, publicação de editais, festas, distribuição de esmolas, arrecadação de doações, interações com outras instituições etc. Isso o caracteriza como prestador de serviços, a partir da proposta feita por Moutinho: “Neste contexto seria necessário olhar os museus na perspectiva de instituições prestadoras de serviços tendo em consideração o lugar que os serviços culturais ocupam no seio dos serviços em geral e estes, na economia no seu todo.” (Moutinho, 2008, p. 38). As ações apresentadas pelo museu cumprem as características propostas pelo autor para a caracterização de serviços – inseparabilidade, variabilidade, intangibilidade e perecibilidade –, trazendo, para além das ações tradicionais dos museus em seu contexto temporal, outros serviços que envolvem a comunidade como clientes e promotores das atividades.

Finalizando, é importante reforçar que estas reflexões são construídas a partir do estudo do período de 1874, criação do Museu Paranaense, até 1902, início da direção de Romário Martins. As ações a partir da direção deste serão base para as reflexões do próximo capítulo.

Capítulo III – Museu Paranaense de 1902 a 1928: um capital intelectual e social

Depois de conhecer os contextos econômico, político e social em que se desenvolveram as políticas culturais na província do Paraná, onde surgiu o Museu Paranaense, em 1874, e de reconstruir seus primeiros anos, em grande parte sob direção de Agostinho Ermelino de Leão, passa-se para o segundo período da pesquisa, de 1902 a 1928, no qual o museu passou a ser dirigido por Romário Martins.

Retomando Ricoeur, “constatar que os homens do passado formularam expectativas, previsões, desejos, temores e projetos é fraturar o determinismo histórico, reintroduzindo, retrospectivamente, contingência na história.” (Ricoeur, 2012, p. 347). Cumpre, assim, retomar as ‘expectativas, previsões, desejos, temores e projetos’ promovidos por Romário Martins no Museu Paranaense durante sua direção, chegando ao segundo período proposto no arco temporal, já explorado na introdução deste trabalho. A proposta nesta etapa é, a partir dos indicadores apresentados no capítulo anterior, levantar indícios das ações museológicas desenvolvidas no período, bem como encontrar traços de semelhança e diferença com o período anterior: direção de Agostinho Ermelino de Leão – 1874-1902.

Antes de continuar, importa lembrar alguns dos objetivos específicos afetos a este capítulo:

1. Identificar as origens das coleções do Museu Paranaense e suas relações com a sociedade.
2. Pesquisar os diversos edifícios ocupados pelo Museu Paranaense, a constituição de suas coleções e suas relações com a sociedade.

Também vale trazer algumas das hipóteses propostas na introdução deste trabalho:

1. A invisibilidade do Museu Paranaense na historiografia dos museus brasileiros do século XIX dá-se pelo não alinhamento ao modelo então existente, bem como por não fazer parte dos eixos econômico, político e cultural brasileiros no período.
2. As ações museológicas desenvolvidas no Museu Paranaense, dentro de seu contexto e realidade temporal, contribuíram para o estreitamento das relações com a sociedade local e o desenvolvimento comunitário da província e do estado do Paraná.

A partir dessas propostas, parte-se para as reflexões.

Após a morte de Agostinho Ermelino de Leão, em 1901, assume o Museu Paranaense Ermelino Agostinho de Leão, formado em Direito, promotor, jornalista e filho do falecido diretor. Em 1902, assume Romário Martins.

Retomando as reflexões sobre o capital político de Agostinho Ermelino de Leão, importante se faz conhecer um pouco dos trabalhos desenvolvidos por Romário Martins, com o objetivo de configurar o espaço ocupado por ele nos contextos curitibano, paranaense e brasileiro. Para isso, buscaram-se referências suas na imprensa nacional, trazendo indícios de sua participação nos contextos social, político, econômico e científico.

Romário Martins nasceu em dezembro de 1874 e faleceu em setembro de 1948. Filho único, seu pai, tenente-coronel José Antônio Martins consta como tendo doado uma lontra empalhada para o Museu Paranaense: “Foram feitos ao museu desta província os donativos seguintes: [...] Pelo Sr. Tenente Coronel José Antônio Martins 1 Lontra empalhada.” (Dezenove de Dezembro, 1884, ed. 55, p. 3). Outros registros jornalísticos apresentam seu pai como participante da Irmandade S. S. Sacramento, tendo participado da “guarda do senhor”, em conjunto com diversos nomes da elite paranaense, incluindo Agostinho Ermelino de Leão (Dezenove de Dezembro, 1883, ed. 20).

Carneiro, em *O Museu Paranaense e Romário Martins*, apresenta uma biografia do diretor. Não tendo cursado o ensino superior, iniciou sua formação no trabalho, atuando como tipógrafo e auxiliar em oficinas de jornais a partir de 1889, então com 15 anos. Ainda atuou em diferentes jornais, ocupando diversos cargos e funções, como tipógrafo, redator e jornalista, chegando a redator-chefe no jornal *A República*. Além de sua atuação como jornalista, exerceu diversas funções públicas, tendo atuado na Superintendência do Ensino Público e Secretaria de Obras Públicas. Em 1904, candidatou-se a deputado estadual, tendo sido eleito por dez legislaturas consecutivas entre 1904 e 1928, sendo cada mandato com duração de dois anos (Carneiro, 2001).

Com uma vasta produção literária, é citado nacionalmente como jornalista e historiador, sendo referência em questões ligadas ao Paraná e conflitos com Santa Catarina e São Paulo. Em muitos registros jornalísticos, foram encontradas citações de artigos, livros e materiais publicados por ele. Algumas referências apresentam sua participação em outras instituições científicas, sendo correspondente de algumas internacionais:

“Associação – Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano
Sessão ordinário de 25 de outubro de 1900
Foram propostos e aprovados para sócios efetivos os Srs. Drs. Alfredo Pretextato Maciel da Silva, F. Burlamaque e Olympio Costa e para sócios correspondentes os Srs. Dr. Melquisedeck de Albuquerque Lima e Romário Martins.” (Jornal de Recife, 1900, ed. 269, p. 2).

“Associações – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [...] Procedese em seguida a votação dos pareceres da comissão de admissão de sócios, e sendo os mesmos aprovados, por unanimidade, são proclamados sócios do Instituto: efetivos, [...] Dr. Sylvio Romero [...] e correspondentes, [...] Alfredo Romário Martins.” (Jornal do Comércio, 1901, ed. 235, p. 3).

“Paraná – Coronel Romário Martins
Curitiba, 16 – O Coronel Romário Martins foi eleito sócio correspondente da Academia de Ciências Históricas de Paris, que por esse motivo lhe conferiu a respectiva medalha de ouro.
O professor Martins embarcou hoje nesta capital para o Rio de Janeiro.” (Correio Paulistano, 1911, ed. 17320, p. 3).

“O Paraná em Lisboa – A Sociedade de Geografia em Lisboa, uma das mais notáveis do Velho Mundo, acaba de conferir a distinção de seus sócios correspondentes a Romário Martins e Ermelino de Leão, dois talentos de primeira grandeza do Paraná e a quem apresentamos os nossos parabéns.” (Paraná, 1911, ed. 45, p. 3).

Ainda como referência histórica e geográfica sobre o Paraná, a produção literária de Romário Martins é mencionada e, por vezes, contestada, como no Correio Paulistano, em 1904:

“A Questão de Limites
Escreve-nos o Sr. Dr. Antônio Piza: O Sr. Romário Martins, ilustrado moço paranaense, se propôs, pelas colunas d’A República, de Curitiba, a analisar e refutar o que escrevi e fiz publicar no Correio Paulistano, sobre a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina.
Entretanto sua senhoria, interessado e suspeito na matéria, não se limita a escrever pro domo sua, mas descortês, autoritário e dogmático, não permite que ninguém divirja das suas opiniões e qualifica de leviano e de má fé nós que pensamos de modo contrário ao seu.
Está bem servido!” (Correio Paulistano, 1904, ed. 14723, p. 1).

“Recebemos: [...] Limites a sueste, volume em que são colecionados os artigos publicados n’A República, de Curitiba, sobre a questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, pelo Sr. Romário Martins, sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e correspondente dos Institutos Histórico Brasileiro e Geográfico Pernambucano. Toda esta questão é ali detalhada estudada, acompanhando a exposição grande cópia de dados oficiais, informações diversas e um mapa do Estado do Paraná.” (A Notícia, 1901, ed. 300, p. 3).

“Comarca de Curitiba
Deste 1723, fora criada, separada da de São Paulo, a comarca de Paranaguá, limitada por uma linha geográfica tirada de Iguape para oeste, ficando pertencendo a de Paranaguá todo o território do litoral e dos sertões ao sul dessa linha até o Rio da Prata. É histórico e dizem-no os escritores paranaenses Dr. José Mathias (Reflexões sobre a comarca de Curitiba), Romário Martins (Limites a sueste, pág. 34 e 35), Dr. Ermelino de Leão (Contestado Norte, pág. 13).” (Gazeta de Joinville, 1905, ed. 36, p. 1).

Também merece destaque uma das principais obras escritas pelo diretor, *História do Paraná*, de 1899, reconhecida e adotada nas escolas paranaenses como livro didático:

“Livros Didáticos – Adotando nesta escola os livros indicados pela ilustre congregação do Ginásio Paranaense e Escola Normal, penso que todas elas preenchem satisfatoriamente os seus utilíssimos fins. [...] O Brasil e o Paraná, do Dr. Sebastião Paraná. Geometria Prática, de Olavo Freire. História do Paraná, de Romário Martins.” (A Escola, 1906, ed. 1, p. 22).

Outros exemplos pesquisados revelam homenagens e a posição de Romário Martins como referência paranaense no Brasil, inclusive em relações com outros museus e serviços prestados no exterior pelo governo brasileiro:

“O Comitê de Limites Curitiba, 15 – O Comitê central de Limites realiza amanhã uma sessão em homenagem ao Sr. Romário Martins pelos inestimáveis serviços que tem prestado ao Paraná, na questão dos limites com Santa Catarina.” (Correio Paulistano, 1910, ed. 16864, p. 2).

“O Ministro da Viação comunicou ao governador do Estado do Paraná ter sido aceita a indicação do Dr. Jayme Reis e Coronel Romário Martins, feita pelo Museu Comercial do Rio de Janeiro, de que são representantes e consultores técnicos nesse Estado, para angariar amostras de produtos paranaenses destinados a Comissão de Propaganda do Brasil no Estrangeiro.” (Correio da Manhã, 1909, ed. 2951, p. 3).

“Acha-se nesta capital o nosso digno compatriota, ilustrado home de letras, Romário Martins, diretor do Museu do Estado do Paraná. Saudamos o distinto hóspede, cuja visita muito nos penhorou.” (A Federação, 1902, ed. 287, p. 2).

Importa notar que foram apresentadas somente algumas citações a Romário Martins, mas é possível encontrar outras em jornais de todo o Brasil, como também do Paraná. Mais exemplos podem ser encontrados no anexo digital, clicando no menu: Personalidades > Romário Martins, incluindo materiais, imagens, transcrições e referências. Também foram encontradas referências de sua participação em eventos nacionais, especificamente nas comemorações do centenário da imprensa brasileira, em 1908, em que, além de representante paranaense, foi responsável por proferir palestras sobre o tema.

Cumprido, neste momento, retomar o conceito de capital simbólico de Bourdieu, como já apresentado na introdução deste trabalho: “As oportunidades que um agente singular tem de submeter às forças do campo aos seus desejos são proporcionais à sua força sobre o campo.” (Bourdieu, 2004, p. 25). Em outras palavras, configuram seu capital simbólico, com capacidade de alterar os rumos de um campo de forças.

Como feito no capítulo anterior com Agostinho Ermelino de Leão, considerando a sociedade paranaense um campo social, é possível perceber Romário Martins como um representante e um transformador desse campo, trazendo referências não só profissionais e políticas, como jornalista, historiador, deputado e funcionário público, mas também quanto a questões paranaenses, em especial, na configuração de uma história do Paraná e na construção de um movimento chamado Movimento Paranista, do qual foi seu líder primeiro (Carneiro, 2001).

Explora-se o conceito de capital de Bourdieu (2004) por perceber que toma especial importância na compreensão da trajetória histórica do Museu Paranaense no período estudado, visto seus diretores – Agostinho Ermelino de Leão e Romário Martins – terem capitais específicos, políticos, sociais, econômicos, intelectuais, culturais, mas marcantes nos rumos tomados pelo museu nos períodos compreendidos. Entender os capitais simbólicos desses personagens na sociedade paranaense entre 1874 e 1928 ajuda a compreender as linhas adotadas por esses diretores no período. Citando novamente Ricoeur (2012), identificar as expectativas, previsões, desejos, temores e projetos desses homens do passado permite reconstruir a identidade do Museu Paranaense e compreender sua trajetória e caminhos, buscando referências para a construção de um museu com seu sentido pautado nas demandas da sociedade atendida.

Diferentemente do capital de Agostinho Ermelino de Leão, classificado como político e social, tendo em vista sua grande influência política, jurídica e social na sociedade paranaense, Romário Martins marcou seu espaço como jornalista, escritor, historiador e pesquisador. No entanto, não se pode esquecer de sua participação como deputado e sua vivência política. Crê-se que os exemplos apresentados apontam nessa direção.

Outro ponto em comum entre esses dois diretores foi o envolvimento na organização das exposições regionais, nacionais e internacionais promovidas no período. Romário Martins e o Museu Paranaense participaram diretamente de oito diferentes exposições de grande porte, obtendo sempre destaque nos resultados, como pode ser percebido nos exemplos seguintes, referentes à Exposição Nacional de 1908:

“Exposição Nacional – A Exposição Preparatória do Paraná

Abre-se a 25 de fevereiro

Diariamente, das 8 horas da manhã às 5 da tarde, os Srs. Industriais encontrarão com quem se entender, no escritório da Comissão Central, estabelecido no Museu.

Todos os produtos destinados à exposição têm transporte gratuito nas estradas de ferro, bastando para isso que venham endereçados à Comissão Central da Exposição Paranaense, em Curitiba.” (A Notícia, 1908, ed. 702, p. 8).

“Exposição Nacional

A comissão incumbida de promover a representação do Paraná na Grande Exposição Nacional, a abrir-se no Rio de Janeiro a 15 de Junho próximo, está a disposição dos Srs. Industriais diariamente, no Museu Paranaense, das 8 horas da manhã às 5 da tarde.

- Já estão inscritos 517 expositores.

- A comissão aceita produtos até o dia 10 de Maio.

- Sendo a próxima exposição um verdadeiro cotejo das forças produtoras da Nação, a comissão apela para o patriotismo dos nossos industriais, no sentido de se dar a seção do Paraná naquele certame o maior brilho possível.” (A República, 1908, ed. 96, p. 1).

“A Exposição Nacional de 1908 e seus benéficos resultados

Breve considerações:

Está na consciência pública que a Exposição de 1908 é um triunfo nacional que constituirá uma das mais brilhantes páginas de nossa história. [...]

Estado do Paraná

Este estado, onde com tanto êxito trabalha, ultimamente, parte do pessoal do serviço mineralógico e geológico do Brasil, é bem representado pela exposição feita pelo Museu Paranaense. Ela se compõe de amostras de ouro, de prata nativa, de minérios de chumbo, de manganês, de ferro, de antimônio (Stibina) e de algumas outras amostras de quartzo, ametistas, mármore e ocres de diversas cores e algumas outras amostras de minerais menos importantes. Merece especial menção a amostra de prata nativa, tornando-se digna de estudo especial a região em que foi encontrada.” (Jornal do Brasil, 1908, ed. 334, p. 8).

Essas citações demonstram a preocupação com uma exposição preparatória para organização da exposição principal, tendo os industriais participantes apoio e gratuidade no envio de seus produtos. Já no comentário do Jornal do Brasil, do estado do Rio de Janeiro, destacam-se os produtos de mineralogia levados pelo Paraná para a exposição.

Finalizada a exposição, os produtos foram devolvidos para o Museu Paranaense, onde os produtores faziam a retirada. Foram publicadas pequenas chamadas nos jornais da região com a lista dos produtores cujos objetos estavam à disposição para retirada, como segue:

“Exposição

No Museu Paranaense se restituem os objetos remetidos a Exposição Nacional pelos expositores:

Photographia Wolk.

Regimento de Segurança.

Guimarães & Comp.

Junqueira, Mello & Comp.[...]” (A República, 1909, ed. 68, p. 1).

Foram diversas as publicações sobre a retirada dos objetos durante o início de 1909, sendo possível perceber a diversidade de participantes dos setores rurais, industriais e de serviços. Mais exemplos podem ser encontrados no anexo digital, clicando no menu: Museu Paranaense > Exposições, incluindo materiais pesquisados, imagens, transcrições e referências.

Ainda nessa exposição, o Paraná recebeu diversas premiações: na Seção Madeiras, a Comissão Organizadora do Paraná ganhou o grande prêmio e o Museu Paranaense, a medalha de ouro; na Seção Produtos de Caça e Pesca, ambos ficaram com o grande prêmio.

Também se destaca a Exposição do Trigo do Museu Paranaense, promovida em 1918 e com repercussão nacional, como mostra a Figura 17, cujo texto está transcrito a seguir:

“A exposição do trigo no Museu Paranaense, como resultado feliz de toda a safra do ano de 1918, constituiu-se um autêntico acontecimento, de que se deve envidar o glorioso Estado do Paraná. Nesse distinto certame triunfou com invulgar pré-excelência, o sentimento patriótico daquele povo ilustre, operoso e empreendedor na organização de espécimes vistosos e raros.

Dos variados aspectos que exornam este mensário, tirados, com especialidade, para a feitura da divulgação, se depreende a feição de conjunto que excelentemente teve a aludida exposição.

São, por isso mesmo, incomuns os certames que, como o de que vimos falando, sugerem tão unânimes aplausos pelo êxito de que se revestem.

Essa Exposição de Trigo do Museu Paranaense, que mesmo a distância transmite nitidamente seus mais brilhantes efeitos, é mais um grandioso surto para a cultura agrícola do Paraná, e mais uma documentação exata de seus já definidos progredimentos.” (Bahia Ilustrada, 1919, ed. 18, p. 69).



Figura 18 – Exposição do Trigo.
Fonte: Bahia Ilustrada (1919, p. 69).

Para entender melhor o papel desempenhado por Romário Martins à frente do Museu Paranaense, bem como sua importância na construção da identidade paranaense, vale lembrar sua vasta obra literária, na qual se encontram os primeiros registros da história do Paraná, seus mitos, seus símbolos, suas referências geográficas. Suas publicações eram citadas nas mais diversas discussões nacionais, sendo também referência na disciplina História nas escolas paranaenses, como já relatado.

É nesse cenário de construção da identidade paranaense que se localizam as exposições organizadas pelo Museu Paranaense e Romário Martins. De forma semelhante a José Cândido da Silva Muricy, nos primeiros anos do museu, e Agostinho Ermelino de Leão, durante sua direção, as exposições serviam de vitrine para a apresentação da produção agrícola e industrial, como também dos serviços prestados pela sociedade paranaense.

Choay, em *A alegoria do patrimônio*, descreve o processo de construção ou reconstrução da nação vivido pelos franceses após a Revolução Francesa, citando o discurso de Dussault na Assembleia de 1792: “Os monumentos do despotismo caem em todo o reino, mas é preciso poupar, conservar os monumentos preciosos para as artes.” (Choay, 2002, p. 111). Questiona ainda: “Deviam eles forçosamente admitir que uma nação pode se sentir no direito de destruir as bases materiais de sua história?” (Choay, 2002, p. 112).

“Postular começos absolutos e pensar que uma nova visão do mundo pode ser institucionalizado sem qualquer base real é o mesmo que se instalar no coração da utopia, que abole o tempo, em proveito do puro instante, e não da eternidade, como ela pretende. [...] indivíduos e sociedades não podem preservar e desenvolver sua identidade senão pela duração e pela memória.” (Choay, 2002, p. 112).

Retomando reflexões anteriores, a proposta de construção da identidade paranaense fez-se a partir da negação das identidades nacional e paulista, sendo, assim, necessária a formação de uma história do Paraná, de forma antropofágica, mas marcando com novos símbolos: o pinhão, a araucária, a erva-mate, a gralha-azul; novos conflitos externos: decisões dos limites geográficos com Santa Catarina; novas referências paranaenses e paranistas. Esse processo teve início com o próprio Romário Martins, ainda no fim do século XIX:

“História do Paraná – Apelo aos paranaenses
Estando eu com um trabalho histórico sobre o Estado quase concluído, e para que ele não seja dado à publicidade com grandes lacunas devido as dificuldades que tenho encontrado na reunião de documentos, – rogo as pessoas que puderem

elucidar-me em tão momentoso assunto, o obséquio de remeterem-me informações que com ele tenha relação.

Peço e espero a cooperação de todos, para que o utilíssimo trabalho que tenho em mãos possa perfeitamente preencher o fim a que se destina: – o de tornar conhecido da Nação, a índole enérgica, a fibra patriótica e o talhe vigoroso do antigo espírito paranaense.

Solicito, igualmente, notas biográficas e retratos dos nossos grandes homens, notadamente de Paula Gomes, vitorioso propugnador da separação da ex-província.

Essas notas poder-me-ão ser enviadas diretamente ao meu gabinete à Rua Alegre, n. 4 ou por intermédio desta redação.

Romário Martins.” (A República, 1898, ed. 28, p. 2).

Destaca-se, nessa publicação de Romário Martins, a retomada da história do Paraná anteriormente à emancipação, em 1853, buscando um perfil do povo local: “[...] a índole enérgica, a fibra patriótica e o talhe vigoroso do antigo espírito paranaense.” (A República, 1898, p. 2). Ele construiu um perfil paranaense distinto do paulista, que criou um estereótipo nacional.

Nessa mesma linha, reconstruiu-se o mito criador do Paraná a partir da “soma da herança luso-brasileira com um componente indígena romantizado.” (Camargo, 2007, p. 11). Nesse caldo de cultura, consolidou-se o esquecimento das contribuições da cultura africana, o que persistiu até boa parte do século XX. Surgiram, então, as relações com a imigração europeia, ainda no século XIX, que se estenderam até meados do século XX, consolidando o mito formador paranaense.

Foi nesse contexto que se consolidou um movimento chamado Paranismo, que teve em Romário Martins um de seus principais teóricos. Segundo Camargo, em sua tese *Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná. 1853-1953*, o diretor foi o primeiro a definir formalmente o termo ‘paranismo’, em 1927, encontrando reflexo nas publicações de época até 1931, tendo sido o conceito naturalizado no imaginário paranaense até o presente (Camargo, 2007).

Esse movimento regional não era pontual; houve um processo a partir da emancipação da província do Paraná, em 1853. Outro momento foi a criação das armas da cidade de Curitiba, proposta e aprovada por Romário Martins como vereador da cidade, em 1905, e relatada em jornal da capital da República:

“Notícias do Paraná – As armas de Curitiba

A municipalidade da capital aprovou o projeto do vereador Romário Martins sobre as armas de Curitiba, que se constituem de um escudo verde branco encimado por um castelo, símbolo da cidade.

Ao centro do escudo vê-se um pinheiro referência a etimologia do vocábulo Curitiba e árvore característica da natureza vegetal do estado; aos lados formando uma grinalda em torno do escudo, ficam dispostos ramos de centeio e vinha, representando as mais notáveis culturas agrícolas do Paraná.

Na base do escudo há uma faixa branca contendo em letras verdes o seguinte: Curitiba – 20 de março de 1693 – lembrando a data da instalação do município.” (O País, 1905, ed. 7683, p. 3).

Da mesma forma, houve a criação das armas do estado do Paraná, em 1911, também publicada em jornal do Rio de Janeiro – Figura 18.



Figura 19 – Armas do estado do Paraná.
Fonte: Gazeta de Notícias (1911, p. 5).

“Damos acima o novo símbolo heráldico do Estado. Proposto ao Congresso em sessão do dia 5 de março de 1910, pelo Sr. Deputado Romário Martins, foi sancionado pelo presidente Sr. Dr. Xavier da Silva, aos 21 do mesmo mês e ano.

É o seguinte o teor do decreto adotando as novas armas:

(Lei n. 904, de 21 de março de 1910).” (Gazeta de Notícias, 1911, ed. 226, p. 5).

Também é possível perceber o Movimento Paranista nas ações desenvolvidas pelo Museu Paranaense, a partir da direção de Romário Martins, em relação aos grupos indígenas no estado. Há registro de visitas à cidade de Curitiba de indígenas e até de tribos inteiras em jornais do estado e de circulação nacional. As atividades desenvolvidas por seu diretor incluíram a hospedagem dos visitantes no edifício do museu:

“Paraná – Tribos de Índios

Curitiba, 14 – Chegaram ontem aqui duas tribos de índios coroados, vindas das margens do Rio Chapecó, tendo caminhado 470 quilômetros a pé.

Esses índios vieram dirigidos pelo Major André Ferreira, conhecido nas tribos pelo nome de ‘Naloré’, sobrinho do famoso cacique Condrá, guia da expedição que descobriu Campos de Palmas, no ano de 1836, afim de pedir no governo ferramentas e roupas.

Foram alojados no edifício do Museu.

Os índios estiveram hoje no Palácio do Governo, acompanhados do Sr. Romário Martins.” (Jornal do Brasil, 1902, ed. 166, p. 6).

“Capitão Caingangues

Acompanhado de alguns índios da sua tribo chegou hoje, vindo da margem do Rio Bonito, onde reside, o cacique coroadado Antonio Caingangue.

Estes índios ainda usam machados de pedra e veem muito interessados em adquirir outros de aço. O Exmo. Dr. Presidente do Estado prometeu atendê-los. Estão hospedados no Museu Paranaense.” (A República, 1909, ed. 125, p. 1).

“Acompanhado de alguns índios da sua tribo, chegou hoje, vindo da margem do Rio Bonito, onde reside, o cacique coroadado Antonio Caingangue.

Estes índios ainda usam machados de pedra, o vêm muito interessados em adquirir outros de aço. O presidente do Estado prometeu atendê-los.

Estão hospedados no Museu Paranaense.” (Correio Paulistano, 1909, ed. 16462, p. 4).

“Procedentes de Taió, município do Rio Negro, chegaram a esta Capital 70 índios Guaranis, que se acham hospedados no Museu.

O Capitão Dr. José Ozório, inspetor dos silvícolas, pretende estabelecer em terras que lhes sejam reservadas perpetuamente.” (Paraná Moderno, 1911, ed. 7, p. 3).

Verifica-se, primeiramente, que as ações não foram pontuais, visto o período em que ocorreram, bem como sua importância, tendo sido notícias publicadas no Paraná e em outros estados. Essas atividades foram canceladas:

“Associação de Proteção aos Silvícolas do Brasil

A reunião em que foi instalada – na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro – Um discurso da professora d. Leolinda Daltro – Uma saudação silvícola Oyama Pracé – Outras notas.

Entre as resoluções tomadas ficou assentado: [...]

Que fossem considerados sócios honorários os Srs.: [...]

Dr. Romário Martins.” (A Imprensa, 1909, ed. 639, p. 2).

“Paraná

O Sr. Romário Martins, será nomeado diretor do serviço de proteção aos silvícolas no Paraná e o Sr. Aristides Brasil, auxiliar.” (O Dia, 1911, ed. 4985, p. 1).

Essas publicações demonstram também o papel de Romário Martins na institucionalização de políticas ligadas às causas indígenas, sendo sócio honorário da Associação de Proteção aos Silvícolas do Brasil e, posteriormente, diretor do Serviço de Proteção aos Silvícolas no Paraná. Isso é reflexo de ações desenvolvidas por ele, inclusive de pesquisa e encaminhamento de legislação específica para demarcação de áreas de reservas indígenas de destinação perpétua:

“O projeto pede mais outras áreas no rio Negro e Porto da União afim de servirem de refúgio e moradia a perseguida tribo dos índios Botocudos, atirados da parte ocidental de Santa Catarina para o lado externo da serra e aí barbaramente trucidados em grande número. [...]

Em Palmas peço duas áreas com capacidade para o estabelecimento de 100 famílias cada uma, destinadas ambas ao patrimônio dos índios coroados que ali vivem.

As outras áreas pedidas pelo projeto são as seguintes:

Na comarca de Guarapuava, duas áreas idênticas proporções, uma entre os Rios Pipiry e Ivahy, outra entre Ivahy e Tibagy, a primeira para os Guaranis e a segunda para os coroados; e finalmente ainda para os Guaranis área igual em Tomazina. [...].” (O País, 1909, ed. 8936, p. 4).

Percebe-se, com esse projeto, que havia uma delimitação das áreas indígenas no Paraná, inclusive com a definição das tribos existentes até o momento. Destaca-se ainda que, no mesmo período, o então diretor do Museu Paulista, Von Ihering, solicitou a Romário Martins e ao Museu Paranaense uma pesquisa sobre a localização das tribos indígenas do Paraná:

“Etnografia Paranaense

Do Diário Popular, de São Paulo:

A pedido do Dr. Von Ihering, diretor do Museu Paulista, o Sr. Romário Martins organizou o mapa etnográfico do Paraná, assinalando a posição das tribos indígenas em todo o território paranaense.

Além desse mapa, as informações ministradas pelo diretor do Museu Paranaense constituem uma interessante monografia sobre os índios atuais, com destino a reorganização do trabalho sobre os índios do Brasil meridional.” (A República, 1909, ed. 144, p. 2).

O resultado dessa pesquisa pode ter orientado o diretor paranaense na proposta do projeto de delimitação das áreas indígenas. Seu trabalho também foi exaltado pelo setor de estatística nacional, em 1910:

“Índios no Paraná [...]

Com grande satisfação passo as vossas mãos, incluso as informações, as mais completas, prestadas a esta Delegacia pelo ilustrado Sr. Romário Martins, digníssimo diretor do Museu Paranaense, cujos estudos sobre os índios que habitam este Estado, os seus costumes, a sua língua e a sua etnografia, são assaz conhecidos nos centros científicos do país, onde tais estudos encontram da parte dos que a eles se dedicam, o maior reconhecimento a competência e dedicação do seu autor.

A estas informações acompanha um mapa, também devido aos trabalhos do Sr. Romário, no qual vêm assinalados a posição geográfica dos mais notáveis toldos, e que, como diz o seu autor – é só por si respondem ao pedido de informações que lhe foi endereçado.

Ainda sobre o assunto, num desenvolvimento completo, o Sr. Romário mostra-nos qual a legislação sobre os índios e falando sobre a possibilidade de recenseá-los, indica os meios pelos quais se pode levar a efeito tão árduo problema. [...]

Um dos Estados onde mais avulta a população indígena, é, sem dúvida, o do Paraná. Nada menos de quatro tribos diferentes habitam o seu território, ponteando com a vastidade dos seus toldos as regiões do norte sul e ocidental do Estado. [...]” (Diário da Tarde, 1910, ed. 3565, p. 1).

O envolvimento de Romário Martins e do Museu Paranaense transformou-os em referência no tema, inclusive para povos indígenas que encontravam problemas com invasões de ervateiros, como ocorrido em 1910: “Os índios chapecós telegrafaram ao Sr. Romário Martins pedindo-lhe providências contra a invasão dos ervais (campo de ervamate) nos seus aldeamentos.” (A Imprensa, 1910, ed. 1067, p. 4). Ademais, as pesquisas e atividades desenvolvidas por Romário Martins referentes às causas indígenas fazem parte de sua vasta produção, como, por exemplo, *História do Paraná* (1899), *Limites interestaduais entre o Paraná e Santa Catarina* (1901), *O que é o Paraná* (1907), *Mapa etnográfico do Paraná* (1915), *Manifesto e programa do Centro Paranista* (1927).

Outro ponto importante no processo de construção da identidade paranaense foi o litígio territorial existente entre Paraná e Santa Catarina, tema profundamente pesquisado pelo diretor, que se tornou referência nacional no assunto, havendo várias citações a respeito no Paraná e em todo o Brasil, como segue:

“Paraná – Litígio Territorial

Curitiba, 22 – O livro de Romário Martins, Litígio Territorial, causou excelente impressão, não só pela documentação histórica e cartográfica como pela disposição da matéria.

É reputado o melhor trabalho do autor.” (Correio Paulistano, 1911, ed. 17204, p. 5).

Enquanto, na história, Romário Martins trouxe referências importantes para o Movimento Paranista, também nas artes surgiram reflexos deste, “pela exaltação dos valores locais e o desenvolvimento de uma simbologia baseada em elementos nativos como o pinheiro paranaense e o pinhão!” (Camargo, 2007, p. 15). Esses símbolos foram transformados em logotipos que representavam o Paraná, podendo ser encontrados em fachadas de construções, mosaicos de calçadas e marcas de produtos da região. Um

exemplo diz respeito aos projetos para uma nova sede do Museu Paranaense, encontrados no ateliê do escultor paranaense João Turim. Na proposta, há os símbolos paranaenses nas colunas e fachadas, podendo “perfeitamente constituir o início de uma escola artística, genuinamente nossa”. Diversos símbolos foram incluídos no projeto, como se vê na Figura 19.

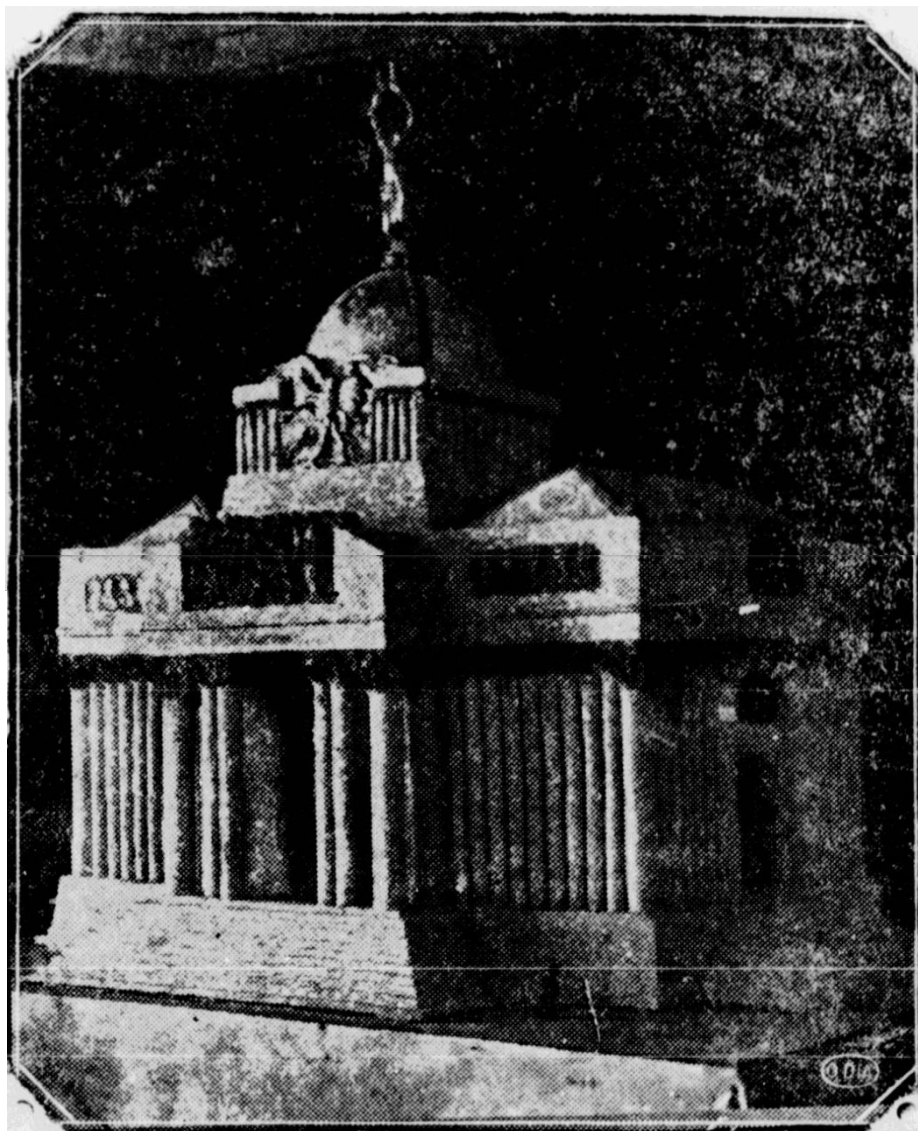


Figura 20 – Maquete do monumental projeto para o Museu Paranaense.

“É um projeto para a sede do Museu Paranaense.

O seu estilo é absolutamente novo. Cerca-o uma infinidade de colunas que não são dóricas, nem coríntias e nem obedecem o velho estilo da antiga escola de qualquer natureza. São troncos anosos de imponentes araucárias, os gigantes das florestas paranaenses. Os capitéis que as coroam são formados por pinhas, pinhões e ‘sapés’ ou folhas de pinheiros, além de galhos secundários cruzados, formando a base superior desses ornamentos.” (O Dia, 1925, ed. 561, p. 1).

Igualmente, o calçamento da cidade de Curitiba sofreu influência do movimento, sendo uma das referências utilizadas o Museu Paranaense, como é publicado em jornal catarinense sobre o calçamento da Avenida Luiz Xavier: “[...] consultou o Museu Paranaense sobre o desenho que deveria figurar no mosaico dos passeios da nova artéria.” (República, 1927, ed. 176A, p. 3).

Tendo como base o cenário que se apresentava no Paraná no período da direção de Romário Martins no Museu Paranaense, avança-se para aprofundar as ações desenvolvidas pelo museu e sua influência nas sociedades paranaense e curitibana.

3.1 De 1902 a 1928: período de Alfredo Romário Martins

Com a morte de Agostinho Ermelino de Leão, em 1901, assumiu a direção do Museu Paranaense seu filho, Ermelino Agostinho de Leão, ficando à frente da instituição somente por um ano. Em 1902, Alfredo Romário Martins assumiu a direção, na qual ficou até 1928. Nos 26 anos sob sua direção, o museu passou por uma mudança de sede, em 1913, da Rua Muricy para a Rua São Francisco, no antigo Teatro Tívoli. Também nesse período, manteve sua posição na sociedade local, sendo referência para muitas outras instituições.

Assim como Agostinho Ermelino de Leão, Romário Martins transferiu muito de seu capital para o museu, contribuindo em diversos momentos com suas atividades como político, historiador e jornalista. Assim, de forma semelhante ao capítulo anterior, serão utilizados registros jornalísticos da época, bem como referências políticas e sociais, que colaborem para a reconstrução do perfil do Museu Paranaense entre 1902 e 1928, período em que foi dirigido por Martins. Para a organização desses documentos, para além de algumas temáticas já trabalhadas no início deste capítulo, foram mantidos os temas abordados no capítulo anterior, incluindo, quando necessário, outras que qualifiquem o museu no período.

3.1.1 Documentos institucionais

No período em questão, 1902 a 1928, não foram encontradas referências de novos documentos institucionais, mantendo-se, então, o regulamento vigente de 1883. Quanto à direção do museu, em 1901 e 1902, foi publicada a nomeação de Ermelino Agostinho de Leão, filho de Agostinho Ermelino de Leão, e Alfredo Romário Martins para assumir o cargo:

“Decreto n. 243 – O Governador do Estado do Paraná resolve nomear o Dr. Ermelino Agostinho de Leão, para exercer o cargo de diretor do Museu

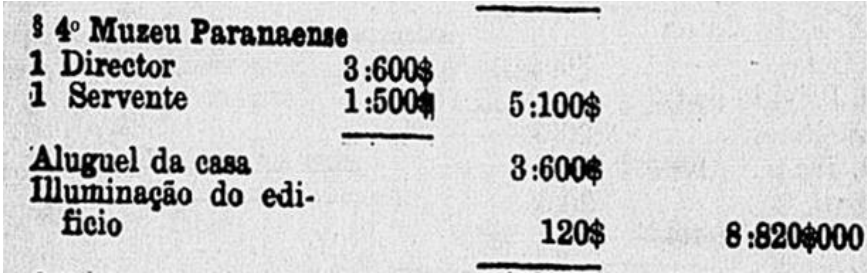
Paranaense. Francisco Xavier da Silva - Octávio Ferreira do Amaral e Silva.” (A República, 1901, ed. 149, p. 2).

“Sabemos que será nomeado diretor do Museu Paranaense, o nosso ilustre confrade Romário Martins, em substituição ao Sr. Dr. Ermelino de Leão, que pediu dispensa desse cargo.” (Diário da Tarde, 1902, ed. 956, p. 2).

“Conforme noticiamos, foi em data de ontem nomeado Diretor do Museu Paranaense o nosso colega Romário Martins, que amanhã assumirá esse cargo. O Exm. Sr. Dr. Governador, pelo seu Secretário do Interior, agradeceu os serviços prestados aquele estabelecimento, pelo Dr. Ermelino de Leão, exonerado a seu pedido.” (A República, 1902, ed. 94, p. 2).

Em documento não oficial, traz-se o que se pode chamar equipe do Museu Paranaense, formada pelo diretor e um servente, que foi promovido a porteiro, em 1926. Havia, portanto, uma pequena equipe para as diversas atividades desenvolvidas pelo museu, mas cumpre lembrar que a Biblioteca Pública funcionava no mesmo espaço, com equipe própria.

Nos orçamentos do estado do Paraná, publicados em jornais locais, até 1913 foram lançadas na rubrica Museu Paranaense somente as despesas com um diretor e um servente. Após esse ano, com a mudança da sede para a Rua São Francisco, as prestações de contas passaram a incluir valores referentes a aluguel da casa, bem como despesas de iluminação do edifício – Figura 20.



§ 4º Museu Paranaense			
1 Director	3:600\$		
1 Servente	1:500\$	5:100\$	
Aluguel da casa		3:600\$	
Iluminação do edifício		120\$	8:820\$000

Figura 21 – Orçamento do Museu Paranaense.

Fonte: A República (1917, ed. 91, p. 4).

Por fim, apesar de a informação estar além do período estudado, ajuda a entender o percurso do Museu Paranaense, de modo que se dá um salto temporal para 1937:

“O Governador do Estado do Paraná, usando das atribuições que confere [...] Decreta: Art. 1º - São transferidos a partir de janeiro do ano fluente, para o Município de Curitiba, os serviços relativos a Biblioteca Pública, Corpo de Bombeiros, Museu Paranaense e Teatro Guaíra, cabendo ao aludido município o custeio das despesas inerentes aos mesmos, e para o Estado; a manutenção da Guarda Civil e da Inspetoria dos Tráfegos. Art. 2º - Os funcionários transferidos em virtude do presente decreto terão assegurados os direitos, de acordo com as leis vigentes.” (O Estado, 1937, ed. 187, p. 16).

Em outras palavras, a administração do museu passou ao município de Curitiba em 1937, retornando ao estado em 1938 e se mantendo até o presente. Assim, do ponto de vista da vinculação, o Museu Paranaense passou da iniciativa privada para a pública estadual, municipal, retomando para a estadual.

3.1.2 Edifícios do museu

No início de sua gestão – 1902 –, Romário Martins recebeu o Museu Paranaense em funcionamento na sede da Rua Muricy. Até 1913, são poucos os registros referentes ao edifício do museu, sendo encontradas somente pequenas citações quanto a verbas utilizadas para reformas, manutenções e compra de móveis.

O edifício passou a ter nova visibilidade na mídia em 1913, com as discussões sobre mudança de sua sede para a Rua São Francisco, 64, também no Centro da cidade de Curitiba, no antigo Salão Tívoli. Não foram encontrados registros fotográficos do local, bem como não existe mais essa construção nos tempos atuais; há somente o registro de imagens feitas por Doubek a bico de pena em 1976, quando das comemorações do centenário do Museu Paranaense – Figura 21.

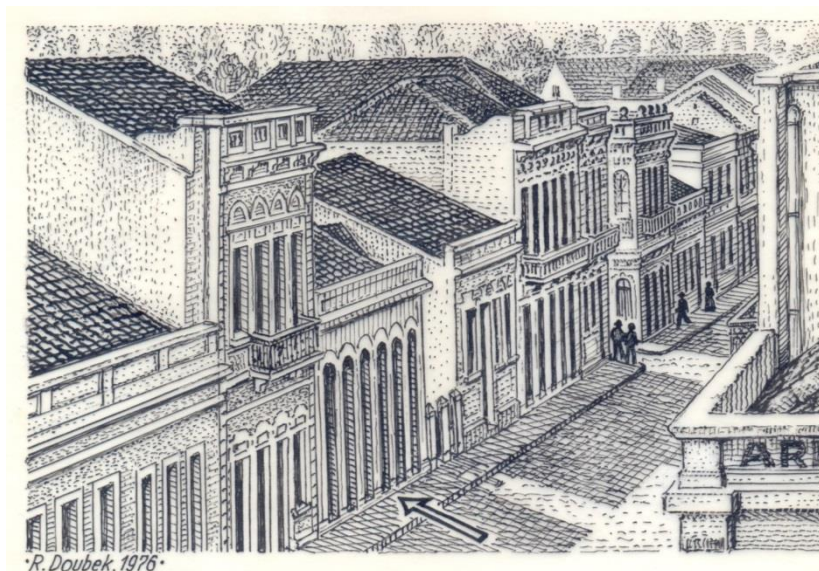


Figura 22 – Sede do Museu Paranaense, 1913-1928 – Rua São Francisco (R. Doubek, bico de pena, 1976).

Segundo registros, antes da mudança para a nova sede, esta foi adaptada para os usos do museu, sendo criados espaços específicos, inclusive para a instalação do Zoológico do Museu Paranaense:

“O alvitre foi aceito, e o diretor do Museu autorizado a instalá-lo em prédio conveniente onde pudessem funcionar todas as funções em que se divide, inclusive o parque zoológico.

Felizmente foi já encontrado um prédio com as precisas condições para abrigar todas as dependências do Museu, e o Sr. Dr. Secretário do Interior de acordo com o diretor daquele estabelecimento; tem providenciado no sentido de uma completa adaptação desse edifício, que é o antigo Salão Tívoli, à rua de São Francisco, ao seu novo destino.

Assim vai ter o Museu uma instalação em condições superiores a primitiva, graças ao acerto das providências que, nesse sentido, vem de ser tomado.” (A República, 1913, ed. 13, p. 1).

Consta ainda que a mudança foi justificada pela necessidade de uma instalação definitiva do Corpo de Bombeiros na cidade de Curitiba, que passaria a funcionar no então edifício do Museu Paranaense, onde atualmente está instalada a Biblioteca Pública do Paraná em um novo edifício na Rua Muricy.

Houve divulgação da reabertura do Museu Paranaense tanto na mídia local quanto em jornais de circulação nacional, como Jornal do Comércio (RJ) e Correio Paulistano (SP). Foram grandes os elogios às novas instalações, exaltando, em especial, os trabalhos desenvolvidos por Romário Martins:

“[...] O Museu acha-se otimamente instalado e superiormente organizado graças aos esforços e dedicação extrema de seu diretor Romário Martins. Impressionou-nos agradavelmente a bela ordem que ali notamos e aproveitamos ensejo para felicitar o nosso colega Romário Martins pelo muito que já conseguiu reunir e colecionar para o Museu do Estado.” (A República, 1913, ed. 179, p. 1).

“A reabertura do Museu [...]

O prédio, se bem que antigo, foi completamente reformado e adaptado aos fins a que se destina. Dispõe de amplas salas, fartamente iluminadas, onde se acham instaladas com muita ordem e admirável bom gosto, as diversas seções. Entre estas devem ser destacadas as de História Natural, Arqueologia, Etnografia, Numismática, Pinacoteca, etc.

Em toda a arrumação se nota que presidiu um espírito de ordem e sistematização, que muito recomenda a competência do diretor do estabelecimento, nosso ilustre colega Romário Martins.

A seção zoológica, embora muito reduzida, não nos parece ficar bem no local, sabe-se porém, que toda a instalação é provisória, pois que o governo pretende dar-lhe uma organização e situação definitivas em prédio próprio anexo ao atual Jardim Botânico Municipal. [...]

O gabinete do diretor acha-se ao lado da seção de Arqueologia Indígena que se acha caprichosamente instalada.

A Pinacoteca é amplamente iluminada e nela se acham também artefatos e troféus da Guerra do Paraguai. Outros objetos de valor histórico se acham guardados em elegantes vitrines.

O salão principal encerra as amostras das nossas maiores riquezas florestais e minerais. A parte zoológica, apesar de pequena, está bem montada e nela se encontram algumas espécimes de nossa fauna.

O impressão produzida nos visitantes foi agradável, tendo o Sr. Coronel Romário Martins sido muito felicitado pela excelente instalação que deu ao Museu.” (A República, 1913, ed. 160, p. 2).

A partir desses registros, percebe-se a organização do Museu Paranaense em sua nova sede, com as seções de História Natural, Arqueologia, Etnografia, Numismática, Pinacoteca e Zoologia. Destacam-se, ainda, os grandes elogios dirigidos ao ‘colega’ Romário Martins, sendo ele o editor de A República, jornal com maior divulgação do evento.

Em 1914, constam os encaminhamentos para liberação de orçamento para o pagamento do aluguel do edifício do Museu Paranaense, explicitando-se não ser ele de propriedade do governo do estado, como foram as duas sedes anteriores: Praça Zacarias e Rua Muricy.

“Decretos presidenciais – Pelo Exmo. Sr. Dr. Afonso Camargo, 1º vice-presidente do Estado, em exercício, foram ontem assinados os seguintes decretos: abrindo um crédito extraordinário da quantia de 3:000\$ para atender ao pagamento do aluguel do prédio onde funciona o Museu Paranaense.” (A República, 1914, ed. 208, p. 1; Diário da Tarde, 1914, ed. 4882, p. 2).

Posteriormente a essa data, no período pesquisado – 1902 a 1928 –, não foram encontrados novos registros do edifício do museu, nem mesmo da nova mudança de sede, ocorrida em 1928, com a saída de Romário Martins da direção. A nova sede era um edifício localizado na Rua Buenos Aires, 200, esquina com a Rua Benjamin Lins, atualmente no bairro Batel. A Figura 22 mostra a nova sede, enquanto a Figura 23 traz o registro feito em 1976 por Doubek em bico de pena.



Figura 23 – Sede do Museu Paranaense, 1928-1965 – Rua Buenos Aires.
Fonte: Acervo do Museu Paranaense.

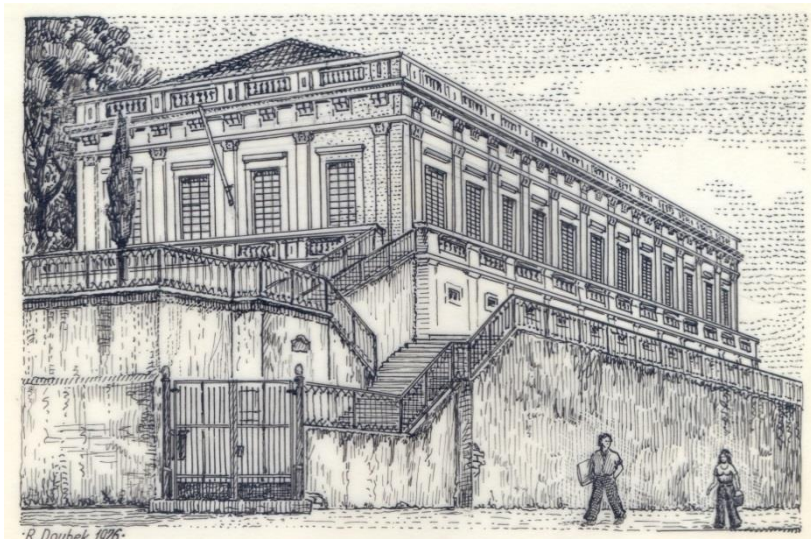


Figura 24 – Sede do Museu Paranaense, 1928-1965 – Rua Buenos Aires (R. Doubek, bico de pena, 1976).

3.1.3 Coleções

De forma semelhante ao período anterior, a constituição das coleções do Museu Paranaense no período de Romário Martins deu-se, em grande parte, por doações da sociedade, além de aquisições feitas por pesquisas promovidas pelo museu e pelo estado do Paraná, visto ser este mantenedor do local, como se verá à frente.

Quanto às doações da sociedade, há registros em publicações paranaenses, bem como em publicações de circulação nacional, datando do início do século XX, incluindo todo o período da sua gestão, sendo também encontrados registros posteriores à sua saída da direção do museu.

“Museu – Objetos oferecidos ao Museu Paranaense:

Pelo Exmo. Sr. Conselheiro Manoel Francisco Correa 2 medalhas sendo uma comemorativa da posse do Presidente da República Dr. Prudente de Moraes e outra em homenagem ao Duque de Caxias.

Pelo Dr. Candido Ferreira de Abreu medalha comemorativa da inauguração da nova Capital de Minas (Belo Horizonte). [...]

Pelo Sr. Diogo Penteado um leão vivo.

Pelo Sr. Francisco Correia um belo vaporzinho com todos os seus apetrechos pelo mesmo sr. construído.

Pelo Dr. Ermelino a. de Leão amostra de amonite ou areia ‘Prado’ empregada no fabrico de mangas para bicos de incandescência e 1 socó vivo.

Pela Exma. Sra. D. Silveira Flores Pereira uma arma de fogo como raridade de 50 anos atrás.

Pelo Sr. Jayme Muricy uma jaguatirica viva. [...]” (A República, 1900, ed. 41, p. 1).

“Ao Museu Paranaense ofereceu o Sr. Leopoldo Pereira uma pequena vitrine contendo os punhos da farda e os sapatos do saudoso e denodado coronel Candido Dulcídio Pereira, morto no cerco da Lapa.” (A República, 1904, ed. 134, p. 1).

“Paraná – O Major Melchior Prestes ofereceu ao Museu Paranaense uma espada, encontrada em Irany.” (Jornal do Comércio, 1912, ed. 320, p. 1).

“Uma Relíquia Histórica – O Sr. José Gomes Bittencourt, que exerce na Guarda Civil o cargo de almoxarife e que é um espírito dedicado as coisas que se entendem com a nossa história, ofereceu ao Museu Paranaense um capacete da antiga Guarda Imperial Brasileira. Essa bela relíquia histórica está exposta na vitrina desta folha, onde tem sido muito admirada.” (A República, 1917, ed. 273, p. 1).

“Casacas Históricas – Curitiba, 22 – O ministro Hyppolito de Araujo ofereceu ao Museu Paranaense, a casaca de fardão do ministro de Estado que pertenceu ao seu progenitor. Ficam assim sob a guarda do Museu as casacas de três paranaenses que no Império detiveram pastas de ministros e que são o senador Manoel Francisco Corrêa e conselheiros Jesuído Marcondes e Manoel Alves de Araujo.” (O Jornal, 1924, ed. 1654, p. 7).

“Museu Paranaense – O Sr. Major Felix Merlo, conhecido industrial patricio vem de ofertar ao Museu Paranaense, uma pistola antiga de repetição, do tipo usado pelos oficiais brasileiros na guerra do Paraguai.” (A República, 1929, ed. 177, p. 1).

Os exemplos citados abrangem o período de 1900 a 1929, posterior à direção de Romário Martins. Para além dele, foram encontradas publicações posteriores com registros semelhantes.

Em relação ao perfil das doações, há diversos registros de animais vivos que passaram a integrar o Jardim Zoológico, a seção de Zoologia ou o Parque do Museu. Nesse caso, foram encontrados registros de morte desses animais, com críticas quanto aos cuidados direcionados a eles (Diário da Tarde, 1900, ed. 280).

“Jamais, jamais! Nasce dessa grande pepoca o seu amor pelos animais. O museu estava horrivelmente organizado! O benemérito paranaense Ermelino de Leão tudo sacrificara, o museu não prestava. Era preciso cuidar dos pobres animais que morriam de fraqueza. Romário correu em seu auxílio e hoje, vede senhores, ele mantém gordos, lustroso e fartos os tigres do Museu. [...]” (Diário da Tarde, 1905, ed. 2131, p. 2).

Nas publicações no período em estudo, percebe-se também uma ocorrência maior de doações de caráter histórico: roupas, armas, medalhas, equipamentos utilizados em guerras, moedas, papel-moeda.

“Museu – Ao Museu Paranaense ofereceu o nosso distinto amigo Sr. Major Agostinho Ermelino de Leão Junior, uma bela coleção de moedas nacionais e estrangeiras. Essa coleção fora por largos anos pacientemente formadas pelo Sr. Castilhos gomes de Medeiros.” (A República, 1906, ed. 12, p. 2).

“Lista de coisas que vão ser remetidas ao Romário para figurarem no Museu: a sobrecasaca do Sr. Consul Baeraeck; o vermelho colete histórico do Celestino; a coleção dos artigos sobre Homeopatia do distinto Dr. Nilo Cairo; o chapéu de tucum do Darcanchy; uma cópia do cavaignac do Leocadinho.” (Diário da Tarde, 1906, ed. 2137, p. 1).

“Uma Relíquia – O Sr. Idelfonso Serro Azul ofereceu ao Museu Paranaense um objeto que sua digníssima progenitora a veneranda patricia Senhora Baronesa do Serro Azul, conservou sempre, como preciosa relíquia de um dos dias mais tristes da nossa história e do seu boníssimo coração tão comoventemente torturado. É esse objeto uma chave de ‘bureau’ que o inolvidável e grande cidadão paranaense Barão de Serro Azul trazia no bolso no momento em que foi fuzilado, no quilometro 65 da Serra do Mar, em 1894. Essa chave está moldada por bala e perdeu o aro devido a mesma circunstância. Pode-se por isso verificar que o benemérito paranaense tinha-a no bolso do colete por ocasião do seu odioso extermínio.” (A República, 1921, ed. 300, p. 1).

“Museu Paranaense

[...] Diversas foram as doações feitas ao Museu, de medalhas, quadros, machados de pedra e outros muitos objetos, que contribuíram para enriquecer as coleções de Mineralogia, Arqueologia e Numismática. [...]

As seções relativas as medalhas e condecorações, etnografia e de arqueologia histórica, tiveram também sensível acréscimo.” (O País, 1929, ed. 16187-16188, p. 10).

Além das doações feitas pela sociedade, houve aquisições oriundas de pesquisas realizadas no Paraná, forma que teve especial importância no período de Romário Martins e não se apresentou no período anterior. São diversos os registros de pesquisadores locais e de outros estados e países, muitos encaminhados representando museus nacionais e internacionais. Destaca-se que, muitas vezes, essas pesquisas eram financiadas pelo Museu Paranaense e pelo estado do Paraná, como segue:

“Ao Museu Paranaense ofereceu há dias o cientista Dr. Pedro Dusen 200 exemplares classificados de espécies botânicas da flora do Paraná.” (A República, 1912, ed. 120, p. 1).

“Museu Paranaense – Curitiba, 7 – O Museu Paranaense recebeu 200 exemplares de animais classificados e coligidos pelo naturalista sueco Dr. Pedro Dusen.” (Correio Paulistano, 1912, ed. 17522, p. 2).

“Curitiba, 7 – O Museu Paranaense recebeu duzentos exemplares classificados e coligidos pelo naturalista Dr. Pedro Dusen, cientista sueco.” (O País, 1912, ed. 10076, p. 6).

Nesses registros, todos da mesma notícia, percebe-se a doação feita por um pesquisador em terras paranaenses do resultado de seu estudo. Importa ressaltar a publicação da notícia em três diferentes jornais do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, o que denota a importância dada ao registro dessa doação. Esse pesquisador recebeu

financiamento do estado do Paraná para realização de sua pesquisa, conforme mostra a seguinte citação:

“R. Weyh – Do ilustre naturalista alemão Sr. Dr. R. Weyh, recebeu hoje o Sr. Romário Martins, diretor do Museu Paranaense, vários estudos de desenho finíssimo, representando aves e borboletas nossas. O Sr. Weyh percorre o nosso Estado em missão científica do Museu de Berlim.” (A República, 1906, ed. 167, p. 2).

Houve, portanto, doação de pesquisadores, inclusive com pesquisas científicas produzidas por museus de outros países – outros registros de pesquisas e doação de objetos gerados por elas são apresentados adiante.

Também se destacam as doações institucionais, resultado de reformas, obras e objetos recebidos pelo estado do Paraná. Nesse campo, existia legislação específica, datada de 1904, que obrigava a doação de objetos nas áreas de etnografia, arqueologia e mineralogia para o Museu Paranaense:

“Pelo Sr. Presidente do Estado, foi prorrogada a lei que obriga os comissários de terras a remeter ao Museu Paranaense os objetos indígenas, fósseis e amostras de minérios, que encontrarem nas terras por eles medidas.” (Diário da Tarde, 1904, ed. 1544, p. 2).

“Achado Na Praça Tiradentes

Nas escavações que se procedem na Praça Tiradentes par ao ajardinamento, tem-se encontrado várias moedas de cobre de diversas épocas, avultando as dos tempos coloniais.

Ontem, o Dr. Conrado Erichsen, engenheiro da Câmara, remeteu algumas dessas moedas ao Museu Paranaense, referentes aos anos de 1722, 1819 e 1825.” (Diário da Tarde, 1903, ed. 1196, p. 1).

“No Tibagi foi descoberto um grande depósito de artigos bélicos, ali deixado há muitos anos, pela expedição do general Argolo.

Entre os objetos achados figura o binóculo deste general.

O Sr. José Joaquim da Costa tem arrecadado armas, etc, que remeterá em tempo ao Museu Paranaense.” (O Comércio de São Paulo, 1904, ed. 3636, p. 2; Jornal do Comércio, 1904, ed. 107, p. 2).

“O Dr. Afonso Camargo, Vice-presidente do Estado, ofereceu ao Museu Paranaense a coleção de arcos e flechas de uso dos índios Coroados do Rio da União no município de Guarapuava.” (Jornal do Comércio, 1913, ed. 57, p. 2).

“Um autógrafa de Santos Dumont oferecido ao Museu Paranaense – O Sr. Senador Carlos Cavalcanti ofereceu ao Museu Paranaense precioso autógrafa de Santos Dumont o glorioso pai da aviação. Trata-se da carta que o grande brasileiro escreveu ao eminente senador pelo Paraná dando-lhe as razões de sua não aceitação do posto de general da nossa frota militar aérea, criada pelo projeto de autoria do Sr. Senador Carlos Cavalcanti.” (O Dia, 1926, ed. 1098, p. 2).

Nessas publicações, constam diversas doações originárias de reforma da Praça Tiradentes, no Centro de Curitiba, bem como objetos encontrados em Tibagi. Destacam-se, ainda, doações feitas pelo governo do estado e políticos representantes do Paraná.

Em outro registro, encontra-se uma lista de doadores para que fosse adquirido o retrato de um político local:

“Senador Generoso Marques – Recebemos mais as importâncias das seguintes listas, da subscrição popular destinada a aquisição de um retrato do ilustre Senador Generoso Marques para ser colocado na Pinacoteca do Museu Paranaense: [...]

Rio Negro: Filipe Kirchner, 25\$; Ermelino Becker, 25\$; Ricardo Costa Junior, 20\$; Alfredo d’Almeida, 25\$; Leopoldo d’Almeida, 25\$; Bley Netto, 25\$; Soma: 145\$.” (A República, 1919, ed. 82, p. 1).

As doações foram organizadas por cidade, sendo listados o nome e valor de cada um dos doadores que contribuíram para a aquisição do objeto em questão.

Também foram encontradas outras formas de doação para o museu, como a premiação pela participação na Exposição Nacional de 1875, que originou a Exposição Internacional da Filadélfia. A premiação devia-se ao destaque na participação da então província do Paraná:

“Em 1875, na Exposição Nacional preparatória de Filadélfia, certamente a mais grandiosa exibição da produtividade brasileira, o governo geral estabeleceu como prêmio a Província que mais se salientasse, uma grande tela de Souza Vianna representando o Sr. D. Pedro II em grande uniforme no Arsenal de Marinha. O fato dessa belíssima tela figurar na Pinacoteca do Museu Paranaense, significa que o Paraná então sobrelevou-se a toda a industria nacional.” (A República, 1907, ed. 133, p. 1).

Vale também o registro de doações por testamento de Telêmaco Borba, pesquisador ligado ao Museu Paranaense e colaborador na Exposição Antropológica de 1882: “O Museu – Recebeu o Museu, no ano passado, os objetos que pertenciam as coleções do inolvidável paranaense Sr. Telêmaco Morosine Borba, que os doou, em testamento ao Estado.” (O Dia, 1925, ed. 488, p. 2). Essa doação tem especial importância por se tratar de acervo etnográfico resultado de pesquisas realizadas no interior do Paraná durante as atividades desenvolvidas por Telêmaco Borba. Os materiais coletados foram utilizados em pesquisas publicadas, inclusive, em materiais produzidos pelo Museu Paulista, como citado no capítulo anterior.

Outro registro que merece destaque quanto a doações para as coleções do Museu Paranaense refere-se às doações originadas das relações de Romário Martins como jornalista: “Sabemos estarem em caminho para esta capital, os objetos obtidos na Europa

para o Museu Paranaense pelo nosso ilustre colega do 'Prawda', Sr. J. J. Okolowski. Esses objetos, de raro valor, são destinados a seção polaca do mesmo museu." (Diário da Tarde, 1901, ed. 572, p. 2). Em diversas publicações, consta que jornalistas do jornal polonês Prawda enviaram objetos de origem polonesa para integrar as coleções do museu. Essas relações têm provável apoio nas migrações de poloneses à região do Paraná no início do século XX.

Uma das seções do museu com diversos registros de doação é a de Zoologia, também conhecida como Zoológico ou Parque do Museu. Há registro de doação de leões, anta, macacos, cobras, tigre, jaburu, entre outros animais, além da aquisição de um urso: "Este importantíssimo estabelecimento acaba de adquirir um belo urso, que estará exposto de amanhã em diante na seção Zoológica." (A República, 1903, ed. 269, p. 1). Segue um registro de animais que faziam parte desse acervo:

"Os macacos do Museu Paranaense pintaram o sete ontem a tarde. Encontrando abertas a porta da gaiola, os astutos símios fugiram e foram trepando para os telhados vizinhos, a assobiar terrivelmente e a tirar telhas, arremessando pedaços para a rua, enquanto a criançada ria a bom rir, incitando os animais a novas proezas." (Diário da Tarde, 1909, ed. 3197, p. 2).

A fuga relatada é um exemplo dos problemas encontrados no Parque do Museu, que também incluíam as condições de conservação dos animais integrantes desse acervo – Figura 24.



Zoo-parque do Museu. – Anta (*Tapyras americanus*)

Figura 25 – Anta do acervo do Museu Paranaense.
Fonte: Paraná (1907, ed. 2, p. 25).

Para além do período da gestão de Romário Martins, houve novos registros de doação. Apesar de não ser o objetivo desta pesquisa o avanço na história do Museu Paranaense, esses exemplos ilustram a continuidade da participação da comunidade nas doações de objetos para o acervo:

“A primeira bandeira vermelha desfraldada no Rio Grande – Curitiba, 10 – A imprensa comenta com simpatia o gesto dos oficiais rio-grandenses que se encontram nesta capital, os quais ofereceram ao Museu Paranaense a primeira bandeira vermelha que foi desfraldada no Rio Grande do Sul, no início da Revolução.” (Diário de Notícias, 1930, ed. 155, p. 5).

“Museu Paranaense – Um gesto simpático da bisneta do Barão e Baronesa de São Felix. A Sra. Silvia de Andrade, bisneta ilustre do Dr. Antônio Felix Martins e sua Exma. esposa Barão e Baronesa de São Felix, acaba de ter para com o Museu Paranaense um gesto simpático e altamente louvável oferecendo ao repositório histórico de nosso estado vários objetos de elevado valor intrínseco e que pertenceram aqueles seus ancestrais. Trata-se de dois finíssimos leques, um com armação de madrepérola e outro com armação de marfim, [...] dois castiçais de madeira, [...] pente de tartaruga para cabelo, uma charuteira [...] uma xícara de porcelana e uma jarra de cristal.” (O Dia, 1936, ed. 4081, p. 3).

Conhecido o perfil das aquisições das coleções do Museu Paranaense, cumpre entender sua estruturação. Em 1904, Romário Martins lançou o primeiro e único número do Boletim do Museu Paranaense, apresentando uma breve história do local e informações sobre as classificações do acervo – seções. Ele destacou o papel de Agostinho Ermelino de Leão – “[...] acumulou os materiais que ora passam por uma seleção e metodização indispensável em casas desta natureza” –, assim como seu papel como organizador do museu, delimitando uma nova fase do desenvolvimento das coleções (Martins, 1904, p. 3).

O então diretor assim definiu as ações nos primeiros anos de sua direção, justificando o lançamento do Boletim do Museu Paranaense:

“Selecionado o material existente, dispostas com método as coleções, concluído um fatigante trabalho de classificação, o Museu Paranaense está hoje encarreirado, aproando certo para um ponto, distante embora, e que é a sua identificação com os congêneres no país. Esta revista dirá, pois, se a nova orientação da atual diretoria cumpre ou não com seu dever.” (Martins, 1904, p. 4).

Verifica-se que seu objetivo era o alinhamento do Museu Paranaense com outros museus brasileiros, ‘congêneres no país’.

O boletim também era composto por alguns artigos científicos, um deles assinado por Orville A. Derby, que viria a ser integrante da equipe do Museu Nacional. Cumpre lembrar que o documento foi o único produzido por Romário Martins, vindo o museu a

publicar novos Arquivos do Museu Paranaense somente em 1941, sob direção de Loureiro Fernandes.

Ainda no texto do boletim, Romário Martins citou alguns detalhes sobre a estrutura do acervo do Museu Paranaense: seções Zoológica, Numismática e de Antropologia e Etnografia, além da necessidade de construção de um acervo de arqueologia (Martins, 1904). Já no relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Lamenha Lins, em 1906, apresentou a seção Histórica, citando diversos objetos obtidos por doação, destacando o interesse dessa seção ao público do museu (Martins, 1906).

Próximo do fim de sua gestão, registrou as “Divisões do Museu segundo suas atuais coleções”, no Relatório do Estado de 1924-1925: “Divisões do Museu segundo suas atuais coleções: 1. Geologia, 2. Mineralogia, 3. Botânica, 4. Zoologia, 5. História Pátria, a) Etnografia, b) Arqueologia Histórica, c) Numismática.” (Martins, 1924, p. 747). Percebe-se a estruturação desenvolvida por ele no sentido de adequar o Museu Paranaense aos parâmetros dos museus brasileiros científicos ou de história natural de fins do século XIX e início do século XX.

3.1.4 Relações com a sociedade

Para avaliar indícios das relações do Museu Paranaense com a sociedade local, foram mantidas as categorias utilizadas no capítulo anterior, para fazer uma análise comparativa entre os períodos. Perceberam-se, entretanto, alterações nas propostas museológicas no período de Romário Martins, com ações mais voltadas para os âmbitos históricos, sociais, culturais e científicos, buscando o atendimento de um maior espectro da sociedade. Assim, incluíram-se duas categorias: educação e público do museu, apesar do curto espaço de tempo em que foram encontrados registros publicados.

Importa lembrar o papel desempenhado pelo diretor nos meios de comunicação da época como jornalista. Isso se apresenta na presença do Museu Paranaense nos jornais locais e de circulação nacional, a partir de suas influências, publicações e participações em diversas instituições culturais e científicas do país. Cumpre reafirmar, ainda, que o Museu Paranaense continuou a atender a uma elite paranaense de origem rural, mas já contemplando outros setores em desenvolvimento – alguns setores industriais, culturais e científicos começaram a se posicionar nas ações propostas por Romário Martins para o Museu Paranaense.

3.1.4.1 Ações de desenvolvimento rural

As ações ligadas ao desenvolvimento rural da sociedade paranaense empreendidas no período de 1874 a 1902 não foram encontradas de 1902 a 1928, sob gestão de Romário Martins. Da mesma forma, não há registros sobre o Jardim da Aclimação, doação de sementes, apoio a agricultores ou outras áreas rurais especificamente.

Os últimos registros de doação de sementes ou reuniões da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná datam de 1902, não tendo sido achadas ocorrências com datas posteriores. A única publicação referente à agricultura ou desenvolvimento rural, de 1903, diz respeito mais a uma exposição de curiosidades de um produtor local que desenvolveu enxertos de plantas e apresentou um exemplo de parreira produzida por ele:

“O Sr. Americh Tarres João, agricultor estabelecido nos arredores da Capital, expõe no jardim do Museu Paranaense alguns enxertos de sua feitura. Entre eles prende a atenção pela sua extraordinária vitalidade, um enxerto de parreira feito em 13 de setembro do ano passado e que mede já quase seis metros de altura.” (A República, 1903, ed. 185, p. 2).

Outra citação à Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná foi feita em 1923, sobre reunião marcada no Museu Paranaense (O Dia, 1923, ed. 90).

3.1.4.2 Ações em eleições locais

O uso do Museu Paranaense como ‘paróquia’, seção ou zona eleitoral continuou durante grande parte da direção de Romário Martins:

“Seções Eleitorais

Os eleitores alistados na 1ª seção desta capital votarão na sala da frente do edifício da Câmara Municipal; os da 2ª na sala do mesmo edifício na frente da Rua Cruz Machado; os da 3ª na Escola Tiradentes; os da 4ª no Teatro Guayra; os da 5ª no Museu Paranaense; os da 6ª na Escola Oliveira Bello; os da 7ª na Escola Carvalho; os da 8ª no Congresso Estadual; os da 9ª na Escola Jardim da Infância (outroa Escola Normal); os da 10ª no Fórum estadual; os da 11ª na sala das audiências do Juízo Distrital de Nova Polônia e os da 12ª na sala das audiências do Juízo Distrital de São Camiro Taboão (estrada do Assunguy).” (Diário da Tarde, 1905, ed. 2176, p. 2).

Pelo Edital das Eleições, das 12 seções eleitorais, quatro eram escolas e seis, órgãos públicos municipais e federais; somente duas seções: Teatro Guayra e Museu Paranaense, eram órgãos de cultura, o que oferecia situações diferentes para as eleições. Essa questão foi utilizada com humor, com referências aos dois locais: “No museu e diversas escolas públicas realizaram-se as eleições para deputados. Consta que se o tempo

permitir, os novos artistas estrearão em breve no congresso. Será diretor de cena o Manolo.” (O Olho da Rua, 1909, ed. 6, p. 3).

As eleições aconteceram no museu até 1913, quando, devido a dificuldades na montagem dos espaços, Romário Martins solicitou a mudança da seção eleitoral para outro local, o que foi atendido. Terminou, então, a participação do Museu Paranaense diretamente nas eleições paranaenses: “O Sr. Coronel Romário Martins, diretor do Museu Paranaense, oficiou ao Dr. Secretário da Agricultura solicitando providências no sentido de ser escolhido outro local para funcionamento duma mesa eleitoral que ali devia trabalhar, obrigando a desmontagem dispendiosa.” (Diário da Tarde, 1913, ed. 4507, p. 1).

3.1.4.3 Ações sociais e eventos assistenciais e de obtenção de recursos

Diferentemente dos registros encontrados no período de Agostinho Ermelino de Leão relacionados a ações sociais e assistenciais – tombola, bingo, bailes, festas, coleta de doações diversas –, na gestão de Romário Martins, não houve eventos nesse sentido. De outra maneira, foram promovidas e registradas atividades expositivas que encontraram muita divulgação nos jornais locais:

“Exposição Andersen – Ainda domingo estará aberta ao público a Exposição de Belas Artes do Professor Andersen, no Museu Paranaense. A exposição está acrescida por um magistral retrato do Dr. João Carlos Gutierrez.” (A República, 1905, ed. 41, p. 2).

“Paraná – Inaugurou-se a anunciada exposição de pintura do artista Andersen. Os quadros acham-se instalados no Museu Paranaense: são trabalhos a crayon, paisagens e algumas aquarelas.” (Jornal de Recife, 1905, ed. 37, p. 1).

Também foram muitas as divulgações, em 1908, de uma atividade a céu aberto no Parque do Museu: o Cinematógrafo, marco inicial da história do cinema: “Parque do Museu – Com o seu cinematógrafo ao ar livre, o Parque do Museu estará hoje e amanhã aberto ao público.” (Diário da Tarde, 1908, ed. 2777, p. 1).

Vale também lembrar as exposições preparatórias para as exposições regionais, nacionais e internacionais, além de outras específicas, como a do Cinquentenário do Paraná, Exposição dos Cereais e Exposição do Trigo. Cada uma delas gerou um grande registro e divulgação local e nacional, com chamadas para envio de objetos, exposição e devolução desses objetos.

Os registros sobre os eventos citados estão disponíveis no anexo digital, clicando no menu: Museu Paranaense > Ações Sociais, Assistenciais e Ponto de Referência.

3.1.4.4 Museu como ponto de referência: geográfica, informações e humor

Da mesma forma que as sedes da Praça Zacarias, como visto no capítulo anterior, a da Rua Muricy também se apresentou como referência geográfica na cidade de Curitiba, ou seja, isso não foi diferente na gestão de Romário Martins: “Ontem não funcionaram os focos de iluminação pública das seguintes ruas: Xavier de Miranda I, Serrito, Dr. Muricy, em frente ao Museu.” (Diário da Tarde, 1904, ed. 1585, p. 2). Portanto, o museu permaneceu como referência na definição de limites da cidade, inclusive constando em projetos oficiais: “2ª discussão do parecer n. 43, projeto 59, da comissão de legislação e justiça adaptando a denominação de – Candido Lopes – a rua que partindo do Museu Paranaense, esquina da Rua Dr. Muricy, vai terminar na Praça General Ozório.” (A República, 1906, ed. 235, p. 2).

A localização do museu era uma forte referência local, sendo criticada sua mudança para a sede da Rua São Francisco, que não manteve o *status* anterior:

“Quer o leitor fazer uma experiência?

Saia à rua e, agarre pela manga do sobretudo o mais velho curitibano que encontrar e pergunte-lhe: – ‘Cavalheiro, onde fica o Museu Paranaense?’

O velho curitibano abrirá uma boca deste tamanho; fechará os olhos e piscando-os, em seguida, como quem recorda de um belo sonho, responderá: – ‘O Museu? [...] Antigamente era alí na Rua da Assembleia, hoje Dr. Muricy. Agora, não sei. E não sabe mesmo.’ (O Dia, 1924, ed. 432, p. 2).

Além de referência geográfica, o Museu Paranaense ocupou papel como fonte de informações. Recorda-se que Romário Martins tinha uma vasta produção sobre história e geografia do Paraná, trabalhos que fizeram do museu fonte de informações importantes da sociedade do período, como se vê na Figura 25, publicada no jornal O Dia (PR), de 1923, que representa a exportação de gado bovino no estado do Paraná.



Figura 26 – Exportação do gado bovino.

Fonte: O Dia (1923, ed. 23, p. 1).

Outro exemplo pode ser visto em obras de revitalização das calçadas da cidade de Curitiba, nas quais o Museu Paranaense foi consultado para a definição do estilo a ser implantado. A opção pela estética indígena Guarani levou em consideração pesquisas desenvolvidas pelo Prof. Herborth, da Universidade de Estrasburgo:

“A Prefeitura de Curitiba utiliza-se para a decoração da Avenida Luiz Xavier das adaptações Guaranis do Prof. Herborth
Curitiba, 31 – A Prefeitura de Curitiba, empenhada em dar a fisionomia da cidade um cunho estético original tem tomado a iniciativa, extraordinária entre nós, de consultar os grêmios artísticos, sobre os motivos ornamentais a serem utilizados nas obras públicas de embelezamento da cidade.
Quando se tratou do calçamento da Avenida Luiz Xavier a Prefeitura, de acordo com o seu programa, consultou o Museu Paranaense sobre o desenho que deveria figurar no mosaico dos passeios da nova artéria, e esta Instituição, buscando inspirações verdadeiramente nativistas, recomendou os frisos estilizados segundo a arte decorativa dos índios Guaranis, pelo professor Augusto Herborth, da Universidade de Estrasburgo.” (O Jornal, 1927, ed. 2550, p. 3).

Merece destaque o fato de que a notícia foi publicada em jornais do Rio de Janeiro: O Jornal e Para Todos, em 1927, o que deu ao Museu Paranaense visibilidade nacional.

Também foram encontradas referências ao humor, utilizando o museu e Romário Martins:

“[...]
– Diabo: papel velho?
– Sim. O requerimento estava feito em papel amarelo, antigo. Daí, mais, o eu concluir que só o Romário poderá dizer quem é o tal interessado.
– Aprê! Tens cada uma!
– Naturalmente. Papel velho só no Museu. E das coisas que desaparecem do Museu, só o Romário conhece o destino. Portanto esperemos o Romário. E... Nisso ficou a conversa.” (O Olho da Rua, 1911, ed. 2, p. 29).

Esses comentários lembram o preconceito de “papel velho só no Museu”, referindo-se, ainda, ao roubo de moedas ocorrido na gestão de Romário Martins, do qual foi acusado de ser o responsável: “[...] das coisas que desaparecem do Museu, só o Romário conhece o destino.” (O Olho da Rua, 1911, p. 29).

Vale aqui o relato do roubo ocorrido em 1904, registrado em jornais, incluindo os valores: “110 moedas de ouro e prata no valor de mais de 1:000\$000.” (Diário da Tarde, 1904, ed. 1539, p. 2). A história retornou aos jornais em 1917, com a denúncia de que teria sido Romário Martins o responsável pelo desvio dos objetos. À época, ele solicitou que o inquérito, que já estava arquivado, fosse reaberto e os delatores, ouvidos pela Chefia de Polícia. Na sequência, em matéria de primeira página, rebateu uma a uma as acusações, sendo o caso conhecido como ‘O caso das medalhas’:

“O Caso das Medalhas

O Sr. Romário Martins, diretor desta folha, prestou hoje as suas declarações na Delegacia do 2º Distrito, perante o respectivo Delegado Dr. Antônio de Paula, dizendo mais ou menos, o seguinte:

Que fora ele próprio quem pedira ao Exmo. Sr. Dr. Chefe de Polícia novas investigações sobre o roubo das medalhas da Exposição do Cinquentenário, ocorrido em 1904, no Museu Paranaense, onde estavam depositadas, em vista de um artigo de Ismael Martins onde se fazia a insinuação de sua responsabilidade nesse crime.” (A República, 1917, ed. 112, p. 1).

A Exposição Nacional de 1908 também foi motivo de comentários quanto aos gastos despendidos, citando “os regabofes dos comissários da exposição nas mesas redondas do Grande Hotel”. Incluíram-se no comentário também Romário Martins e seu peso:

“Pelo menos não acharão magros os nossos representantes, com exceção do Sr. Romário Martins, que por mais que coma, não enche nunca: é um saco sem fundo. Pode-se até dizer que sofre de fome canina e enquanto tiver osso para roer [...]” (O Olho da Rua, 1908, ed. 29, p. 11).

As referências apresentadas têm especial importância para perceber a figura do Museu Paranaense na sociedade paranaense, em especial, curitibana. Por meio das referências quanto à sua localização, informações obtidas nas pesquisas do museu, críticas feitas com humor, verifica-se a presença do museu no imaginário local, o que também ocorreu, porém parcialmente, na gestão de Agostinho Ermelino de Leão.

Outros registros podem ser encontrados no anexo digital, clicando no menu: Museu Paranaense > Ações Sociais, Assistenciais e Ponto de Referência.

3.1.4.5 Educação

Uma nova atividade foi registrada nos jornais durante a gestão de Romário Martins no Museu Paranaense, mais especificamente, em 1906: o uso educativo do museu. O então inspetor escolar, professor Sebastião Paraná – 1864-1938 –, determinou que o museu fosse utilizado pelos professores:

“O esforçado Inspetor Escolar Dr. Sebastião Paraná, determinou que, cada sábado, da 1 hora às 2 da tarde uma professora leve os seus alunos ao Museu, afim de explicar-lhes História Natural e dar-lhes lições de coisas. Esta ideia é de grandes resultados e nós felicitamos o Dr. Paraná.” (Diário da Tarde, 1906, ed. 2155, p. 2).

“Inspetoria Escolar

Segundo determinação do Inspetor Escolar, um professor, ou professora, que for designado, irá aos sábados, uma hora antes do encerramento dos trabalhos escolares ao Museu, acompanhado de seus alunos, afim de ali dar explicações singelas de história natural e lições de coisas.” (A Escola, 1906, ed. 2, p. 18).

Destaca-se que a informação foi publicada em jornais de circulação pública e na revista *A Escola*, do Grêmio dos Professores Públicos do Paraná.

A partir dessa determinação, diversos registros foram encontrados de atividades desenvolvidas por professores no museu, inclusive algumas até com a apresentação da temática trabalhada: mamíferos, aves, esponjas, corpos humanos:

“Hoje, acompanhados de seus numerosos alunos, compareceram ao Museu Paranaense, a fim de explicarem história natural e lições de coisas, os professores Lindolpho Pombo, Itacelina Teixeira e Joanna Falce. Assistimos a esse belo e profícuo torneio da inteligência, em que as crianças das escolas, verdadeiras esperança da Pátria, mostraram-se atentas e satisfeitíssimas. Estiveram também presentes os Srs. Drs. Diretor geral da Instrução Pública e Inspetor Escolar, retirando-se todos às 2 horas da tarde, depois de terem os alunos feitos interessantes contos corais.” (A República, 1906, ed. 75, p. 2).

“Amanhã, sábado, das 2 às 3 horas da tarde, o Sr. Professor Lindolpho Pombo, por determinação do Dr. Inspetor Escolar, fará no museu, preleção sobre história natural e lições de coisas, sendo os assuntos: As aves, a esponja, o corpo humano e o dedal.” (A Notícia, 1906, ed. 176, p. 2).

“Os professores D. Júlia Wanderley e Lindolpho Pombo acompanhados de seus alunos, fizeram preleção de coisas hoje às 2 horas da tarde, no Museu Paranaense, perante as alunas da Escola Normal.” (Diário da Tarde, 1906, ed. 2202, p. 2).

Importa ressaltar que os registros encontrados restringem-se a 1906, não tendo sido encontrados outros semelhantes em outros anos do período pesquisado. Ainda, em várias publicações, ficou explicitado que a atividade no museu era feita “por determinação do Sr. Dr. Inspetor escolar.” (Diário da Tarde, 1906, ed. 2189, p. 2).

Em outra publicação, os professores posicionaram-se contrariamente às visitas propostas pelo inspetor escolar. A negativa apresentou-se em protesto contra Romário Martins e seus gostos por espécies perigosas e os problemas encontrados nos viveiros do setor de Zoologia do museu:

“Consta-nos que certas professoras juram que não irão ao Museu, conforme determinação do Inspetor Escolar e que até vão fazer um abaixo assinado com algumas considerações. O caso não é para menos. O Romário é doido por espécimes e já anda lambendo os beiços com a ideia de obter tais raridades.” (Diário da Tarde, 1906, ed. 2158, p. 1).

Da mesma forma, foram encontrados elogios à ação do inspetor escolar, dando visibilidade às atividades desenvolvidas pelos professores:

“É digna de louvor esta ideia da referida autoridade do ensino, pois além desses exercícios redundarem em proveito da instrução da infância, servirão também de profícuo entretenimento para a mesma.

Hoje foram ao Museu acompanhadas de seus numerosos alunos as normalistas que funcionam na Escola Tiradentes, D. D. Julia Wanderley e Maria do Carmo Gomes.

A respeito dessa visita é possível que digamos alguma coisa oportunamente.” (A Notícia, 1906, ed. 112, p. 1).

Outros registros podem ser encontrados no anexo digital, clicando no menu: Museu Paranaense > Educação.

3.1.4.6 Público do museu

Durante o levantamento nos jornais do período, foram encontrados diversos registros referentes ao público do Museu Paranaense, incluindo informações quantitativas e publicações de visitantes destacando a importância do museu. Em algumas informando a quantidade de visitantes, as exposições que provocaram as visitas foram citadas:

“Ontem o Museu Paranaense foi visitado por 595 pessoas. Esteve exposta a criança sem braços e sem pernas, que recebeu de esmolas a quantia de 39\$000.” (Diário da Tarde, 1902, ed. 964, p. 2).

“O Museu Paranaense foi ontem visitado por 157 pessoas. Já ali estão instalados os mostruários da seção permanente de exposição agrícola, com uma vasta representação de cereais e legumes das novas colônias federais, principalmente.” (A República, 1917, ed. 238, p. 1).

Em diversas publicações, foram encontrados levantamentos de público diário, mensal, semestral e anual, como relatórios de prestação de contas para o governo do estado e a população atendida. Também foram achadas informações sobre a abertura, fechamento, reabertura por motivo de reforma, entre outras versando sobre o funcionamento do museu.

Os jornais registraram a visita de políticos locais e nacionais, assim como pesquisadores de outros museus do país e do exterior, como segue:

“S. Ex. o Sr. Dr. Governador do Estado visitou hoje o Museu Paranaense, mostrando-se muito agradado da nova disposição das coleções. S. Ex. ali demorou-se mais de uma hora examinando tudo com vivo interesse.” (A República, 1902, ed. 251, p. 2).

“O Sr. Takeo Goto, agente japonês de colonização, acompanhado do Sr. Dr. Joaquim Miró, visitou hoje o Museu Paranaense. A 1 hora da tarde, o Sr. Goto conferenciou, a respeito de sua missão, com o Exm. Sr. Dr. Presidente do Estado.” (A República, 1910, ed. 265, p. 2).

“Museu Paranaense – Foi ontem o Museu Paranaense visitado pelo Secretário da Fazenda Dr. Munhoz da Rocha e Prefeito Municipal Sr. Coronel João Antônio Xavier. Essas autoridades foram recebidas naquele estabelecimento pelo Diretor Sr. Coronel Alfredo Romário Martins.” (Diário da Tarde, 1916, ed. 5438, p. 1).

“Curitiba, 3 – Visitamos o Museu Paranaense, dirigido pelo Dr. Romário Martins. É um estabelecimento que honra a competência do diretor e o adiantamento do Estado. Anexo tem uma pequena coleção de animais da fauna paranaense muito interessante.” (Gazeta de Notícias, 1909, ed. 95, p. 1).

O registro do jornal Gazeta de Notícias (RJ) apresentou o trajeto da visita do presidente da República ao Paraná, em 1909. Essa referência, assim como a da visita de D. Pedro II, entre outras, configura a importância do Museu Paranaense no circuito de visitas institucionais ao estado do Paraná e à capital Curitiba.

Também foram diversas as visitas de pesquisadores ligados a museus brasileiros e internacionais, como do “naturalista norte americano, Dr. Easdmann, do Museu de Nova York”. É interessante destacar que essa visita foi publicada em jornais do Rio de Janeiro, a exemplo do Jornal do Comércio e A União.

“Acha-se há dias nesta capital e deve retirar-se para o norte amanhã, o ilustre argentino Sr. Dr. J. Alfredo Ferreira, inspetor geral do ensino secundário e normal de Corrientes. [...]

O Dr. Alfredo Ferreira foi o fundador de um Museu de História Natural de Corrientes, e dedica-se com competência a este ramo de ciência. Visitando ontem o Museu Paranaense, teve elogios para o seu desenvolvimento e método que, disse, não supôs existir numa capital nova como a nossa.” (A República, 1904, ed. 88, p. 2).

3.1.5 Relações com outros museus e instituições nacionais

Os registros de relações do Museu Paranaense com instituições regionais são de grande importância, visto muitas delas terem sido criadas no museu, apadrinhadas por Romário Martins e, anteriormente, por Agostinho Ermelino de Leão:

“Associação Etnográfica – A semelhança de instituições análogas, que existem em outros Estados da União, fundou-se ante ontem nesta capital uma associação propondo-se estudos científicos a respeito dos silvícolas paranaenses e sua incorporação social ao nosso meio. [...]

Aplaudimos porém a iniciativa do nosso ilustre colega Romário Martins fundador da referida associação etnográfica, e que tanto já se tem esforçado individualmente no estudo das nossas antiguidades indígenas. [...]

junto a Direção do Museu, para organizar uma seção das antiguidades indígenas; junto ao Instituto Histórico Geográfico para que, auxiliando no interesse da ciência o mesmo Museu proceda por alguns dos seus membros dedicados as escavações nos sambaquis e me lugares habitados por antigas tribos.” (Diário da Tarde, 1901, ed. 831, p. 1).

A criação dessa instituição é um exemplo da importância de Romário Martins no desenvolvimento cultural do Paraná. Percebe-se a união de diversas instituições no sentido comum de “estudos científicos a respeito dos silvícolas paranaenses” (Diário da Tarde, 1901, p. 1). Estiveram envolvidos nessa associação o Museu Paranaense, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e o governo do estado do Paraná, três personagens com fortes ligações com Romário Martins, que já possuía pesquisas e publicações sobre o tema.

Exemplos como esse demonstram a importância do capital simbólico do diretor, sendo responsável por sua produção científica, sua influência política e cultural, pela união das instituições em torno do Museu Paranaense, traçando novos caminhos para este.

Na mesma linha, encontraram-se diversos registros de reuniões que ocorreram no museu e outras instituições paranaenses:

“Terá lugar amanhã, ao meio dia, no salão da Biblioteca Pública, (Museu Paranaense) uma reunião dos associados da Cooperativa do Trabalho, a fim de serem discutidos os seus estatutos. A sessão é pública e espera-se o comparecimento de todas as classe.” (A República, 1902, ed. 54, p. 1).

“Instituto Histórico e Geográfico – A 19 do corrente, no gabinete do Diretor do Museu Paranaense, teve lugar a eleição e posse da nova diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, sendo reeleita a Diretoria constituída a 31 de julho de 1916 [...] 1º Vice-Presidente: Romário Martins; 2º Vice-Presidente: Ermelino de Leão.” (A República, 1921, ed. 304, p. 1).

“Sociedade Estadual de Agricultura – Realiza-se hoje, às 2 horas da tarde, no Museu Paranaense, o ato de posse da nova diretoria da Sociedade Estadual de Agricultura.” (O Dia, 1923, ed. 90, p. 4).

Diversas instituições possuíam como referência o Museu Paranaense, com seus estatutos, diretorias, atividades, tendo seus encontros no local.

Quanto às relações com outros museus, na próxima seção, serão exploradas essas questões, indicando que elas relações possibilitaram uma maior visibilidade ao Museu Paranaense, em especial, diante de diversos museus nacionais e internacionais, o que culminou nos primeiros processos de tombamento promovidos pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1937.

3.2 Algumas reflexões sobre o período

Pela pesquisa realizada sobre a gestão de Romário Martins, identificaram-se características complementares e divergentes em relação às do período anterior, de Agostinho Ermelino de Leão.

Primeiramente, cumpre conhecer o grande número de ocorrências encontradas sobre Romário Martins em diversos jornais e revistas do Paraná e de todo o Brasil. Seu nome foi lembrado nos mais diversos meios de comunicação escrita, nem sempre relacionado ao Museu Paranaense. Tendo sido jornalista e historiador e escrito diversos trabalhos sobre a história do Paraná, conflitos ocorridos na região e características dos indígenas locais, foi muito citado como referência sobre esses assuntos, como, por exemplo, em diversos jornais brasileiros sobre os conflitos ocorridos entre Paraná e Santa Catarina. Sua visibilidade nacional trouxe visibilidade ao Museu Paranaense, o que se verifica nos diversos contatos promovidos por meio do museu com outras instituições nacionais: museus, pesquisadores, institutos histórico-geográficos. Mais à frente, serão detalhados alguns desses contatos, mediante os quais se vê a mudança no perfil de aquisição das coleções do Museu Paranaense – mantiveram-se as doações da sociedade, mas houve um aumento do acervo oriundo de pesquisas desenvolvidas por parcerias com outros museus e seus pesquisadores, cujos objetos passaram a fazer parte do acervo do museu.

Retomando Chagas, “no último quartel do século XIX foram criados ainda o Museu Paranaense (1876) voltado para a celebração da história do Paraná.” (Chagas, 1999, p. 33). Nesse período, o museu teve em seu acervo o início da constituição de um museu histórico, mesmo Romário Martins principiando a organização do local aos moldes dos museus científicos e de história natural. Ainda, em 1906, o diretor citou o grande interesse do público no setor histórico do museu, o que passou a orientar o perfil do Museu Paranaense em seu futuro (Martins, 1906).

Em que pese a trajetória do Museu Paranaense da sua criação até o início do século XX, gestão de Agostinho Ermelino de Leão, foi sob a direção de Romário Martins que passou a ter preocupação com a organização de suas coleções. Ele começou a seguir os modelos de museus de história natural, organizando os acervos em seções, além dos processos de aquisição de novos objetos. Além disso, muitas das ações promovidas pelo Museu Paranaense no período de Agostinho Ermelino de Leão não tiveram continuidade – bailes, festas, eleições –, passando a ter o museu uma preocupação maior com a construção do conhecimento, colaborando no desenvolvimento de uma identidade paranaense: pesquisa sobre os povos indígenas do Paraná, registro da história do estado, referência nos padrões urbanísticos. Com Romário Martins, o Museu Paranaense passou a

participar de outras instituições de cunho cultural: institutos históricos e geográficos, sociedades científicas, arquivos e bibliotecas.

Retomando Moutinho, que descreve os museus como “instituições prestadoras de serviços”, nesse período também o Museu Paranaense manteve seu perfil de prestação de serviços, em especial, de pesquisas locais e sistematização de informações, em resposta a demandas internas e oriundas de outros estados (Moutinho, 2008, p. 38), haja vista as informações prestadas pelo museu quanto à produção paranaense, a pesquisa feita sobre a localização dos povos indígenas paranaenses para o Museu Paulista e as relações com a educação local.

Diferentemente do perfil feito por Santos do Museu Nacional e do modelo implantado no Brasil no século XIX, o Museu Paranaense propunha uma nova guarda de objetos em seus acervos, objetos que serviriam para a construção da identidade paranaense e a reconstrução da história do Paraná, o Paranismo:

“No Brasil, o Museu Nacional era o museu que guardava a riqueza natural, inicialmente, do Império, e, mais tarde, da República. O perfil deste museu indicava a importância dos recursos naturais para o novo Estado que se consolidava e a relação de desigualdade na constituição de perfis nacionais.” (Santos, 2004, p. 56).

Em síntese, houve um deslocamento das ações desenvolvidas pela instituição de ações com foco social para ações com foco cultural, resultado da mudança na gestão de Agostinho Ermelino de Leão para Romário Martins. Manteve-se a guarda das riquezas naturais paranaenses, mas agora como fonte de informações e significados que seriam construídos para a sociedade local. Considerando essas mudanças, o Museu Paranaense conservou um perfil diferenciado de outros museus do período estudado, visto ainda ter uma grande proximidade da sociedade paranaense, promovendo as relações locais, mas privilegiando também as relações regionais e nacionais, buscando abrir caminhos para a promoção do estado e, por que não dizer, da pessoa de seu diretor.

Cumpram aqui reforçar que, quando se fala que o Museu Paranaense manteve fortes relações com a sociedade local, se refere a uma sociedade representada pela elite local. Se, no período de Agostinho Ermelino de Leão, essa sociedade tinha forte representação da elite agrícola paranaense, com Romário Martins, deslocou-se mais claramente para uma sociedade urbana, cultural, com fortes ligações políticas, dos meios de comunicação, da educação, das ciências.

Encerrando este capítulo, importa retomar as questões da invisibilidade do Museu Paranaense, tema de uma das questões de partida: qual é o motivo da invisibilidade do

Museu Paranaense na historiografia dos museus brasileiros do século XIX? Por que é tão sistematicamente deixado de lado?

Após o amplo levantamento documental em jornais e revistas dos dois primeiros períodos pesquisados – 1874 a 1902 e 1902 a 1928 –, apresenta-se uma grande visibilidade do museu em dois níveis: no primeiro período – Agostinho Ermelino de Leão –, em nível regional e, no segundo – Romário Martins –, em nível regional e nacional. Essa visibilidade nacional deve-se à grande produção histórica de Romário Martins, inclusive em questões que envolviam outros estados e até mesmo símbolos nacionais. Também deve-se levar em consideração a grande participação do diretor em diversas instituições nacionais, como colaborador, observador, correspondente e coordenador de eventos. Isso oportunizou ao Museu Paranaense relações com outros museus brasileiros, como segue:

“Hospedes e Viajantes

Estão nesta capital diversos funcionários do Museu Nacional do Rio de Janeiro, entre eles o notável mineralogista brasileiro Sr. Dr. Francisco de Souza Oliveira, que hoje visitou S. Ex. o Sr. Dr. Governador do Estado e o Museu Paranaense.” (Diário da Tarde, 1903, ed. 1283, p. 2).

“Dr. Derby

O ilustre geólogo Dr. Orville Derby, acompanhado do Dr. F. de Paula Oliveira, chefe do serviço geológico do Paraná e Romário Martins, diretor do Museu Paranaense, visitou ontem a região do Pilarzinho.

Após percorrer os lugares onde afloram as rochas de granito e os diques de diabase, de cujas rochas retirou amostras [...]” (A República, 1907, ed. 105, p. 2).

“Ricardo Krone

Está nesta capital com sua exma. família, tendo ontem feito demorada visita ao Museu Paranaense, o conhecido e conceituado naturalista Sr. Ricardo Krone, residente em Iguape e ali correspondente do Museu Paulista.” (A República, 1917, ed. 47, p. 2).

Esses três exemplos demonstram que pesquisadores e funcionários de outros museus conheceram e alguns deles desenvolveram pesquisas no Paraná, em parceria e, muitas vezes, financiadas pelo governo do estado. Derby foi diretor de seção e pesquisador do Museu Nacional e Ricardo Krone, correspondente do Museu Paulista.

“O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decreta:

Art. 1º - Fica o Governo do Estado autorizado a auxiliar a missão científica chefiada pelo professor Pedro Dusen em seus trabalhos no Paraná, com a quantia de 6:000\$00 anuais, durante dois anos. [...]

O professor Dusen organizará para o efeito da percepção do auxílio que lhe destina o artigo antecedente, uma coleção destinada ao Museu Paranaense.” (A República, 1910, ed. 63, p. 1).

Nesse caso, o financiamento foi feito para o Prof. Pedro Dusen, assistente de Botânica do Museu Nacional em 1901. O investimento feito tinha como contrapartida a criação de uma coleção que seria doada para o Museu Paranaense, registro feito posteriormente:

“A missão Dusen no Paraná

O ilustre botânico suéco Sr. Dr. Pedro Dusen, que estuda há já alguns anos a flora do nosso Estado, entregou hoje ao Museu Paranaense mais quatro volumes de exemplares botânicos das nossas regiões, especificamente classificados e com a indicação de suas respectivas procedências.

Já é assim bem vasto o material botânico do nosso Museu, que está encontrando no ilustre cientista um cooperador infatigável.” (A República, 1914, ed. 87, p. 1).

Destaca-se ainda a solicitação direta de Ihering, diretor do Museu Paulista, ao Museu Paranaense, em nome de Romário Martins, para que fossem pesquisadas as localidades ocupadas pelos povos indígenas no Paraná, citada anteriormente.

Assim, não se justifica o esquecimento ou invisibilidade do Museu Paranaense no período em questão, visto ser grande a divulgação jornalística do museu, bem como suas ações museológicas, em especial, a pesquisa e as novas coleções, como um museu de história natural. Publicação do jornal O Fluminense (RJ) vem ao encontro dessa discussão:

“Museus do Brasil

A frequência dos principais museus do Brasil em 1907 pode ser assim resumida: Museu Goeldi – 124.670 visitantes; Museu Paulista – 40.660; Museu Nacional – 36.573; Museu Paranaense – 11.914; Museu Júlio de Castilho – 312; a média da frequência no último quadriênio foi de 106.923, no Museu Goeldi; 42.953 no Paulista; 39.653 no Nacional; 10.253 no Paranaense; 365 no Júlio de Castilho. [...]” (O Fluminense, 1909, ed. 7347, p. 3).

Assim, o museu constava do levantamento de público realizado em 1909, fazendo parte dos ‘principais museus do Brasil em 1907’. Ainda, em 1928, em O Jornal (RJ), foram publicadas informações sobre o Museu Paranaense, detalhando algumas das seções nas quais seu acervo estava estruturado: Mineralogia, Histórica, Etnográfica, citando ainda as novas coleções de madeira. Esse relato tem especial importância pela descrição da seção Etnográfica, caracterizando o museu como um acervo representativo dos indígenas do território paranaense:

“Museu – No decurso do ano p. findo, o Museu Paranaense enriqueceu suas coleções com espécimes de nossa natureza vegetal e mineral e com objetivos históricos e etnográficos. [...] A Seção Etnográfica adquiriu numerosos exemplares de objetos dos antigos indígenas habitantes do território paranaense, primeiramente machados de pedra, alguns raros quanto a forma que apresentam, como por exemplo um machado semicircular encontrado no lugar Ladainha, município de Tibagy, e que é o terceiro dessa forma até agora achado no sul da

América, a partir de São Paulo. Esta é uma das seções mais desenvolvidas do nosso Museu [...]” (O Jornal, 1928, ed. 2844, p. 7).

Esse registro é relevante para o reconhecimento das coleções do Museu Paranaense, em especial, o acervo etnográfico, já confirmado na Exposição Antropológica de 1882, promovida pelo Museu Nacional e informada anteriormente.

Vale aqui, a título de levantamento de dados, avançar até 1937, com material produzido para a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

“Museus Estaduais

Pará: Belém – Museu Paraense Emílio Goeldi. Ricas coleções de cerâmica: Marajó, Santarem, Cunani, Maracá. Valiosas coleções etnográficas, salientando-se as de Frei Gil de Vilanova e as de Curt Nimuendajú.

Ceará: Fortaleza – Museu da Escola Normal. Algumas peças de arqueologia.

Pernambuco: Recife – Biblioteca, museu em formação contendo algumas peças arqueológicas.

Distrito Federal: - Museu de Magia Negra, pertencente a Polícia.

São Paulo: São Paulo – Museu do Ipiranga. Belas coleções arqueológicas do Estado. Boas coleções etnográficas.

Museu da Universidade. Em formação. Belas coleções etnográficas dos Canelas, Tapirapê, etc.

Paraná: Curitiba – Museu Paranaense, recentemente transferido para a Municipalidade. Coleções etnográficas e arqueológicas, especialmente do Estado.

Rio Grande do Sul: Porto Alegre – Museu Júlio de Castilho. Arqueologia e etnografia do Estado. Acha-se, segundo estou informada, em estado precário de conservação.” (Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937, ed. 1, p. 21).

A matéria cita, ainda, os Museus Nacional e Histórico Nacional como instituições federais. O texto faz parte de um artigo com o título *Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil* (p. 9) e está no item II com o subtítulo *Coleções ou espécimes arqueológicos e etnográficos em museus pertencentes à união, aos estados, aos municípios ou à particulares* (p. 20). Ainda no item de museus privados, é citado no Paraná o Museu David Carneiro, apresentado por haver catálogo dele no SPHAN (p. 23).

Pode-se concluir, até o momento, que o Museu Paranaense era reconhecido como um dos principais museus brasileiros, inclusive com acervos nas áreas de etnografia e arqueologia identificados pelo SPHAN. Essas referências têm especial importância, visto não terem permanecido em pesquisas de fins do século XX, como a realizada por Schwartzman (2001) em 1979 e Schwarcz (1989). Tais referências e outras serão exploradas adiante.

Cabe trazer, neste momento, notícia publicada, também em 1937, sobre o tombamento de acervos etnográficos e arqueológicos promovido pelo SPHAN:

“O tombamento sistemático das nossas coleções de arqueologia e de arte. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico do Ministério da Educação iniciou o tombamento sistemático de todas as coleções de arqueologia, etnografia, arte popular, de história e artes plásticas em geral, reunidas em museus estaduais, municipais e particulares por todo o país. Nesse sentido, procedeu ao inventário completo do material existente no Museu de Arte Retrospectiva, do Lyceu de Artes e Ofícios, nesta capital e dirigiu-se aos diretores do Museu Paulista, do Museu Goeldi; do Museu Paranaense, do Museu David Carneiro, do Museu Júlio de Castilho e do Museu Mariano Procópio, solicitando-lhes enviarem ao Serviço os catálogos e publicações referentes àqueles estabelecimentos, assim com os dados mais importantes relativos a organização e ao histórico das instituições.” (Correio da Manhã, 1937, ed. 13006, p. 7).

A notícia apresenta o levantamento feito pelo SPHAN naquele ano, estando os Museus Paranaense e David Carneiro listados entre aqueles cujos acervos estavam em processo de tombamento. Cabe aqui ressaltar que o acervo do extinto Museu David Carneiro encontra-se sob guarda do Museu Paranaense desde 2004.

Encerra-se esta reflexão com informações publicadas na Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento de 2018, disponível no *site* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan¹. Nela, consta o Museu Paranaense nos seguintes termos: “Museu Paranaense: coleção etnográfica, arqueológica, histórica e artística; com tombamento registrado em 1938, registrado nos livros: Arqueológico, etnográfico e paisagístico; Histórico e Belas Artes.” (Iphan, 2018). Da mesma forma e na mesma data, há o tombamento do Museu Coronel David Carneiro, incluindo as coleções etnográfica, arqueológica, histórica e artística.

Finalizados os estudos do período da criação do Museu Paranaense até o fim da gestão de Romário Martins (1928), foi possível reconstruir o perfil do museu, compreendendo-o como importante ferramenta cultural na construção da identidade paranaense no fim do século XIX e início do século XX. Com esse olhar, parte-se ao reconhecimento, a partir de suas ações museológicas, do novo perfil do museu no tempo presente, buscando identificar avanços, retrocessos e peculiaridades suas na atualidade, em contraponto ao perfil de sua criação.

¹ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_2018>. Acesso em: 15 ago. 2018.

Capítulo IV – Um salto temporal: as ações museológicas do Museu Paranaense em sua trajetória contemporânea

Como o título do capítulo apresenta, dá-se agora um salto temporal para analisar as ações museológicas do Museu Paranaense em sua trajetória contemporânea, no período de 2011 a 2017, sob a gestão de Renato Augusto Carneiro Junior – ou Renato Carneiro. O objetivo do estudo histórico da trajetória do Museu Paranaense não foi reforçar seu determinismo histórico, mas, sobretudo, buscar ações desenvolvidas pelos gestores nos períodos analisados que busquem “fraturar o determinismo histórico” e tragam novos caminhos nessa trajetória (Ricoeur, 2012, p. 347). Buscou-se, outrossim, destacar nas ações de Agostinho Ermelino de Leão e Romário Martins, em seus contextos sociais, culturais e históricos, contrapontos às ações desenvolvidas nos museus brasileiros no mesmo intervalo de tempo.

Com esse salto temporal, o objetivo maior é conhecer as ações museológicas do Museu Paranaense e suas relações com a sociedade local, não tentando sobrepor as referências dos museus no século XIX e início do século XX, mas analisar com um olhar contemporâneo as práticas desenvolvidas na contemporaneidade, um olhar atual sobre práticas atuais, visando a trazer reflexões que ajudem a compreender o papel desse museu, considerando sua carga histórica – “a carga que o passado faz pesar sobre o futuro.” (Ricoeur, 2012, p. 348).

Para essa análise, foram utilizadas diversas fontes de pesquisa, com referências sobre as ações desenvolvidas, como publicações eletrônicas do museu em sua página na internet e relatórios anuais do período. Durante esse processo, foram realizadas reuniões com as equipes do museu, apresentando o percurso da pesquisa e coletando dados que orientaram o olhar do pesquisador para novas evidências. Finalizou-se o levantamento de dados com entrevistas direcionadas com a direção do museu e personagens que participaram e participam da gestão atual.

A síntese dessas pesquisas é o que se passa a apresentar, mas não antes de fazer uma breve apresentação de fatos ocorridos no museu no período de 1928 e 2011, para que se possam entender os encaminhamentos que trouxeram o Museu Paranaense, seu acervo e suas referências até o presente.

4.1 Alguns marcos no intervalo de 1928 e 2011

O objetivo, neste momento, não é apresentar a história do Museu Paranaense no período proposto, mas trazer algumas referências dessa fase que ajudem a compreender as

direções tomadas pelos seus gestores que influenciaram os caminhos percorridos pelo museu.



Figura 27 – Sede do Museu Paranaense, 1965-1967 – Rua 13 de Maio: fachada (esquerda) e fundos jardins (direita).

Fonte: Acervo do Museu Paranaense.

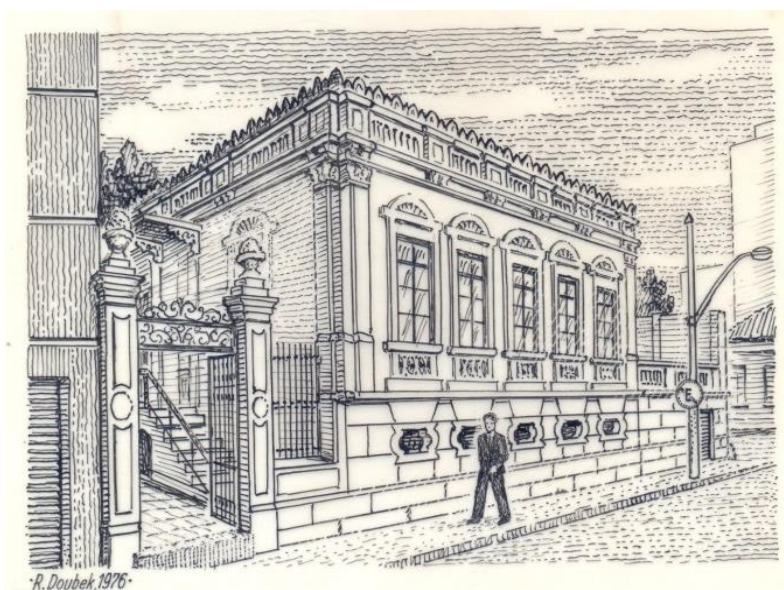


Figura 28 – Sede do Museu Paranaense, 1965-1967 – Rua 13 de Maio – R. Doubek, Bico de Pena, 1976.

Fonte: Acervo do Museu Paranaense.

Em termos de edifícios, após a mudança ocorrida para a sede da Rua Buenos Aires, onde ficou até 1965, o Museu Paranaense transferiu-se para a Rua 13 de maio, onde permaneceu fechado de 1965 a 1967. Neste ano, com a gestão de Odemar Blasi, passou a

ocupar o antigo Paço Municipal, na Praça Generoso Marques, onde ficou até 2002, quando passou à sua atual sede, no Palácio São Francisco.

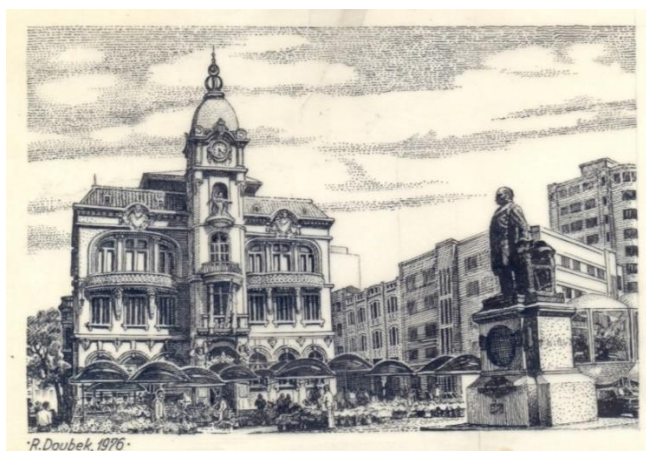


Figura 29 – Sede do Museu Paranaense, 1967-2002 – Praça Generoso Marques – R. Doubek, Bico de Pena, 1976.

Fonte: Acervo do Museu Paranaense.



Figura 30 – Sede do Museu Paranaense, 1967-2002 – Rua 13 de Maio.

Fonte: Acervo do Museu Paranaense.

Considerando a Tesouraria Provincial sua primeira sede, ocupou o museu oito sedes, sendo todas em locais centrais da cidade de Curitiba e cinco em edifícios públicos: Tesouraria Provincial, Mercado Público, Assembleia Legislativa, Paço Municipal e Palácio São Francisco. Mesmo com um número elevado de mudanças, percebe-se a preocupação da centralidade de localização do museu na capital, bem como em edifícios com representatividade na vida política e social do estado.

O Palácio São Francisco, atual sede, em 1938 passou a ser a sede do governo do estado do Paraná, tendo sido ocupado por diversos interventores e dois governadores (Antonelli, 2016).

Figura 31 – Sede do Museu Paranaense a partir de 2002 – Palácio São Francisco.





Figura 32 – Museu Paranaense cercado pela feira de artesanato que acontece aos domingos em Curitiba.

Posteriormente, no início da década de 1960, foi ocupado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TSE-PR, ficando até o fim dos anos 1980, quando o edifício passou a ser ocupado pelo Museu de Arte do Paraná. Nesse período, foi construído o primeiro anexo para ampliação do espaço ocupado pelo tribunal (Antonelli, 2016).

Em 1987, o Palácio São Francisco foi tombado pelo Patrimônio Cultural do Paraná e, em 2002, passou a ser ocupado pelo Museu Paranaense, tendo sido construído um novo anexo, em formato de pirâmide, em que hoje está exposta a trajetória da ocupação do espaço paranaense.

Com a nova sede, outros projetos também foram desenvolvidos. Segundo o relatório da gestão 2003-2006, no período da mudança para a nova sede, ocorreram novas ações de promoção do museu, tais como:

- Criação do *site*.
- Criação da Sociedade de Amigos do Museu Paranaense – Samp.
- Publicação do catálogo comemorativo dos 130 anos do Museu Paranaense.
- Incorporação das coleções do Museu Banestado e Museu David Carneiro.

Quanto às coleções do Museu Paranaense, um primeiro ponto que vale relembrar é o tombamento do acervo pelo SPHAN, em 1938, marco de grande importância na consolidação do Museu Paranaense no estado do Paraná, bem como no acervo do patrimônio nacional.

Ainda sobre as coleções, em especial, as novas aquisições, por algum tempo ainda se encontravam registros de doações da comunidade, mas torna-se importante relatar as

alterações no perfil dos acervos do museu a partir do envolvimento de diversos pesquisadores, especialmente José Loureiro Fernandes, que ocupou a direção do museu por duas gestões – 1936-1943 e 1945-1946. Para além desses períodos, esteve envolvido com o museu durante diversos momentos como diretor de áreas de pesquisa e, como professor universitário na Universidade do Paraná, politicamente, visando a consolidar as áreas de pesquisa na instituição.

Segundo Fabiano Ardigó, organizador da obra *Histórias de uma ciência regional*, Loureiro Fernandes participou de diversos grupos de interesse científico, tornando-se “figura icônica da história do Paraná nos anos 1940, mas também de um papel fundamental na fase científica do Museu Paranaense.” (Ardigó, 2011, p. 109). Ainda de acordo com o autor, assumiu pela primeira vez a direção do museu em 1936, ocasião em que implantou o Conselho Diretor, dando início às suas atividades. Cita também a situação de “total desorganização” do acervo do museu, bem como o “precário estado de conservação” do acervo e do edifício, fechando para reforma e reabrindo no fim de 1939 (Fernandes & Nunes, 1956) ou em 1940 (Ardigó, 2011).



Figura 33 – Reabertura do Museu Paranaense na sede da Rua Buenos Aires, em 1939.
Fonte: Acervo do Museu Paranaense.
Nota: À direita, Loureiro Fernandes em seu discurso de reabertura, ao lado do interventor do estado do Paraná, Manuel Ribas.



Figura 34 – Reabertura do Museu Paranaense na sede da Rua Buenos Aires, em 1939.
Fonte: Acervo do Museu Paranaense.
Nota: Da esquerda para a direita, Loureiro Fernandes (terceiro) e Manoel Ribas (quinto).

Ardigó cunha o termo 'fase científica' do Museu Paranaense para qualificar o período de aproximadamente 20 anos compreendido entre as décadas de 1940 e 1950, sob direção e orientação de Loureiro Fernandes (Ardigó, 2011). Esse período do museu consolidou-se com a publicação dos Arquivos do Museu Paranaense, em 1941. Com essa iniciativa, passou a ser conhecido nacional e internacionalmente como um centro de pesquisa, promovendo a troca de publicações e com um grande número de pesquisadores enviando trabalhos para publicação (Ardigó, 2011).

Nesse período ainda, foram promovidas expedições com pesquisadores locais, nacionais e internacionais, com objetivo de pesquisa e incorporação de acervos. Mais de 60 expedições científicas foram promovidas pelo museu, “com o objetivo de estudar, coletar e pesquisar sobre a fauna e flora do estado.” (Ardigó, 2011, p. 102).

Em meio a mudanças no cenário nacional, com o desenvolvimento de pesquisas em museus brasileiros, encaminharam-se processos de incorporação dos museus por universidades e instituições públicas de pesquisa; exemplos podem ser encontrados no Museu Nacional, incorporado pela então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em 1946; no Museu Paulista, incorporado pela Universidade de São Paulo – USP, em 1963; e no Museu Paraense, vinculado ao então Conselho Nacional de Pesquisa, atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, em 1955. No Paraná, não foi diferente, mas essa incorporação não chegou a se efetivar.

Criada em 1912, a Universidade do Paraná foi reconfigurada em 1946 e federalizada em 1950, passando a se chamar UFPR, ocupando um espaço importante no campo da pesquisa científica no estado e dificultando o posicionamento do Museu Paranaense (Rodrigues, 2015). Ainda no início da década de 1950, o Museu Paranaense e a UFPR aproximaram-se, refletindo até mesmo na troca do brasão da Secretaria de Educação do Estado do Paraná pelo da universidade nos Arquivos do Museu Paranaense. O que, em um primeiro momento, aparentou uma transferência da importância da universidade para o museu de fato trouxe a credibilidade alcançada pelo Museu Paranaense no campo da pesquisa para a universidade (Ardigó, 2011).

Após muitas ocorrências políticas, promessas de construção de novos prédios, ampliação dos espaços, união com a universidade, troca de gestões, legislações, definitivamente o acervo de história natural do Museu Paranaense foi transferido para o Museu de História Natural, em 1956. “Esta mudança do Museu para o IHN [Instituto de História Natural] simbolizaria o fim da fase científica do Museu Paranaense começada em 1941.” (Ardigó, 2011, p. 160). Essa ação foi determinante na mudança do perfil do Museu Paranaense, em 1956, tornando-se então um museu histórico, tendo seu acervo de história natural sido transferido para o IHN. Importa esse destaque, pois somente nessa data o museu assumiu sua tipologia de museu histórico.

A separação do acervo do Museu Paranaense teve reflexões também em suas publicações, que então, sob responsabilidade do IHN, tiveram sua seriação reiniciada (Ardigó, 2011).

Assim, a partir do relato de algumas mudanças ocorridas no museu no período de 1928 a 2011: mudanças de edifício, realinhamento do seu perfil, transferência de acervo

para outra universidade, muitas alterações de direção, segue-se para o período a partir de 2011, para conhecer o Museu Paranaense na sua gestão atual.

Encerra-se esta seção com uma reflexão publicada no livro *Oitenta anos da vida do Museu Paranaense*, escrito por Loureiro Fernandes e Marília Nunes, em comemoração ao aniversário do local:

“Ao traçarmos a sua resenha histórica, em 1937, quando compulsamos os seus fatos, reconhecemos que um desenvolvimento unilateral, no sentido de museu popular, relegara para plano secundário o museu para especialistas. Hoje, ao traçarmos este histórico [1956] dos ulteriores vinte anos, forçoso é reconhecer que as contingências do meio condicionaram um desenvolvimento unilateral a favor do museu de especialistas.” (Fernandes & Nunes, 1956, p. 18).

Os autores fazem uma separação do perfil do Museu Paranaense antes e depois de 1937, chamando-o museu popular, antes da data em questão, e museu de especialistas, após aquele ano. Utilizam o público para qualificar o perfil do museu, entendendo ter passado de museu para populares para museu para especialistas, científico. Essa colocação permite entender a mudança do perfil do museu antes e depois da gestão de Loureiro Fernandes, situação que tornou a ser alterada com a divisão do acervo científico encaminhado para a Universidade do Paraná, em 1956, tornando-se, assim, um museu histórico.

4.2 O Museu Paranaense a partir de 2011

Antes de aprofundar as ações museológicas desenvolvidas pelo Museu Paranaense a partir de 2011, com o início da gestão do atual diretor, Renato Carneiro, cumpre retomar as fontes de pesquisa, que, para esta etapa, passam a incluir outra tipologia de documentos. Foram feitas entrevistas estruturadas com a direção do museu e sua equipe, em momentos nos quais foram apresentadas questões direcionadoras para seu encaminhamento. As questões norteadoras estão publicadas no Apêndice 2.

Trazendo o contexto do período, Renato Carneiro assumiu a direção do Museu Paranaense em abril de 2011, durante o primeiro mandato do governador do estado do Paraná, Carlos Alberto Richa ou Beto Richa, eleito em 2010. Em 2014, Richa foi reeleito, mantendo-o na direção.

Renato Carneiro é graduado, mestre e doutor em História pela UFPR, tendo atuado na área de projetos culturais na Secretaria de Cultura, o que propiciou várias relações que colaboraram em sua gestão. Também atuou como professor no ensino superior de diversas instituições em Curitiba.

Para entender a trajetória adotada pelo Museu Paranaense no período estudado, começa-se com a visão do diretor em relação ao papel do museu na sociedade, explicitado durante a entrevista e transcrita a seguir: *“Ao museu não cabe organizar a sociedade, pelo menos é a minha visão; cabe a ele acolher a sociedade que lhe demanda.”* (Carneiro Junior, 2018). Essa colocação, feita no fim da entrevista, sintetiza a visão de museu da sua gestão e ajuda a entender o direcionamento dado pela sua direção.

Durante as entrevistas, ficaram claras as condições físicas e das coleções do Museu Paranaense até 2010. Foi relatado pela equipe e pelo próprio diretor que o acervo encontrava-se distribuído pelos diversos departamentos que compunham a estrutura do museu até 2010, a saber: História, Geografia, Antropologia e Arqueologia. A atual gestão recebeu as coleções com sérios comprometimentos no registro do acervo – todo o trabalho foi realizado de forma manual, livro tomo e fichas, sem processos de automação implantados.

Ainda antes da atual gestão, por alguns meses o museu ficou sem direção, tendo sido discutida a possibilidade de uma autogestão, a partir de um colegiado formado pelos funcionários. Essa possibilidade foi afastada, tendo sido Renato Carneiro empossado como diretor. Relatou ainda a direção que a situação da infraestrutura do museu era precária, com problemas na iluminação, central telefônica, reservas sem iluminação e climatização, problemas na limpeza e manutenção.

Em relação ao acervo, muitos objetos eram guardados nos departamentos específicos, sem que fosse dado conhecimento aos demais membros da equipe. Não havia interação entre os departamentos, inclusive com isolamento físico, estando muitos dos objetos sem registro. O acervo era organizado por coleções, ficando todos os objetos, com diferentes tipologias, arquivados em conjunto e sem o registro adequado para localização e pesquisas.

4.2.1 As coleções: registro, conservação, organização do acervo, aquisições e pesquisa

Quando perguntado para a equipe os pontos importantes desenvolvidos pela atual gestão, a questão referente à organização do acervo foi unânime. Destacou-se ainda a implantação de um sistema eletrônico para seu registro, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, o Pergamum. Tal parceria possibilitou a criação de uma base de dados para o registro dos objetos integrantes do acervo, incluindo diversas tipologias: fotos, documentos, tridimensionais, quadros, vestuário, numismática, mapas etc.

A centralização da guarda do acervo, organizado por tipologia e com registro de localização, foi uma das primeiras ações relatadas. As novas aquisições foram primeiramente catalogadas no sistema eletrônico e distribuídas nas diversas reservas existentes, com os devidos registros de localização de cada um dos objetos.



Figura 35 – Reserva Numismática
Coleção Júlio Moreira



Figura 36 – Reserva Numismática
Coleção Museu Paranaense



Figura 37 – Reserva Arqueologia
Coleção Museu Paranaense



Figura 38 – Reserva Metais
Coleção Museu Paranaense

Perguntada sobre o número de objetos, a direção estimou o acervo estar em torno de 500.000 objetos, estando já catalogados eletronicamente em torno de 30%, aproximadamente 150.000 objetos. As principais dificuldades encontram-se no acervo de arqueologia, devido à grande variedade de informações necessárias e à demanda de ajuste no sistema eletrônico.

Quanto à conservação do acervo existente e às novas aquisições, foi ampliado o laboratório de conservação, assim como implementados novos processos e materiais para a melhoria da organização e preservação do acervo. Atualmente, o museu conta com três especialistas em conservação e, a partir do trabalho desenvolvido pelo laboratório de conservação, os objetos são encaminhados para as respectivas reservas para cadastro e armazenamento.

Figura 39 – Reserva Pinacoteca
Coleção Museu Paranaense



Figura 40 – Reserva Vestuário
Coleção Museu Paranaense



Figura 42 – Reserva Antropologia
Coleção Museu Paranaense

Figura 41 – Reserva Antropologia
Coleção Museu Paranaense



Um grande trabalho foi necessário para a reorganização das reservas, tendo sido criadas reservas específicas: documentos, mapas e obras raras; metais e arqueologia; acervo orgânico, objetos indígenas, numismática e antropologia; e móveis, quando necessário, com controle climático de temperatura, umidade e trepidação. Cumpre destacar ainda o desenvolvimento de novos métodos aplicados de organização de acervo, que facilitassem a organização, localização e recuperação dos objetos, considerando também as melhores condições de preservação de cada tipo.

Outro ponto importante, citado em vários momentos nas entrevistas, diz respeito às aquisições do Museu Paranaense. Segundo a direção, a última feita ocorreu em 2005, durante o governo de Roberto Requião de Mello e Silva, da coleção de David Carneiro, por três milhões de reais. Essa coleção havia sido tombada pelo SPHAN em 1938, com o acervo do Museu Paranaense. Após essa data, a incorporação de novas coleções foi sempre feita por doação e sem que fossem possíveis o registro adequado e a organização desses objetos.

A partir da atual gestão, as novas doações são registradas no sistema eletrônico, o que permite maior agilidade na organização desses acervos. Segundo o diretor, com os encaminhamentos na melhoria da organização do acervo e a divulgação das atividades desenvolvidas pelo Museu Paranaense, a comunidade passou a ver o museu como um local para o qual seria possível doar novas coleções, muitas vezes com o intuito de preservação da memória pessoal ou institucional para as futuras gerações. *“As pessoas passaram a ver o museu como um lugar que merecia receber esse acervo. [...] As pessoas estavam tendo notícias de que o museu estava organizado e ele passou a ser um lugar para se mandar o acervo.”* (Carneiro Junior, 2018).

Na Figura 42, são listadas 15 coleções que integram o acervo do Museu Paranaense, 11 delas incorporadas a partir de 2011, período da atual gestão. Cumpre

destacar ainda que a relação apresentada não reflete a realidade atual, pois, após as comemorações dos 140 anos, novas coleções foram doadas e integradas ao circuito de exposições temporárias, como as de Maé da Cuíca, Daniel Conrade e Frederico Lange de Morretes, apresentadas em 2017 e 2018. Em que pese a percepção por algumas camadas da comunidade quanto ao Museu Paranaense, segundo registro feito nas entrevistas com a equipe do museu, não há uma política clara e sistematizada de aquisições e incorporações de acervo, o que muitas vezes ainda causa dificuldade nas definições do recebimento ou não de doações.

Museu Paranaense 140 anos Principais Coleções

As coleções do museu têm como característica a diversidade de tipologias, com acervos ligados à Arqueologia, à Antropologia e à História. Essa peculiaridade permite que pesquisadores de várias áreas busquem nesses objetos fontes para suas pesquisas, contribuindo para o enriquecimento científico e cultural de nosso Estado e do país.

Atualmente o museu possui mais de 400 mil itens, entre objetos de uso pessoal e adorno, mobiliário, armas, uniformes, indumentária, documentos, mapas, fotos, filmes, negativos, discos, máquinas, ferramentas, equipamentos de diversas espécies, moedas, cédulas, medalhas, porcelanas, louças, cristais, prataria, além de um grande acervo arqueológico (lítico, cerâmico e biológico), antropológico (retários, plumária, armas, adornos e cerâmicas indígenas e da cultura popular), quadros em diversas técnicas, retratos e bustos da antiga Pinacoteca do Estado. É um dos maiores e mais diversificados acervos museológicos de todo o país.

- 1. Família Marinhoz Rocha**
Doação de 4 mil itens, em 2015. A coleção apresenta cenas da vida familiar, mas principalmente da atuação política de Bento Marinhoz da Rocha Netto como Governador do Estado (1951-1955) e como Ministro da Agricultura em 1955. O planejamento foi sua marca nos transportes (rodoviário e marítimo), no cooperativismo agroindustrial, na educação e na saúde, que seriam as bases do desenvolvimento do Estado.
- 2. Família Ney Braga**
Doação de 1.700 itens, em 2014. A coleção apresenta cenas da vida familiar e militar, mas principalmente da atuação política de Ney Braga como prefeito de Curitiba (1955-1958), Governador do Estado (1960-1964, 1979-1982), Ministro da Agricultura (1965-1966) e da Educação (1974-1978).
- 3. Museu Banestado**
Doação de 1.450 itens, em 2004. Coleção composta por documentos, pinturas, objetos, fotos, livros, moedas, cédulas e medalhas. O Banco do Estado do Paraná foi responsável por financiar o desenvolvimento do campo e das cidades do Estado, e foi privatizado em outubro de 2000, adquirido pelo Banco Itaú, que desativou o museu existente na Rua XV de Novembro.
- 4. David Carneiro**
Aquisição por compra pelo Governo do Estado de 4.500 objetos e 3.600 documentos, em 2004. O acervo do extinto Museu Cononel David Carneiro era composto por peças de mobiliário, obras de arte, livros, documentos, moedas, ferramentas, utensílios, indumentária, acessórios e armaria, com ênfase na história dos conflitos militares no Paraná.
- 5. Família Leão**
Doação de 600 itens, em 2013. O acervo do antigo Memorial Leão Junior, empresa fundada por Agostinho Ermelino de Leão Junior em 8 de maio de 1901, responsável pelo início do processo industrial do Paraná, com incentivo ao surgimento de diversas novas áreas de produção industrial, como as fábricas de bebidas, serviços de impressão, transporte etc. Em 2007 a marca Mate Leão foi comprada pela Coca-Cola.
- 6. Todeschini**
Doação de 130 itens, em 2014. Fundada em 1885, pelo italiano Giuseppe Todeschini, seu nome era Fábrica de Fante Alimentício Di Giuseppe Todeschini, mas foi modificado várias vezes: José Todeschini & Filhos (de 1900 a 1911), Raphael Todeschini & Irmãos (1911 a 1922), Todeschini & Irmãos (1922 a 1939) e por fim Indústrias Todeschini Ltda. (1939 a 1956) como Rôzu confecção nacionalmente, constituindo-se em uma das maiores empresas de gênero alimentício do Brasil. A partir de 2002, a empresa entrou em crise, fechando suas portas em 2013.
- 6. Impressora paranaense**
Doação de 150 itens, em 2013. Com o intuito de divulgar os atos oficiais da Província, o Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos incumbiu Cândido Martins Lopes de instalar uma oficina gráfica em Curitiba, a Typographia Paranaense, sendo responsável pelo primeiro jornal paranaense, Ozeiro de Dezembro. Foi dirigida pelo Barão de Serra Azul e, em 1910, comprada pela família Krupar. Em 1996 foi vendida ao grupo Dinep Tega, que em 2005 repassou o controle acionário a um grupo norte-americano, que resolveu fechar a unidade de Curitiba em 2012.
- 8. Dikinet Thomaz**
Doação de 380 itens, em 2013-2015, da coleção de objetos provenientes da oficina de mobiliário de Erlon Stenari, objeto de sua pesquisa em artes plásticas, que resultou na tese "Em Busca do gesto em espaços transitórios: documentos poéticos contemporâneos".
- 9. Júlio Moreira**
Doação de 1.800 itens, em 2013, sendo principalmente medalhas paranaenses. Pesquisador e memorialista nascido em Curitiba, curso Medicina e Odontologia; foi diretor da Faculdade de Odontologia, da Biblioteca Pública, do Museu Paranaense, da Sociedade Brasileira de Escritores Médicos e do Centro de Letras.
- 10. Maria Luiza de Almeida Scheleder**
Doação de mais de 300 itens, em 2011, 2014, 2015 e 2016, como peças de indumentária que pertenceram a Doris Meyer de Almeida e Elizabeth Hauer, neta e filha, respectivamente, de José Hauer. A coleção ainda contém brinquedos, fotografias, cartões postais e documentos que pertenceram a Maria Luiza de Almeida Scheleder.
- 11. Kozák**
Aquisição por herança jacente, composta por mais de 16 mil itens, em 1990. Vladimir Kozák, naturalista, fotógrafo tcheco, viveu em Curitiba entre 1928-1979. Foi funcionário do MP. Seu acervo é formado por pinturas, desenhos, aquarelas, fotografias, filmes e documentos sobre os índios do Paraná e do Brasil, e por objetos pessoais, tendo o museu ficado responsável pela herança de seu antigo funcionário.
- 12. Hatschbach**
Doação de aproximadamente mil objetos, em 2015. Coleção formada em sua maior parte por brinquedos e literatura infantil, pertencentes à família de Lucy Hatschbach, de origem alemã, além de fotos e álbuns das famílias Hatschbach, Mueller e Bardal.
- 13. Oldemar Blasi**
Doação de 2.300 itens, em 2014, dentre sua biblioteca, fotografias, mapas, relatórios, cadernetas de campo e objetos de uso pessoal. Arqueólogo e diretor do MP entre 1967 e 1983, Blasi foi um dos pioneiros da arqueologia brasileira.
- 14. Wilso Rauth**
Doação de 17.700 itens, em 1992. O arqueólogo, um dos maiores pesquisadores dos sambaquis do litoral paranaense, doou ao MP uma grande coleção de ossos humanos e animais, além de materiais líticos e cerâmicos de milhares de anos, cadernetas de campo e fotografias.
- 15. Telêmaco Borba**
Doação de 400 itens, em 1893, entre objetos pessoais, artefatos indígenas e material arqueológico. Telêmaco Borba (1840-1918) foi diretor de diversos aldeamentos indígenas no século XIX e representante do MP na Exposição Antropológica Brasileira, de 1882, no Rio de Janeiro.

Figura 43 – Painel utilizado nas comemorações dos 140 anos do Museu Paranaense
Fonte: Acervo do Museu Paranaense.

Notas: Texto disponível no Anexo 1. Imagem colorida transformada em preto e branco.

Importa registrar também que, para além de doações de grandes acervos, como os listados na Figura 42, o museu continua recebendo outras, em menor volume e frequência, da mesma forma como já registrado.

Vale aqui outro registro feito durante a entrevista com a direção do museu, que também ajuda na compreensão da trajetória percorrida:

“Não perder de vista esta função acadêmica [do museu], porque nós somos e devemos ser sempre produtores de conhecimento. O acervo não é acervo por si só, tem a função de guarda, que é importante, mas, à medida que ele pode ser qualificado, à medida que ele pode ampliar essa atuação, a gente consegue tirar muito mais dele.” (Carneiro Junior, 2018).

A partir dessa função do museu explicitada – “*produtores de conhecimento*” –, percebem-se muitos dos trabalhos desenvolvidos durante a gestão nesse período. Exemplos são as publicações promovidas pelo Museu Paranaense e pela Samp: nove títulos publicados na Coleção Histórias do Paraná, 11 títulos na Coleção Teses do Museu Paranaense e dois outros títulos publicados a partir de pesquisas e exposições desenvolvidas. É importante aqui destacar que as publicações são resultado de pesquisas realizadas a partir do acervo do museu, colaborando na qualificação desse acervo.

Registram-se também os projetos em parceria com a UFPR, que abriram o museu para atividades desenvolvidas por estudantes de diversos cursos: projetos de pesquisa, atividades de organização do acervo, espaço para aulas, montagem de exposições, tudo com a participação da equipe do museu, da universidade e da comunidade envolvida nos projetos. Alguns destes serão apresentados mais à frente.

As pesquisas realizadas no Museu Paranaense participaram de eventos científicos nacionais e internacionais, como a Coleção de Moedas Romanas, que foi apresentada em eventos em diversos museus brasileiros e responsável pela colocação do Paraná e do Museu Paranaense no circuito de numismática internacional.

Finalizando, em 2018, o museu recebeu o certificado MoWBrasil 2017, resultado do Programa Memória do Mundo da Unesco. Parte do acervo da coleção de Vladimir Kozák foi selecionada para integrar o patrimônio documental da humanidade e do Brasil. Dos mais de 49.000 objetos que a integram, somente 7.000 foram selecionados, pesquisados e receberam esse importante reconhecimento documental. Destaca-se ainda que o Museu Paranaense é o primeiro no Paraná a integrar o acervo do Programa Memória do Mundo.

Na sequência, em parceria com a Unesco, o Museu Paranaense promoveu uma oficina de formação para que outros museus e instituições pudessem organizar seus acervos e participar dos próximos editais do referido programa.

4.2.2 Edifício: situação encontrada e as mudanças ocorridas

Algumas características quanto à ocupação do Museu Paranaense foram constantes durante seus quase 150 anos. Considerando a Tesouraria Provincial sua primeira sede, mesmo que ainda não aberta ao público, como apresentado no Capítulo II, foram oito sedes ocupadas pelo museu.

Mesmo tendo seu início, de 1876 a 1882, como uma instituição privada, o museu sempre ocupou sedes em edifícios públicos e em locais centrais de Curitiba, o que fez dele um ponto de referência na cidade. Com a mudança ocorrida para a sede atual, em 2002, também houve a construção de um edifício anexo, que integra o espaço de exposições do museu.

Cumprir aqui apresentar as situações do edifício quando do início da direção de Renato Carneiro. Segundo registro em entrevistas com a direção e o Departamento Administrativo, o edifício, em 2011, necessitava de urgentes reformas e restauros, considerando o tombamento existente em parte dele. O Palácio São Francisco e seus jardins foram tombados pela Coordenação do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado de Cultura em 1986. O anexo, em que funcionou o TRE-PR de 1961 a 1986, não é tombado, mas deve manter o estilo semelhante ao palácio. O anexo, construído em 2002, também não é tombado.

O edifício foi recebido pela gestão do período pesquisado com graves problemas de vazamentos e infiltrações, inclusive na reserva em que são arquivados documentos de papel, livros e mapas. Os vazamentos do telhado afetavam duas reservas técnicas, a biblioteca e salas de exposição. No momento da pesquisa, o Museu Paranaense contava com três reservas técnicas climatizadas: reserva documentos, livros e mapas; reserva de arqueologia e objetos de metais; e reserva antropológica, com objetos de numismática, objetos indígenas, roupas e objetos de uso doméstico. Há também uma quarta reserva somente para móveis, que não conta com climatização.

No anexo construído em 2002, os problemas encontrados eram nos vidros que cobrem toda a fachada do edifício. Estavam com trincas e movimentação, alguns escorregando, o que poderia causar acidentes. Para além dos acidentes, de grave importância, os vazamentos causavam problemas com as exposições nos locais envolvidos – Figuras 43 e 44. Outra questão importante envolvia as condições do maquinário de climatização, que atende ao anexo novo e reservas técnicas. Em 2011, os equipamentos estavam com más condições de funcionamento, sem manutenção preventiva, somente com manutenção eventual.



Figura 44 – Fachada do anexo, construído em 2002.
Nota: Deslocamento dos vidros.

Figura 45 – Fachada de vidro vista por dentro do edifício.



Passados quase oito anos da gestão em questão, segundo fala do Departamento de Administração, “*não está 100%*”. Dos problemas recebidos em 2011, a infiltração no telhado foi corrigida, preservando a reserva técnica e a biblioteca, a partir de um Termo de Ajuste de Conduta – TAC com o Iphan. Ainda há problemas no telhado sobre o setor

técnico, afetando com goteiras e vazamento os setores de história e arqueologia do Departamento Científico.

Em relação aos vidros do anexo, todos foram trocados, agora pelos materiais corretos, previstos em projeto. As obras tiveram fim no mês de julho de 2018.

Em todas as entrevistas efetuadas, a questão da falta de recursos foi consenso, fazendo com que os problemas recebidos demorassem, em alguns casos, até oito anos para sua solução.

Quanto aos sistemas de climatização, estão no momento todos em funcionamento, mas o problema de manutenção preventiva permanece. Quando ocorrem problemas, estes são resolvidos mediante prestação de serviços terceirizados contratados pela Secretaria de Estado de Cultura. É necessário lembrar que esse processo muitas vezes é demorado, afetando o acervo atendido pelo equipamento.

Foram relatados também problemas de queima constante de lâmpadas do sistema de iluminação do museu, visto haver algum problema nas instalações. Em que pese o sistema de iluminação não ser atual, seu funcionamento atende às demandas.

Vale o registro feito pelo Departamento Administrativo quanto aos problemas enfrentados: “*Todos os casos são heranças das gestões anteriores.*”. Percebe-se também que muitas permanecerão como herança para as próximas gestões.

Perguntado sobre as condições de acessibilidade, o Departamento Administrativo apresentou parceria com a montadora Nissan, com uma verba voltada para aplicação em condições de acessibilidade. Foram feitas reformas nos banheiros, com adaptação nos vasos sanitários e barras, adaptação dos tampos dos lavatórios e implantação de rampas removíveis na entrada principal, facilitando a entrada de cadeirante. É importante lembrar que o edifício principal é tombado, não sendo possível adaptação, somente sobreposição. Também foram implantados novos corrimãos centrais nas rampas do anexo e a reforma do elevador está em processo, transformando o então elevador de carga, para que possa atender a visitantes e cadeirantes. Com essas adaptações e reformas, o Museu Paranaense passa a ter boas condições de acessibilidade para diversas deficiências: cegos – piso tátil e placas em braile –, cadeirantes – elevador e rampas – e surdos – vídeo em Língua Brasileira de Sinais – Libras e formação da equipe em Libras.

Ainda, foi perguntado quanto às pendências em relação à infraestrutura e ao que seria necessário para melhorias no museu. Segundo o Departamento de Administração e a direção, destacam-se:

1. Restauração/reforma dos muros e grades, parte tombada do edifício. Será necessária a restauração de quase toda a grade de madeira e portões que circundam o edifício.
2. Restauração/reforma do telhado sobre o Departamento Científico.
3. Pinturas interna e externa.
4. Manutenção e eventual troca de equipamentos de climatização; os atuais foram implantados em 2002.
5. Regularização das condições do sistema de prevenção de incêndio, pois não há autorização do Corpo de Bombeiros. As adequações solicitadas foram efetuadas, mas ainda faltam registro de rotas de fuga, implantação de portas corta-fogo e avaliação das condições da biblioteca e reservas técnicas.

Referente a questões de atendimento das demandas do Corpo de Bombeiros, consta no relatório de atividades do Museu Paranaense de 2016 que foram realizadas ações para atendimento das pendências apontadas, inclusive contando com financiamentos da Samp e da Secretaria de Estado da Cultura. De acordo com o relatório, “foram feitas, com o apoio da SEEC, a instalação de sinalização e troca do piso da rampa de acesso ao anexo.”



Figura 46 – Muro e grades de madeira.



Figura 47 – Detalhe da grade de madeira.

Também foram apresentadas melhorias necessárias para o bom andamento dos trabalhos desenvolvidos pelo museu. Foi sugerida a implantação de uma doca para entrada e saída de objetos, possibilitando o acesso a caminhões e máquinas pesadas. Ainda segundo o Departamento Administrativo, o trabalho seria a melhoria do piso de uma das entradas para que fosse possível o acesso de caminhões e equipamentos.

Finalizando, a partir das entrevistas e das visitas feitas para levantamento de dados, foi possível perceber a preocupação da gestão pesquisada com as melhorias das condições de infraestrutura. Também cumpre apontar as melhorias feitas relativas às condições de acessibilidade.

4.2.3 Documentos institucionais

Considerando as pesquisas feitas nos relatórios de atividades do Museu Paranaense no período de 2011 a 2017, não foram encontradas referências de documentos institucionais: plano museológico e regimento interno. Segundo informações pesquisadas, os documentos válidos foram apresentados em dezembro de 2010, pelo então diretor, Euclides Marchi, junto do plano museológico para o período de 2010 a 2014, com validade vencida. Consta, ainda, proposta do regimento interno do Museu Paranaense e do Parque Histórico do Mate, na época ligado à gestão do museu.

Muitos pontos apresentados neles são conflitantes com a realidade encontrada no museu, inclusive refletida nos relatórios de atividades pesquisados e relatada nas entrevistas. Um ponto chama mais a atenção. Trata-se da estrutura organizacional. No plano museológico, há um organograma que não reflete a realidade atual. Exemplo disso é a presença da Samp no organograma do museu submetida ao diretor, além de o setor de

geografia aparecer no Departamento Científico – o setor foi extinto, conforme informação dada em entrevista pela direção.

4.2.4 Relações com a sociedade

Nesta etapa do trabalho de pesquisa sobre a atual gestão do Museu Paranaense, foram utilizados os relatórios do museu no período, bem como os relatórios produzidos pela Samp, nos quais se encontraram as atividades desenvolvidas. Também foram empregados os registros eletrônicos da página na internet do Museu Paranaense, mais especificamente, as notícias publicadas a partir de 2014.

Cumprir destacar que os relatórios do período não possuem padronização, não havendo todas as informações registradas em cada um dos anos. Em 2018, ano de término do atual mandato, está sendo produzido um relatório-síntese dos oito anos de gestão, facilitando a visualização da evolução dos trabalhos.

Percebeu-se, nos registros pesquisados, a diversidade de públicos atingidos nas ações, em especial, a partir da metade da atual gestão – 2015. Para esta análise, optou-se por criar categorias para agrupar as ações, possibilitando uma análise mais acurada dos movimentos do museu.

4.2.4.1 Ações sociais

Agrupam-se, nesta seção, as ações voltadas para diversos grupos sociais, nas mais diversas atividades desenvolvidas no museu.

Durante o período pesquisado, percebe-se uma grande diversidade de ações direcionadas para os mais distintos grupos sociais atendidos pelo Museu Paranaense, incluindo atividades culturais, sociais, políticas, educativas; voltadas para crianças, jovens, adultos; para negros, mulheres, grupo LGBT, indígenas, portadores de deficiência; e para cultura erudita, cultura popular, academia.

Quanto à tipologia, há uma grande variedade de estratégias utilizadas, como palestras, cursos, oficinas, seminários, debates, mesas-redondas, exposições e *shows*, sendo essa diversidade multiplicada pelos públicos atendidos.

Para melhor entendimento, passa-se a agrupar os registros a partir de temas, tipologia da atividade e data de ocorrência, passando pelos diversos anos pesquisados, com o objetivo não de abranger todas as atividades desenvolvidas pelo Museu Paranaense, mas trazer informações suficientes para compreender a abrangência dessas ações.

A. Tema: cultura indígena

Cursos, oficinas, palestras e debates:

2011 – Língua e cultura Guarani-Mbya. Daniel Timóteo Martins (Kuaray), Guarani-Mbya.

2012 – Língua e cultura Guarani. Daniel Timóteo Martins (Kuaray), Guarani-Mbya.

2012 – Cenários interculturais contemporâneos: a presença Guarani e o Mercosul. Ana Elisa de Castro Freitas.

2015 – Arte Xetá: entre arqueologias e memórias indígenas.

2015 – Arte rupestre e memórias indígenas.

2015 – Memória indígena no Museu Paranaense.

2015 – Águas batismais e santos óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia. Tatiana Takatuzi.

2015 – O botocudo tibagyano: análise sobre os registros etnográficos de Telêmaco Borba. Ana Cristina Vanali.

2015 – Vladimir Kozák e os índios do Brasil. Maria Fernanda Maranhão.

2015 – Os Huni Kui no Beya Xinã Bena: reflexões sobre a resistência de um povo ameríndio através da valorização cultural. Andréia Baia Prestes.

2016 – Reflexões sobre a exposição sustento/voracidade. Coletivo Kókir.





Figura 48 – Visita dos Kujás Kaingang ao Museu Paranaense – 2017.

Eventos:

2015 – Mostra de filme: Xetá.

2016 – Mês do índio no Museu Paranaense.

2017 – Mês do índio no Museu Paranaense.

2017 – Visita dos Kujás Kaingang ao Museu Paranaense.

2018 – Mês do índio no Museu Paranaense.

Exposições:

2013 – Rituais indígenas e a construção do corpo.

2016 – Voracidade – Coletivo Kókir.

2017 – A arte de Daniel Conrade: povos indígenas e natureza.

2018 – Povos indígenas.



Figura 49 – A arte Guarani-Mbya de Guaraqueçaba. Daniel Conrade – convite para lançamento do livro – 2016.



Figura 50 – A arte de Daniel Conrade: povos indígenas e natureza – foto da inauguração da exposição, presença de povos indígenas – 2017.



Figura 51 – A arte de Daniel Conrade: povos indígenas e natureza – convite para inauguração da exposição – 2017.

B. Tema: cultura negra

Cursos, oficinas, palestras e debates:

2013 – Memória e ensino da cultura afro-brasileira.

2013 – Afrobrasilidade: espaço, cultura e cidadania.

2013 – Profissional negro no Paraná: profissão, trabalho e sociabilidade.

2016 – Importância do continente africano para o Brasil e a edificação do maior portal africano do mundo em Curitiba. Ozeil Moura dos Santos, cônsul do Senegal.

2016 – Clubes sociais negros: Curitiba, Guarapuava, Tibagi.

2016 – Experiências étnico-raciais em espaços públicos: o trabalho do Museu Paranaense, UFPR e FCC. Fernanda Maranhão, Joseli Mendonça e Clarissa Grassi.

2016 – Lugares de axé – religiosidade. Adebayo Majaro, Glauco Souza Lobo, Patrícia Martins, Janaina dos Santos Moscal, Caroline Glodes Blum e Brenda Santos.

2016 – Reflexões, percepções e desafios para a superação do racismo institucional: década internacional dos povos afrodescendentes.

2016 – Esquenta grupo Baque Mulher – Curitiba.

2016 – Apresentação de congada da Lapa com mestre Miguel Ferreira e mestre de cerimônia Itaércio Rocha.

2016 – Show-baile do EletroMuv e convidados.

2017 – O negro no Museu Paranaense. Maria Fernanda Maranhão, Joseli Mendonça e Renê Wagner Ramos.

2017 – Religiões de matriz africana. Glauco Souza Lobo, Brenda Maria dos Santos e Denise Freitas de Oliveira.



Figura 52 – Mês da Consciência Negra no Museu Paranaense – apresentação de congada da Lapa – 2016.

Exposições:

2011 – O negro no Paraná: da invisibilidade ao reconhecimento. Acervo fotográfico de Socorro Araújo.

2013 – Passado e presente: caminhos de uma identidade. A presença afrodescendente no Paraná.

2015 – Negra Curitiba.

2016 – Negros no Paraná: aspectos da cultura negra no estado.

2017 – Negros no Paraná: aspectos da cultura negra no estado.

2018 – Negra Curitiba.

2018 – Negros no Paraná.



Figura 53 – Negros no Paraná – convite da inauguração da exposição – 2016.



Figura 54 – Negros no Paraná – foto da montagem da exposição – 2016.

Eventos:

2013 – Música no museu. Roda de samba, capoeira e makulelê nos jardins do Museu Paranaense.

2016 – Mês da Consciência Negra no Museu Paranaense.

2017 – Comemorações dos 57 anos do Dia da Independência da Nigéria.

2017 – Mês da Consciência Negra no Museu Paranaense.



Figura 55 – Negra Curitiba – convite para inauguração da exposição – 2015.

Visitas guiadas:

2017 – Visita guiada pelo Centro Histórico: invisibilidade do negro em Curitiba.

GTs:

2017 – Culturas negras no Paraná: séculos XIX e XX.

Neste tema, vale um destaque para a formação do grupo de pesquisa Culturas Negras no Paraná, com a função de estudar e propor um projeto expográfico para as exposições de curta e longa duração, voltadas para a inclusão da temática das culturas negras no Paraná. Foram realizadas reuniões, visitas guiadas, apresentação de artigos, participação em eventos e visitas técnicas. A coordenação do grupo é feita pelo Setor de Antropologia.



Figura 56 – Grupo de pesquisa Culturas Negras no Paraná: séculos XIX e XX – 2016.

C. Tema: cultura urbana

Exposições:

2011 – Congadas paranaenses. Exposição fotográfica cedida por empréstimo à PUCPR.

2013 – Croquis urbanos: pintando o Museu Paranaense.

2015 – Escultura Arma em Nó. Jardim do Museu Paranaense.

2017 – Mestre Maé da Cuíca: carnaval, samba e futebol.



Figura 57 – Mestre Maé da Cuíca: carnaval, samba e futebol – convite da inauguração da exposição – 2017.



Figura 58 – Mestre Maé da Cuíca: carnaval, samba e futebol – fotos da inauguração, roda de samba – 2017.

Eventos:

- 2015 – Reuniões com representantes da sociedade civil para tratar da situação do Centro Histórico e Belvedere.
- 2015 – Centro Histórico Divertido. Projeto da Prefeitura de Curitiba.
- 2015 – Música + bicicleta = musicletada.
- 2017 – Bate-papo com pesquisadores do Carnaval de Curitiba.
- 2017 – Mutirão – Jardim do Museu Paranaense.
- 2017 – Festival de Inverno no Centro Histórico de Curitiba.
- 2017 – Musicletada.



Figura 59 – Mutirão no Jardim do Museu Paranaense – 2017.



Figura 60 – Mutirão no Jardim do Museu Paranaense – 2017.



Figura 61 – Musicletada – 2017.

D. Tema: gênero



Figura 62 – Olhares: mulheres e suas vivências – fotos do evento com participantes debatedores – 2018.

Cursos, oficinas, palestras e debates:

2017 – Questões de gênero: diálogos entre discursos, representações e cultura material.

Evelyn Roberta Nimmo, Claudia Inês Parellada e Maureen Elina Javorski.

2017 – Mulheres, feminismos e patrimônio.

2017 – Roda de conversa com a fotógrafa Socorro Araújo. Tatiana Takatuzi (mediadora).

- 2017 – Roda de conversa com a artista plástica Malu de Almeida Scheleder.
- 2017 – Roda de conversa com Clemilda Santiago Neto.
- 2017 – Memória e patrimônio. Roseli Boschilia.
- 2017 – Roda de conversa com Marinês Ribeiro dos Santos.
- 2017 – Gênero e museu: mulheres em coleções de arte contemporânea. Amélia Siegel Corrêa.
- 2017 – Teorias de cultura material e *design*. Ronaldo de Oliveira Corrêa (palestrante), Caroline Müller e Priscila Piazzentini Vieira (mediadoras).
- 2017 – Roda de conversa com a artista plástica Maria Ivone Bergamini. Malu de Almeida Scheleder (mediadora).
- 2017 – Mulheres negras: reflexões sobre gênero e desigualdades. Edimara G. Soares.
- 2017 – Roda de conversa com Mariah Salomão Viana.
- 2017 – Mulheres artistas. Luana Saturnino Tvardovskas.
- 2017 – Roda de conversa com Dalzira Maria Aparecida Iyagunã.
- 2017 – Transgressões e rebeldias na arte feminista de Kara Walker e Rosana Paulino. Margareth Rago.
- 2018 – *Talk* e lançamento do Sophia Data.
- 2018 – Olhares: mulheres e suas vivências. Heliana Hemeterio, Josiane de Lima e Carmen Costa (debatedoras) e Carla Morales (mediadora). “Da mulher no ambiente acadêmico à mulher prostituída, ideia é discutir a vivência dessas mulheres em suas diferentes realidades.”

2011 – Mulheres, museus e memórias intelectuais e artistas: mulheres do Paraná.

2012 – Um olhar feminino sobre a natureza do Paraná. Karla Kozák.

2018 – As histórias das mulheres a partir do acervo do Museu Paraense.



Figura 64 – Mês da Mulher no Museu Paraense – convites a palestras, debates, exposição – 2018.

Eventos:

2018 – Apresentação Nova Era Kotekitai – Curitiba.



Figura 65 – Narrativas de mulheres e cultura material – 2017.

E. Tema: imigrantes



Figura 66 – Trajes típicos regionais portugueses – convite para inauguração da exposição – 2016.

Cursos, oficinas, palestras e debates:

2012 – Titi Freak: o que a arte pode fazer pela reconstrução de uma sociedade devastada? (artista plástico nipo-brasileiro).

2017 – Arqueologia e patrimônio cultural no Japão. Renata Senna Garraffoni.



Figura 67 – Lara: recursos de ajuda que salvaram o Japão – um episódio esquecido – convite para inauguração da exposição – 2016.



Figura 68 – O espírito do Budô: a história das artes marciais no Japão – cartaz de divulgação da exposição – 2016.

Exposições:

- 2012 – Renascimento do Japão: “Obrigado, Brasil!”. Consulado do Japão.
- 2012 – Passione Itália. Parte do evento Mía Cara Curitiba. Consulado da Itália.
- 2013 – Um intrépido polonês em céu brasileiro: o feito extraordinário do aviador Stanisław Skarżyński (1933).
- 2014 – Paraná Espanhol.
- 2015 – Paraná Espanhol.
- 2016 – Igrejas ucranianas no Paraná.
- 2016 – Paraná Espanhol.
- 2016 – Trajes típicos regionais portugueses.
- 2016 – Lara: recursos de ajuda que salvaram o Japão – um episódio esquecido.
- 2016 – O espírito do Budô: a história das artes marciais no Japão.
- 2016 – Cerâmica e porcelana do Japão: a geração emergente.
- 2017 – TOHOKU: através dos olhos de fotógrafos japoneses.
- 2017 – Imigração no Paraná.
- 2017 – Paraná Espanhol.
- 2018 – Variação e autonomia – as gravuras de artistas japoneses contemporâneos.

Eventos:

- 2012 – Grupo Folclórico Português Alma Lusa.
- 2017 – Comemorações dos 57 anos do Dia da Independência da Nigéria.



Figura 69 – Imigração no Paraná – convite para inauguração da exposição – 2017.



Figura 70 – Imigração no Paraná – 2017.

F. Tema: indústrias



Figura 71 – A história da Itaipu Binacional – 2018.

Exposições:

- 2013 – Memorial à indústria da erva-mate.
- 2013 – Mundo do trabalho.
- 2014 – Copel 60 anos: a energia do dia a dia.
- 2015 – Indústrias paranaenses.
- 2016 – Mundo do trabalho.
- 2017 – Mundo do trabalho.
- 2018 – A história da Itaipu Binacional.



Figura 72 – Exposição Indústrias Paranaenses – convite para inauguração da exposição – 2015.

Eventos:

- 2015 – Reunião com representantes da sociedade civil: situação do Centro Histórico e Belvedere.

2016 – Reunião com empresários do Centro Histórico de Curitiba.

2016 – Reunião com representantes da sociedade civil: Centro Histórico e Belvedere.

2017 – Reunião com representantes da sociedade civil: Centro Histórico e Belvedere.

G. Tema: política

Exposições:

2013 – 160 anos de emancipação política do Paraná.

2014 – Ney Braga: acervo pessoal e político.

2017 – Ney Braga: 100 anos na história do Paraná.

2018 – Ney Braga: 100 anos na história do Paraná.

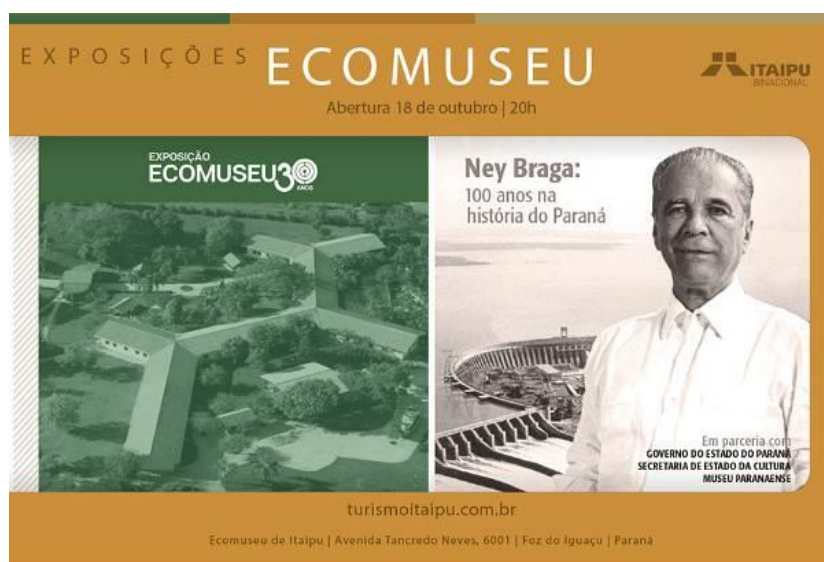


Figura 73 – Ney Braga: 100 anos na história do Paraná – painel de abertura da exposição – 2018.



Figura 74 – Ney Braga: 100 anos na história do Paraná – 2017.

H. Tema: produção científica

Cursos, oficinas, palestras e debates:

2011 – História de uma ciência regional. Fabiano Ardigó.

2017 – Gufan: o paranaense de dois mil anos. Cícero Moraes (*designer* digital) e Cláudia Parellada (arqueóloga).



Figura 75 – Gufan: o paranaense de dois mil anos – convite para inauguração da exposição – 2017.



Figura 76 – Gufan: o paranaense de dois mil anos – painel da exposição – 2017.

Exposições:

2015 – Arqueologia, flora e fauna do Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo.

2016 – A poesia das imagens de Vladimir Kozák.

2017 – Gufan: o paranaense de dois mil anos.

2018 – Arte e ciências entrelaçadas: Frederico Lange de Morretes (1892-1954).

I. Tema: museologia

Cursos, oficinas, palestras e debates:

2011 – Técnica e metodologia aplicada à avaliação de acervos e instituições. Antonio Mirabile.

2011 – Conservação de acervos em papel e têxtil. Silmara Kuster.

2012 – A função social dos museus. Vilma Chiara (palestrante) e Márcia Kersten (debatedora).

2012 – Museus contra a violência urbana. Rhodrigo Deda (palestrante) e Guilherme Durães (debatedor).

2012 – Museus interativos: uma interface entre a cultura e a educação. Antonio Simão Neto.

2015 – Douramento e policromia: técnica secular.

2015 – Os museus e as crianças: uma reflexão sobre mediação e ações educativas.

2015 – Um olhar em construção: educação patrimonial na pequena infância.

2015 – A criança nos museus: uma reflexão sobre mediação e ações.

2016 – História da pintura moderna.

2016 – Leitura de imagem.

2016 – Patações – numismática.

2017 – Educação museal: diálogos museu e escola.

2017 – O potencial educativo do acervo do Museu Paranaense.

2017 – Ampliando conhecimentos sobre a história do Paraná através de fontes históricas.

2017 – Escola no museu e o museu na escola: interações. Antônio Simão Neto.

2017 – Museu social: o Museu Paranaense no século XIX. Ricardo Carvalho Rodrigues.

2018 – Química para restauradores. Silmara Kuster de Paula Carvalho.

2018 – Tratamento, conservação e guarda de acervo documental e tridimensional.

2018 – Educação museal: potencial educativo do acervo do Museu Paranaense.

2018 – Oficina regional sobre o Programa Memória do Mundo da Unesco (MoW).

2018 – Conservação de acervos têxteis.

2018 – XR *extended reality*. José Evangelista Terrabuio Junior.

2018 – Museus na era digital em busca de interação. Ricardo Pedrosa Macedo.

2018 – Comemoração dos 15 anos da ARCO.it.



Figura 77 – Diálogos sobre a história e a importância da educação patrimonial de Curitiba – convite para inauguração da exposição – 2016.



Figura 78 – Um olhar em construção: educação patrimonial na pequena infância – convite para inauguração da exposição – 2015.

Exposições:

- 2015 – Um olhar em construção: educação patrimonial na pequena infância.
- 2016 – Diálogos sobre a história e a importância da educação patrimonial de Curitiba.
- 2016 – Desvendando contextos: educação patrimonial na pequena infância.
- 2016 – O museu da história do Paraná: os 140 anos do Museu Paranaense.



Figura 79 – Comemorações dos 15 anos da ARCO.it – convite do evento – 2018.



Figura 80 – Comemoração dos 15 anos da ARCO.it – 2018.

Eventos:

2018 – II Seminário Nacional de Patrimônio, Arquivos, Museus e Biblioteca.

J. Tema: acessibilidade

O *site* do Museu Paranaense disponibiliza visitas virtuais e áudio-guia em português, espanhol, inglês e Libras, bem como diversas publicações eletrônicas e documentos digitalizados.

A capacitação da equipe em Libras promoveu o desenvolvimento de novos sinais para atender às demandas do circuito permanente do museu.



Figura 81 – Capacitação em Libras – registro de novos sinais para o circuito permanente do museu – 2018.

Cursos, oficinas, palestras e debates:

2013 – Tecnologias assistivas e acessibilidade: um museu para todos.

2013 – Tecnologias assistivas e acessibilidade.

2018 – Introdução à Língua Brasileira de Sinais e incursão cultural à surdez – nível Básico I.

2018 – Língua Brasileira de Sinais (Libras) – nível Básico II.

Eventos:

2018 – Projeto Libras no museu: acessibilidade linguística e acesso à cultura para pessoas surdas.

K. Tema: diversos



Figura 82 – Moedas romanas: coleção do Museu Paranaense – convite para inauguração da exposição – 2015.



Figura 83 – O museu da história do Paraná: os 140 anos do Museu Paranaense – convite para inauguração da exposição – 2016.

Exposições:

2004 – Ocupação do território paranaense.

2014 – Imagens de um lar.

2015 – Moedas romanas: coleção acervo do Museu Paranaense.

2015 – Dinheiro e honraria: o acervo de numismática do Museu Paranaense.

2015 – Bial de Curitiba: luz do mundo.

2015 – Imagens do nosso mar: a Baía de Paranaguá.

2015 – Tempo de brincar: com brinquedos que retratam a infância no Paraná no início do século XX.

2016 – Vestígios: registro no andar e da memória da cidade.

2016 – O museu da história do Paraná: os 140 anos do Museu Paranaense.

2016 – Vistas do Brasil.

2016 – Sonhando com o Paraná.

2016 – Sarau no Palácio São Francisco.

2016 – Memória das ruas: retratos dos personagens de Curitiba.

2016 – Memória: 130 anos de trajetória da Escola de Belas Artes e indústrias do Paraná ao Centro Estadual de Capacitação de Artes Guido Viaro.

2016 – Transformação da linguagem escrita.

2016 – Memórias afetivas do museu.

2017 – Bial de Curitiba: porque o mundo nunca deve perder o carinho.

2017 – A cidade e suas ruas: retratos dos personagens de Curitiba.

2017 – Transformação da linguagem escrita.

2018 – Contestado.

2018 – Imagens de nosso mar.



Figura 84 – Recebimento do Prêmio do Turismo – categoria Turismo Cultural – 2017.

Eventos:

2011 – Virada Cultural. Apresentações musicais nas áreas interna e externa do Museu Paranaense.

2013 – Festival de Teatro de Curitiba. Peças encenadas no Museu Paranaense.

2015 – Ruído no museu.

2016 – Noite no Museu Paranaense – Entre Músicas e Cinema I.

2016 – Concerto didático Canto Gregoriano.

2016 – Fandango. Grupo Meu Paraná.

2016 – Noite no Museu Paranaense com a Camerata da UTFPR – Entre Músicas e Cinema II.

2017 – Recebimento do Prêmio do Turismo – categoria Turismo Cultural.

2017 – Grupo de Violinos do Boqueirão. Prof. Gustavo Rech.

2017 – Comemoração dos 141 anos do Museu Paranaense.

2017 – CelloFollia na cidade.

2017 – Programa Memória do Mundo – Brasil – Unesco – MoWBrasil. Reconhecimento do acervo de Vladimir Kozák.

RESULTADO DO EDITAL MOWBRASIL 2017

ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL MILITAR COMO INSTÂNCIA REVISIONAL, 1936-1955	SUPREMO TRIBUNAL MILITAR
COLEÇÃO VLADIMIR KOZÁK: ACERVO ICONOGRÁFICO, FILMOGRÁFICO E TEXTUAL DE POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS (1948 - 1978)	MUSEU PARANAENSE
CORRESPONDÊNCIA ORIGINAL DOS GOVERNADORES DO PARÁ COM A CORTE. CARTAS E ANEXOS (1764-1840)	ARQUIVO NACIONAL



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

- Coleção Vladimir Kozák: acervo iconográfico, filmográfico e textual de povos indígenas brasileiros (1948-1978)
- Inscribed on the Register in 2017
- Comitê Nacional do Brasil
- Memory of the World

Figura 85 – Programa Memória do Mundo – Brasil – Unesco – MoWBrasil – reconhecimento do acervo de Vladimir Kozák – edital de aprovação e foto entrega da premiação – 2017.



Grupo Duo Ânima



Figura 86 – Comemoração dos 141 anos do Museu Paranaense – 2017.

4.2.4.2 Pesquisa científica

Apesar da existência de um Departamento Científico formado por três setores: Antropologia, Arqueologia e História, as ações de pesquisa científica realizadas no Museu Paranaense no período estudado não podem ser consideradas numerosas, mas muitas atividades valem ser citadas.

O Setor de Arqueologia é um exemplo de produção. Uma série de trabalhos foi apresentada nos relatórios desde 2011: Arqueometria no Museu Paranaense; Jané Rekó Poranuhá: o contar de nossa existência; Missões jesuíticas do Guairá (1610-1631); Naufrágios no litoral do Paraná: destroços na Praia do Miguel, Ilha do Mel; Projeto Pinturas Rupestres do Paraná; Projeto Villa Rica del Espiritu Santo, Guairá (1570-1632); e Sambaquis do litoral paranaense. Segundo os relatórios pesquisados, grande parte dos trabalhos desenvolvidos pelo Departamento Científico centrou-se na catalogação do acervo, digitalização de materiais e lançamento no sistema eletrônico Pergamum. É importante esse destaque, visto que, somente em 2013, foi implantado esse sistema de registro do acervo.

Cumpra também lembrar o grande número de doações recebidas de novas coleções, o que impactou diretamente nos trabalhos desenvolvidos pelo departamento. Somente em 2013, foram seis grandes coleções incorporadas ao acervo do Museu Paranaense: Didonet Thomaz, Família Hauer (Malu Schleder), Impressora Paranaense, Museu Matte Leão, Museu Massas Todeschini e Medalhas Paranistas de Júlio Moreira. Em 2014, uma nova grande coleção foi anexada: Memorial Ney Braga.

O número reduzido da equipe do museu faz com que os setores ligados à pesquisa também tenham que se envolver na organização e montagem de exposições, o que afeta a produção científica.

Em 2014, parcerias com a UFPR e com o Centro Universitário Curitiba – Unicuritiba também promoveram atividades ligadas à pesquisa. Com a primeira, o museu é campo de trabalho para os estudantes ligados ao Programa de Educação Tutorial – PET, do governo federal, que incentiva o desenvolvimento de atividades extracurriculares de estudantes com orientação de tutores. Esses estudantes desenvolvem atividades de organização de acervo, pesquisa e montagem de exposições. Já com a segunda instituição, os estudantes do curso de Publicidade e Propaganda desenvolveram ações de promoção, tendo como cliente o Museu Paranaense. Foram criadas peças publicitárias para a divulgação do museu em diversas mídias e suportes da cidade, visando à ampliação da visibilidade do museu na cidade de Curitiba.



Figura 87 – Lançamento de livros em parceria com a UFPR – convite do lançamento – 2017.

Também em parceria com instituições do ensino superior, o Museu Paranaense desenvolveu eventos científicos, como o Colóquio Internacional de História, com apoio do Departamento de História da UFPR, em 2014; a 3ª Amostra de Produção Científica da Educação Profissional e Tecnológica, em parceria com o Instituto Federal do Paraná, em 2017; e o Seminário Nacional de Patrimônios, Arquivos, Museus e Bibliotecas, em parceria com o Círculo de Estudos Bandeirantes da PUCPR. Essas parcerias também foram responsáveis por diversas publicações de resultados de pesquisas realizadas a partir do acervo do Museu Paranaense, com temáticas ligadas à história do Paraná.

É necessário citar também os GTs criados no Museu Paranaense em parceria com a UFPR. Em 2016 e 2017, foram criados dois grupos que mantêm suas atividades: GT Modos de Vestir e GT Culturas Negras no Paraná: Séculos XX e XXI. Anteriormente, esteve em andamento o GT Cultura Material e Infância. Esses grupos promovem estudos e debates e, muitas vezes, contribuem para mudanças nas exposições permanentes e novas propostas expositivas.

4.2.4.3 Relações com outros museus, outras instituições culturais e universidades

A partir da pesquisa realizada nos relatórios de atividades do Museu Paranaense no período pesquisado, percebe-se um grande número de atividades desenvolvidas com outros museus do Paraná. A principal interação envolveu exposições itinerantes, que circulam pelos museus do interior do estado. Também são relatados empréstimos de objetos do acervo do Museu Paranaense para integrar exposições de outros museus do estado. Por outro lado, não foram encontrados registros de interações com museus fora do Paraná.

Um exemplo de grande visibilidade foi a exposição produzida pelo Museu Paranaense no Museu Oscar Niemeyer, em comemoração aos seus 140 anos. Também foram encontrados muitos registros de palestras e participação em debates com temas com referência ao acervo do museu, como palestras e apresentações sobre a coleção de moedas romanas feitas no Instituto Histórico e Geográfico Nacional, em 2017.

Quanto à relação com universidades, os registros foram apresentados anteriormente, valendo ainda citar a diversidade de instituições parceiras do Museu Paranaense, públicas e privadas.



Figura 88 – Memória das ruas: retratos dos personagens de Curitiba – equipe na inauguração da exposição – 2016.



Figura 89 – Memória das ruas: retratos dos personagens de Curitiba – convite para inauguração da exposição – 2016.

4.2.4.4 Museu como ponto de referência

O Museu Paranaense, no fim do século XIX e início do século XX, servia de ponto de referência geográfica, social e cultural, como relatado nos capítulos anteriores. Na atual gestão, referente ao período de 2011 a 2017, essa referência não acontece da mesma forma.

Quanto à questão geográfica, o Museu Paranaense é reconhecido ainda na sua antiga sede da Praça Generoso Marques, não havendo indicações na cidade. Em contrapartida, as diversas ações de divulgação ocorridas no período fazem com que ele e seu edifício sejam utilizados como espaço de referência para ações culturais. Um exemplo disso é a utilização do espaço como cenário de gravação de filmes e novelas pelas emissoras de televisão locais, como local para lançamento de novas novelas e como cenário de revistas e programas de televisão. De forma semelhante, o museu recebe diversas demandas para lançamento de livros, documentários e projetos culturais.



Figura 90 – Capa da Revista Regional – 2015.



Figura 91 – Noite no Museu Paranaense – Entre Músicas e Cinema I – convite para a apresentação – 2016.



Figura 92 – Concerto didático Canto Gregoriano – convite para a apresentação – 2016.



Figura 93 – Noite no Museu Paranaense – Entre Músicas e Cinema I – 2016.



Figura 94 – Noite no Museu Paranaense com a Camerata da UTFPR – Entre Músicas e Cinema II – 2016.



Figura 95 – Noite no Museu Paranaense com a Camerata da UTFPR – Entre Músicas e Cinema II – integrantes como personagens de filmes – 2016.

São diversos os eventos culturais ligados às artes: teatro, música, literatura, com uso do Museu Paranaense como sala de apresentação: Festival de Teatro de Curitiba, Festival de Inverno, CelloFolia, Camerata da UTFPR, Coral Cantus Libere.

4.2.4.5 Setor educativo

A partir da gestão de Renato Carneiro, o Setor Educativo tomou nova dimensão, tendo sido, segundo o relatório de atividades de 2011, responsabilizado pela interface da instituição junto ao público. O setor foi transferido para três salas na entrada principal do Museu Paranaense, disponibilizando ao público visitas mediadas, formação de professores para questões ligadas ao patrimônio e espaço de formação.

Ainda em 2011, foi apresentado um projeto para montagem de atividades lúdicas para preparação de visita mediada com crianças, assim como criadas maquetes com espaços do museu, em que era possível que as crianças tocassem os objetos. No mesmo espaço, foi feita uma maquete do museu para ser utilizada por pessoas cegas, também como ferramenta de preparação de visita.

Atualmente, as atividades do Setor Educativo restringem-se a visitas mediadas para escolas e grupos específicos com agendamento prévio. Também vale ressaltar que não há proposta de ação proativa quanto a aumento da demanda de escolas ou outros grupos, visto a capacidade de atendimento já estar em seu máximo – Tabela 2.

Tabela 2 – Público do Museu Paranaense de 2015 a 2018.

Museu Paranaense	2015	2016	2017	2018*
Visitas espontâneas	35.837	51.439	56.860	36119
Visitas mediadas	11.701	13.694	13.176	6.015

Nota: * Dados até julho de 2018.

Percebe-se crescimento no número total de visitantes, assim como estabilidade no número de visitas mediadas. O não crescimento do número de atendimentos em visitas mediadas deve-se a dois fatos distintos, apresentados quando da entrevista com a direção do museu. Primeiramente, o espaço da visita não permite a ampliação do número de grupos, por criar dificuldade de circulação. Vale lembrar que o Palácio São Francisco foi uma residência, não havendo grandes espaços de circulação entre seus cômodos. Outro ponto é a não ampliação da equipe do setor, que hoje é formada por seis pessoas, todas em tempo parcial, sendo três funcionários e três estagiários. A equipe trabalha por agendamento prévio, havendo poucos espaços vagos.

Ainda nos relatórios de atividades do Museu Paranaense, são listadas as escolas atendidas, podendo-se perceber sua diversidade, sendo provenientes tanto de cidades próximas de Curitiba quanto do interior do estado, havendo ainda uma escola do interior de São Paulo – Guarapuava, Londrina, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Maringá, Paranaguá, Toledo e Rio Claro, em São Paulo. Quanto ao perfil, são escolas públicas e privadas, sendo as públicas em muito maior número, visto serem a maioria no mercado de educação.

Registra-se ainda um grande número de visitas agendadas por instituições de ensino superior, tanto da capital quanto do interior do estado – Curitiba, Maringá e Londrina. Nesse âmbito, as instituições públicas perfazem a grande maioria das visitas mediadas, apesar de serem em menor número na região.

Nos primeiros anos da atual gestão, eram ofertados cursos de formação para professores, ligados à educação patrimonial. Essas atividades foram descontinuadas, devido ao afastamento do profissional responsável.



Figura 96 – Visitas guiadas de instituições de educação básica.



Figura 97 – Visita de instituição do ensino superior.

Após as visitas mediadas, que são acompanhadas por responsáveis da instituição de origem, em geral, professores, é solicitado que seja feita uma avaliação, a fim de acompanhar a qualidade do serviço prestado, além de coletar sugestões para melhoria dos processos. Algumas dessas sugestões são listadas a seguir, visto serem de central importância em futuras ações desenvolvidas pelo museu:

- Desenvolver página na internet direcionada para os professores.
- Criar material sobre a história do Paraná a partir do acervo do museu.
- Ampliar as informações sobre a cidade de Curitiba.
- Atualizar a linha do tempo, incluindo fatos importantes da história paranaense.
- Ampliar e melhorar as informações dos objetos, incluindo textos na língua inglesa.
- Incluir informações sobre o Norte Pioneiro do Paraná.
- Incluir os sujeitos da história e não só as personalidades.

4.2.4.6 O público do museu

A partir de pesquisas nos relatórios de atividades do Museu Paranaense, percebe-se a preocupação com o registro do número de visitantes. Considerando os relatórios apresentados para patrocinadores do museu, bem como a prestação de contas por financiamentos públicos e privados, os números referentes ao público têm especial importância, visto representarem a visibilidade do museu e das marcas envolvidas. Na Tabela 3, verifica-se o crescimento do público durante o período em questão, tendo mais que dobrado nos dois últimos anos da gestão.

Tabela 3 – Público do Museu Paranaense de 2011 a 2018.

Ano	Total de visitantes	(%) sobre ano anterior	(%) sobre 2011
2011	23.200	-	-
2012	26.862	15,8%	15,8%
2013	28.760	7,1%	24,0%
2014	32.605	13,4%	40,5%
2015	35.837	9,9%	54,5%
2016	51.439	43,5%	121,7%
2017	56.860	10,5%	145,1%
2018*	36.119	-	-

Nota: Dados até julho de 2018.

Importa registrar que, somente em 2011, foi possível encontrar relatório com detalhamento do público do museu, incluindo avaliação quanto à faixa etária, formação e origem.

4.2.5 Algumas reflexões

Finalizados os capítulos II e III e concluindo o capítulo IV, é possível ter informações sobre o Museu Paranaense de sua criação, na segunda metade do século XIX, até o período que compreende a atual gestão – 2011-2017. Com elas, muitas relações e reflexões surgem. Neste momento, abordam-se algumas dessas reflexões e, posteriormente, no capítulo V, dá-se continuação de forma mais pontual.

Se, nos séculos XIX e XX, o Museu Paranaense tinha um forte papel no desenvolvimento social, econômico e cultural, atendendo a uma elite rural paranaense, na contemporaneidade, há uma maior diversidade da comunidade envolvida. É importante entender que a elite paranaense, seja ela econômica, intelectual ou social, ainda é o foco das ações museológicas na atualidade, mas, de forma conjunta, há preocupação com o atendimento de uma maior diversidade social, passando pelos movimentos sociais, grupos étnicos locais, portadores de deficiências, diversidade de gênero e raça.

Estudando as atividades relatadas neste capítulo, fica visível a montagem de programação voltada para debates, cursos, palestras e exposições, com focos específicos – cultura indígena, cultura negra, questões de gênero –, sem que seja perdida a aproximação de grupos empresariais, políticos e imigrantes que participaram da formação social do Paraná. Em que pese a abertura da diversidade do público atendido, uma análise mais próxima de algumas dessas ações, inclusive refletida na entrevista com a direção e Departamento Científico, apresenta certa passividade do museu, como agente de transformação social. Em geral, a participação da comunidade acontece de forma natural, com iniciativas surgidas da própria comunidade. Não se encontram muitos movimentos do museu no sentido de levá-la para dentro do museu.

Isso também se apresenta na concepção de museu da atual direção, sendo entendido como fonte de construção de conhecimento, fortalecendo a atenção da equipe na organização, preservação e qualificação do acervo. Revela-se, assim, o desafio de dar novos significados aos objetos que compõem esse acervo, que necessitam da participação direta da comunidade. Algumas ações apresentam esse movimento, como o GT de Culturas Negras, no qual é estudado o acervo do museu, bem como a construção de propostas expográficas que posicionem o negro na história do Paraná e na formação social do estado. Outro exemplo diz respeito aos espaços de debate construídos em 2017 nos eventos

integrantes do projeto Narrativas de Mulheres e Cultura Material. Foram propostas rodas de conversa com diversas representações femininas de gênero, raça, profissão, religiões, trazendo um amplo espectro do papel da mulher na sociedade paranaense e brasileira.

Entendo que o maior desafio dos museus tradicionais, com grandes acervos históricos, referência para a memória local, é fazer de seu acervo um patrimônio transformador para a sociedade, buscar construir o sentimento de pertença da sociedade atendida, um patrimônio “de natureza comunitária”, que “emana de um grupo humano diverso e complexo, vivendo em um território e compartilhando uma história, um presente, um futuro, modos de vida, crises e esperanças.” (Varine, 2013, p. 44). A partir dessa pertença em relação ao museu, é percebida a importância dessa ferramenta cultural como instrumento de transformação social, econômica, cultural, educacional, ferramenta construtora de identidades, memórias e história. Assim, a gestão desse patrimônio deve ser feita com a proximidade de sua comunidade, com as mais diversas representações, “de modo a não separá-lo da vida.” (Varine, 2013, p. 19)

Retomando Ricoeur (2012), o autor apresenta o passado como uma herança para a construção do presente e do futuro, a qual pode ser um fardo ou um recurso de transformação. De forma análoga, os museus tradicionais, com grande história e acervos, trazem-nos como herança, que deve ser transformada em recurso e não em fardo. Vejo aqui um grande papel da sociomuseologia como ferramenta de indução à construção de museus complexos que trabalhem sua história e seu acervo como recurso de construção de um futuro mais igualitário, solidário, transformador (Moutinho, 2014a).

Percebo que o maior desafio do Museu Paranaense – e de outros museus do mesmo perfil – é reconhecer a diversidade social atendida e construir significados em parceria com os diversos atores sociais, trazendo ações museológicas críticas que incorporem sua comunidade como referência para a qualificação de seus objetos, suas coleções, seu acervo.

Outro ponto que creio ser de central importância analisar refere-se aos processos de gestão do Museu Paranaense, a partir da análise dos documentos institucionais – plano museológico e regulamento interno. Para além das obrigações integrantes do Estatuto dos Museus, Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 – “Art. 23. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico, instrumento de planejamento estratégico do museu, que definirá sua missão e função específica na sociedade, [...]” (Brasil, 2013) –, é necessária a atualização desses documentos, explicitando o planejamento estratégico do museu, bem como traçando metas que colaborem nos processos de gestão.

Destaca-se ainda que esses documentos colaboram na construção histórica de um museu, um registro que, acompanhado dos relatórios de atividades, marca os espaços de

sua atuação, sua trajetória, seus erros e acertos, ou seja, contribui para uma história socialmente construída desse patrimônio. Cumpre destacar que essa construção documental só se faz válida, consistente e útil quando realizada de forma participativa, tanto pela equipe que compõe a instituição quanto por representantes da comunidade atendida, o que não é tarefa simples, nem fácil, demandando articulação e reconhecimento da diversidade cultural e social envolvida.

Finaliza-se, assim, este capítulo com informações necessárias para um maior aprofundamento das análises quanto aos caminhos, contextos, ações museológicas e interações com a sociedade atendida pelo Museu Paranaense, desenvolvidas na sequência.

Capítulo V – Reflexões rumo aos 150 anos do Museu Paranaense: caminhos, contextos, ações museológicas e interações com a sociedade

Tendo a profunda consciência de que é um ser histórico, o homem moderno cada vez mais perde a atitude de venerador do passado para fazer de centro de suas aspirações vitais as esperanças no futuro, e se convencer, cada vez mais, de que a construção do futuro é uma libertação do passado, que depende de seu discernimento, de seu esforço, de sua ação e, conseqüentemente, da compreensão da própria história.

(Machado, 2001, p. 53)

A partir das referências museológicas do período estudado –1874 a 1928 – e das ações promovidas atualmente, exploradas nos capítulos anteriores, são apresentadas análises sobre as ações do Museu Paranaense em sua gestão atual, bem como propostas de trabalhos participativos com a comunidade local e sua diversidade, além de propostas de reflexão e construção de linhas de ação para o museu.

5.1 O Museu Paranaense no período de 1874 a 1928

Analisando os períodos compreendidos pelas gestões de Agostinho Ermelino de Leão e Romário Martins, com base nas ações museológicas desenvolvidas, é possível perceber um modelo de museu que se preparava para cumprir o que se esperava de um museu na época, um modelo apontado pelos museus europeus e pelo Museu Nacional e seguido pelos Museus Paranaense e Paulista: museu de história natural.

Nesse contexto, o Museu Paranaense preparou-se buscando coleções que representassem a construção étnica local, investindo em pesquisas que trouxessem os traçados da ocupação do território paranaense, desenvolvendo ações sociais de promoção do desenvolvimento da comunidade, preparando suas coleções para fruição local, nacional e internacional, publicando seus catálogos e boletim e organizando seu acervo em seções. Utiliza-se aqui ‘preparou-se’ para refletir também que essa preparação não chegou aos objetivos desejados, mas construiu um modelo próprio de museu, tentando atingir o modelo vigente, mas traçando novos caminhos de um museu que atendia a algumas demandas da comunidade local e, em especial, da elite agrícola paranaense, muito representada pelas elites ervateira e madeireira.

Como já explorado, sua participação nas exposições regionais, nacionais e internacionais tinha como objetivo central apresentar a nova província e estado como uma região de prosperidade e riqueza, traçando linhas para a construção do mito criador paranaense, descrito por Camargo, desenvolvido por Romário Martins e sua obra (Camargo, 2007).

Essas ações juntam-se à sua participação em iniciativas promovidas pelo governo brasileiro na formação de museus comerciais na Europa, para promoção da indústria nacional, tendo o museu tomado importância na centralização das relações com o Paraná e os pontos brasileiros de referência no exterior, como apresentado anteriormente em correspondências publicadas. Também cumpre retomar o local ocupado pelo Museu Paranaense, em especial, no período da direção de Agostinho Ermelino de Leão, como referência central na sociedade curitibana, sendo este promotor de eventos sociais, encontros empresariais e ações assistenciais. Foram promovidos bailes, jantares, apresentações musicais, jogos, distribuição de esmolas e coleta de doações.

Na mesma linha, mas com outro foco, no período da direção de Romário Martins, as ações direcionaram-se no sentido de o Museu Paranaense ocupar um espaço de construção cultural, com parcerias com a Biblioteca Pública do Paraná, apoio para a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, sendo também local de promoção da criação de diversas instituições paranaenses, a saber: Associação Etnográfica, Associação Cooperativa do Trabalho e Sociedade Estadual de Agricultura. O museu também centralizou as relações do Paraná com pesquisadores vindos de outros museus e estados, bem como passou a ser no período fiel depositário de objetos indígenas encontrados no Paraná. Ainda, vale lembrar seu papel de referência para levantamento e sistematização de informações sobre o estado, demandadas até por outros museus brasileiros, como o exemplo citado do Museu Paulista, referente às populações indígenas do estado do Paraná (A República (PR), 1909, ed. 144).

A diversidade de ações e serviços prestados pelo Museu Paranaense remete ao conceito do museu como instituição prestadora de serviços, proposto por Moutinho (2008). Também esse perfil coaduna-se com as ações desenvolvidas pelo museu, uma grande diversidade visando a atender a demandas tanto da sociedade científica local e nacional quanto demandas culturais e sociais locais.

Cumpre lembrar que o Paraná conseguiu sua emancipação em 1853, tendo sido os primeiros movimentos de criação do Museu Paranaense em 1874. Assim, tomou central importância no desenvolvimento local, sendo, inclusive, ponto de referência geográfica da população, visto ocupar localização central na cidade de Curitiba, considerando suas quatro primeiras sedes: Tesouraria Provincial, 1874-1876; Praça Zacarias, 1876-1900; Rua Dr.

Muricy, 1900-1913; e Rua São Francisco, 1913-1928. Recorda-se que as próximas sedes também ocuparam localização central na cidade.

Outra característica das ações desenvolvidas pelo Museu Paranaense envolve suas relações com a educação. O museu passou a ser um espaço fora da escola para desenvolvimento de ações educacionais pelos professores. Destaca-se aqui o apoio dado pela Inspeção de Educação, inclusive contando com a participação do inspetor nesses encontros (A República (PR), 1906, ed. 75).

Cabe, neste ponto das reflexões, incluir a posição de Loureiro Fernandes e Marília Nunes quando das comemorações dos 80 anos do Museu Paranaense. Segundo os autores, em 1937, o local passou a ser um museu de especialistas, sendo, antes dessa data, um museu popular. Registram a mudança do seu perfil de um museu voltado para questões populares – sociais, políticas e culturais – para um museu científico, preocupado com a pesquisa (Fernandes & Nunes, 1956). Essa questão alinha-se às mudanças ocorridas no país a partir da década de 1950, com a incorporação de alguns museus brasileiros por universidades, fato que reforça substancialmente o perfil de alguns museus científicos, como também poderia ocorrer com o Museu Paranaense. Também é um divisor de águas na trajetória do Museu Paranaense, que manteve sua ligação com o governo do estado do Paraná, diferentemente dos museus brasileiros do século XIX: Museu Nacional, Museu Paraense e Museu Paulista, que passaram a ser geridos pelas universidades federais de seus locais de origem.

Sintetizando estas e outras ações que definiram o perfil do Museu Paranaense como uma ferramenta cultural e social no período de 1874 a 1928, tendo papel de divulgação e construção do Paraná, é importante lembrar que as ações citadas e pesquisadas, as referências quanto à formação de suas coleções, os papéis ocupados pelo museu, os personagens envolvidos, todos foram publicados e registrados em jornais locais e de circulação nacional.

Inicialmente, os registros eram feitos no jornal Doze de Outubro, primeiro periódico da província e ligado ao governo provincial, mas posteriormente os diversos jornais criados também foram fontes de divulgação do museu e de suas ações. Baseado nesse material, foi possível reconstruir a trajetória do Museu Paranaense no período estudado – 1874-1928 –, o que não se configurou da mesma forma nos períodos subsequentes, inclusive na contemporaneidade.

O fato de ter sua trajetória registrada nos meios de comunicação também é um indicador da centralidade e da importância do Museu Paranaense na província e no estado do Paraná, tendo sempre grande visibilidade, não só local, mas também em outros meios de comunicação de circulação nacional.

Retomando Ricoeur e suas referências do passado como carga, herança, dívida ou fardo, reconstruir a identidade do Museu Paranaense faz com que se possa potencializar o passado como recurso para entender melhor as trajetórias do local e traçar novas propostas para seu futuro:

"A questão, a meu ver, é a seguinte: o que a noção de dívida acrescenta à de vestígio para uma fenomenologia da memória e da história? Começamos a responder esta questão tentando compreender a carga que o passado faz pesar sobre o futuro. Mas a dívida, mesmo que ela obrigue, e, assim, conecte o futuro, não se esgota na ideia de fardo. A herança é também recurso." (Ricoeur, 2012, p. 346).

É nessa perspectiva que se faz um salto temporal nas análises para o período de 2010 a 2017.

5.2 O Museu Paranaense no período de 2010 a 2017

Para analisar o perfil do Museu Paranaense no período compreendido entre 2010 e 2017, sob a gestão de Renato Augusto Carneiro Junior, cumpre refletir sobre o perfil dos museus contemporâneos, que trazem em suas práticas não uma única tipologia, que têm como propostas museológicas não somente um conceito, mas trabalham a partir de diversas propostas e formas de ver e entender o mundo.

Françoise Choay promove reflexões sobre a espetacularização do patrimônio, por meio da análise das cidades históricas, nas quais são incluídos diversos "recursos de embalagem", com o objetivo de transformar os bairros antigos em "produtos para consumo cultural" (Choay, 2002, p. 224), em que pese serem formas de promover o desenvolvimento local. Continua apresentando alguns efeitos secundários da implantação desses empreendimentos culturais, destacando a exclusão das "populações locais ou não privilegiadas e, com elas, suas atividades tradicionais e modestamente cotidianas." (Choay, 2002, p. 226).

De forma semelhante, percebe-se uma crítica da direção do Museu Paranaense em relação à massificação das suas relações com a comunidade, entendendo que essa espetacularização poderia desvirtuar seu perfil.

"Se poderia fazer um trabalho mais massivo de relações públicas do museu? Poderia, mas também de certa maneira a gente desvirtuaria o museu. Ao contrário do Museu Oscar Niemeyer, o Museu Paranaense não é um lugar de moda, não é um lugar que as pessoas queiram vir para cá fotografar seu casamento, é uma coisa mais intimista, menor, é um museu médio, não é um museu grandioso,

apesar de eu reputar o MP como o maior museu do Sul do Brasil.” (Carneiro Junior, 2018).

Em sua crítica à exploração do patrimônio histórico arquitetônico, Choay indica a responsabilidade dos seus administradores:

“Aí os administradores do patrimônio têm um posto a assumir e uma tarefa a cumprir. Qual pode ser, com efeito, o valor histórico de um edifício ou de um conjunto de edifícios se não tiverem a bela linearidade temporal tão pacientemente edificada pela história, tão pacientemente apreendida e conservada pela memória orgânica e pouco a pouco reduzida a uma abstração pelas memórias artificiais? Como se pode sem este suporte, construir o quadro de referência que dá significado histórico a um monumento, a um conjunto urbano ou a uma aldeia antigos?” (Choay, 2002, p. 229).

De maneira análoga, seria possível chamar também à responsabilidade os profissionais envolvidos com os museus: museólogos, antropólogos, historiadores, no sentido de dar significado ao acervo disponível. Como criar as referências necessárias para dar significado aos objetos que compõem o acervo sem que estes sejam apresentados como em uma vitrine de antiquário ou um depósito de objetos históricos descontextualizados?

Recorrendo ainda às colocações de Ricoeur (2012, p. 348) – “a carga que o passado faz pesar sobre o futuro” –, pode-se refletir sobre a carga do acervo sobre as ações dos museus históricos, em especial, dos museus tradicionais, em geral com um vasto acervo de importância histórica, aqui entendidos como museus voltados aos seus acervos e aos seus públicos. O autor finaliza suas reflexões sobre o passado propondo que essa carga trazida por ele seja potencializada como recursos para o presente /futuro. Também o acervo poderia ser pensado como recursos, como potenciais da construção de discursos que propiciam interações com a comunidade na qual esses museus estão inseridos.

Considerando aqui o filósofo e sociólogo francês Pierre Levy, ele apresenta o conceito de virtual como “derivado por sua vez de *virthus*, força, potência”. Mostra o virtual como uma potência do vir a ser, exemplificando com “a árvore [que] está virtualmente presente na semente.” (Levy, 1999, p. 15). Assim, cabe reconhecer o acervo como potência para entender o presente e criar soluções sustentáveis e socialmente responsáveis para o futuro; cabe reconhecer o virtual dos objetos que compõem os acervos, como promotores de discursos responsáveis que interajam de forma criativa e propositiva com seus públicos, promovendo reflexões críticas que colaborem na construção de cidadãos.

Nesse sentido, Francisco Régis Lopes Ramos posiciona o museu não como “um doador de cultura”, explicitando seu papel de responsabilidade no desenvolvimento da comunidade envolvida a partir das relações do presente/futuro com o passado, representado

pelo acervo desse museu: “[...] o museu não é um doador de cultura. Sua responsabilidade social é excitar a reflexão sobre as múltiplas relações entre o presente e o passado, através de objetos no espaço expositivo.” (Ramos, 2004, p. 131).

Partir de museus tradicionais, focados em seus acervos, não é por si só motivo de considerá-los estagnados nos tempos representados por seu acervo, mas, sim, oportunidade de desenvolver formas de refletir de forma crítica esses acervos, a partir de e com a comunidade envolvida; este, sim, é o desafio dos museus tradicionais.

Em suas reflexões sobre os projetos de museus na atualidade, Mario Moutinho apresenta a dificuldade deles de transitar por uma única proposta de museu, propondo, então, a denominação ‘museus complexos’ para aqueles que se constroem a partir de diversos conceitos:

“Cada vez mais é difícil imaginar um museu imperial sem programas de inclusão social, ou museus de favela sem coleções de objetos herdados, ou redes sociais sem novas museografias. E todos os conceitos que lhes estão subjacentes aparecem agora como novas formas de heterotopias marcadas pelos seus próprios espaços formais e relacionais onde não é mais a diferença que singulariza, mas antes pelo contrário é na justaposição que encontram a sua essência. [...]”

O desafio da Sociomuseologia é certamente o de contribuir também para a compreensão desta nova realidade museológica, assente na existência de museus que se afirmam pela utilização simultânea de diferentes conceitos, tornando-se assim numa nova categoria que poderíamos denominar de Museus Complexos.” (Moutinho, 2014b, p. 9).

A partir desse conceito e do tratamento do acervo como recurso, potência para pensar o presente/futuro, importa retomar algumas registros do diretor do Museu Paranaense durante a entrevista feita em maio de 2018:

“Ao museu não cabe organizar a sociedade, pelo menos é a minha visão; cabe a ele acolher a sociedade que lhe demanda.” (Carneiro Junior, 2018).

“As pessoas passaram a ver o museu como um lugar que merecia receber esse acervo. [...] As pessoas estavam tendo notícias de que o museu estava organizado e ele passou a ser um lugar para se mandar o acervo.” (Carneiro Junior, 2018).

“Não perder de vista essa função acadêmica [do museu], porque nós somos e devemos ser sempre produtores de conhecimento. O acervo não é acervo por si só, tem a função de guarda, que é importante, mas, à medida que ele possa ser qualificado, à medida que ele possa ampliar essa atuação, a gente consegue tirar muito mais dele.” (Carneiro Junior, 2018).

“Se eu recebo Ney Braga, eu tenho que receber Maé da Cuíca também. [...] Não é o Museu do Samba, mas é o Museu Paranaense, então todo tipo de manifestação paranaense tem que caber aqui. [...] Acervo você constrói. Também não tinha

acervo de imigrantes aqui e a gente construiu esse acervo.” (Carneiro Junior, 2018).

As frases apresentadas, mesmo que isoladas do contexto geral, trazem algumas referências importantes que merecem maiores reflexões sobre a trajetória do Museu Paranaense, que orientam as ações museológicas desenvolvidas no período atual. Percebem-se a importância e a centralidade do acervo no pensar do museu, como também a visão do acervo como fato gerador de novos discursos, como motivo de abertura do museu para a participação da comunidade.

Em que pese a posição passiva na construção das ligações com essas comunidades e grupos sociais – “*cabe a ele acolher a sociedade que lhe demanda*” –, concretizam-se projetos, ações pontuais, exposições, pesquisas, que surgem da interação do museu com “*a sociedade que lhe demanda*”. Pode-se citar o GT da Mulher, que resultou em diversos encontros, palestras, debates, sendo finalizado com exposição sobre a mulher e suas atividades profissionais no Paraná. Outro exemplo inclui os encontros do GT do Negro, em parceria com grupos paranaense, que, após diversos encontros e debates, propôs alteração no circuito permanente do museu no que se refere à inclusão do negro na história do Paraná, ação que se encontra em desenvolvimento, para implantação prevista no fim de 2018.

Não limitando apenas a movimentos sociais, podem-se citar as comemorações dos 57 anos da independência da Nigéria, ocorridas no Museu Paranaense em outubro de 2017, que contaram com apresentações, debates sobre racismo e palestras sobre a história e cultura da Nigéria. Da mesma forma, podem-se destacar eventos culturais, exposições, debates sobre diversas culturas que integram a sociedade paranaense – portugueses, espanhóis, japoneses, poloneses, alemães –, além de exposições ligadas a alguns países que participaram da Copa do Mundo do Brasil, como Irã, Espanha e Nigéria.

Outro ponto que merece destaque diz respeito a questões ligadas à incorporação de novos acervos. Dois acervos significativos foram incorporados em 2017: Maé da Cuíca e Daniel Conrade. Segundo fala do atual diretor, “*se eu recebo Ney Braga eu tenho que receber Maé da Cuíca também*”, o que reflete a compreensão dos acervos a serviço das demandas da comunidade, representando a cultura local, independentemente da sua origem.

O primeiro, Maé da Cuíca, representa o negro e o samba curitibano. Seu acervo estava em situação de abandono, tendo sido ofertado para o Museu Paranaense, que o incorporou, promovendo pesquisa e montagem da exposição, acompanhada de roda de samba e participação da comunidade negra paranaense. Já o acervo de Daniel Conrade

representa um projeto de pesquisa com registro de grupos indígenas paranaenses, tendo gerado um livro e posterior doação do trabalho para incorporação ao acervo do museu.

Quando se refere aqui ao acervo do museu, trata-se do patrimônio paranaense sob guarda dele, mas cumpre explicitar o conceito de patrimônio utilizado, referente a colocações propostas por Varine, segundo quem “o patrimônio [...] é antes de tudo de natureza comunitária, isto é, emana de um grupo humano diverso e complexo, vivendo em um território e compartilhando uma história, um presente, um futuro, modos de vida, crises e esperanças.” (Varine, 2013, p. 44).

A partir dessa visão de patrimônio, encontram-se pontos em comum nas ações referentes ao acervo e nas relações com a comunidade do museu; mesmo ainda de forma embrionária, percebe-se a participação de diversos grupos que se fazem representar no museu: mulheres, negros, movimentos sociais, grupos de imigrantes, todos ligados a um território específico – Paraná –, atendido pelo papel do Museu Paranaense.

Retomando Moutinho, quanto ao papel da sociomuseologia contribuindo para a compreensão dessa “nova realidade museológica”, percebe-se a “utilização simultânea de diferentes conceitos” que orientam as atividades desenvolvidas pelo Museu Paranaense, seja nas relações construídas com a comunidade e sua diversidade local, mediante interações com ela, seja na incorporação de novos acervos. Assim, é possível a aproximação do Museu Paranaense ao conceito proposto de museu complexo, pelo que já foi visto e por outras questões a ver (Moutinho, 2014a, p. 9).

Para além dessas colocações, vale ainda trazer as considerações da direção do Museu Paranaense quanto ao papel do museu como produtor de conhecimento, colaborando e induzindo a pesquisa, tendo como base seu acervo. Incluem-se nestas reflexões as colocações de Ramos, que apresenta o ensino, a pesquisa e a produção de conhecimento como parte das atividades que devem ser desenvolvidas pelos museus, não devendo, porém, ser confundidos com instituições de ensino ou centros de pesquisa:

“[...] o museu histórico pressupõe que o ato de expor é um exercício poético a partir de objetos e com objetos – construção de conhecimento que assume sua especificidade. Como lugar de produção de saber, o museu não pode ser confundido com centros de pesquisa ou de aulas, embora faça pesquisa e dê aulas, nem com instituições de recreação, embora assuma um caráter lúdico.” (Ramos, 2004, p. 29).

Assim, a pesquisa é vista não somente como produção de novos conhecimentos, mas base para qualificação do acervo, dando novos significados aos objetos e coleções do museu. É a partir dessa qualificação que surgem instrumentos para a promoção de interação com a comunidade. Retomando Ramos, “se antes os objetos eram contemplados,

ou analisados, dentro da suposta 'neutralidade científica', agora devem ser interpretados." (Ramos, 2004, p. 20). É essa interpretação que deve ser construída a partir da constituição do patrimônio como objeto promotor de interações com a comunidade atendida. Em outras palavras, significa elaborar pontes de ligação entre o acervo como registro histórico e como instrumento de construção de cidadãos críticos e envolvidos com o desenvolvimento social, econômico e cultural.

"O mais importante é dialogar como que já foi feito, sabendo por quem foi feito, para quem e contra quem foi feito. Tratar a cultura em sua constituição conflituosa, dialogar com o passado, não para sentir saudade ou tentar salvá-lo do esquecimento, mas para interpretá-lo como fonte de conhecimento a respeito das novas idas e vindas nos mapas da temporalidade. Se vamos apagando as marcas do pretérito, perdemos o potencial educativo de experimentar as diferenças temporais, de sentir a estética do tempo como forma de entender o que éramos, o que somos e o que poderemos ser." (Ramos, 2004, p. 81).

Exemplos dessa referência são as parcerias entre o Museu Paranaense e a UFPR. Por meio de pesquisas desenvolvidas pela equipe científica do museu, professores e estudantes da UFPR, foi possível a elaboração de painéis de debate, palestras e montagem de exposição a partir da temática trabalhada: a mulher. Da mesma forma, a parceria abriu espaço para a participação da orquestra da UFPR no museu, em alguns momentos com a utilização de instrumentos musicais que fazem parte do acervo, ou ainda a participação dos estudantes em projetos de organização e classificação do acervo, como estagiários.

Esse olhar da atual gestão do Museu Paranaense, de entender o local a partir de seu acervo, de buscar formas de qualificar o museu pela pesquisa, produção de conhecimento e novas ressignificações, se por um lado não direciona suas ações para o desenvolvimento social, considerando aqui a diversidade cultural, social e política atendida pelo museu, por outro abre suas portas para a sociedade, possibilitando, a partir de seu acervo e de sua história, as reflexões necessárias para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e cidadã.

O Museu Paranaense traz em sua história, agora agregada à visão atual de sua gestão, uma semente virtual do "vir a ser" de Levy (1999); a transformação da história de seu passado em recurso para a transformação de seu presente e a construção de possibilidades de crescimento futuro da sociedade de Ricoeur (2012); a visão complexa de um patrimônio comunitário a serviço do desenvolvimento local de Varine (2013); a diversidade de ações e serviços para a comunidade, característica dos museu complexos de Moutinho (2014a); e os processos em busca dos ajustes às necessidades dos cidadãos, nos mais diversos contextos e de forma participativa, de Maria Célia Santos (2002).

5.3 O Museu Paranaense e sua trajetória na história dos museus

Buscando entender os motivos que levaram ao esquecimento do Museu Paranaense na história dos museus brasileiros, foram feitas pesquisas bibliográficas em livros, teses, artigos e guias de museus para levantar o que foi escrito sobre ele em publicações em geral. Nesse levantamento, não foram incluídas publicações feitas especificamente sobre o Museu Paranaense, mas outras pesquisas que tratam dos museus brasileiros.

Parte-se, neste trajeto reflexivo, da posição de Renato Carneiro sobre o motivo da invisibilidade do local, registrada em entrevista:

“Decorrência da própria invisibilidade do estado; o Paraná ficou famoso com a Operação Lava-Jato aqui em Curitiba. Essa é uma teoria que Brasília Machado já discutia: o Paraná é um lugar de passagem. Curitiba era o lugar onde você pernoitava na passagem para Foz do Iguaçu, para o Rio Grande do Sul, para as praias de Santa Catarina.” (Carneiro Junior, 2018).

Volta-se no tempo e começa-se com Laurence V. Coleman, diretor da Associação Americana de Museus e responsável pelo guia *Museus na América do Sul*, de 1929, que registra museus no Brasil nas seguintes cidades: “Belém (Pará), Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza (Ceará), Juiz de Fora, Manaus, Ouro Preto, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Rio Negro, São Paulo, São Salvador (Bahia), Itú.” (Coleman, 1929, p. V). Em Curitiba, o autor cita somente o Museu Paranaense, dirigido por Romário Martins e com administração incerta, considerando ser um museu privado ou público. Na descrição, diz ter sido o museu criado em 1885, dedicado à etnografia e história natural (Coleman, 1929).

Ainda na síntese do trabalho, Coleman cita o Museu Paranaense como museu de história natural e museu de arqueologia ou etnologia. Quanto à administração, não aparece na lista de museus provinciais ou estaduais, provavelmente por haver registrado o Museu Paranaense como “*Administration: (not ascertained)*” ou administração não apurada (Coleman, 1929, p. 127).

Chega-se a 1937, quando a Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional publicou artigo de Heloisa Alberto Torres com a proposta de levantar as principais referências culturais do país. O Museu Paranaense é citado no grupo de museus estaduais: “Paraná: Curitiba – Museu Paranaense, recentemente transferido para a Municipalidade. Coleções etnográficas e arqueológicas, especialmente do Estado.” (Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (RJ), 1937, ed. 1, p. 21).

No mesmo ano, o SPHAN solicitou que os diretores de alguns museus enviassem catálogos e informações sobre seus acervos, visando “[a]o tombamento sistemático das nossas coleções de arqueologia e de arte.” Entre os oito museus listados, está o Museu Paranaense, tendo assim, em 1938, reconhecimento quanto ao seu acervo e história (Correio da Manhã (RJ), 1937, ed. 13006, p. 7).

Em outro guia de museus brasileiros, produzido pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e pela Organização Nacional do ICOM, em 1958, Guy de Hollanda apresenta o Museu Paranaense como um museu de história e antropologia, tendo sido fundado em 1874. À época, o guia apresenta Júlio Moreira como seu diretor, além de fazer uma grande descrição do acervo, histórico institucional, publicações, equipe e serviços em geral (Hollanda, 1958).

Em 1970, Vinício Stein Campos publicou uma coleção intitulada Elementos de Museologia: História dos Museus, tendo dedicado o terceiro volume somente para museus brasileiros. Cita alguns museus do Paraná, com destaque para o Museu Paranaense, em Curitiba. O autor apresenta sua fundação em 1874, como um museu de antropologia e história. Marca, ainda, alguns dos seus pontos históricos, dando destaque à organização de seus setores, alguns edifícios, além de uma série de publicações científicas produzidas pelo museu (Campos, 1970).

Em pesquisa de 1979, Simon Schwartzman apresenta o desenvolvimento das ciências no Brasil, citando como referências os Museus Nacional, Paraense e Paulista, como parte da história dos museus no Brasil, destacando ainda serem museus com trabalhos de desenvolvimento científico (Schwartzman, 2001).

Em 1989, Lilian Schwarcz escreveu *O nascimento dos museus brasileiros*, no qual apresenta a história dos museus brasileiros, a partir da produção científica e dos museus de história natural e etnologia. Baseia-se em Fernando Azevedo (1955) e Schwartzman (1979) para elencar os mesmos museus apresentados por eles anteriormente: Museu Nacional, Museu Paraense e Museu Paulista, inclusive destacando suas datas de renovação e consolidação, com a citação dos chamados ‘pais fundadores’ dos museus: João Batista Lacerda – 1895-1915 –, Emílio Goeldi – 1893-1907 – e Hermann von Ihering – 1894-1916 –, respectivamente (Schwarcz, 1989).

Com sua crítica, em 1992, Maria José Elias, pesquisadora ligada ao Museu Paulista, retoma a história dos museus brasileiros, a partir do texto de Schwarcz *O nascimento dos museus brasileiros 1870 – 1910*, publicado em *Histórias das ciências sociais no Brasil*, de Sérgio Miceli, em 1989. Elias cita Schwarcz quando da apresentação da “institucionalização da pesquisa científica, congregando centros tradicionais”. Finaliza

propondo a inclusão do Museu Paranaense no rol de instituições citadas, visto não ter sido lembrada por Schwarcz (Elias, 1992, p. 140).

Elias continua apresentando um bom resumo da história do Museu Paranaense, visto não haver até o momento – 1992 – muitos registros conhecidos sobre o assunto. Aborda a participação do museu na Exposição Antropológica Brasileira de 1882, com as produções apresentadas, bem como a “presença de pesquisadores nacionais e estrangeiros no museu”, como justificativa da sua inclusão na lista dos museus do século XIX, que compõem a historiografia dos museus no Brasil (Elias, 1992, p. 141).

Ainda, registra que Schwarcz não leva em consideração em sua pesquisa as exposições regionais, nacionais ou internacionais, quando do registro de publicações dos “museus etnográficos”, tampouco a publicação dos catálogos para os visitantes das exposições, nem mesmo os acervos apresentados na Exposição Antropológica Brasileira, fato que apresentaria o Museu Paranaense como um dos museus que deveriam ser considerados (Elias, 1992, p. 143).

Schwarcz repete sua escolha na publicação de sua tese de doutorado, em 1993: *O espetáculo das raças*, referência para a história dos museus brasileiros (Schwarcz, 1993). Ainda em 1993, Maria Margaret Lopes, em pesquisa realizada para elaboração de sua tese de doutorado, estuda a pesquisa científica no Brasil. Iniciando com a criação do Museu Nacional, a autora avança para a década de 1860, citando diversas iniciativas de museus regionais, entre elas, a criação do Museu Paranaense na mesma data da reforma do Museu Nacional, 1876 (Lopes, 2009).

Tendo seu principal foco no Museu Nacional, cita também outros museus criados ainda no século XIX: Museu Paraense, Museu Paranaense, Museu Botânico do Amazonas e Museu Paulista, apresentando dados deles. Em relação ao Museu Paranaense, Lopes aborda a participação paranaense nas exposições nacionais, sendo, assim, criado o museu a partir dos acervos colecionados. Apresenta, ainda, sua inauguração e a origem de suas coleções, mediante doações, que são publicadas em jornais locais (Lopes, 2009).

Ainda que de forma superficial, nota-se que, já em 1993, são de conhecimento referências sobre o Museu Paranaense, inclusive de sua participação na Exposição Antropológica de 1882 e das produções encaminhadas por ele para a exposição. Destaca-se também “a organização do Museu Paranaense também se insere localmente no contexto dos incentivos à produção agrícola e às políticas migratórias para o Paraná nos anos de 1870 e 1880.” (Lopes, 2009, p. 210). Estas e outras informações trazidas pela autora demonstram seu conhecimento de breves relatos sobre o Museu Paranaense e sua atuação no âmbito regional e nacional, não sendo de desconhecimento do campo científico sua existência e sua história.

Avançando para 2002, com a publicação de Myrian Sepúlveda dos Santos: *Políticas da memória na criação dos museus brasileiros*, da mesma forma o Museu Paranaense não é citado quando da apresentação dos “demais museus inaugurados no Brasil”, para além da criação do Museu Nacional. Em sua bibliografia, tem em Schwarcz sua referência quanto à história dos museus brasileiros, fato que faz entender a restrição em suas citações aos Museus Nacional, Paraense e Paulista (Santos, 2002, p. 125).

Em 2003, em sua tese de doutorado, Mário de Souza Chagas cita a criação de diversas outras instituições no Brasil, entre elas, o “Museu Paranaense, em 1876, voltado para a celebração da história do Paraná”, sem mais informações (Chagas, 2003, p. 77).

Em 2011, Fabiano Ardigó, no livro sob sua organização: *Histórias de uma ciência regional*, destaca em seu artigo a história do Museu Paranaense no período chamado por ele de ‘fase científica’. Descreve a trajetória do museu nas décadas de 1940 e 1950, quando o museu dedicava-se à pesquisa científica, transformando seu perfil (Ardigó, 2011).

Mais recentemente, em 2015, Andréa Fernandes Considera realizou pesquisa sobre os fazeres museais no Brasil. Inicialmente, o estudo versava sobre os Museus Nacional, Paraense e Paulista, sendo incluído, após sua qualificação, o Museu Paranaense. Sua pesquisa aborda os museus do século XIX, trazendo informações diversas sobre o Museu Paranaense, a partir dos materiais já pesquisados (Considera, 2015).

Falar sobre a história dos museus brasileiros é remontar uma grande série de escritos, pesquisas, artigos, livros, notícias, relatos, pontos de vista, que talvez possibilitem uma compreensão mais acurada do perfil existente na atualidade brasileira. O avanço para um novo perfil de museu, cumprindo sua função social, depende da sistematização desses conhecimentos, trazendo bases históricas para o desenvolvimento de museus que sejam ferramentas de transformação cultural, social, política e econômica. Trazer à tona a história do Museu Paranaense, suas trajetórias e contextos e seu trabalho com a sociedade local pode colaborar nessa nova construção, mas também cumpre refletir sobre os motivos que o fizeram ser desconhecido, os motivos de sua invisibilidade.

São diversas as hipóteses sobre essa invisibilidade, todas concomitantes e não excludentes, que são apresentadas a seguir, a partir das pesquisas realizadas.

A hipótese primeira acredita-se ser sua localização e atuação regional. O Paraná localiza-se fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, fato centralizador nas discussões culturais e, em especial, na museologia.

Retomando a história do Paraná, vê-se seu surgimento como uma divisão da província de São Paulo, a quinta comarca, tendo como principal justificativa a força política para divisão do poder de São Paulo. Viu-se também, quando da avaliação do traçado do contexto histórico no Paraná, no capítulo I, que diversas ações culturais desenvolvidas no

Paraná após sua emancipação podem ser atribuídas à sua afirmação contra o Império e contra o poder da província, a exemplo da criação de sua Companhia de Força Policial, em 1857, promovendo a autonomia quanto à segurança local. Também encontram-se exemplos nas participações do Paraná nas exposições nacionais e internacionais, buscando sua afirmação como província independente.

Pode-se citar o Museu Paraense ou Museu Emílio Goeldi como uma instituição que também está fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, mas é listada como um dos museus brasileiros do século XIX, sendo um museu científico. Há duas justificativas para sua inclusão na historiografia dos museus brasileiros: seu alinhamento aos padrões do Museu Nacional à época, como um museu científico, além de, desde sua criação, ter mantido íntima ligação com o Museu Nacional por meio de pesquisadores – talvez o mais importante –; exemplo disso é seu primeiro diretor, Domingos Soares Ferreira Penna, que durante suas atividades de pesquisa contribuía com os dois museus: Nacional e Paraense. Outro exemplo ainda é Emílio Goeldi, inicialmente pesquisador ligado ao Museu Nacional, que posteriormente assumiu a direção do Museu Paraense, dando novo direcionamento e posteriormente tendo seu nome atribuído ao local.

Quanto à questão geográfica, o território paranaense possui uma característica própria, já estudada por historiadores paranaenses, como Brasil Pinheiro Machado, quando fala das questões históricas sobre a formação das estruturas agrárias no estado:

“Sociedade Campeira

Entregues a vida campeira, continuidade dos grupos paulistas de que descendiam historicamente, vivendo em uma região que se constituiu em ‘zona de passagem’, entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, no período das tropas, de que participaram intensamente, estabelecendo um contínuo contato com os paulistas e rio-grandenses, os habitantes dos Campos Gerais tinham sobretudo costumes de gaúchos.” (Machado, 1968, p. 37).

Machado refere-se a então província do Paraná durante o século XIX como uma “zona de passagem”, fazendo ligação entre os estados do Sul com São Paulo e o Império. Relata ainda, no século XX, o deslocamento de um grande número de famílias vindas do Rio Grande do Sul, promovendo o desenvolvimento agrícola no interior paranaense. Essa feita promoveu outros deslocamentos dentro do estado do Paraná, transformando-o novamente em uma “zona de passagem”: “Como nos tempos do tropeirismo, os Campos Gerais transformaram-se novamente em ‘zona de passagem’, agora passagem em direções diferentes.” (Machado, 1968, p. 49).

Em entrevista gravada pelo Portal Memória Paranaense, em dezembro de 1997, Cecília Westphalen, historiadora da UFPR, fez reflexões sobre uma característica do povo

paranaense, a partir da “crença sobre a timidez paranaense”, ligada às colocações de Machado (1968) quanto ao Paraná ser “zona de passagem”, termo também citado por ela:

“Professora Cecília – Nunca me preocupei em estudar a timidez paranaense. Eu talvez não chame de timidez, eu chamaria mais de cautela. O paranaense é muito cauteloso. Numa ocasião, vi alguém – não me recordo quem, isso foi na minha infância – dizendo que o paranaense, sobretudo em relação à família, é muito cauteloso, ou seja, ele não abre as portas de sua casa ao primeiro aceno, mas, quando ele abre, é para sempre. De outro lado, ouvi também que o paranaense, esse homem paranaense que não existe mais hoje, não é que fosse tímido, ele era assim muito perscrutador, quer dizer, ele sonda muito, ele olha muito. Por quê? Porque o Paraná, desde os tempos pré-cabralinos, foi uma zona de passagem. Muita gente passava por aqui: índios que iam do litoral para o interior, do interior para o litoral, que iam de Santa Catarina para o Paraguai, do Paraguai para São Paulo, espanhóis e portugueses que faziam o mesmo e, mais recentemente, revolucionários que teriam feito o mesmo – também já escrevi isso. O que, afinal, precipitou o anseio de quase meio século dos paranaenses de emancipação da comarca? Foi o receio de que se unissem os revolucionários Farrapos e os revolucionários Liberais de 1842. Então, foi o momento de o governo imperial atender às reivindicações do Paraná. Mas nem por isso eles deixaram de passar. Veio a Revolução de 1894, veio a de 1924, veio a de 1930. Estão sempre passando por aqui e os paranaenses têm que ter cautela. Acho que é isso.” (Wille, 1997).

As colocações de Machado (1968) e Westphalen (apud Wille, 1997) fazem refletir sobre a pouca importância dada a atos e fatos ocorridos no Paraná no século XIX e início do século XX, o que pode ter contribuído para o afastamento do Museu Paranaense do circuito histórico dos museus brasileiros – científicos, universitários e em geral –, que se prorroga até o presente.

Outra hipótese é o não alinhamento do perfil do museu aos padrões promovidos no fim do século XIX e início do século XX, a qual foi indicada em diversos momentos da pesquisa. Apesar de verdadeira, não se sustenta ao considerar os diversos registros de pesquisadores envolvidos com o Museu Paranaense, citados anteriormente, bem como solicitações de outros museus por pesquisas e acervos do museu. Cabe destacar também as participações em exposições brasileiras, em especial, a Exposição Antropológica de 1882, esta citada em publicações do Museu Paulista como uma grande contribuição do Museu Paranaense.

Mesmo não seguindo a linha dos museus científicos que se apresentava no Brasil no século XIX, o Museu Paranaense desenvolvia algumas ações em parceria com pesquisadores e outros museus. Assim, é de conhecimento e reconhecido seu papel por outros museus e pesquisadores, chegando a 1937 com o tombamento de seu acervo. No mesmo sentido, percebe-se a continuidade desse não alinhamento de perfil na segunda metade do século XX, quando os museus brasileiros do século XIX foram incorporados às

universidades federais de suas regiões. Nesse momento, o Museu Paranaense voltou-se para um perfil histórico, alinhado a outros museus criados já no século XX.

Ainda outra hipótese seria o alinhamento dos registros da história dos museus no Brasil com base nos estudos da ciência no país – museus científicos –, ocorrido a partir da década de 1970, não sendo considerado o Museu Paranaense um museu científico, fato confrontado por Ardigó (2011). Registram-se também as colocações de Elias (1992), contrapondo Schwarcz (1989), quanto à não consideração do Museu Paranaense em sua pesquisa sobre os museus científicos, destacando-se que ambas as autoras são integrantes da USP. Neste caso, vê-se um alinhamento dos diversos registros sobre a história dos museus brasileiros a partir do ponto de vista dos museus científicos, visto serem estes os padrões adotados no surgimento deles ainda no século XIX: Museu Nacional, Museu Paranaense e Museu Paulista.

Cumpra aqui destacar que a história dos museus científicos brasileiros não reflete a história dos museus brasileiros; esse direcionamento restringe a participação histórica do Museu Paranaense e de outros museus, que até o momento não foram estudados ou divulgados. Caberia, então, uma revisão nessa historiografia, buscando recolocar o Museu Paranaense e outros museus, com suas diversidades, em seus devidos lugares. A escrita da história é sempre inacabada, necessita de novas revisões, pesquisas e reescritas, a partir de novas fontes.

5.4 O processo de pesquisa documental e participativa: o papel da equipe do museu nos trabalhos desenvolvidos

Refletindo sobre o processo de produção desta pesquisa, cumpre analisar um pouco desse processo, destacando a proposta inicial de pesquisa participativa, contando com o envolvimento e participação da equipe do Museu Paranaense.

Durante estes quase três anos, foram diversos os momentos formais e informais nos quais a equipe do museu pôde participar de forma ativa nas pesquisas desenvolvidas. Ainda no início dos trabalhos, após o fechamento do projeto de pesquisa, este foi apresentado para todos e foi possível obter pareceres quanto à proposta do tema, metodologia, fontes e sugestão de direcionamentos. Considerando que muitos dos componentes da equipe atuam no museu há muitos anos, inclusive quatro deles em período de aposentadoria em 2018/2019, muitas informações foram obtidas nesses encontros.

Finalizadas as pesquisas referentes ao período da gestão de Agostinho Ermelino de Leão, uma apresentação do trabalho até o momento foi feita para a equipe. Novamente, houve participação, sugerindo novas fontes e validando a pesquisa desenvolvida, como

também fortalecendo seu ineditismo, visto não haver estudos sobre esse primeiro período do museu. As observações foram incorporadas ao trabalho, principalmente nos ajustes metodológicos e fontes trabalhadas.

Além dos encontros programados, em muitos momentos foram trazidos documentos para que fossem incorporados ao trabalho de pesquisa, como documentos encontrados no acervo do Museu Paranaense sobre a criação do Museu Nacional e a citação do Museu Real, utilizados quando da pesquisa sobre o contexto museológico brasileiro no século XIX. Outro exemplo foi o livro sobre a vida de José Cândido da Silva Muricy, um dos criadores do museu, em 1874, com informações que ajudaram a entender mais o tema.

Importa destacar outros dois pontos importantes: (i) o envolvimento da equipe responsável pela Biblioteca Romário Martins, que, enquanto desenvolvia seu trabalho, buscava informações que poderiam colaborar para a pesquisa, orientando quanto aos documentos do acervo, obras raras sobre o tema e periódicos de época; (ii) as entrevistas finais, responsáveis pelo trabalho de fechamento das informações necessárias para a compreensão do momento presente do museu. Foram mais de cinco horas de entrevistas gravadas e mais tantas outras para ouvir e transcrever trechos que foram utilizados durante todo o trabalho. Foram realizadas entrevistas com a direção, Departamento Científico, Departamento de Mediação Cultural e Departamento Administrativo.

Finalizo estas reflexões com o desenvolvimento da proposta de pesquisa documental. Em muitos momentos, dúvidas surgiram quanto à amplitude dos documentos pesquisados, ao grande número de periódicos, à vasta bibliografia envolvida e até mesmo à perda do rumo da pesquisa.

Uma das grandes dificuldades encontradas foi a sistematização de todo esse material, o que fez com que se produzisse um projeto final de organização dessas fontes e disponibilização, visando à configuração de novas fontes primárias para pesquisa. São recortes de jornal, revistas, imagens, publicações de museus, documentos, referências sobre os personagens envolvidos e muitas outras informações que ficarão disponíveis via internet.²

Retornei ao tema das fontes utilizadas e aos momentos de perda de rumo para reforçar a importância da participação da equipe do museu no caminhar da pesquisa. Em muitos momentos, ouvi do grupo que seria melhor “*reduzir o arco temporal*”, que o material “*não traria novas contribuições para o trabalho*” ou, ainda, “*o que você está querendo dizer com este termo?*”, todas participações sempre presentes nas pesquisas, nas reflexões e na escrita final.

² Disponível em: <<http://www.rieli.com.br/mp>>.

5.5 Museu Paranaense: novas propostas, novas vozes, novos participantes

Em vias de finalização deste trabalho de pesquisa, conhecidas algumas das ações desenvolvidas pelo Museu Paranaense no fim do século XIX e início do século XX, revisitadas as ações que estão sendo desenvolvidas na contemporaneidade e refletidos todos os relatos, documentos, debates sobre o tema, entendo ser necessário contribuir com melhorias que promovam a participação do museu no desenvolvimento da comunidade local, nos âmbitos cultural, social, econômico, político e educacional.

Após a leitura dos relatórios de gestões anteriores, muitas das propostas pensadas foram encontradas com pequenas alterações das ideias previstas; assim, elas estão aqui agrupadas, como uma retomada, guardando a inovação das propostas aplicadas a cada época. Também se propõem novas ações, que são apresentadas em separado. Importa reforçar que as ações propostas estão pautadas nos conceitos de desenvolvimento da comunidade apresentados e discutidos durante todo este trabalho, sem os quais elas não teriam coerência e pertinência. Essa iniciativa visa a contribuir com a atual e as próximas gestões do Museu Paranaense, fazendo com que esta pesquisa deixe seu legado, passando a justificar também sua existência.

Inicialmente, cumpre destacar a importância da continuidade dos processos de qualificação do acervo do Museu Paranaense, com suas classificações, pesquisa, conservação e divulgação; somente assim, a partir de seu acervo e sua história, será possível abrir o museu para a sociedade paranaense e brasileira, propondo reflexões que objetivem o desenvolvimento nas mais diversas instâncias. Feitas essas considerações, passa-se a apresentar algumas ações.

Como retomada de projetos já promovidos pelo museu, citam-se:

- Domingo no Museu Paranaense: programa cultural com apresentações artísticas, musicais e culturais aos domingos pela manhã nos jardins do Museu Paranaense, aproveitando o público da feira de artesanato. Exemplos: apresentações musicais, com grupos e orquestras; participação de grupos étnicos – portugueses, espanhóis, japoneses –; exposição de artistas paranaenses – arte popular, pintura, artesanato, artistas selecionados –; peças teatrais. Responsáveis: Setores de Ações Culturais e Educativo. Periodicidade: inicialmente mensal, evoluindo para semanal. Parcerias: instituições culturais do município, do estado e nacionais; instituições de ensino superior com atuações

culturais; associações promotoras de ações culturais – Festival da Dança, Festival de Teatro.

- Encontros no Jardim: programa que promova reuniões de grupos nos jardins do Museu Paranaenses, com interesses comuns e foco no lazer e educação, gerando circulação de público com retorno periódico. Exemplos: grupos de terceira idade para debates, orientações, apresentações musicais, dança; grupos de estudantes para roda de debates, contação de histórias; grupos negros, mulheres, LGBT, ciganos, sem-terra, para debates, serviços, apoio jurídico. Responsáveis: Setores de Ações Culturais e Educativo e Departamento Científico. Periodicidade: mensal por grupos envolvidos e, de acordo com o interesse do grupo, semanal. Parcerias: associações de classe, movimentos sociais, instituições de ensino.
- Professor no Museu: programa de formação de professores para utilização do museu e seu acervo como estratégia de ensino, bem como melhoria do perfil cultural de professores. O programa visa a incentivar os docentes a promover visitas de seus estudantes, assumindo a mediação delas, possibilitando a ampliação do atendimento a escolas da região. Exemplos: palestras, oficinas, curso de extensão temático para atendimento de professores das diversas áreas de conhecimento e disciplinas. Responsáveis: Setores Educativo, de Ações Culturais e de Museologia. Periodicidade: mensal, de acordo com a demanda. Parcerias: Secretarias Municipais e de Estado de Educação, associações de classe, sindicatos, instituições de ensino superior.
- Museu Paranaense é Cultura Paranaense: programa de promoção e desenvolvimento cultural do Paraná, com o objetivo de destacar referências culturais do estado, como danças, artesanato, produções culturais, folclore. Exemplos: apresentações folclóricas com exposição de artefatos e debates; produção do artesanato paranaense. Responsáveis: Setor de Ações Culturais e Departamento Científico. Periodicidade: trimestral. Parcerias: Secretarias Municipais e de Estado de Cultura, movimentos sociais, Federação do Comércio do Paraná.
- Museu Paranaense em Cada Canto: programa de desenvolvimento dos museus do Paraná, construindo exposições itinerantes, a partir do acervo do Museu Paranaense, que circularão em outros museus. As exposições teriam temas gerais, centrados em culturas e momentos históricos. Exemplos: Cultura negra no acervo fotográfico do Museu Paranaense; Indígenas nos registros de Vladimir Kozák; O samba curitibano de Mãe da Cuíca; As indústrias paranaenses no

desenvolvimento da província e do estado do Paraná. Responsáveis: Setor Educativo, Departamento Científico e Setor de Ações Culturais. Periodicidade: sob demanda. Parcerias: Secretarias Municipais e de Estado de Cultura.

Para além da reativação dessas ações, propõe-se a implantação de novos projetos que visem à ampliação e diversificação do público atendido pelo museu, assim como à promoção do desenvolvimento crítico, social e econômico da comunidade envolvida. Nesse sentido, destacam-se:

- Palco no Museu Paranaense: eventos culturais periódicos com divulgação de iniciativas artísticas, culturais, científicas e empreendedoras produzidas no Paraná. Exemplos: apresentações teatrais, musicais e artísticas em geral; lançamento de publicações. Responsáveis: Setor de Ações Culturais e Departamento Científico. Periodicidade: sob demanda. Parcerias: Secretarias Municipais e de Estado de Cultura, instituições de ensino superior, Federação Comercial do Paraná.
- Fóruns/seminários temático: eventos temáticos integrados desenvolvidos a partir de datas específicas municipais, estaduais e nacionais, com palestras, debates, exposições, apresentações e outros formatos. Abertura de espaço para participação da comunidade em temas de interesses segmentados. Exemplos: Semana da Mulher; fórum de museus paranaenses; Semana do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram e outros temas, como cultura negra, cultura indígena, literatura, financiamento cultural, história, antropologia, arqueologia. Responsáveis: Setor de Ações Culturais, Departamento Científico e Setor Educativo. Periodicidade: anual, por tema. Parcerias: associações de classe, associações culturais, movimentos sociais, secretarias municipais e estaduais, Ibram.
- Exposições virtuais temáticas: projeto de exploração do acervo do Museu Paranaense, a partir de temas escolhidos e demandados, com produção de textos orientadores, imagens, propostas de atividades educacionais, para publicação eletrônica, com possibilidade de ambiente interativo para participação da comunidade. Exemplos: *blog*, página em redes sociais. Responsáveis: Setores Educativo e de Museologia. Periodicidade: mensal e sob demanda. Parcerias: instituições de ensino em geral, Secretarias Municipais e de Estado de Educação e de Cultura.

As sugestões apresentadas poderão ser produzidas de acordo com as demandas da comunidade e a disponibilidade de estrutura física, recursos humanos e financeiros, considerando serem projetos e programas de caráter pontual.

Em outra instância, apresentam-se também propostas de caráter institucional, que demandam uma produção de forma continuada, visando a melhorias nos processos e serviços ofertados pelo Museu Paranaense, a saber:

- Promover a participação da comunidade na atualização e melhoria do estatuto, regulamento e plano museológico do Museu Paranaense, criando sistematização e registro dos processos adotados – empréstimos, doações, incorporações, registro, exposições, documentações –, além de reativar o Conselho Consultivo, com a participação da comunidade.
- Desenvolver parceria com a Prefeitura de Curitiba, com a promoção de espaço no museu para contribuições de acervos sob guarda da prefeitura e registro da história de Curitiba.
- Realizar melhorias na proposta expográfica do museu, com inclusão de documentação bilíngue, mapas de orientação de regiões do Paraná, oferta de recursos para portadores de deficiências, produção de material para professores, estudantes e demais visitantes, visando à expansão das experiências vividas nas exposições, com mais recursos e informações.
- Reativar os arquivos do Museu Paranaense em formato digital e novas possibilidades, promovendo relações com outros centros de produção científica e divulgando as pesquisas realizadas no museu, assim como promover a participação sistemática em eventos científicos, de museologia, de cultura regional, nacional e internacional, com publicação de artigos, apresentação da produção do museu e formação da equipe.
- De forma geral, propor eventos em diversas tipologias – cursos, palestras, debates, exposições –, que contribuam com a formação cultural e o desenvolvimento social e econômico da comunidade local.
- Organizar o Museu Paranaense para oferta de consultorias para implantação de museus, centros de documentação, pontos de memória e outras ferramentas culturais para as prefeituras municipais, governo estadual e associações privadas do estado.
- Desenvolver ferramentas de parcerias e financiamento para promoção das ações que serão implementadas, a partir de captação de recursos por editais

nacionais, estaduais e municipais, instituições de fomento cultural e instituições privadas.

Encerra-se este capítulo na certeza de buscar ações que promovam o desenvolvimento da sociedade paranaense, objetivando que o Museu Paranaense seja reconhecido como um patrimônio paranaense, como ferramenta de crescimento e formação. Somente com essa perspectiva, a sociedade se apropriará do museu, de sua memória, de sua história, evitando que ele siga o caminho de outros museus extintos, fechados ou queimados.

Capítulo VI – Construindo perguntas, encontrando respostas, provocando novas reflexões

Como proposto na introdução deste trabalho, este capítulo busca discutir as questões apresentadas, os objetivos propostos, as hipóteses postas e suas confirmações ou negações. Pretende-se também elencar as contribuições que seus resultados podem trazer para a historiografia dos museus brasileiros e para os caminhos, contextos e ações museológicas do Museu Paranaense.

De forma sistemática, aborda-se cada um dos objetivos e hipóteses propostos, bem como o arco temporal, fazendo algumas reflexões. Assim, a cada item, apresentam-se novamente seus conteúdos explicitados na introdução. Iniciam-se tais reflexões pelo arco temporal, considerando que permeia as discussões dos demais aspectos a ser abordados.

6.1 Arco temporal

Arco temporal

Para o desenvolvimento dos objetivos propostos, como recorte temporal, optou-se por estudar o Museu Paranaense em dois períodos distintos: primeiramente, de sua criação até 1928, período que compreende, em especial, as gestões de Agostinho Ermelino de Leão e Romário Martins, diretores que consolidaram o papel do museu na construção da identidade e história da província e estado do Paraná; em um segundo momento, o período contemporâneo de 2011 a 2017, sob a direção atual de Renato Augusto Carneiro Junior.

Adotar a proposta de dois períodos distintos – 1874 a 1928 e 2011 a 2017 – possibilitou conhecer o perfil adotado pelo Museu Paranaense no primeiro período e distingui-lo dos perfis reconhecidos como museus científicos, colocando-o na historiografia dos museus do século XIX, mas afirmando um papel diferenciado na sociedade local, tendo ciência da sociedade atendida em seu primeiro período: uma elite rural e agrária paranaense.

Ainda no primeiro período, foi possível traçar indicadores que demonstrassem as relações do Museu Paranaense com a sociedade paranaense e curitibana, as ações promovidas e a forma de interação do museu, seu acervo e seu espaço físico com a sociedade. A partir deles, pode-se fazer o salto temporal proposto e analisar o museu em sua contemporaneidade.

Importa deixar claro que não se trata de uma visão anacrônica – nem com o ponto de vista contemporâneo olhar o museu no passado, nem com o olhar do passado avaliar as ações do presente –, mas traçar indicadores que possibilitassem avaliar suas relações com a sociedade de seu tempo, com suas especificidades, diversidades e demandas.

Assim, percebo ter sido muito relevante a definição desse arco temporal, uma vez que, a partir disso, com as informações obtidas, as análises feitas e as sínteses construídas, se chegou a seus resultados.

6.2 Objetivo geral

Objetivo geral

Pesquisar o percurso histórico do Museu Paranaense, situando-o nos contextos museológico e museográfico brasileiros, construindo indicadores que possam contribuir para a melhoria de sua gestão e o aprimoramento de suas relações com a sociedade local.

Em linhas gerais, avalio que os objetivos foram alcançados, na medida em que foram trazidos referenciais históricos que possibilitaram a análise do perfil do Museu Paranaense no fim do século XIX e no início do século XX. Na sequência, a pesquisa realizada das ações museológicas desenvolvidas pelo museu no período de 2011 e 2017 trouxe dados para análise e contribuições para implementar ações que promovam a participação da sociedade atendida, bem como consolidar sua posição de museu na historiografia dos museus brasileiros.

Creio que esta pesquisa possa contribuir na revisão da centralidade do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, no que tange à história dos museus e à prerrogativa de centro de produção da cultura nacional. Em que pese a consideração de outros museus ainda no século XIX, bem como na atualidade, esta pesquisa espera provocar o estudo de outros museus brasileiros que ainda não têm sua história posicionada no discurso museológico nacional, que, apesar do título nacional, ainda está centralizado em poucos espaços brasileiros.

6.3 Objetivos específicos

Objetivos específicos

1. Pesquisar os contextos histórico e cultural do Brasil no século XIX, os museus criados nesse período e suas relações com o Museu Paranaense.
2. Identificar as origens das coleções do Museu Paranaense e suas relações com a sociedade.
3. Pesquisar os diversos edifícios ocupados pelo Museu Paranaense, a constituição de suas coleções e suas relações com a sociedade.

4. Identificar e analisar as ações de pesquisa, preservação e comunicação, os programas e os projetos desenvolvidos pelo Museu Paranaense junto à sociedade na atualidade, a partir da interação com sua equipe.

6.3.1 Pesquisar os contextos histórico e cultural do Brasil no século XIX, os museus criados nesse período e suas relações com o Museu Paranaense

Este objetivo específico foi abordado em sua quase totalidade no capítulo I, trazendo algumas reflexões importantes quanto ao desenvolvimento das políticas culturais da então província do Paraná e seu posicionamento frente à dominação do Império do Brasil e da província de São Paulo.

Referente às políticas culturais, percebe-se o paralelo entre as mudanças implementadas pelo Império quando de sua vinda para o Brasil e pela província do Paraná quando de sua emancipação da província de São Paulo. Foram implementadas ações semelhantes quando da criação da Biblioteca Pública, arquivo público, teatro, jornal, museu, foco principal das análises.

Ainda nesse capítulo, foram estudados os primeiros anos do Museu Nacional, Museu Paraense e Museu Paulista, verificando o alinhamento do perfil deles, em especial, pela participação de pesquisadores do Museu Nacional na direção dos Museus Paraense e Paulista, o que facilitou tanto o alinhamento das ações destes quanto uma maior visibilidade das ações desenvolvidas por eles.

Identificou-se, ainda, a pouca relação desses museus com o Museu Paranaense, exceto nas exposições nacionais e internacionais e Exposição Antropológica de 1882, promovidas pelo Museu Nacional. Nesse momento, o Museu Paranaense teve participação expressiva, reconhecida pelos registros das exposições na época de sua ocorrência. Nessa linha, foram encontrados indícios de contatos entre o Museu Paulista e o Museu Paranaense, por meio de materiais enviados para a Exposição Antropológica de 1882.

Importa aqui registrar que a trajetória dos Museus Nacional e Paraense não é linear, nem contínua. Na década de 1870 – mesma da criação do Museu Paranaense, 1874 –, ocorreu a revisão dos rumos das ações desenvolvidas pelo Museu Nacional, com Ladislau Neto (1870). Somente na década de 1890, o Museu Paraense retomou suas ações, agora sob a direção de Emílio Goeldi (1894), e, em 1895, foi criado o Museu Paulista, sob direção do também ex-integrante da equipe de pesquisadores do Museu Nacional, Hermann von Ihering.

Foi nesse contexto que surgiu o Museu Paranaense, com suas especificidades, que serão abordadas nas próximas seções.

6.3.2 Identificar as origens das coleções do Museu Paranaense e suas relações com a sociedade

Para alcançar este objetivo, foi feito um vasto levantamento nos jornais da época, considerando não haver registros das coleções do Museu Paranaense em seus arquivos, referentes ao século XIX e início do século XX. Neste ponto, em especial, perceberam-se duas origens na composição do acervo do museu: as coleções efetuadas para as exposições regionais, nacionais e internacionais e as doações feitas pela sociedade da época.

Quanto à origem das coleções a partir das exposições, esta foi confirmada pela análise apresentada no capítulo II dos catálogos de objetos enviados pelo Museu Paranaense a exposições ocorridas na época, apontando, inclusive, para sua criação em data anterior à atualmente considerada – 1876 –, visto o recebimento de um diploma de menção honrosa pela sua participação na Exposição Nacional de 1875. O ano de 1874 como de criação do museu também foi corroborado por Agostinho Ermelino de Leão, no seu *Guia do Museu Paranaense*, produzido em 1900. Assim, considera-se 1874 a data de criação do Museu Paranaense e 1876 a data de inauguração de sua sede na Praça Zacarias e abertura para o público, visto ter sido sua primeira sede a Tesouraria Provincial, segundo documentos da época, citados e analisados ainda no capítulo II.

Em relação às doações feitas pela sociedade paranaense, com registros ocorrendo de sua criação, em 1874, por Agostinho Ermelino de Leão em seu guia, até a década de 1930, em jornais locais, estas aparecem em diversos jornais paranaenses da época pesquisada, havendo um grande número de publicações nesse sentido. Foi possível ainda perceber que o perfil das doações tinha uma grande parcela ligada a objetos afetos a museus de história natural – peles, dentes e animais empalhados; objetos arqueológicos; artefatos indígenas; moedas –, além de objetos históricos, mas em um número menor do que se esperava e se havia registrado em pesquisas anteriores.

Foram encontrados registros de pedidos feitos por parte da direção do Museu Paranaense – Agostinho Ermelino de Leão –, inclusive registros jornalísticos de interferência do diretor do museu, também juiz e vice-presidente da província, em comunidades com grande participação em exposições com diversos objetos doados.

Ainda nesse capítulo, foram analisadas as doações feitas pela sociedade como forma de dádivas e trocas ocorridas, seja em interferências políticas, seja em visibilidade e destaque como referência social. Assim, entende-se que este objetivo específico foi alcançado, o que possibilitou o avanço nas análises da pesquisa.

6.3.3 Pesquisar os diversos edifícios ocupados pelo Museu Paranaense, a constituição de suas coleções e suas relações com a sociedade

Neste ponto, avançou-se dos períodos de estudos previstos no arco temporal, acompanhando os edifícios ocupados pelo Museu Paranaense durante toda a sua existência, até a ocupação atual no Palácio São Francisco.

Com esse levantamento, foi possível verificar a centralidade do museu no contexto municipal de Curitiba. Os edifícios ocupados por ele em sua existência, de 1876 a 2017, têm localização central na cidade, da Tesouraria Provincial à Praça Zacarias, da Rua Muricy à Rua São Francisco, da Rua Buenos Aires à Rua Treze de Maio, da Praça Generoso Marques ao Palácio São Francisco, no centro histórico de Curitiba. Isso fez com que, em diversos momentos, o edifício ocupado pelo Museu Paranaense fosse ponto de referência na cidade, como apontado nos capítulos II e III.

No capítulo IV, identificou-se que, mesmo ainda havendo doações individuais, o museu tornou-se referência para a doação de grandes coleções, desde a aquisição do acervo do Museu David Carneiro, tombado em 1938, com o acervo do Museu Paranaense, até as diversas doações de referências paranaenses, como Matte Leão, Banestado, Imprensa Paranaense, Todeschini, Ney Braga, Kozák, Júlio Moreira, entre outras coleções.

Ainda, nos capítulos II, III e IV, foram levantadas as diversas ações museológicas desenvolvidas pelo museu nos diversos períodos, pontuando, com isso, suas relações com a sociedade paranaense, considerando aqui a diversidade social, econômica, cultural e política dessa sociedade, em especial no período contemporâneo.

Com isso, considera-se cumprido este objetivo, sem o qual as análises decorrentes das informações pontuadas teriam lacunas, dificultando uma melhor compreensão do Museu Paranaense no contexto histórico, cultural, social e econômico de desenvolvimento da província e do estado do Paraná.

6.3.4 Identificar e analisar as ações de pesquisa, preservação e comunicação, os programas e os projetos desenvolvidos pelo Museu Paranaense junto à sociedade na atualidade, a partir da interação com sua equipe

Para avaliar o cumprimento deste objetivo, cumpre analisar para além da identificação e análise das ações museológicas, mas, sobretudo, a metodologia participativa proposta para esta pesquisa.

Durante os mais de três anos de pesquisa, a participação direta e indireta de toda a equipe do Museu Paranaense foi de importância ímpar para os resultados obtidos. Tanto nos períodos iniciais do museu quanto no atual, a presença da equipe foi essencial para o encontro dos melhores documentos, a busca por referências, as discussões e questionamentos na montagem do projeto, a definição do arco temporal, a construção da estrutura do relatório, a organização dos documentos e a participação nos debates e entrevistas que foram fontes importantes de levantamento de dados. Dessa forma, além de considerar cumprido este objetivo, no que tange ao levantamento e análise das ações museológicas desenvolvidas pelo Museu Paranaense, destaca-se a metodologia adotada, para a qual o processo de pesquisa tomou rumos motivadores, com o afastamento do natural isolamento do pesquisador durante o período de estudo.

Cumpridos os objetivos geral e específicos, parte-se para a validação das hipóteses propostas para esta pesquisa.

6.4 Hipóteses

Hipóteses

1. O Museu Paranaense faz parte do grupo de museus denominados museus brasileiros do século XIX.
2. A invisibilidade do Museu Paranaense na historiografia dos museus brasileiros do século XIX dá-se pelo não alinhamento ao modelo de museus então existentes, bem como por não fazer parte dos eixos econômico, político e cultural brasileiros no período.
3. A criação do Museu Paranaense deve ser considerada em 1874, sendo sua primeira sede a Tesouraria Provincial e a primeira ação de comunicação de seu acervo a Exposição Provincial de 1875.
4. As ações museológicas desenvolvidas no Museu Paranaense, dentro de seu contexto e realidade temporal, contribuíram para o estreitamento das relações com a sociedade local, para o desenvolvimento comunitário da província e do estado do Paraná.
5. Em que pese o desenvolvimento da sociedade paranaense, as ações museológicas desenvolvidas pelo museu atenderam à demanda de uma elite agrícola, em especial, a burguesia ervateira e campeira da província e do estado do Paraná.
6. As ações museológicas contemporâneas do Museu Paranaense continuam a atender à demanda de uma elite paranaense, em especial, a elite intelectual, acadêmica e

econômica de Curitiba.

7. A metodologia adotada possibilitou a interação entre o pesquisador e a equipe do Museu Paranaense, contribuindo para o processo de avaliação da instituição e a elaboração de novas estratégias, com o objetivo de aprimorar sua gestão e incrementar suas relações com a sociedade local.

6.3.1. O Museu Paranaense faz parte do grupo de museus denominados museus brasileiros do século XIX.
--

Confirmada

A partir dos levantamentos e análises apresentados, em especial, no capítulo I, percebe-se com clareza o processo museológico desenvolvido pelo Museu Paranaense no fim do século XIX. É possível afirmar também que não está alinhado ao conceito de museu reconhecidamente estudado naquele século, os museus científicos. Também cumpre lembrar que a trajetória traçada por ele no século XIX segue um perfil diferente, com ações museológicas voltadas para demandas de um grupo social específico, mas descreve nessa trajetória ações coerentes com as demandas desse grupo social, uma sociedade rural.

Sua participação é descrita em diversos momentos de forma ativa e participativa, em eventos sociais, recepções políticas e culturais, eventos assistenciais, entre tantas outras opções apresentadas a partir dos registros jornalísticos da época. Vale ainda destacar sua importância como centro das ações referentes às exposições regionais, nacionais e internacionais. Nesse espaço, foram coletados, organizados e encaminhados os diversos objetos que representam a cultura local, a produção econômica, a exploração dos recursos naturais, sempre a serviço de propostas de desenvolvimento da província.

Já na sua época, sem agir de forma anacrônica, mas tentando entender seu perfil, o Museu Paranaense apresentava-se como um museu complexo, prestador de serviços para a sociedade local, em que pese ser uma fatia dessa sociedade, sendo ponto de encontro para eleições, salão de bailes, espaço de apresentações da Banda da Força Policial, espaço da Biblioteca Pública, centro de distribuição de doações, centro de coleta de doações, espaço expositivo e de conservação de seu acervo e, sobretudo, ponto reconhecido pela sociedade local de doação de objetos para compor seu acervo.

Creio ser nosso desafio reescrever a historiografia dos museus brasileiros, dando voz e vez a este e outros museus do século XIX cuja história ainda não foi pesquisada e documentada.

6.3.2. A invisibilidade do Museu Paranaense na historiografia dos

Confirmada

museus brasileiros do século XIX dá-se pelo não alinhamento ao modelo de museus então existentes, bem como por não fazer parte dos eixos econômico, político e cultural brasileiros no período.	
---	--

Especificamente na historiografia dos museus brasileiros, há uma centralidade das histórias registradas de museus científicos, tendo sido essa seleção de museus generalizada, por não haver o alinhamento do perfil do Museu Paranaense com os demais do século XIX.

No capítulo IV, foram apresentados momentos de tentativa de alinhamento do perfil em direção a um museu científico, na década de 1950, que se tornaram infrutíferos, tendo o acervo de história natural sido transferido para a UFPR nesse momento e o museu se alinhado ao perfil de museu histórico. Mesmo tendo seu acervo sido tombado em 1938, permaneceu à margem da história, em grande parte das referências encontradas.

Não foi só o Museu Paranaense que se tornou invisível, mas grande parte – se não toda – da história do Paraná. Importa lembrar que a história brasileira é escrita a partir dos referenciais dos grupos dominantes, sociais, políticos e econômicos, estando o Paraná fora desse circuito. Ainda, identificou-se o perfil de local de passagem, descrito na história do Paraná por diversos historiadores locais.

Considerando as reflexões feitas no capítulo V, referentes à invisibilidade do Museu Paranaense, parece que ela está pautada na invisibilidade da província e do estado do Paraná nos seus mais diversos momentos históricos, vindo possivelmente até o presente.

6.3.3. A criação do Museu Paranaense deve ser considerada em 1874, sendo sua primeira sede a Tesouraria Provincial e a primeira ação de comunicação de seu acervo a Exposição Provincial de 1875.	Confirmada
---	------------

Esta hipótese parece confirmada de forma clara e objetiva, em diversos documentos, como relatórios da província, *Guia do Museu Paranaense* escrito por Agostinho Ermelino de Leão em 1900, diploma conferido ao museu quando da Exposição Nacional de 1875 e registros jornalísticos que mostram a preocupação de coleta e conservação do acervo guardado na Tesouraria Provincial.

Há uma confusão entre a inauguração da sede, a abertura para o público e a criação do Museu Paranaense. A criação do museu deu-se em 1874, a partir do relato do presidente da província quanto ao pedido de Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido

da Silva Muricy, definindo um espaço na Tesouraria Provincial para guarda dos objetos coletados, bem como solicitando apoio de toda a sociedade no sentido de doar objetos.

Considera-se assim, de forma correta, a inauguração da sede da Praça Zacarias em 1876, primeira sede aberta à visitação pública. Assim, 2018 seria a comemoração de 144 anos de criação do Museu Paranaense. Cabe à história fazer suas correções.

6.3.4. As ações museológicas desenvolvidas no Museu Paranaense, dentro de seu contexto e realidade temporal, contribuíram para o estreitamento das relações com a sociedade local, para o desenvolvimento comunitário da província e do estado do Paraná.	Confirmada, com as devidas ressalvas
6.3.5. Em que pese o desenvolvimento da sociedade paranaense, as ações museológicas desenvolvidas pelo museu atenderam à demanda de uma elite agrícola, em especial, a burguesia ervateira e campeira da província e do estado do Paraná.	Confirmada
6.3.6. As ações museológicas contemporâneas do Museu Paranaense continuam a atender à demanda de uma elite paranaense, em especial, a elite intelectual, acadêmica e econômica de Curitiba.	Confirmada parcialmente

Justificam-se estas três hipóteses pela sua complementaridade, facilitando sua compreensão.

Como apresentado nos capítulos anteriores, bem como na justificativa da primeira hipótese, é possível afirmar a contribuição do Museu Paranaense para o desenvolvimento da sociedade paranaense em seu tempo – fim do século XIX e início do século XX. A ressalva necessária que se coloca na quarta hipótese é: qual sociedade é atendida? Qual sociedade se faz representar? Para qual sociedade o desenvolvimento está sendo promovido? Percebe-se a representatividade promovida pelo museu da elite rural paranaense, a partir dos registros de doações, do tipo das ações desenvolvidas e das divulgações promovidas nas exposições, justificando a quinta hipótese.

Assim, pode-se afirmar que o Museu Paranaense teve um papel importante no desenvolvimento da província e do estado do Paraná, em especial, nos períodos iniciais pesquisados, sem perder de vista o atendimento de um segmento da sociedade paranaense. Igualmente, na contemporaneidade, é possível perceber ações que atendem à diversidade da sociedade paranaense, sem perder de vista alguns grupos em especial:

elites econômica e social, comunidade científica, grupos étnicos que compõem a sociedade paranaense e alguns movimentos sociais, ainda que de forma tímida.

Em referência à sexta hipótese, sua confirmação faz-se parcial, considerando os registros pesquisados de diversas ações museológicas que atendem a outros segmentos sociais paranaenses: grupos de jovens, movimentos urbanos, movimento negro, grupos indígenas e grupos étnicos. Em especial, no capítulo IV, foram trazidos diversos exemplos retirados dos relatórios do Museu Paranaense na gestão compreendida entre 2011 e 2017, justificando a parcialidade da confirmação desta hipótese, não sendo atendidos somente grupos das elites intelectual, acadêmica e econômica, mas também outros que representam a diversidade cultural, social e econômica paranaense.

6.3.7. A metodologia adotada possibilitou a interação entre o pesquisador e a equipe do Museu Paranaense, contribuindo para o processo de avaliação da instituição e a elaboração de novas estratégias, com o objetivo de aprimorar sua gestão e incrementar suas relações com a sociedade local.	Confirmada
---	------------

A eventual frieza dos documentos históricos, dos registros oficiais e das referências bibliográficas foi acalentada pelas relações construídas com a equipe do Museu Paranaense durante a pesquisa que se finaliza, por meio do uso da pesquisa participativa.

No capítulo V e na justificativa do quarto objetivo específico, foram relatadas as relações promovidas durante a construção de toda a trajetória deste trabalho de pesquisa. Destacam-se, aqui, alguns pontos importantes desses momentos: antes do fechamento da proposta de projeto de pesquisa, apresentou-se a proposta para a equipe do museu, ocasião em que foram feitos comentários e questionamentos e surgiram dúvidas quanto às hipóteses previstas; inclusive, em alguns casos, houve descrença sobre a possibilidade de provar algumas dessas hipóteses. Além disso, quando finalizada a primeira etapa da pesquisa, esta foi apresentada como parte das comemorações dos considerados 140 anos do Museu Paranaense – 2016. Houve a participação da equipe nesse momento, quanto foram indicadas outras fontes para complementação do estudo e validadas as informações que até o momento se apresentavam. Ainda, foi obtido apoio para disponibilização de todos os registros de relatórios de atividades do período e das entrevistas promovidas com grupos integrantes da equipe.

Assim, esta hipótese está confirmada e incentiva-se a utilização da pesquisa participativa em outros estudos.

Finalizo todo este trabalho na esperança de não termos respondido somente as hipóteses apresentadas ou cumprido os objetivos propostos, mas, sobretudo, ter trazido reflexões que não sejam absolutas e que provoquem outros tantos a aprofundar os pontos pesquisados e trazer novos desafios para o desenvolvimento cultural, social, econômico e acadêmico brasileiro e mundial.

Bibliografia

Bibliografia Citada

- Agostinho, S. (2004) *Confissões: texto integral*. São Paulo: Martin Claret.
- Alves, A. M. A. (2001). *O Ipiranga apropriado: ciência, política e poder; o Museu Paulista 1893-1922*. São Paulo: Humanitas / FFLCH/USP.
- Antonelli, D. (2016). *Paraná: uma história*. Curitiba: Arte & Letra.
- Antunes, M. A. (2015). Pelos caminhos da museologia em Portugal. *Revista Iberoamericana de Turismo, esp.*, 142-156.
- Ardigó, F. (2011). Uma ciência improvável: o Museu Paranaense entre 1940 e 1960. In: F. Ardigó. *História de uma ciência regional: cientistas e suas instituições no Paraná (1940 – 1960)*. São Paulo: Contexto.
- Barbalho, A. & Rubim, A. A. C. (Org.). (2007). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA.
- Boff, L. (1998). *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Borges, M. E. L. (2011). Exposições universais e museus comerciais: entre o efêmero e o permanente. In: M. E. L. Borges (Org.). *Inovações, coleções e museus* (p. 145-166). Belo Horizonte: Autêntica.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP.
- Brasil. (1813). Decisão n. 20 de 22 de junho de 1813. Manda que se hajam por extintos os diferentes empregados do Museu desta Corte. Acedido em 28 de março de 2018 em http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18324/collecao_leis_1813_parte2.pdf?sequence=2
- Brasil. (1818). Decreto de 6 de junho de 1818. Cria um museu nesta Corte. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1818*. Retirado a 28 de setembro, 2017, em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-39323-6-junho-1818-569270-publicacaooriginal-92501-pe.html>.
- Brasil. (1865). Regulamento n. 123 de 03 de fevereiro de 1842. *Coleção de Leis do Império do Brasil de 1842* (tomo V, parte II). Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- Brasil. (1866). Lei Imperial de n. 40 de 3 de outubro de 1834. Dispõe sobre o poder do presidente de província. *Coleção de Leis Império do Brasil do ano de 1834*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

- Brasil. (1878). *O império do Brasil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- Brasil. (1921). *Mensagens dirigidas ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores entre 1921 e 1923*. Rio de Janeiro: Diretoria do Interior.
- Brasil (1959). *Anuário do Museu Imperial* (v. XX). Petrópolis: Ministério da Educação e Cultura.
- Brasil. (1976). *Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira*. Recife: Ministério da Educação e Cultura.
- Brasil. (2008). *CapacitaSuas SUAS: configurando os eixos de mudança* (v. I). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Brasil (2013). Decreto n. 8.124, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. *Diário Oficial da União*.
- Camargo, G. L. V. (2007). *Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná. 1853 – 1953*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná para obtenção do grau de doutor, orientada por Luiz Geraldo Santos Silva. Curitiba.
- Campos, V. S. (1970). *Elementos de museologia: história dos museus* (v. 3). São Paulo: Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo.
- Carneiro, C. M. S. A. B. (2001). *O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná – 1902 - 1928*. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná para obtenção do grau de mestre, orientada por Marcos Francisco Napolitano de Eugênio. Curitiba.
- Carvalho, J. M. (2012). A vida política. In: L. M. Schwarcz (Org.). *História do Brasil nação: 1808 – 2010. A construção nacional – 1830 – 1889* (v. 2). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Cellard, A. (2012). A análise documental. In.: J. Poupart et al. (2012). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Chagas, M. S. (1999). Há uma gota de sangue em cada museu: a óptica museológica em Mário de Andrade. *Cadernos de SocioMuseologia*, 13.
- Chagas, M. S. (2003). *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro para obtenção do grau de doutor, orientada por Myrian Sepúlveda dos Santos. Rio de Janeiro.

- Chalhoub, S. (2012). População e sociedade. In: L. M. Schwarcz (Org.). *História do Brasil nação: 1808 – 2010. A construção nacional – 1830 – 1889* (v. 2). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Chauí, M. (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Chizzotti, A. (2006). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Choay, F. (2002). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP.
- Coelho, T. (1997). *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras.
- Coleman, L. V. (1929). *Museums in South America*. Washington, D.C.: The American Association of Museums.
- Considera, A. F. (2015). *Uma história dos fazeres museais no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX: Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paranaense e Museu Paulista*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília para obtenção do grau de doutor, orientada por Eleanora Zicari Costa de Brito. Brasília.
- Costa e Silva, A. (2011). As marcas do período. In: L. M. Schwarcz (Org.). *História do Brasil nação: 1808 – 2010. Crise colonial e independência – 1808 – 1830* (v. 1). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Elias, M. J. (1992). Revendo o nascimento dos museus no Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, 2, 139-145.
- Faria, L. C. (1949). *As exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.
- Fausto, B. (1995). *História do Brasil* (2ª ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Fernandes, J. L. & Nunes, M. D. (1956). *Oitenta anos de vida do Museu Paranaense*. Curitiba: Museu Paranaense.
- Furtado, M. R. (2006). *José Loureiro Fernandes: o paraense dos museus*. Curitiba: Imprensa Oficial.
- Galvão, B. F. R. (1875). *Catálogo da Exposição Nacional de 1875*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia Carioca.
- Gama, J. S. (1876). *Estudos sobre a quarta exposição nacional de 1875*. Rio de Janeiro: Central de Brown & Evaristo.
- Gomes, L. (2007). *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil.

- Hobsbawn, E. J. (1998). *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Holanda, S. B. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hollanda, G. (1958). *Recursos educativos dos museus brasileiros*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Organização Nacional do ICOM.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN]. Retirado em 15 de agosto, 2018, em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_2018.
- Kincheloe, J. L. & McLaren, P. (2006). Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: N. K. Denzin & Y. S. Lincoln. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.
- Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Campinas: UNICAMP.
- Leão, A. E. (1900). *Guia do Museu Paranaense*. Curitiba: Imprensa Paranaense.
- Leão, A. E., Pedrosa, J. J., Muricy, J. C. S., Ribas, J. L. S. & Bittencourt, J. J. B. (1875). *Catálogo dos diversos produtos da Exposição Provincial do Paraná: inaugurada a 5 de abril de 1875, na cidade de Curitiba*. Rio de Janeiro: Thipographia e Lithographia Carioca.
- Levy, P. (1999). *O que é o virtual?* São Paulo: 34.
- Lopes, M. M. (2009). *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild.
- Macedo, J. M. (1875). *Terceira Exposição Brasileira em 1873: relatório do secretário geral do júri da exposição*. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma.
- Machado, B. P. (1968). Formação histórica. In: A. P. Balhana et al. *Campos Gerais, estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR.
- Machado, B. P. (2001). *Poemas seguidos de dois ensaios*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná.
- Martins, R. (1904). Museu Paranaense. *Boletim do Museu Paranaense*, 1, 3-8.
- Martins, R. (1906). *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Lamenha Lins Secretário de Estado dos Negócios do Interior pelo Diretor do Museu Paranaense*. Curitiba: Tipografia e Litografia a Vapor Imprensa Paranaense.
- Mattos, H. (2012). A vida política. In: L. M. Schwarcz (Org.). *História do Brasil nação: 1808 – 2010. A abertura para o mundo – 1889 – 1930* (v. 3). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Mauss, M. (2013). *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. São Paulo: Cosac Naify.
- Meneses, U. T. B. (2002). *O museu e o problema do conhecimento*. Comunicação apresentada no IV Seminário sobre Museus-Casa: Pesquisa e Documentação, Rio de

- Janeiro. Retirado em 28 de março, 2018, em <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=BibObPub&pasta=Anais&pesq=>.
- Meneses, U. T. B. (2011). Entrevista com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses. *Estudos Históricos*, 24(48), 405-431. Retirado em 28 de março, 2018, em <http://www.scielo.br/pdf/eh/v24n48/09.pdf>.
- Mota, C. G. (2000). Ideias de Brasil: formação e problemas. In: C. G. Mota (Org.). *Viagem incompleta: formação: história*. São Paulo: SENAC São Paulo.
- Moutinho, M. (2008). Os museus como instituições prestadoras de serviços. *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Estudos e Ensaios*, 12, 36-46. Retirado em 28 de setembro, 2017, em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rhumanidades/article/view/987>.
- Moutinho, M. (2014a). Definição evolutiva de sociomuseologia: proposta de reflexão. *Cadernos do CEOM*, 27(41), 423-427.
- Moutinho, M. (2014b). Entre os museus de Foucault e os museus complexos. *Revista Musa: museus, arqueologia e outros patrimônios*, 4, 9-14.
- Museu Imperial. (1880). *Diários D. Pedro II: viagem ao Paraná – 17/05 a 07/06/1880* (v. 23). Petrópolis: Museu Imperial.
- Museu Nacional. (1876). *Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro* (v. I). Rio de Janeiro: Imprensa Industrial.
- Museu Nacional. (1969). *História da biblioteca do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: URFJ.
- Museu Nacional. (2008). *Os diretores do Museu Nacional/UFRP*. Retirado em 27 de janeiro, 2017, em http://www.museunacional.ufrj.br/site/assets/pdf/memoria_1.pdf.
- Museu Paraense. (1896). *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia* (v. I). Belém: Tipografia de Alfredo Silva e Cia.
- Museu Paraense. (1986). *O Museu Paraense Emílio Goeldi*. São Paulo: Banco Safra.
- Museu Paranaense. (s/d). *Trajatória das sedes do Museu Paranaense* (panfleto). Curitiba: Museu Paranaense.
- Museu Paranaense. (2006). *130 anos Museu Paranaense: 1876-2006*. Catálogo do Museu Paranaense. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura.
- Museu Paulista. (1895). *Revista do Museu Paulista publicada por Rodolpho von Ihering* (v. I). São Paulo: Tipografia a vapor de Hennies Irmãos.
- Museu Paulista. (1897). *Revista do Museu Paulista publicada por Rodolpho von Ihering* (v. II). São Paulo: Tipografia a vapor de Hennies Irmãos.
- Museu Paulista. (1898). *Revista do Museu Paulista publicada por Rodolpho von Ihering* (v. III). São Paulo: Tipografia a vapor de Hennies Irmãos.

- Museu Paulista. (1900). *Revista do Museu Paulista publicada por Rodolpho von Ihering* (v. IV). São Paulo: Tipografia do Diário Oficial.
- Museu Paulista. (1902). *Revista do Museu Paulista publicada por Rodolpho von Ihering* (v. V). São Paulo: Tipografia do Diário Oficial.
- Museu Paulista. (1907). *Revista do Museu Paulista publicada por Rodolpho von Ihering*. São Paulo: Tipografia Cardoso Filho e Cia.
- Narozniak, J. (2010). *História do Paraná*. Curitiba: Arowak.
- Netto, L. (1874). *Relatório do Museu Nacional apresentado ao Ilmo. e Exm. Sr. Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta Jurídica.
- Neves, L. B. P. (2011). A vida política. In: L. M. Schwarcz (Org.). *História do Brasil nação: 1808 – 2010. Crise colonial e independência – 1808 – 1830* (v. 1). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [Unesco] (2015). *Recomendação relativa à proteção e promoção dos museus e das coleções, da sua diversidade e do seu papel na sociedade*. Genebra: Unesco.
- Paraná. (1854). *Relatório do Presidente da Província do Paraná o Conselheiro Zacarias de Gois e Vasconcelos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial*. Curitiba: Tipografia Paranaense de Cândido Lopes.
- Paraná. (1856). *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Paraná pelo Vice Presidente em exercício Henrique de Beaurepaire Rohan*. Curitiba: Tipografia Paranaense de Cândido Lopes.
- Paraná. (1857). *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Liberato de Matos Presidente da Província do Paraná pelo 2º Vice Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes*. Curitiba: Tipografia Paranaense de Cândido Lopes.
- Paraná. (1858). *Relatório do Presidente da Província do Paraná Francisco Liberato de Mattos apresentado a Assembleia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Tipografia Paranaense de Cândido Martins Lopes.
- Paraná. (1859). *Relatório do Presidente da Província do Paraná Francisco Liberato de Mattos apresentado a Assembleia Legislativo do Paraná*. Curitiba: Tipografia Paranaense de Cândido Martins Lopes.
- Paraná. (1862). *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Paraná pelo Sr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira*. Curitiba: Tipografia do Correio Oficial.
- Paraná. (1863). *Relatório apresentado pelo Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na abertura da Assembleia Legislativa da Província do Paraná*. Curitiba: Tipografia Paranaense de Cândido Lopes.

- Paraná. (1864). *Relatório apresentado pelo 1º Vice Presidente Sebastião Gonçalves da Silva a Assembleia Legislativa da Província do Paraná*. Curitiba: Tipografia de Cândido Martins Lopes.
- Paraná. (1866). *Relatório do Vice Presidente Agostinho Ermelino de Leão ao Presidente da Província do Paraná Polidoro Cesar Burlamaque*. Curitiba: Tipografia de Cândido Martins Lopes.
- Paraná. (1867). *Relatório do Presidente da Província do Paraná Polidoro Cesar Burlamaque a Assembleia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Tipografia de Cândido Martins Lopes.
- Paraná. (1869). *Relatório do Presidente da Província do Paraná Antonio Augusto da Fonseca na abertura da Assembleia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Tipografia Paranaense de Cândido Lopes.
- Paraná. (1870). *Relatório do Presidente Antônio Luiz Afonso de Carvalho na abertura da Assembleia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Tipografia de Cândido Martins Lopes.
- Paraná. (1873). *Relatório do Comendador Manoel Antonio Guimarães ao Dr. Frederico José Cardoso de Araújo Abranches por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Paraná*. Curitiba: Tipografia da Viúva Lopes.
- Paraná. (1874). *Relatório de Frederico José Cardoso de Araújo Abranches para a Assembleia Legislativa Provincial*. Curitiba: Tipografia da Viúva Lopes.
- Paraná. (1875). *Relatório de Frederico José Cardoso de Araújo Abranches para a Assembleia Legislativa Provincial*. Curitiba: Tipografia da Viúva Lopes.
- Paraná. (1876). *Relatório apresentado a Assembleia Legislativo do Paraná pelo Presidente Adolpho Lamenha Lins*. Curitiba: Tipografia da Viúva Lopes.
- Paraná. (1886). *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Paraná pelo Presidente Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho*. Curitiba: Tipografia da Gazeta Paranaense.
- Paula, J. A. (2012). O processo econômico. In: L. M. Schwarcz (Org.). *História do Brasil nação: 1808 – 2010. A construção nacional – 1830 – 1889* (v. 2). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Poulot, D. (2013). *Museu e museologia*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Ramos, F. R. L. (2004). *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos.
- Rankel, L. F. (2007). *A construção de uma memória para a nação: a participação do Museu Paranaense na Exposição Antropológica Brasileira de 1882*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná para obtenção do grau de mestre, orientado por Renato Lopes Leite. Curitiba.
- Ribeiro, D. (2006). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp.
- Ricoeur, P. (2012). A marca do passado. *História da Historiografia*, 10, 329-349.
- Rodrigues, R. C. (2015). A Universidade do Paraná e suas transformações em resposta as demandas legais: uma trajetória da criação da universidade brasileira. *Revista Eletrônica de Ciência da Educação*, 14(2).
- Rubim, A. A. C. (2015). Políticas culturais no Brasil: desafios contemporâneos. In: L. Calabre (Org.). *Políticas culturais: olhares e contextos* (p. 11-21). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural.
- Sanjad, N. R. (2005). *A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República: 1866-1907*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz.
- Santos, M. C. (1995). *Processo museológico e educação: construindo um museu-didático, em Itapuã*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia para obtenção do grau de doutor, orientada por Sérgio Coelho Borges Farias. Salvador.
- Santos, M. C. T. M. (2002). Reflexões sobre a nova museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 18(18).
- Santos, M. S. (2002). Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. *Cadernos de Sociomuseologia*, 19, 99-120.
- Santos, M. S. (2004). Museus brasileiros e política cultural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55), 53-72.
- Saraiva, J. H. (1988). *História concisa de Portugal*. Lisboa: Europa-América.
- Schwarcz, L. M. (1989). O nascimento dos museus brasileiros. In: S. Miceli. *História das ciências sociais no Brasil* (v. I, p. 20-71). São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarcz, L. M. (2002). *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarcz, L. M. (Org.). (2011). *História do Brasil nação: 1808 – 2010. Crise colonial e independência – 1808 – 1830* (v. 1). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Schwartzman, S. (2001). *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia.
- Silva, J. B. A. (2000). *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Tadeia, H. R. D. (2013). *Contributos para o estudo da coleção de pintura do Museu Rainha Dona Leonor (Beja)*. Dissertação apresentada ao Programa em Estudos do Patrimônio da Universidade Aberta para obtenção do grau de mestre, orientada por Pedro Flor.

- Taunay, A. D. E. (1900). *Entre os nossos Índios: Chanés, Terenas, Kinikinaus, Guanás, Laianas, Guatós, Guaycurus, Caingangs*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo.
- Trevisan, E. (1976). *A gênese do Museu Paranaense (1874 – 1882): auspiciosa experiência de aclimação cultural na província*. Curitiba: Museu Paranaense.
- Universidade de Coimbra (1772). *Estatuto da Universidade de Coimbra dos cursos das ciências naturais e filosóficas*. Livro III. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Varine, H. (1987). *O tempo social: o desenvolvimento comunitário de todos é do interesse de cada um (Coleção Eleutherias)*. Rio de Janeiro: Livraria Eça.
- Varine, H. (2013). *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz.
- Wachowicz, R. C. (2006). *Universidade do mate: história da UFPR*. Curitiba: UFPR.
- Westphalen, C. M. (2005). *Formação histórica do Paraná*. Comunicação apresentada no Simpósio de Cultura Paranaense, Curitiba.
- Wille, J. (1997). *A história do Paraná foi a missão de vida de Cecília Westphalen*. Retirado em 15 de maio, 2018, em <http://www.memoriaparanaense.com.br/2018/08/15/a-historia-do-parana-foi-a-missao-de-vida-de-cecilia-westphalen/>.
- Zaluar, A. M. (1875). *Exposição nacional brasileira de 1875*. Rio de Janeiro: Globo.

Bibliografia de Referência

- Abreu, R. & Chagas, M. (Org.). (2003). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Abreu, R. (1996). *A fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Almeida, M. M. (2012). *Um museu-biblioteca em Cascais: pioneirismo mediado pela ação cultural e educativa*. Tese apresentada ao Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de doutor, orientada por Mário Canova de Magalhães Moutinho. Lisboa.
- Araújo, M. M. & Bruno, M. C. (Org.). (1995). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM.
- Balhana, A. P., Pinheiro Machado, B. & Westphalen, C. M. (1969). *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar.
- Barroso, G. (1953). *Introdução à técnica de museus*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde.
- Benedict, A. (2008). *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Bogdan, R. & Kiklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto.
- Bottallo, M. (1995). Os museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 5, 283-287.
- Bourdieu, P. (2010). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2011). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Brasil. (1882). *Guia da Exposição Antropológica Brasileira realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos.
- Brasil. (1994). *Estudos de museologia* (Caderno de Ensaios, 2). Rio de Janeiro: Ministério da Cultura.
- Brasil. (2003) *Bases para a Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania*. Retirado em 15 de abril, 2013, em http://www.museus.gov.br/sbm/downloads/Pol%C3%ADtica_Nacional_de_%20Museus.pdf.
- Burke, P. (1992). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP.
- Calabre, L. (Org.). (2015). *Políticas culturais: olhares e contextos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural.
- Campos, N. (2006). *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1950*. Curitiba: UFPR.
- Candau, J. (2016). *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto.
- Carneiro, C. M. S. A. B. (2013). *O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná*. Curitiba: SAMP.
- Chagas, M. S. (1985). Um novo (velho) conceito de museu. *Caderno de Estudos Sociais*, 1(2), 183-191.
- Chagas, M. S. (2009). *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/Ibram.
- Chizzotti, A. (2000). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez.
- Davies, S. (2001). *Plano diretor* (Série Museologia, 1). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae.
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.
- Desvallées, A. & Mairesse, F. (Ed.). (2013). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo.
- Detienne, M. (2013). *A identidade nacional, um enigma*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Fernandes, J. L. (1936). *Museu Paranaense. Resenha Histórica 1876-1936*. Curitiba: Museu Paranaense.

- Ferreira, M. S. (2012). *Museus imperiais: uma viagem às imagens do Brasil na narrativa de Carl von Koseritz*. Rio de Janeiro: Cassará.
- Freire, P. (1983). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furet, F. (1987). *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva.
- Goldenberg, M. (1997). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record.
- Gramsci, A. (1982). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Hobsbawn, E. J. (1995). *Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hoerner Junior, V. (2003). *José Loureiro de Ascensão Fernandes: o homem e o meio*. Curitiba: Champagnat.
- Kahtalian, M. (2002). *Marketing de serviços* (Coleção Gestão Empresarial, v. III, p. 19-29). Curitiba: Associação Franciscana Bom Jesus.
- Leão, E. A. (1926). *Contribuições históricas e geográficas para o dicionário do Paraná*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense.
- Leite, M. I. & Ostetto, L. E. (Org.). (2005). *Museu, educação e cultura*. Campinas: Papirus.
- Lombardi, J. C. & Nascimento, M. I. M. (2004). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados.
- Lopes, C. M. (2002). *Biografia ou breve notícia sobre a vida do muito humanitário médico Dr. José Cândido da Silva Murici*. Curitiba: Imprensa Oficial.
- Marochi, M. A. (2006). *Imigrantes 1870-1950: os europeus em São José dos Pinhais*. Curitiba: Travessa dos Editores.
- Martins, A. R. (1914). Museu Paranaense. In: Paraná. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque presidente do estado do Paraná pelo Dr. Ernesto Luiz de Oliveira, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Indústria do Paraná*. Curitiba: Tipografia do Diário Oficial.
- Martins, R. (1925). *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha Presidente do Estado pelo Sr. Alcides Munhoz Secretário Geral do Estado de 1924-1925*. Curitiba: Livraria Mundial França.
- Martins, R. (Org.). (1923). *O estado do Paraná na Exposição do Centenário (1822-1922)*. Rio de Janeiro.
- Martins, R. (1937). *História do Paraná*. Curitiba: Gráfica Paranaense.
- Marx, K. (2002). *O capital: crítica da economia política* (Livro primeiro, Tomo I). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Marx, K. & Engels, F. (2005). *O manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo.
- Mata, R. (2004). *O que é o Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Meneses, U. T. B. (1992). A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros/USP*, 34, 9-24.
- Meneses, U. T. B. (1994) Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: Anais do Museu Paulista: história e cultura material, 2(1).
- Moraes, M. H. L. B. (2014). *Fragments de história: passados possíveis no discurso da arqueologia histórica*. Curitiba: SAMP.
- Morales, M. H. L. B. (2016). Um museu dinâmico e atuante: a museologia no periódico Boletim do Museu Paranaense. In: B. C. Faria, M. R. Gonçalves & A. M. Pimenta (Org.). *Museus e paisagens culturais*. Franca: Associação Paulo Duarte.
- Nora, P. (1993). Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, 10, p. 7-28.
- Oliveira, M. C. M. & Remer, M. M. (2004). *Governadores ou presidente: uma releitura da trajetória política e educacional do Paraná na primeira república*. Retirado em 1 de julho, 2011, em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/097.pdf>.
- Ortiz, R. (Org.). (2013). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água.
- Pereira, M. A. M. (1996). *A cidade de Curitiba no discurso de viajantes e cronistas do século XIX e início do século XX*. Retirado em 17 de setembro, 2011, em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2015/1498>.
- Poulot, D. (2013). *Museu e museologia*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Poupart, J., Pires, A. P., Deslauriers, J. & Groulx, L. H. (2012). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Ribeyrolles, C. (1980). *Brasil pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições (1812-1860)* (v. 1). Belo Horizonte: Itatiaia.
- Rubim, L. (Org.). (2005). *Organização e produção da cultura*. Salvador: EDUFBA.
- Santos, B. S. (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal.
- Santos, M. C. (1987). *Museu, escola e comunidade: uma integração necessária*. Salvador: [s.n.].
- Santos, M. C. T. M. (1993). *Repensando a ação cultural e educativa dos museus* (2ª ed.). Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA.

- Santos, M. C. T. M. (2007). *Os museus e seus públicos invisíveis*. Comunicação apresentada no I Encontro Nacional de Rede de Educadores de Museus e Centros Culturais. Rio de Janeiro.
- Santos, M. C. T. M. (2008). *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU.
- Santos, M. C. T. M. (2014). Um compromisso social com a Museologia. *Cadernos do CEOM*, 27(41), 71-114.
- Santos, M. S. (2000). Os museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional. *Sociedade e Estado*, 15(2), 271-302.
- Santos, M. S. (2006). *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Schwarcz, L. M. (Org.). (2012a). *História do Brasil nação: 1808 – 2010*. A construção nacional – 1830 – 1889. (v. 2). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Schwarcz, L. M. (Org.). (2012b). *História do Brasil nação: 1808 – 2010*. A abertura para o mundo – 1889 – 1930 (v. 3). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Severino, A. J. (2000). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez.
- Soto, M. C. (2014). Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: a construção de uma concepção museal à serviço da transformação social. *Cadernos de Sociomuseologia*, 48, 57-81.
- Stallybrass, P. (2008). *O casaco de Marx: roupas, memória, dor* (3ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Tatsch, F. G. & Karnal, L. (2009). A memória evanescente. In: C. B. Pinsky & T. R. Luca (Org.). *O historiador e suas fontes* (p. 9-28). São Paulo: Contexto.
- Toledo, C. A. & Gonzaga, M. T. C. (2011). *Metodologias e técnicas de pesquisa nas áreas de ciências humanas*. Maringá: Eduem.
- Torres, H. A. (1937). Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. In: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde; Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Vainfas, R. (2000). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Vanali, A. C. (2013). *O botucudo tibagyano: análise sobre os registros etnográficos de Telêmaco Borba*. Curitiba: SAMP.
- Vargas, T. (1977). *O conselheiro Zacarias*. Curitiba: Grafipar.
- Wachowicz, R. C. (1988). *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina.

Jornais e Revistas

Retirados em 8 de setembro, 2018, em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

A Divulgação (1853-1975). Curitiba – PR.

A Escola (1906-1921). Curitiba – PR.

A Federação (1884-1937). Porto Alegre – RS.

A Galeria Ilustrada (1888-1889). Curitiba – PR.

A Imprensa (1898-1914). Rio de Janeiro – RJ.

A Jangada (1884)

A Notícia (1905-1908). Curitiba – PR.

A Notícia (1894-1916). Rio de Janeiro – RJ.

A República (1888-1930). Curitiba – PR.

A União (1905-1950). Rio de Janeiro – RJ.

Almanach do Paraná (1896 – 1929). Curitiba – PR.

Almanach Paranaense (1896-1897). Curitiba – PR.

Almanak da Província do Paraná (1876 – 1880). Rio de Janeiro – RJ.

Bahia Ilustrada (1917-1933). Rio de Janeiro – RJ.

Club Curitibano (1890-1896). Curitiba – PR.

Comercial: Publicação Hebdomadaria (1886-1888). Paranaguá – PR.

Correio da Manhã (1930-1939). Rio de Janeiro – RJ.

Correio de Notícias (1980-1989). Curitiba – PR.

Correio Paulistano (1900-1919). São Paulo – SP.

Der Pioner (1885-1888). Curitiba – PR.

Der Pionier (1883-1886). Curitiba – PR.

Dezenove de Dezembro (1854-1890). Curitiba – PR.

Diário da Tarde (1899-1983). Curitiba – PR.

Diário de Notícias (1930-1939). Rio de Janeiro – RJ.

Diário do Comércio (1891-1894). Curitiba – PR.

Diário do Paraná (1890). Curitiba – PR.

Diário do Paraná (1897). Curitiba – PR.

Echo do Paraná (1879-1881). Paranaguá – PR.

Gazeta de Joinville (1877-1908) Joinville – SC.

Gazeta de Notícias (1900-1919). Rio de Janeiro – RJ.

Gazeta do Paraná (1876). Paranaguá – PR.

Jerusalém (1898-1902). Curitiba – PR.
Jornal de Recife (1859-1938). Recife – PE.
Jornal do Brasil (1900-1909). Rio de Janeiro – RJ.
Jornal do Comércio (1883-1888). Curitiba – PR.
Jornal do Comércio (1900-1909). Rio de Janeiro – RJ.
O Comércio de São Paulo (1893-1909). São Paulo – SP.
O Dia (1901-1918). Florianópolis – SC.
O Dia (1923-1975). Curitiba – PR.
O Estado (1936-1938). Curitiba – PR.
O Fluminense (1900-1909). Niterói – RJ.
O Jornal (1920-1929). Rio de Janeiro – RJ.
O Mosquito (1972-1977). Rio de Janeiro – RJ.
O Olho da Rua (1907-1911). Curitiba – PR.
O Paíz (1900-1909). Rio de Janeiro – RJ.
O Paranaense (1877-1882). Curitiba – PR.
Paraná (1907-1911). Curitiba – PR.
Paraná Moderno (1910-1911). Curitiba – PR.
Província do Paraná (1876-1884). Curitiba – PR.
República (1889-1937). Desterro – SC.
Revista do Patrimônio Histórico e Artística Nacional (1937-1987). Rio de Janeiro – RJ.
Revista do Paraná (1887). Curitiba – PR.

Museus e Institutos

Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro. (1876-1881). (1887). (1892). (1895). (1899). (1901). Rio de Janeiro – RJ.
Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnográfica. (1894-1898). (1900). Belém – PA.
Boletim do Museu Paranaense. (1904). Curitiba – PR.
Revista do Museu Paulista. (1895). (1897-1898). (1900). São Paulo – SP.

Apêndice 1

Museus do século XIX

Este apêndice apresenta fichas com as principais informações dos museus pesquisados, no século XIX: Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paranaense e Museu Paulista.

Museu Nacional	
Ano de Criação	1818
Nomes Utilizados	Museu Real, Museu Imperial, Museu Nacional, Museu Nacional do Império, Museu Nacional do Rio de Janeiro.
Nome Adotado	Museu Nacional
Diretores em destaque com algumas ações importantes	<ul style="list-style-type: none">• Frei José da Costa Azevedo (1818-1822): primeiro diretor;• João de Deus e Mattos (1822-1823): diretor interino;• João da Silva Caldeira (1823-1827): instalação do Laboratório Químico do Museu, recebe e estrutura a coleção egípcia doada pela família real, propõe a subdivisão em setores especializados. Governo imperial promove a vinda de naturalistas estrangeiros;• Frei Custódio Alves Serrão (1828-1847): início do inventário do acervo do Museu, primeiro regulamento com quatro áreas;• Frederico Leopoldo Cezar Burlamaqui (1847-1866): amplia o edifício do Museu, criação da biblioteca do Museu, início do investimento em pesquisa;• Francisco Freire Allemão de Cysneiros (1866-1870);• Ladislau de Souza Mello e Netto (1870-1893): estrutura o Museu baseando-se em modelos europeus, implanta um novo regulamento organizando o Museu em três setores; cria revista trimestral: Arquivos do Museu Nacional; promove relacionamento internacional, promove a primeira Exposição Antropológica de 1882, mudança da sede do Museu para a Quinta da Boa Vista;• Amaro Ferreira das Neves Armond (1892-1893);• Domingos José Ferreira Junior (1893- 1895);• João Batista de Lacerda (1895-1915): promove a adequação da gestão do império para a república, estrutura o novo edifício para o Museu.
Atos Legais e Datas Importantes	<p>Decreto de D. João VI – de 6 de junho de 1818 Criação do Museu Nacional.</p> <p>Decreto n. 123 de 3 de fevereiro de 1842 – Regulamento Trata da organização do Museu Nacional: seções, equipes de trabalho, salários.</p> <p>Decreto n. 6116 de 9 de Fevereiro de 1876 – Regulamento "Artigo 1º - O Museu Nacional é destinado ao estudo da História Natural, particularmente da do Brasil, e ao ensino das ciências físicas e naturais, sobretudo em suas aplicações a agricultura, indústria e artes."</p>

Edifícios	1ª Sede: Campo de Santa Ana (1818-1891) 2ª Sede: Quinta da Boa Vista (1892-)
Publicações	Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro: 1876-1881; 1887; 1892; 1895; 1899 e 1901.

Museu Paraense Emílio Goeldi	
Ano de Criação	1866
Nomes Utilizados	Associação Filomática, Museu Paraense, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Emílio Goeldi, Museu Goeldi, Museu Paraense de História Natural e Etnografia.
Nome Adotado	Museu Paraense Emílio Goeldi
Diretores em destaque com algumas ações importantes	<p>Período Pré-científico (1866-1894)</p> <ul style="list-style-type: none"> Domingos Soares Ferreira Penna (1866-1872); <p>De 1872 a 1894: série de diretores em pequenos períodos por revezamento.</p> <p>Período Científico (1894-)</p> <ul style="list-style-type: none"> Emílio Augusto Goeldi (1894-1907): responsável pelo regulamento, perfil científico, publicação do Boletim do Museu Paraense.
Atos Legais e Datas Importantes	<p>Criação da Associação Filomática Fundada em 6 de outubro de 1866</p> <p>Portaria de 15 de março de 1871 Instalação oficial do Museu Paraense – 25 de março de 1871</p> <p>Lei N. 713 de 12 de abril de 1872 Aprovando a oficialização do Museu.</p> <p>Lei 770 de 13 de agosto de 1873 Reforma o Museu Paraense, e dá outras providências.</p> <p>Decreto N. 187 de 2 de setembro de 1890 Restauração do Museu Paraense</p> <p>Decreto n. 335 de 12 de maio de 1891 Reorganização do Museu Paraense. Novo regulamento.</p> <p>Decreto de 2 de julho de 1894 – Lei n. 199 de 26 de junho de 1894 Regulamento do Museu Paraense "Artigo 1º - O Museu Paraense terá por fim o estudo, o desenvolvimento e a vulgarização da História Natural e Etnográfica do Estado do Pará e da Amazônia em particular e do Brasil, da América do Sul e do continente americano em geral; esforçando-se para consegui-lo:"</p>
Edifícios	1ª Sede: Colégio Paraense, posteriormente chamado Liceu Paraense. 2ª sede: Prédio da Rocinha – Estrada da Independência (1895-)

Publicações	Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnográfica: 1894-1898 e 1900.
-------------	--

Museu Paranaense	
Ano de Criação	1874
Nomes Utilizados	Museu Paranaense, Museu da Província, Museu de Curitiba, Museu da Capital, Museu de História Natural e Etnográfico, Museu do Ermelino.
Nome Adotado	Museu Paranaense
Diretores em destaque com algumas ações importantes	1º Período: Agostinho Ermelino de Leão <ul style="list-style-type: none"> • Agostinho Ermelino de Leão (1876-1886 e 1892-1901) 2º Período: Romário Martins <ul style="list-style-type: none"> • Romário Martins (1902- 1928)
Atos Legais e Datas Importantes	Criação: Museu e Jardim da Aclimação Relatório Presidente Província do Paraná – 15 de fevereiro de 1874 Inauguração: 25 de setembro de 1876 Relatório Presidente Província do Paraná – 15 de fevereiro de 1877 Ato 393 – Governo Provincial – de 30 de dezembro de 1882 Regulamento do Museu Paranaense com funções e equipe. Nomeação do primeiro diretor. Museu passa a ser público da Província do Paraná. "Artigo 1º O Museu Paranaense, estabelecido nesta capital em edifício próprio provincial, é destinado a coletar e conservar sob a sua guarda, devidamente classificados, os produtos naturais e industriais que interessarem ao estudo da história natural ou que mostrem as riquezas da província e quaisquer curiosidades em geral."
Edifícios	<ul style="list-style-type: none"> • Thesouraria Provincial (1874-1876) • Praça Zacarias (1876-1900) • Rua Dr. Muricy (1900-1913) • Rua São Francisco (1913-1928) • Rua Buenos Aires (1928-1965) • Rua 13 de maio (1965-1967) • Praça Generoso Marques (1967-2002) • Palácio São Francisco (2002-)
Publicações	Boletim do Museu Paranaense: 1904

Museu Paulista	
Ano de Criação	1895
Nomes Utilizados	Museu Paulista, Museu do Ipiranga.
Nome Adotado	Museu Paulista

Diretores em destaque com algumas ações importantes	<ul style="list-style-type: none"> Hermann von Ihering (1894-1916): primeiro diretor do museu, responsável pelo perfil científico, criador da Revista do Museu Paulista.
Atos Legais e Datas Importantes	<p>Oferta do Museu Sertório para o Estado de São Paulo 23 de dezembro de 1890</p> <p>Anexação do Museu Sertório a Comissão Geográfica e Geológica do Estado 1893</p> <p>Lei n. 192 de 26 de agosto de 1893 Destina o Monumento do Ypiranga para o Museu do Estado e Pantheon</p> <p>Lei n. 200 de 29 de agosto de 1893 Organiza o Museu do Estado</p> <p>Decreto n. 249, de 26 de julho de 1894 Aprova o Regulamento do Museu do Estado, para execução da lei n. 200, de 29 de Agosto de 1893 "Artigo 1.º - O Museu Paulista tem por fim estudar a história natural América do Sul e em particular do Brasil, cujas produções naturais será coligir, classificando-as pelos métodos mais aceitos nos museus científicos modernos e conservando-as, acompanhadas de indicações, quando possível, explicativas, ao alcance dos entendidos e do público."</p> <p>Inauguração do Museu Paulista 7 de setembro de 1895</p>
Edifícios	1ª Sede: Parque da Independência (1895-)
Publicações	Revista do Museu Paulista: 1895; 1897-1898 e 1900.

Apêndice 2

Questões propostas para entrevistas estruturadas

Para realização das entrevistas estruturadas utilizadas para coleta de dados referentes ao período da gestão de Renato Carneiro Junior do Museu Paranaense, foram elencadas questões que trouxessem informações que colaborassem no processo de pesquisa. As mesmas questões foram utilizadas para todas as entrevistas aplicadas, possibilitando o cruzamento de informações dadas pelos diferentes grupos participantes.

Cumpri ainda o registro que o questionário é um norteador das entrevistas, sendo muitas vezes as questões respondidas em ordens diferentes da apresentada.

Questões Orientadoras das Entrevista:

1. Qual era o cenário que encontrado no Museu Paranaense quando do início de sua direção? Cenário Museológico, relação do museu com o estado, relação com a sociedade local.
2. Em linhas gerais, como foi a trajetória do museu sob sua direção no 1º período (2011 – 2014)? E no 2º período (2014 – 2018)?
3. Chegando ao final do segundo período, como você percebe as relações do museu com o Estado (mantenedor) e a prefeitura e com a sociedade?
4. Em relação às coleções do Museu, como é formada, organizada e mantida atualmente? Catalogação, digitalização, reservas, laboratórios de conservação.
5. No período desta direção, como foram as políticas de incorporações das coleções do Museu Paranaense? Doações, aquisições, pesquisas.
6. Ainda neste período, como foi a evolução do edifício do Museu? Manutenção, novas construções, reformas, problemas no edifício, acessibilidade física, propostas de mudanças.
7. Em termos de relação do Museu com a sociedade paranaense e curitibana, como esta se expressa? Que ações desenvolvidas representam estas relações?
8. Qual a sociedade ou comunidade o museu representa e mantém relações?
9. Considerando a sociedade atendida pelo Museu Paranaense no século XIX, elite agrícola: ervateira e madeireira, e as ações desenvolvidas pelo então diretor: Agostinho Ermelino de Leão, como você compararia com as ações atuais?
10. E comparando com o período Romário Martins?
11. Considerando as RECOMENDAÇÕES REFERENTE À PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS MUSEUS E COLEÇÕES, SUA DIVERSIDADE E SEU PAPEL NA SOCIEDADE de novembro de 2015:

“17. Museus são espaços públicos vitais que devem abordar o conjunto da sociedade e podem, portanto, desempenhar um importante papel no desenvolvimento de laços sociais e de coesão social, na construção da cidadania e na reflexão sobre identidades coletivas. Os museus devem ser lugares abertos a todos e comprometidos com o acesso físico e o acesso à cultura para todos, incluindo os grupos vulneráveis. Eles podem constituir espaços para a reflexão e o debate sobre temas históricos, sociais, culturais e científicos. Os museus também devem promover o respeito aos direitos humanos e à igualdade de gênero. Os Estados-membros devem encorajar os museus a cumprir todos esses papéis.”

12. Como o Museu Paranaense atua no sentido de cumprir sua função social como descrito no parágrafo 17 deste documento?
13. É possível perceber nos final do século XIX e início do século XX uma relação do museu com a cidade de Curitiba em relação com uma referência geográfica. Na atualidade o Museu mantém esta relação? O Museu Paranaense é considerado e reconhecido por sua localização geográfica?
14. Na sua direção, como são as relações do Museu Paranaense com outros museus locais, nacionais e internacionais? E com outras ferramentas culturais locais e nacionais?
15. Como você vê o reconhecimento do Museu Paranaense no Estado do Paraná, no Brasil e no mundo? Intercâmbios, premiações, etc.
16. Quanto à equipe do Museu Paranaense, como você avalia a atual equipe e a demanda do Museu?
17. Em relação ao Educativo, que ações o Museu desenvolve atualmente em relação a escolas, professores e atendimento ao público em geral?
18. Em relação à pesquisa, que ações o Museu Paranaense desenvolve e em que áreas?

Apêndice 3

Equipe do Museu Paranaense em 2018

Relação da equipe do Museu Paranaense organizada por departamentos, setores ou equipes com o vínculo profissional. Os dados abaixo foram obtidos no site do Museu Paranaense (<http://www.museuparanaense.pr.gov.br/>) e cruzados com o Portal da Transparência do Governo do Estado do Paraná (<http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/home?windowId=183>) em agosto de 2018.

Departamento / Setor	Número de Pessoas	Vínculos
Biblioteca Romário Martins	1	Terceirizado – SAMP
Departamento Administrativo	2	Função de Gestão Pública / Terceirizado – SAMP
Departamento Científico: Setor de Antropologia	1	Agente Profissional
Departamento Científico: Setor de Arqueologia	1	Agente Profissional
Departamento Científico: Setor de História	2	Cargo de comissão / Professor
Departamento de Gestão de Acervo: Setor de Museologia	2	Agente de Execução / Agente Profissional
Departamento de Mediação Cultural: Setor de Ação Cultural	1	Agente de Execução
Departamento de Mediação Cultural: Setor Educativo	3	Agente Profissional / Professora
Direção	1	Cargo em comissão
Equipe de Apoio	1	Agente de Apoio
Equipe de Limpeza e Zeladoria	6	Terceirizados
Equipe de Segurança	22	Terceirizados
Laboratório de Conservação e Restauro – LACORE	3	Agente Profissional / Agente de Execução

Além da equipe listada, o Museu Paranaense conta também com 11 estagiários distribuídos nos departamentos e setores da seguinte forma:

Departamento / Setor	Número de Pessoas
Departamento Administrativo	1
Departamento Científico: Setor de Antropologia	1
Departamento Científico: Setor de Arqueologia	1
Departamento Científico: Setor de História	3
Departamento de Mediação Cultural: Setor Educativo	3
Departamento de Gestão de Acervo: Setor de Museologia	1
Laboratório de Conservação e Restauro – LACORE	1

Apêndice 4

Publicações do Museu Paranaense

Abaixo foi feito um levantamento das publicações promovidas pelo Museu Paranaense a partir de sua criação até o momento de fechamento desta pesquisa.

Título	Autor	Ano
Guia do Museu Paranaense	Agostinho Ermelino de Leão	1900
Boletim do Museu Paranaense, n. 1.	Romário Martins	1904
Arquivos do Museu Paranaense, volume I.		1941
Arquivos do Museu Paranaense, volume II.		1942
Arquivos do Museu Paranaense, volume III.		1943
Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava. Publicações de História.		1943
Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894.		1944
Arquivos do Museu Paranaense, volume IV.		1944
Arenitos da Vila Velha. Publicações Avulsas, n. 1		1944
Glossário de Botânica Sistemática. Publicações Avulsas, n. 2		1945
Arquivos do Museu Paranaense, volume V.		1946
Arquivos do Museu Paranaense, volume VI.		1947
Novos Agrupamentos Genéricos. Publicações Avulsas, n. 3		1947
Notas sobre a nomenclatura dos grupos superiores e gêneros. Publicações Avulsas, n. 4		1947
Sesquicentenário natalício de Freire Alemão. Publicações Avulsas, n. 5		1947
Dicionário das tribos e línguas indígenas da América Meridional: tomo I (letra A). Publicações Avulsas, n. 6		1948
Dicionário das tribos e línguas indígenas da América Meridional: tomo II (letra B, Cax). Publicações Avulsas, n. 6.		1949
Arquivos do Museu Paranaense, volume VII.		1949
Léxico Botânico: tomo I (letras A-K). Publicações Avulsas, n. 7.		1949
Léxico Botânico: tomo II (letras L-Z). Publicações Avulsas, n. 7.		1950
Arquivos do Museu Paranaense, volume VIII.		1950
Memórias Históricas da Cidade de Paranaguá e seu Município. Publicações Históricas, vol. 1.	Santos, A. V. dos	1950
Memórias Históricas cronológica, topográfica e descritiva da Villa de Morretes e Do Porto Real, vulgarmente Porto de Cima. Publicações de História. Tomo I.	Santos, A. V. dos	1951
Arquivos do Museu Paranaense, volume IX.		1952
Arquivos do Museu Paranaense, volume X.		1953
Algumas observações sobre a associação faunística nas camadas Teresina (Série Passa Dois) do Paraná. Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – Geologia, n. 1.	Berleun, K.	1954
Estratigrafia e idade geológica da Série Tubarão. Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – Geologia, n. 2	Lange, W. F.	1954

Análise comparativa de alguns aspectos da estrutura social de duas comunidades no vale do São Francisco, Bahia. Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – Antropologia, n. 1.	Silva, F. A.	1955
Oitenta anos de vida do Museu Paranaense. Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – Antropologia.	Fernandes, J. L. & Nunes, M. D.	1956
As apresentações museológicas num departamento universitário. Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – Antropologia, n. 2.	Nunes, M. D.	1963
A utilização cultural das coleções arqueológicas do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá. Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – Antropologia, n. 3.	Nunes, M. D.	1963
Cronologia absoluta e relativa do sambaqui do Macedo – Alexandra 52B, Paraná, Brasil. Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – Arqueologia, n. 1	Blasi, O.	1963
Os indícios arqueológicos de Barracão (PR) e Dionísio Cerqueira (SC). Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – Arqueologia, n. 2.	Blasi, O.	1965
Índice comentando as publicações do Museu Paranaense. Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – Documentação Bibliográfica, n. 1	Barbosa, M. D.	1965
O sítio arqueológico de Estirão Comprido, Rio Ivaí, Paraná, estudos complementares. Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – Arqueologia, n. 3.	Blasi, O.	1967
O Projeto Arqueológico Lagoa Santa, Minas Gerais, Brasil (nota final). Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – Arqueologia, n. 4	Hurt, W. & Blasi, O.	1969
O sítio arqueológico de Conceição, Tibagi, Paraná. Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – Arqueologia, n. 5.	Nigro, L. H. F.	1970
Estudo de um núcleo ceramista do litoral paranaense, Rio dos Medeiros, Paranaguá. Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – Etnologia, n. 1	Scheuer, H. L.	1970
Cultura do índio pré-histórico, Rio Iapó, Tibagi, Paraná. Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – Arqueologia, n. 6.	Blasi, O.	1972
A gênese do Museu Paranaense (1874-1882), auspiciosa experiência de aclimação cultura na província. Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – História / Reserva Técnica, n. 1.	Trevisan, E.	1976
Tecnologia cerâmica dos Kaingang paulistas. Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – Etnologia, n. 2	Miller Jr., T. O.	1978
Ritual de um funeral Bororo. Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – Etnologia, n. 3	Kozak, W.	1983
Como Montar um Museu – Planejamento de Exposições.		1985
Transcrição de documentos, Contestado, PR-SC, (1855 – 1856, 1876 – 1880). Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – História / Reserva Técnica, n. 2.	Marchiorato, S. M. & Medeiros, M. A. F.	1992
Inventário de sambaquis do litoral do Paraná. Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – Arqueologia, n. 7.	Parellada, C. I. & Gottardi Neto, A.	1993
Histórico do município de Sengés-PR. Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – Arqueologia, n. 7.	Kluge, M. F. C.	1993
Análise da estratigrafia e das estruturas arqueológicas do sítio Estádio de Sengés-PR. Arquivos do Museu Paranaense/Nova Série – Arqueologia, n. 7.	Parellada, C. I.	1993
Villa Rica del Espiritu Santo: ruínas de uma cidade colonial espanhola no interior do Paraná. Arquivos do Museu	Parellada, C. I.	1993

Paranaense/Nova Série – Arqueologia, n. 8.		
Personagens da história do Paraná	Cíntia Maria Sant'Ana Braga Carneiro, Maria Luiza Ferreira, Renato Augusto Carneiro Junior (Coords.)	2013
Moedas Romanas Série: Coleção Acervo Museu Paranaense	Claudio Umpierre Carlan, Renata Senna Garraffoni, Renato Augusto Carneiro Junior. (Orgs.)	2015
Resenha Histórica do Museu Paranaense (1876 – 1936).	Fernandes, J. L.	S/D
Trajatória das sedes do Museu Paranaense.		S/D

Coleção: Teses do Museu Paranaense

Título	Autor	Volume	Ano
O Museu Paranaense e Romário Martins - a busca de uma identidade para o Paraná	Cíntia Braga Carneiro	1	2013
O Botucudo Tibagyano - Análise sobre os registros etnográficos de Telêmaco Borba	Ana Crhistina Vanali	2	2013
A Herança de um Tesouro - Arqueologia da cidade colonial espanhola de Villa Rica del Espiritu Santo	Claudia Inês Parellada	3	2014
Águas Batisnais e Santos Óleos - Uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia	Tatiana Takatuzy	4	2014
Religião e Política - A Liga Eleitoral Católica e a participação da Igreja nas eleições de 1954	Renato Augusto Carneiro Junior	5	2014
Santa Felicidade, o bairro italiano de Curitiba - Um estudo sobre restaurantes, rituais e (re)construção de identidade étnica	Maria Fernanda Campelo Maranhão	6	2014
O diário de uma imigrante britânica no Paraná (1860 -1890) memórias, trabalhos e sociabilidades	Ana maria Rufino Gillies	7	2014
Outras narrativas da nacionalidade: o movimento do CONTESTADO	Liz Andrea Dalfré	8	2014
Fragmentos de História - passados possíveis no discurso da arqueologia histórica	Martha Helena Loeblein Becker Morales	9	2014
Vladimir Kozák - Sentimentos e ressentimentos de um "lobo solitário"	Rosalice Carriel Benetti	10	2016
Vulnerabilidade, resiliência e cultura - Comunidades quilombolas no Paraná e o Varzeão	Jurandir Souza	11	2017

Coleção: Histórias do Paraná

Título	Autor	Volume	Ano
Política entre Razão e Sentimentos - A militância dos comunistas no Paraná 1945-1947	Cláudia Monteiro	1	2017
Imaginário da Formação do IV Reich	Marcos Meinerz	2	2017
Entre Sapatos e Livros - A trajetória de um sapateiro	Thiago Possiede	3	2017

x

na militância comunista em Paranaguá, PR - 1935 a 1964			
O Macabeu - Imigração e identidade jurídica no Paraná	Michel Ehrlich	4	2017
Modelando Condutas - Educação católica em escolas masculinas	Roseli Boschilia	5	2018
Os Aautos da Dissolução - O imaginário anticomunista na imprensa regional Paraná, década de 1940	Marcos Gonçalves	6	2018
Os Antigos Gregos - Recepção dos clássicos, poesia Simbolista e Política	Renata Senna Garrafoli	7	2018

Anexo 1

Principais coleções do Museu Paranaense

Texto utilizado nos painéis que fizeram parte da Exposição Comemorativa dos 140 anos do Museu Paranaense, comemorado em 2016.

Museu Paranaense – 140 anos Principais Coleções

As coleções do Museu têm como característica a diversidade de tipologias, com acervos ligados à Arqueologia, à Antropologia e à História. Essa peculiaridade permite que pesquisadores de várias áreas busquem nesses objetos fontes para suas pesquisas, contribuindo para o enriquecimento científico e cultural de nosso estado e país.

Atualmente o museu possui mais de 400 mil itens, entre objetos de uso pessoal e adorno; mobiliário; armas; uniformes e indumentária; documentos, mapas, fotos, filmes, negativos e discos; máquinas, ferramentas e equipamentos de diversas espécies; moedas, cédulas e medalhas; porcelanas, louças, cristais e prataria, além de grande acervo arqueológico (lítico, cerâmico e biológico), antropológico (cestaria, plumária, armas, adornos e cerâmicas indígenas e da cultura popular); quadros em diversas técnicas, retratos e bustos da antiga Pinacoteca do Estado. É um dos maiores e mais diversificados acervos museológicos em todo o país.

1. FAMÍLIA MUNHOZ ROCHA. Doação de 4.000 itens, em 2015. A coleção apresenta cenas da vida familiar, mas principalmente da atuação política de Bento Munhoz da Rocha Netto como Governador do Estado (1951-55) e como Ministro da Agricultura em 1955. O planejamento foi sua marca nos transportes (rodoviário e marítimo), no cooperativismo agroindustrial, na educação e na saúde, que seriam as bases ao desenvolvimento do estado.
2. FAMÍLIA NEY BRAGA. Doação de 1.700 itens, em 2014. A coleção apresenta cenas da vida familiar e militar, mas principalmente da atuação política de Ney Braga como prefeito de Curitiba (1955-58), Governador do Estado (1960-64; 1979-82), Ministro da Agricultura (1965-66) e da Educação (1974-78).
3. MUSEU BANESTADO. Doação de 1.450 itens, em 2004, composto por documentos, pinturas, objetos, fotos, livros, moedas, cédulas e medalhas. O Banco do Estado do Paraná, foi responsável por financiar o desenvolvimento do campo e das cidades do estado, sendo privatizado em outubro de 2000, adquirido pelo Banco Itaú, que desativou o museu existente na Rua XV de Novembro.
4. DAVID CARNEIRO. Aquisição por compra pelo Governo do Estado de 4.500 objetos e 3.600 documentos, em 2004. O acervo do extinto Museu Coronel David Carneiro era composto por peças de mobiliário, obras de arte, livros, documentos, moedas, ferramentas, utensílios, indumentária, acessórios e armaria, com ênfase na história dos conflitos militares no Paraná.
5. FAMÍLIA LEÃO. Doação de 600 itens, em 2013, do acervo do antigo Memorial Leão Junior, empresa fundada por Agostinho Ermelino de Leão Junior em 8 de maio de 1901, sendo responsável pelo início do processo industrial do Paraná, com incentivo ao

surgimento de diversas novas áreas de produção industrial, como as fábricas de barrica, serviços de impressão, transporte etc. Em 2007 a marca “Mate Leão” foi comprada pela Coca-Cola.

6. **TODESCHINI.** Doação de 130 itens, em 2014. Fundada em 1885, pelo italiano Giuseppe Todeschini. Seu nome era “Fabbrica di Paste Alimenticie Di Giuseppe Todeschini”, tendo seu nome modificado várias vezes: “José Todeschini & Filhos” (de 1900 a 1911), “Raphael Todeschini & Irmãos” (1911 a 1922), “Todeschini & Irmãos” (1922 a 1939), “Indústrias Todeschini Ltda.” (1939 a 1956) como ficou conhecida nacionalmente, constituindo-se em uma das maiores empresas de gêneros alimentícios do Brasil. A partir de 2002, a empresa entrou em crise, fechando suas portas em 2013.

7. **IMPRESSORA PARANAENSE.** Doação de 190 itens, em 2013. Com o intuito divulgar os atos oficiais da Província, o Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos incumbiu Cândido Martins Lopes da instalação de uma oficina gráfica em Curitiba, a “Typographia Paranaense”, sendo responsável pelo primeiro jornal paranaense, “Dezenove de Dezembro”. Foi dirigida pelo Barão do Serro Azul e, em 1910, comprada pela família Schrappe. Em 1996 foi vendida ao grupo Dixie Toga, que em 2005 repassou o controle acionário a um grupo norte-americano, que resolveu fechar a unidade de Curitiba em 2012.

8. **DIDONET THOMAZ.** Doação de 380 itens, em 2013-2015, da coleção de objetos proveniente da oficina de mobiliário de Erbo Stenzel, objeto de sua pesquisa em artes plástica, que resultou na tese *“Em Busca do gesto em espaços transitórios: documentos poéticos contemporâneos”*.

9. **JÚLIO MOREIRA.** Doação de 1.800 itens, em 2013, composto, principalmente, de medalhas paranaenses. Pesquisador e memorialista nascido em Curitiba, cursou Medicina e Odontologia. Foi diretor da Faculdade de Odontologia, da Biblioteca Pública, do Museu Paranaense, da Sociedade Brasileira de Escritores Médicos e do Centro de Letras.

10. **MARIA LUIZA DE ALMEIDA SCHELEDER.** Doação de mais de 300 itens, em 2012-2014-2015-2016, formada por peças de indumentária que pertenceram a Doritt Meyer de Almeida e Elizabeth Hauer, neta e filha respectivamente, de José Hauer. A coleção ainda é formada por brinquedos, fotografias, cartões postais e documentos que pertenceram a Maria Luiza de Almeida Scheleder.

11. **KOZÁK.** Aquisição por herança jacente, composta por mais de 16.000 itens, em 1990. Vladimir Kozák, naturalista, fotógrafo tcheco, viveu em Curitiba entre 1928-1979. Foi funcionário do Museu. Seu acervo é formado por pinturas, desenhos, aquarelas, fotografias, filmes e documentos sobre os índios do Paraná e do Brasil, além de objetos pessoais, tendo o Museu ficado responsável pela herança de seu antigo funcionário.

12. **HATSCHBACH.** Doação de aproximadamente 1.000 objetos, em 2015. Formada em sua maior parte de brinquedos e literatura infantil, pertencentes à família de Lucy Hatschbach, de origem alemã, além de fotos e álbuns das famílias Hatschbach, Mueller e Barddal.

13. **OLDEMAR BLASI.** Doação de 2.100 itens, em 2014, dentre sua biblioteca, fotografias, mapas, relatórios, cadernetas de campo e objetos de uso pessoal. Arqueólogo e diretor do Museu Paranaense, entre 1967 e 1983, Blasi foi um dos pioneiros da arqueologia brasileira.

14. **WILSO RAUTH.** Doação de 17.700 itens, em 1992. O arqueólogo, um dos maiores pesquisadores dos sambaquis do litoral paranaense, doou ao Museu uma grande coleção de ossos humanos e animais, além de materiais líticos e cerâmicos, de milhares de anos, cadernetas de campo e fotografias.

15. TELÊMACO BORBA - Doação de 450 itens, em 1893, entre objetos pessoais, artefatos indígenas e material arqueológico. Telêmaco Borba (1840-1918) foi diretor de diversos aldeamentos indígenas no século XIX e representante do Museu Paranaense na Exposição Antropológica Brasileira, de 1882, no Rio de Janeiro.

Anexo 2

Regulamento do Museu Paranaense

PARANÁ. Leis, decretos, etc., Coleção da leis e decretos da Provincia do Paraná em 1882. Curitiba, Typ. Perseverança, 1882. v. 29.

ACTOn. 393 REGULAMENTO DO MUSEU PARANAENSE

CAPITULO I DO MUSEU, SEU FIM, ORGANISAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO.

Art. 1o O Museu Paranaense, estabelecido nesta capital em edificio proprio provincial é destinado a colligir e conservar sob sua guarda, devidamente classificados, os productos naturaes e industriaes que interessem ao estudo da historia natural ou que mostrem as riquezas da provincia e quaesquer curiosidades em geral.

Art. 2o Dividir-se ha em quatro secções:

1 a De anthropologia, zoologia e paleontologia animal.

2 a De botanica em geral e paleontologia vegetal.

3 a De mineralogia e geologia.

4 a De archeologia, ethnographia e numismática.

Art. 3o A direcção do estabelecimento será exercida por um director que o governo da provincia nomear.

Art 4o Além do director, haverá um secretario, que será empregado provincial, e um porteiro, que fará as vezes de servente, ambos nomeados pelo governo.

§ único. Ao porteiro se abonará uma gratificação.

Art.5º Ao director compete: Dirigir e fiscalisar todo o serviço do estabelecimento. Propor pessoa idônea para o cargo de porteiro. Representar ao governo da provincia sobre as providencias que julgar convenientes ao estabelecimento.

1. Promover relações entre o Museu e analogos estabelecimentos.

2. Assignar a respectiva correspondencia, abrir, encerrar e rubricar os livros que forem necessários ao serviço.

3. Apresentar annualmente ao governo um relatorio dos negocios concernentes ao estabelecimento á seu cargo, indicando as medidas que julgar convenientes.

4. Nomear agentes, em quaesquer localidades para aquisição de productos que possam figurar no Museu.

5. Indicar ao governo da provincia as pessoas, que, por seu reconhecido mérito e serviços prestados ao estabelecimento, se tornem dignas do titulo de membros benemeritos do Museu Paranaense.

6. Nomear quem substitua ao porteiro nos impedimentos deste.

Art. 6o Ao secretario compete: 1. Fazer toda a correspondencia e escripturação do estabelecimento. 2. Organizar o archivo de todos os papeis e tel-o sob sua guarda.

Art. 7o Ao porteiro compete:

1. Abrir e fechar as portas do edificio, velar pela segurança e asseio deste e suas dependencias.

2. Expedir a correspondencia e cumprir todas as ordens do director.

Art. 8o O director e o secretario serão substituidos em suas faltas ou impedimentos por quem o governo da provincia designar.

Art 9o Será franqueada ao publico nos domingos e dias santificados, das 10 horas da manhã ás 4 da tarde, a visita do estabelecimento. Art. 10. Em quaesquer outras occasiões, alem das indicadas no artigo antecedente, poderão visitar o estabelecimento as pessoas que para esse fim obtiverem cartão de ingresso, assignados pelo director. § único. Os salões do estabelecimento não serão franqueados senão para trabalhos scientificos e áhi somente reuniões dessa natureza poderá permittir o director.

CAPITULO II - DOS CURSOS PUBLICOS

Art. 11 O director do Museu promoverá o ensino das sciencias phisicas e naturaes por meio de conferencias, que se realizarão em uma das salas do estabelecimento nos dias que designar.

Art. 12. Para o desenvolvimento do ensino poderá o director do Museu promover a fundação de uma associação, que receberá do governo provincial os auxilios de que necessitar.

CAPITULO III - DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 13. Os nomes das pessoas que fizerem ao Museu donativos de importancia, á juizo do director, serão inscriptos de modo visivel em um quadro collocado em lugar especial do edificio com declaração do serviço prestado.

Art 14. São considerados benemeritos do Museu Paranaense, devendo seus nomes ser inscriptos, desde já, na sala principal do estabelecimento, os Drs. Adolpho Lamenha Lins, presidente que foi desta provincia, José Candido da Silva Murici e Agostinho Ermelino de Leão.

Art. 15. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Palacio da Presidencia do Paraná, em 30 de Dezembro de 1882.

Carlos Augusto de Carvalho.